

Alexandre Panosso Netto
Marcelino Castillo Nechar
Editores

TURISMO: PERSPECTIVA CRÍTICA

TEXTOS REUNIDOS



TURISMO: PERSPECTIVA CRÍTICA
TEXTOS REUNIDOS

Alexandre Panosso Netto
Marcelino Castillo Nechar
(Editores)

TURISMO: PERSPECTIVA CRÍTICA
TEXTOS REUNIDOS

Assis - SP, 2016
Triunfal Gráfica e Editora

Apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo



Revisão e Normalização: Dra. Jeane Mari Spera

Capa: Alexandre Panosso Netto

Fotos: Alexandre Panosso Netto

Arte final: Triunfal Gráfica & Editora

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lucelena Alevato – CRB 8/4063

T938 Turismo: perspectiva crítica: textos reunidos / Alexandre Panosso Netto, Marcelino Castillo Nechar (Editores). - Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016
264p. : il. ;

Vários autores

ISBN: 978-85-61175-53-5

1. Turismo. 2. Epistemologia. 3. Teoria crítica. I. Panosso Netto, Alexandre. II. Nechar, Marcelino Castillo.

CDD 338.4791
910

Epistemología del turismo, desde una perspectiva de crisis o crítica, se trata de una ciencia en construcción, antagónica al positivismo, que pretende trascender los paradigmas disciplinarios vigentes, analizando, interpretando, comparando, entendiendo la naturaleza del fenómeno (conocimiento sensible) y del noúmeno (conocimiento racional), su interacción con el sujeto cognoscente y la interacción de éste con su propio entorno, y haciendo una reflexión crítica o juicio, todo ello acerca de la complejidad del binomio viaje-hospitalidad (...).”

Félix Tomillo Noguero (Revista Homo Viator, 2010).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 09

Capítulo 1

EM DIREÇÃO A UMA PERSPECTIVA CRÍTICA EM
TURISMO..... 13

Alexandre Panosso Netto e Marcelino Castillo Nechar

Capítulo 2

EPISTEMOLOGIA DO TURISMO: ESCOLAS
TEÓRICAS E PROPOSTA CRÍTICA..... 25

PANOSSO NETTO, Alexandre; CASTILLO NECHAR, Marcelino. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v.8, p.120-144, 2014.

Capítulo 3

IMPLICACIONES EPISTEMOLÓGICAS EN LA
INVESTIGACIÓN TURÍSTICA 59

CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. Implicaciones Epistemológicas en la Investigación Turística. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v.20, p.384-403, 2011.

Capítulo 4

IMPLICACIONES EPISTEMOLÓGICAS EN LA
CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO DEL TURISMO..... 85

CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. Implicaciones epistemológicas en la construcción del conocimiento del turismo. In: CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. (Orgs.). *Epistemología del turismo: estudios críticos*. México: Trillas, v.1, p.15-40, p.2010.

Capítulo 5

EPISTEMOLOGÍA CRÍTICA DEL TURISMO ¿QUÉ
ES ESO?..... 121

CASTILLO NECHAR, Marcelino. Epistemología crítica del turismo. *Que es esto?* *Revista Turismo em Análise*, v.22, n.3, p.516-538, 2011.

Capítulo 6

POR UMA VISÃO CRÍTICA NOS ESTUDOS TURÍSTICOS157

PANOSSO NETTO, Alexandre; TOMILLO NOGUERO, Félix; JAGER, Margret. Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. *Revista Turismo em Análise*, v.22, p.539-560, 2011.

Capítulo 7

TEORÍA CRÍTICA Y TURISMO.....181

CASTANEDA, Adolfo Esteban Arias; CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre; VALDES, Rubén Mendonza. Teoría Crítica y Turismo. *Hospitalidade. Revista da Universidade Anhembi Morumbi*, v.x, p.332-349, 2013.

Capítulo 8

LAS VISIONES ANTIPOSITIVISTAS DE LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN TURISMO199

CASTANEDA, Adolfo Esteban Arias; CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre; VALDES, Rubén Mendonza. Las visiones antipositivistas de la construcción del conocimiento en turismo. *Turismo e Sociedade*, v.6, p.508-530, 2013.

Capítulo 9

FÉLIX TOMILLO NOGUERO EN ENTREVISTA.....221

Entrevista a Félix Tomillo Noguero. Napoleón Conde Gaxiola. *Revista Homo Viator*, v.1, p.235-243, 2010.

Capítulo 10

MARCELINO CASTILLO NECHAR EN ENTREVISTA233

Entrevista a Marcelino Castillo Nechar. Napoleón Conde Gaxiola. *Revista Homo Viator*, v.2, p.139-151, 2011.

Capítulo 11

ALEXANDRE PANOSSO NETTO EM ENTREVISTA249

Entrevista a Alexandre Panosso Netto. Napoleón Conde Gaxiola. *Revista Homo Viator*, v.3, p.134-139, 2012.

SOBRE OS EDITORES E COAUTORES..... 257

INTRODUÇÃO

Quando nos conhecemos, em setembro de 2005, num grande congresso de turismo realizado em Guadalajara, México, percebemos que mesmo estando em países diferentes, tínhamos a mesma perspectiva e as mesmas dúvidas em relação à compreensão do fenômeno turístico. Estávamos certos de que somente com a reflexão e com o posicionamento crítico, fundamentados em teorias e abordagens, poderíamos avançar. Fomos buscar amparo nas ciências, na história das ciências, na filosofia e, mais especificamente, na epistemologia. Desde então, temos trabalhado juntos.

Nossas atividades acadêmicas em conjunto em onze anos foram variadas. Participamos juntos de inúmeros congressos (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Inglaterra, Itália, México e Portugal), publicamos artigos em revistas científicas e em eventos, publicamos capítulos de livros, organizamos um livro, orientamos e coorientamos alunos de pós-graduação um do outro. Às vezes, trabalhamos em dupla, às vezes convidamos ou fomos convidados por nossos colegas e alunos para atividades acadêmicas.

Fizemos nosso pós-doutorado na mesma universidade, a Europea Miguel de Cervantes, em Valladolid, Espanha, e com o mesmo supervisor, o saudoso professor Dr. Félix Tomillo Noguero (Valladolid, 28 de junho de 1943 – Valladolid, 2 de julho de 2014). Marcelino Castillo estudou lá em 2010; Alexandre Panosso, em 2011. Consideramos o professor Félix Tomillo Noguero nosso maior tutor e mentor, após a defesa de nossos doutorados. Dentre os vários ensinamentos que ele nos deixou, destacamos a inquietude com as explicações simples e a ação de evitar as superficialidades. Se aprendemos isso, ainda não sabemos, mas nos esforçamos para atingir as suas exigências e orientações.

Nossas publicações em conjunto têm versado sobre a epistemologia e sobre as abordagens teóricas do turismo. Em nossos textos, fizemos o esforço de visitar os fundamentos filosóficos e epistemológicos. Nossa obra em conjunto de maior destaque é o livro intitulado *Epistemología del turismo*:

estudios críticos (Editora Trillas, México, 2010). Nesse livro que organizamos, pudemos apresentar nossa visão de epistemologia do turismo e a visão de outros dez autores de turismo da Ibero América. A obra teve o apoio de nossas universidades; recebeu algumas resenhas muito positivas, uma delas na prestigiosa revista *Annals of Tourism Research* e outra na *Estudios y Perspectivas en Turismo*; e teve uma reimpressão em 2011, evidenciando sua boa aceitação.

Agora, passados seis anos de nosso primeiro livro juntos, apresentamos essa obra para a comunidade acadêmica. Ela é composta por um capítulo inédito e por 10 textos já publicados em outros veículos. Um deles é um capítulo publicado em nosso primeiro livro, os outros são artigos que vieram a público nas seguintes revistas científicas de turismo: *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo* (Brasil), *Estudios y Perspectivas en Turismo* (Argentina), *Turismo em Análise* (Brasil), *Hospitalidade* (Brasil), *Turismo e Sociedade* (Brasil) e *Homo Viator* (México).

Optamos por fazer essa obra com material já publicado para dar uma unidade à nossa principal produção sobre epistemologia do turismo. Desejamos instigar um olhar crítico a partir de nossa localidade, de nosso espaço, de nossa cultura, de nossos idiomas, sem nos submeter ao que já foi construído “lá fora”, porém sem jamais desmerecer o que já foi feito. Fazemos isso porque o turismo pode ser interpretado a partir de nossa realidade. Fazemos isso porque temos o compromisso de apresentar nossas propostas. Críticas virão? Sim, com certeza. É o que esperamos e desejamos. O conhecimento avança com revisões e refutações. Não temos a ilusão de que o que aqui publicamos é o que há de melhor. Porém, a ilusão de que quiçá poderemos fornecer novos *insights* àqueles que se interessam pela compreensão do fenômeno turístico, isso sim temos.

Agradecemos a todos os editores das revistas científicas e aos nossos coautores que autorizaram a republicação dos artigos neste livro. O único texto que não contou com a colaboração de ao menos um de nós é o do capítulo 9, que é uma entrevista que o professor Félix Tomillo Noguero deu ao professor Napoleón Conde Gaxiola, da Revista *Homo Viator*, em 2010. Nesse texto, o professor Félix apresenta a sua visão sobre o conhecimento

do turismo. Republicar essa entrevista, para nós, é uma forma de homenagem ao professor Félix que tinha um pensamento tão profundo e claro sobre o que era e o que significava o turismo para as sociedades em várias épocas históricas.

Agradecemos à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária-PRCEU, da Universidade de São Paulo-USP, que por meio do Programa de Editais forneceu apoio financeiro para a publicação deste trabalho. A toda equipe da PRCEU-USP deixamos nosso agradecimento. Agradecemos também à competente equipe responsável pelos processos de licitação na EACH -USP, que viabilizou toda a parte técnica para que a obra fosse publicada.

Esperamos que esta obra ajude a divulgar ainda mais a perspectiva da reflexão teórica, crítica e epistemológica sobre o turismo. Sabemos que o mundo dos negócios, o mundo prático, aquele que atende às questões objetivas, é importante, fundamental e molda nosso agir e viver. Sabemos, por outro lado, que lançar novos olhares, novas perspectivas sobre um tema e mostrar o que está escondido é um compromisso do professor universitário que se diz pesquisador. É a esse compromisso que pretendemos atender com esta obra.

Boa leitura

Alexandre Panosso Netto - São Paulo (Brasil)

Marcelino Castillo Nechar - Toluca (México)

Mai de 2016

CAPÍTULO 1

EM DIREÇÃO A UMA PERSPECTIVA CRÍTICA EM TURISMO

Alexandre Panosso Netto
Marcelino Castillo Nechar

No início de nossos estudos, e provavelmente no início da carreira de muitos estudantes e profissionais de turismo, os primeiros conceitos e conhecimentos que nos foram passados diziam respeito à força econômica que é o turismo, sempre com destaque para seus pontos positivos.

É natural que acadêmicos iniciem os estudos em turismo pensando em viajar, em ganhar dinheiro, em se desenvolver profissionalmente, em serem gestores e empresários. Assim também foi conosco. Porém, após um tempo de estudos e de envolvimento com o setor, percebemos que havia uma parte da atividade e do fenômeno do turismo que não estava totalmente revelada; uma parte que de certa forma se encontrava submersa e difícil de ser compreendida; uma parte da qual poucos falavam, ou por desconhecimento, ou por falta de interesse, ou, ainda, por não querer tocar no tema.

Num primeiro momento, não conseguíamos identificar bem que parte era essa do fenômeno turístico que estava oculta, mas sentíamos que não estava tudo tão certo com os negócios do setor, nem com as opiniões mais generalistas sobre a área. Percebemos também que nem tudo era como a teoria acadêmica, maioritariamente fundamentada na estatística e na visão economicista, como nos dizia. A realidade mostrada nos estudos nem sempre era (é) a realidade do mundo prático. Os números positivos do setor não condiziam com as mazelas das comunidades locais exploradas, com os baixos salários pagos aos trabalhadores e com os pacotes de viagens pasteurizados, vendidos como a viagem dos sonhos do trabalhador mediano.

Percebemos que a prática se desenvolvia e que os estudiosos corriam para entender o que estava acontecendo.

Concordamos que o turismo se faz na prática, no ato de viajar, de hospedar, alimentar, de ter tempo de lazer, tempo de férias, viagens de negócios, motivações diversas etc. Concordamos também que essa prática merece uma reflexão sobre o que ela significa na atualidade, na qual mais de um bilhão de pessoas realizam viagens internacionais todos os anos. Uma realidade que mostra que 95% dos países estão interessados em promover seus atrativos e atrair turistas, principalmente internacionais. Uma realidade camaleônica, que se modifica e se adapta constantemente na produção de espaços e infraestrutura específica que afetam, de modo geral, toda a sociedade com a criação de portos, aeroportos, estabelecimentos de hospedagens, ações que promovem a mobilidade, legislação específica, *web sites*, aplicativos para *smartphones*, entre outros aparatos a serviço do setor de viagens e turismo.

“Para o alto e distante” parece ser o mantra. “Quanto mais longe, melhor” está na mente dos turistas e de alguns planejadores e gestores. Krippendorf (1984) já falou isso há mais de 30 anos. Mas esse modelo já deu sintomas, há mais de 4 décadas, de que está num caminho de autoconsumo não sustentável, não viável, pois precisa consumir novos destinos a cada temporada para se manter ativo.

Essa realidade do turismo também foi bem retratada e caricaturada no filme estadunidense de 1969 intitulado “If It’s Tuesday, this must be Belgium”, no qual um grupo de turistas dos EUA viaja à Europa por 18 dias para percorrer num ônibus de uma agência turística inúmeros países, desde Inglaterra até a Itália. Apesar de ser um filme com tons romântico e humorístico, trata-se de uma crítica ácida ao tipo de turismo desenvolvido nos anos 1960. Porém, enganam-se aqueles que acreditam que esse tipo de turismo não existe mais. Ele está ainda em prática na atualidade, pois novos destinos são descobertos, novas empresas são criadas, novas necessidades de viagem surgem, novos turistas entram no mercado como massa consumidora e, sem muita reflexão, lá vão os “rebanhos” mundo afora (só para usar um termo de Turner e Ash, 1975, do livro *The golden hordes*). Sobre isso, a

jornalista Jennie Dielemans (2008) escreveu recentemente em seu *Välkommen till paradiset* (Bem vindo ao paraíso), no qual descortina o que está por trás dos belos guias turísticos impressos, do marketing promocional dos destinos de massa e do setor laboral. Infelizmente esse livro não possui tradução para o espanhol nem para o português, e é um ilustre desconhecido da literatura turística na América Latina. Esse modelo de turismo do qual estamos falando não pratica a autocritica (ele evolui em sua superficialidade: uso da *internet*, aplicativos, novas técnicas de gestão, mas sua essência continua a mesma). É aqui o ponto em que se evidencia a máxima positivista desse modelo: “as estatísticas crescem, portanto o turismo cresce”, e a crença comum diz que “isso é bom”.

Os números são vistos como símbolos mágicos: 10% de mais gastos; 8% de mais visitantes; 11% de mais empregos. Parece que a numerologia por si só já é suficiente. O que dizer da necessidade de ser de fato um setor autossustentável, mais acessível (em todos os sentidos), inclusivo e ético? Como ser mais humano e menos comercial? Como lidar com a supersegmentação dos mercados? E a exploração dos trabalhadores do setor, tais como os retratados, em vários estudos, sobre os destinos latino-americanos, entre eles Costa Rica, México e Brasil? Nem sempre essas questões de fundo aparecem quando se lançam atrativos como “o melhor resort do litoral norte”, “a magnífica viagem de trem” ou “o hotel mais luxuoso da selva”. Essas questões, que deveriam ser preocupações prioritárias dos empresários, dos críticos, dos gestores públicos ou privados, são esquecidas. “São muito complexas e não há tempo para perder o foco”, “não dão dinheiro”, são os argumentos.

Além dessas visões, ainda encontramos temas deficitários no conhecimento em turismo, tais como as indefinições conceituais; a fragmentação do conhecimento produzido; o preconceito de pesquisadores de outros campos de estudo; a fraqueza na sustentação de argumentos; e a desvalorização histórica do conhecimento em turismo. Como se pode perceber, de posicionamentos práticos e ações de gestão correntes, chega-se a problemas teóricos fundamentais da área. Mas esses problemas não são os únicos na teoria do turismo. Tal como apresentou Sampaio (2013), os estudos de turismo estão cercados por duas tradições acadêmicas fortes que tendem a

direcionar o desenvolvimento do turismo em todo o mundo. Essas tradições são a anglófona transatlântica e a europeia continental. Ou seja, ao que tudo indica, o estudo do turismo “pertence” aos pesquisadores nativos do idioma inglês e aos que vivem na Europa Central e países d’além mar de fala inglesa. Então, como ficam América Latina e Península Ibérica? E as dezenas de países que formam a África? E o “resto do mundo” não importa? Sobre isso já se manifestaram inúmeros autores, entre eles Dann e Parri-nello (2009), que reposicionaram a importância da sociologia e de outros idiomas (alemão, espanhol, italiano) na origem dos estudos turísticos, por exemplo.

Apostolopoulos, Leivadi e Yiannakis (1996) e Castillo Nechar (2011) já evidenciaram que mais de 90% dos estudos turísticos dizem respeito a 4 campos: os turistas; as relações entre turistas e pessoas do local; a estrutura e funcionamento do sistema turístico; e as consequências do turismo. Portanto, pouco ou nada se apresenta de reflexão crítica, de discussão filosófica. Essa crítica nos leva ao ponto seguinte: a necessidade de reflexão epistemológica sobre o turismo.

Falar em epistemologia do turismo na América Latina há 10 ou 15 anos era algo novo. Um pequeno grupo de autores se dedicava ao tema, por vezes visto como algo teórico demais, distante da realidade e, conseqüentemente, sem importância. Gradativamente essa opinião e esses estereótipos foram e estão mudando. Esse tema já faz parte da programação de congressos de turismo, tal como o Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR); o Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (SEMINTUR) e o Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), todos realizados no Brasil.

No México, por exemplo, em 1989 se criou o Mestrado em Investigação Turística na Faculdade de Turismo da Universidade Autónoma do Estado do México (UAEM), com um programa focado na epistemologia e filosofia do turismo sob a perspectiva crítica. Esse mestrado envolve linhas de investigação que giram em torno da conceitualização e metodologia do turismo, que originaria, em 2009, o Mestrado e o Doutorado em Estudos Turísticos, vigentes até o momento.

Quando um pesquisador se dá conta de que a produção de conhecimentos em turismo pode estar a serviço dos governos que, por meio de agências de fomento, direcionam os editais de apoio à pesquisa para temas específicos, então a epistemologia e a visão crítica adquirem importância. Mas esses são apenas simples exemplos.

Tal como Tribe (2006) já expressou, a produção de conhecimento em turismo está a serviço de grupos de empresários, de universidades, de governos, de planejadores, de investigadores etc. Além disso, sofre com a ideologia e os interesses dos acadêmicos que direcionam as pesquisas de acordo com suas necessidades, que podem ter maior ou menor importância para o mundo real e teórico. Então, o papel do investigador crítico é desvendar, desvelar, denunciar, mostrar essa realidade, tornar acessível e visível o pano de fundo no qual se desenvolve o fazer ciência em turismo. Portanto, a ciência não é neutra. Por exemplo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma Fundação do Governo Federal do Brasil, é uma das responsáveis por financiar e avaliar a pesquisa e a pós-graduação no país. Ocorre que, recentemente, ela passou também a planejar a pós-graduação, numa clara influência de interesses. Além disso, o modelo de avaliação baseado em informações que devem ser lançados num complicadíssimo sistema chamado Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>) vicia os programas de pós-graduação a trabalharem para cumprir os interesses da própria CAPES e não necessariamente para atenderem à essência da pós-graduação, que é o fazer ciência de qualidade e formar recursos humanos nas mais diversas áreas do conhecimento. Críticas e reflexões dessa natureza são feitas por inúmeros acadêmicos brasileiros e foram analisadas por vários autores, entre eles Vogel (2015).

Aqui está a primeira revisão que comumente fazemos sobre as visões positivistas do turismo. O positivismo vê a existência de uma ciência, e somente uma, baseada em leis e no método hipotético-dedutivo. Para isso, a neutralidade do sujeito, do ser conhecedor, é fator fundamental. Mas, como já dito, essa neutralidade não existe; logo, os valores adquiridos e conhecimentos devem ser reanalisados e reinterpretados. Em nosso

entendimento, o turismo foi, por longa data, visto e estudado somente por essa perspectiva. Veja-se o caso do documento Barômetro, da Organização Mundial do Turismo (OMT), que evidencia periodicamente o crescimento ou queda do número de visitantes estrangeiros mundo afora. Apenas recentemente a OMT passou a promover ações de maior envergadura e impacto direcionadas a outros aspectos do turismo, tais como a visão ética, a sustentabilidade, o turismo acessível e a inclusão de grupos minoritários.

É preciso reiterar que a ciência não é neutra e nunca foi. Os critérios para a distribuição das bolsas de investigação dadas pelas agências de fomento à pesquisa, por exemplo, não raras vezes são motivos de críticas, discórdia e desavenças entre os pesquisadores. Ter uma bolsa de pesquisa significa que o pesquisador não só terá condições financeiras para desenvolver uma pesquisa, mas também que usufruirá do *status* acadêmico conferido àqueles que com ela são contemplados. Portanto, nem tudo é tão claro no fazer ciência. E sobre o desenvolvimento e avanço em áreas acadêmicas mais consolidadas, se passa o mesmo. Foi sobre isso, ou melhor, sobre “o fim da ciência”, que tratou o livro de Horgan (1998), caminho que antes já havia feito Thomas Kuhn (1975), ao tratar de uma ciência em crise, em seu “A estrutura das revoluções científicas”.

Com essa explicação, cremos que é importante introduzir um argumento e posicionamento que aborde o turismo de forma independente e transversal. Ou seja, cremos que o ato de construir conhecimentos sobre o fenômeno turístico pode gerar método e teoria próprios e, com isso, auxiliar na definição do objeto de estudo, a partir de uma visão epistemológica crítica, tal como apresentada por Castillo Nechar (2011).

Durante muito tempo os pesquisadores do turismo aplicaram processos sistemáticos, tanto teóricos como metodológicos, em suas análises. Isso levou à limitação de suas possibilidades de construção e demonstrou não somente uma falta de criticidade, mas também um vazio argumentativo na implicação que a crítica tem na construção do turismo como objeto de estudo, que vai mais além da medição e objetividade do que é manifestado. Com isso, voltamos a dizer que há algo mais, além das práticas e

resultados alcançados pelo setor de viagens e turismo. Há algo velado que precisa ser desvelado.

Apesar de, na atualidade, existirem propostas teórico-metodológicas para o estudo do turismo, e já se ensaiam sobre métodos mistos de investigação (MOLINA e FONT, 2015), ainda se mantém uma visão de ciência hipotético-dedutiva, que se centra no estabelecimento de leis, procedimentos rigorosos e medições da realidade que pretendem ser neutras ao quantificar os fenômenos em questão. Em turismo, por certo, se demanda quantificar fatos, benefícios econômicos, afluências e movimentos, tendências e gostos, entre outros aspectos de sua atividade. Porém, tais ações não podem se limitar a valorizar a descrição quantitativa como essência do próprio fenômeno, sob o perigo de continuar com a tendência positifuncionalista - entendida como a tendência filosófica metodológica que une a visão objetivável da ciência e seu funcionamento social e ideológico de benefício e conservação do *status quo* das classes hegemônicas, segundo apontam Tovar Bustamante, Castillo Nechar, Valdés e Tamayo Salcedo (2015, p.37).

O turismo é um fenômeno socioeconômico de grande significado humano, ou seja, recreação, lazer e desenvolvimento pessoal são três aspectos que devem ser reinterpretados, no conjunto da prática, nos lugares onde ele se realiza. Não somente o visitante deve receber os “benefícios” que seu poder aquisitivo permite no desfrute dos atrativos, patrimônios e recursos, mas também o coletivo humano da sociedade que inclui os habitantes ou residentes locais.

Desse modo, o turismo demanda ser compreendido, reexplicado e interpretado, mais ainda, reinterpretado, para além da visão positiva com a qual tem sido marcado em seus estudos e investigações.

Na atual sociedade moderna, vivemos em condições de crises constantes e sofremos com explicações que deformam a razão e as evidências, mostrando que as coisas, fatos e fenômenos geram benefícios para todos, mas há um *status quo* e ideologia subjacentes que favorecem as classes hegemônicas.

Por isso, resulta oportuno resgatar esse horizonte epistêmico-filosófico da Teoria Crítica, pois submete a reflexão crítica à chamada

racionalidade moderna do turismo, a qual não pode estar descontextualizada dos processos históricos sociais, como se patrimônios, identidades e cultura – em geral – emergissem magicamente para abater a pobreza, provocar desenvolvimento regional, gerar empregos e captar divisas, num momento específico, para sua comercialização com sucesso, distantes das expectativas e projetos de vida de populações, ambientes e condições locais. Não raro presenciamos essa situação em nossos países de origem.

Evidenciamos, assim, que a ciência tradicional do turismo, até o momento, se caracteriza por esse mencionado positifuncionalismo. Essa visão restringe novas formas de abordagens, de estudo e de investigação do turismo, sobretudo quando as atuais condições históricas põem em evidência que esse modelo tradicional não atende mais as populações tradicionais, os ambientes naturais e até os destinos de praia. Os objetivos maiores, tais como geração de empregos, combate à pobreza, desenvolvimento regional, respeito à cultura local e às identidades, valorização e preservação dos patrimônios, uma economia justa e equitativa, entre outros, são esquecidos e dificilmente atingidos. Esses objetivos, inclusive, estavam relatados nos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, e agora estão no novo documento, *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (http://www.pnud.org.br/Docs/Agenda2030completo_PtBR.pdf), mas o caminho a ser percorrido ainda é longo...

A ciência moderna, com suas laureadas conquistas em torno do progresso, desenvolvimento e bem estar da sociedade, ainda está longe de cumprir suas promessas. Vários destinos denominados turísticos vivem desigualdades, não somente econômicas, mas também de lazer, de recreação e de educação, de segurança, e até de acesso às novas tecnologias. De qualquer maneira, ao lado desses problemas, no turismo se fortaleceu um discurso de bonança, acentuado por um otimismo sem reflexão, que não mede com precisão os impactos que estão ocasionando um turismo chamado “alternativo”, com tintas convencionais em relação à sua comercialização, custos e promoção.

Nesse contexto, a perspectiva da Teoria Crítica se apresenta ao realizar uma crítica social ao sistema capitalista como um sistema unitário de

racionalidade social e democracia participativa, mas que, não raras vezes, se converte em um sistema opressor e dominante que deixa de lado a consciência da pluralidade cultural, os movimentos de emancipação social e um conceito pleno de justiça que não segregue, mas sim agregue, inclua e integre.

A crítica no turismo não é, então, uma simples forma de denúncia ou oposição a um processo histórico, mas sim uma reflexão. Trata-se de uma reinterpretação que media a teoria e a história na conformação de uma razão social ativa, que pretende a transformação das condições que dão base para tradicionalismos e buscam emancipação cognoscitiva e de práticas convencionais no turismo.

Em nosso ponto de vista, a validade da perspectiva crítica para o turismo apresenta três aspectos para seu exercício: o filosófico, o histórico e o crítico. A filosofia, em sua essência, é reflexão, pensamento e construção de conhecimentos sobre algo. A história conjuga um emaranhado de fatos, fenômenos e dados sociais que dão lugar a processos, tarefas e objetivos a alcançar. A crítica é o exercício valorativo, de julgamento e emancipador do pensamento tradicional.

Para o pensamento turístico, a perspectiva crítica põe na mesa o valor do julgamento, da reflexão e da conformação de conjunções para submeter ao escrutínio da razão. Incrustar a crítica na sociedade contemporânea, na qual se desenvolve o turismo como nunca antes, deve considerar ao menos três questões básicas, das quais derivem temas específicos:

- a) o capitalismo como deformação da racionalidade social;
- b) a ética como evidência de atuação responsável;
- c) a reflexão filosófica-social como horizonte de argumentos críticos.

Para um novo sentido no estudo e investigação do turismo, a perspectiva crítica tem validade não somente na produção de conhecimentos, mas também em sua práxis cotidiana, com intervenção em suas atividades e organização, pois aborda as condições de crise, complexidade e multidimensionalidade das comunidades nas quais se implanta o turismo.

A pesquisa e o conhecimento produzidos pelo paradigma científico estão limitados em sua forma de realização, em sua lógica de construção e

em suas representações e medidas da realidade analisada. Uma crítica para esse tipo de turismo deve reunir como mínimo a identificação de contradições, o reconhecimento das limitações das dinâmicas socioturísticas e propostas de transformação e emancipação de convencionalismos nos planos requeridos.

Nesse sentido, algumas tarefas básicas dessa perspectiva crítica em turismo são:

- a) Aprofundar a compreensão dos fenômenos turísticos em sua contextualização social e transversalidade disciplinar.
- b) Reconher as diferentes lógicas e dinâmicas que esses fenômenos assumem em processos éticos, democráticos, humanos e sustentáveis, que apoiem a integração social.
- c) Medir a capacidade política da sociedade para minimizar brechas socioeconômicas dos atores sociais menos protegidos.
- d) Formação de sujeitos pensantes, críticos e transformadores de sua história.

Mesmo que para alguns os estudos de turismo tenham se posicionado em um plano intelectual e analítico (PERNECKY, JAMAL, 2010), tem-se deixado de lado o enfoque crítico que transcende a investigação científica predominante. A crítica (do grego κρίνειν e de κριτικός) implica discernir, exercer um papel relativo ao de juiz; por outro lado, há a questão ética, envolvendo imparcialidade e equidade. Portanto, crítica e ética devem estar presentes no momento de valorizar e propor algo. É sob essa perspectiva que cremos ser importante trabalhar. É sobre isso que tratam os capítulos deste livro.

REFERÊNCIAS

APOSTOLOPOULOS, Yiorgos; LEIVADI, Stella; YIANNAKIS, Andrew. *The sociology of tourism: theoretical and empirical investigations*. Londres: Routledge, 1996.

CASTILLO NECHAR, Marcelino. Epistemología crítica del turismo ¿qué es eso? *Turismo em Análise*, v.22, n.3, p.516-538, 2011.

DANN, Graham MS.; PARRINELLO, G. Liebman. (Orgs.). *The sociology of tourism: European origins and developments*. n.12, Emerald Group Publishing Ltd, 2009.

DIELEMANS, Jennie. *Välkommen till paradiset* (Bem vindo ao paraíso). Suécia: Atlas, 2008.

HORGAN, John. *Ofim da ciência: uma discussão sobre os limites do conhecimento científico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRIPPENDORF, Jost. *Die Ferienmenschen. Für ein neues Verständnis von Freizeit und Reisen*. Zürich: [s.n.], 1984.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MOLINA-AZORÍN, José F.; FONT, Xavier. Mixed methods in sustainable tourism research: an analysis of prevalence, designs and application in JOST (2005–2014). *Journal of Sustainable Tourism*, Oct., 2015.

PERNECKY, T.; JAMAL, T. (Hermeneutic) phenomenology in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, v.37, n.4, p.1055-1075, 2010.

SAMPAIO, Sofia. Estudar o turismo hoje: para uma revisão crítica dos estudos de turismo. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v.17, n.1, p.167-182, 2013.

TOVAR BUSTAMANTE, Laura Eugenia; CASTILLO NECHAR, Marcelino; VALDÉS, Ruben Mendonza; TAMAYO SALCEDO, Ana Leticia. La visión crítica en el construir del conocimiento turístico. *Revista de Análisis Turístico*. 19 1º semestre 2015, pp. 33-44.

TRIBE, John. The truth about tourism. *Annals of Tourism Research*, v.33, n.2, p.360-381, 2006.

TURNER, Louis; ASH, John. *"The" Golden Hordes: International Tourism and the Pleasure Periphery*. London: Constable Limited, 1975.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. *Avaliação da pós-graduação brasileira: análise dos quesitos utilizados pela Capes e das críticas da comunidade acadêmica*. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-29062015-150747/>>. Acesso em: 2016-03-31.

CAPÍTULO 2

EPISTEMOLOGIA DO TURISMO: ESCOLAS TEÓRICAS E PROPOSTA CRÍTICA¹

1 INTRODUÇÃO

A epistemologia é tema relativamente novo no cenário de investigação do turismo, porém vem se intensificando na atualidade com crescente bibliografia, tal como a produzida por Leiper (1981, 2000), Comic (1989), Centeno (1992), Spode (1993), Tribe (1997, 2000 e 2004), Beni (1998), Phillimore e Goodson (2004), Panosso Netto (2005), Castillo Nechar e Lozano Cortés (2006), Ateljevic, Pritchard e Morgan (2007), Darbellay e Stock (2012) entre outros. Disciplina fundamental para o estabelecimento dos alicerces científicos de qualquer campo de estudos, a epistemologia, em turismo, ainda é vista como tema complexo, exótico, teórico, filosófico e com pouca aplicabilidade. Por isso tudo, seguida vezes é menosprezada pelos cientistas da área turística, conforme comprovou o estudo de Castillo Nechar, Tomillo Noguero e García Gómez (2010).

De acordo com Tribe (1997, p.639), a epistemologia em turismo é importante por dois motivos. Primeiro, porque “promove uma revisão sistemática do que é o legítimo conhecimento turístico”; e segundo porque “ainda não há acordo sobre o mapa ou as fronteiras dos estudos turísticos”. Acrescenta-se outro ponto importante da epistemologia: ela não permite que os estudiosos se deixem levar pelas ideias hegemônicas sobre o turismo, que buscam conservar a ordem e o progresso atual de seu desenvolvimento. Ou seja, praticar a epistemologia é buscar a reflexão crítica que tem por fim revelar e descobrir um mundo no qual a desigualdade, os problemas humanos e do meio ambiente, por exemplo, são parte de uma ordem funcional

1 Artigo originalmente publicado em: PANOSSO NETTO, Alexandre; CASTILLO NECHAR, Marcelino. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 8, p. 120-144, 2014. Reproduzido com autorização dos autores e da revista.

e estrutural que incide no turismo e também no conhecimento produzido sobre o tema. Além disso, a epistemologia é importante para que se possa explicar como se pensa o turismo e, assim, se faça a distinção entre o falso e o verdadeiro, entre a verdade e o erro, ainda que essa discussão seja de todas as maneiras elevada e complexa.

O objetivo do artigo é discutir e problematizar o tema da epistemologia aplicada ao turismo. Serão apresentadas e analisadas algumas compreensões que os estudiosos do turismo até o presente momento têm da epistemologia. Serão identificadas linhas teóricas que se valem do positivismo, da fenomenologia, do marxismo, do racionalismo e da hermenêutica. Propõe-se, neste estudo, a teoria crítica como alicerce na construção do conhecimento turístico. Pretende-se também compreender o papel das visões neofuncionais e neoestruturais que refuncionalizam o discurso economicista e produtivista oficial de turismo e, por fim, apresenta-se uma visão reflexiva da epistemologia do turismo, com elementos que levem à produção de conhecimentos críticos. A metodologia está baseada na revisão crítica de textos, amparada pela teoria do conhecimento e pela própria epistemologia aplicada ao turismo.

2 CONCEITO DE EPISTEMOLOGIA

Um das definições clássicas de epistemologia propõe que se trata do estudo do conhecimento, e sua origem está no grego (*episteme*= conhecimento + *logia*= estudo). Também é nomeada gnosiologia, filosofia do conhecimento, crítica do conhecimento e teoria do conhecimento. Lalande (1999) considera a teoria do conhecimento como a parte introdutória da epistemologia e, por isso, sua auxiliar indispensável. Para esse autor, teoria do conhecimento seria o “estudo da relação que o sujeito e o objeto mantêm entre si no ato de conhecer” (1999, p.1128). Porém, aponta que, dependendo do idioma e até da região, os termos podem ou não ser intercambiáveis. Assim, “a distinção que se faz em francês entre epistemologia e teoria do conhecimento (gnosiologia) seria sem dúvida muito útil, mas não é usual nem em italiano nem em inglês” (Lalande, 1999, p.313).

Segundo Abbagnano (1998), em italiano o termo mais usado é gnosologia e, em alemão, *Erkenntnistheorie*, sendo que os vários termos têm o mesmo significado. Nos idiomas alemão, espanhol, inglês, francês e português, o termo epistemologia também é sinônimo de teoria do conhecimento. Parece existir uma sinonímia entre epistemologia e filosofia da ciência, mas não há. O termo epistemologia, no panorama cientificista, aparece a partir do século XIX. “A palavra epistemologia, que literalmente significa teoria da ciência, é de recente criação. Se a palavra é nova, o que designa também o será” (BLANCHÉ, 1973, p.5). A palavra epistemologia, mesmo sendo nova no vocabulário científico, já estava entre os antigos filósofos gregos que diferenciavam *episteme* de *doxa*.

Alguns filósofos podiam tentar determinar em que condições um conhecimento da natureza devia atender para possuir as características de certeza íntima e de validade universal, as únicas que permitiam que se a considerasse propriamente como uma ciência. Mas o único meio para saber verdadeiramente o que seria esta ciência, era antes de tudo fazê-la (BLANCHÉ, 1973, p.5-6).

Para Runes (1981, p.183) o termo epistemologia se assume como “O ramo da filosofia que investiga a origem, estrutura, métodos e validação do conhecimento, [...]”. De sua parte, Foulquié e Saint-Jean (1962, p.223) afirmam que “A epistemologia é a disciplina que trata os problemas filosóficos postos pela ciência, [...]”. Abbagnano (1998, p.183), ao contrário, afirma que o termo não indica uma disciplina como a lógica, a ética ou a estética, mas sim “um modo de tratar um problema nascido de um pressuposto filosófico específico”. Percebe-se, portanto, que existe certa dúvida se a epistemologia constitui-se uma disciplina filosófica ou não.

Japiassu (1979, p.16) definiu epistemologia como “o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. Para isso a epistemologia necessita reflexão, mas nem toda reflexão sobre o conhecimento produzido traz consigo a epistemologia. Para Bunge (1980, p.12-3),

a epistemologia é útil se satisfizer às seguintes condições: refere-se à ciência propriamente dita; ocupa-se de problemas filosóficos que se apresentam de fato no curso da investigação científica ou na reflexão sobre os problemas, métodos e teorias da ciência; propõe soluções claras para tais problemas, em particular soluções consistentes com teorias rigorosas e inteligíveis, bem como adequadas à realidade da investigação científica; é capaz de distinguir a ciência autêntica da pseudociência, a investigação profunda da superficial, a procura da verdade da procura de temas simples; é capaz de criticar programas e mesmo resultados errôneos, assim como sugerir novos enfoques promissores.

A epistemologia estuda a origem do conhecimento e seu desenvolvimento, ampliando a reflexão para sua validade. Um dos fundadores da teoria do conhecimento foi Immanuel Kant, em sua obra “Crítica da razão pura” (1781 [2003]). Seu método foi denominado transcendental, visto que não investiga a origem psicológica do conhecimento, mas sim sua validade lógica; não quer saber como surge o conhecimento, mas sim como ele é possível e sob quais fundamentos repousa (HESSEN, 2003).

As questões que a epistemologia clássica propõe responder são vastamente conhecidas, e entre elas estão, segundo Steup (2011):

Quais são as condições necessárias e suficientes do conhecimento? Quais são suas fontes? Qual é sua estrutura e quais são seus limites? [...] Como devemos compreender o conceito de justificação?² O que torna crenças justificadas justificadas? A justificação é interna ou externa à própria mente?

Portanto, “a teoria do conhecimento [...] é uma interpretação e uma explicação filosóficas do conhecimento humano” (HESSEN, 2003, p.19).

2 O conceito de justificação autoriza a crença num conhecimento. Segundo Lalande (1999, p.602) justificação é “Ato de justificar-se, ou de se justificar, quer dizer, primitivamente de tornar justo ou fazer-se justo [...]; depois, por enfraquecimento do sentido primitivo, se diz de todo ato pelo qual se refuta uma imputação ou até pelo qual a ultrapassamos, ao mostrar que se está no direito (quer moral, quer lógico), de o fazer, que temos razão para dizer o que dissemos, ou de fazer o que fizemos. Malebranche chamou especialmente *juízos* ou *raciocínios de justificação* àqueles pelos quais damos razões intelectuais para apoiar os nossos sentimentos, razões boas ou más, mas em todo caso encontradas posteriormente.”

Para Audi, a epistemologia é o “estudo da natureza do conhecimento e a justificação, e, especificamente, o estudo de a) suas características definidoras, b) suas condições substantivas e c) os limites do conhecimento e a justificação” (AUDI, 2004, p.292).

No século XX a epistemologia teve avanços e configurou algumas escolas temáticas. Para Bombassaro (1992), foram duas as principais tendências epistemológicas no século XX. A primeira é a tendência analítica, também conhecida como tendência analítica da ciência, filosofia analítica da ciência ou filosofia linguística, que adota a posição do empirismo lógico, representado por filósofos que tinham relação ou faziam parte do Círculo de Viena, entre eles Ernest Mach, Gottlob Frege, Alfred Whitehead, Rudolf Carnap, Alfred Tarski, Bertrand Russell, David Hilbert e Ludwig Wittgenstein, e pela filosofia de Karl Popper. A segunda é a tendência histórica, ou nova filosofia da ciência, que surge com críticas à tendência analítica e como uma nova opção epistemológica, representada por Thomas Kuhn, Imre Lakatos, Paul Feyerabend, Norwood Russell Hanson, Stephen Toulmin (todos da nova filosofia da ciência, influenciados por Karl Popper); Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Michel Foucault (que pregavam a negação da tendência analítica); Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas (que propunham reflexões da Escola de Frankfurt).

Pela explanação feita, o termo epistemologia será empregado em sentido literal: discurso (logos) sobre a ciência (episteme) (MIGUÉLEZ, 1977, p.7); mas será redimensionado com a reflexão filosófica, segundo a qual episteme = discurso que, em seu discorrer, produz uma reflexão filosófica-empírica não somente de crítica de conteúdos, mas também de conteúdos críticos, com novos sentidos e significados, a fim de transformar positivamente o problema em questão (CASTILLO NECHAR, 2011). Porém, não se deve esquecer que o termo epistemologia às vezes se refere a uma teoria geral do conhecimento, e outras a uma teoria regional do conhecimento (ABBAGNANO, 1998).

2.1 Duas tendências da epistemologia do século XX: analítica e histórica

2.1.1 Tendência analítica

A tendência analítica da epistemologia tem como princípio a filosofia empirista e positivista, que afirma que o conhecimento só é possível se partir da experiência com o que é imediatamente dado. Para isso, os autores dessa tendência usam a análise lógica da linguagem como método filosófico (BOMBASSARO, 1992). Nesse quesito, evidencia-se a influência do *Tractatus Lógico-Philosophicus* (1921 [2008]), estudo maior de Ludwig Wittgenstein.

Stich (1998, p.106) discorre sobre esse termo:

Eu proponho usar o termo *epistemologia analítica* para denotar qualquer projeto epistemológico que leva à escolha entre concorrentes regras de justificação ou critérios concorrentes de acertos para ligar à análise conceitual ou linguística. Não pode haver dúvida de que uma parte substancial dos escritos epistemológicos publicada em inglês no último quarto de século tem sido epistemologia analítica.

Ou seja, para esse autor, grande parte da teoria do conhecimento em inglês segue essa linha, sendo, portanto, fortemente baseada no positivismo e na experiência, temas que são vastamente divulgados nas *hard sciences*.

O Círculo de Viena, oficialmente fundado em 1929, era formado por profissionais das mais diversas áreas, entre físicos, matemáticos, filósofos e lógicos, e buscava construir uma filosofia científica, tendo como pressuposto a rejeição a tudo o que era considerado especulação, tal como o idealismo e as “correntes filosóficas atentas a distinguir entre ciências naturais e ciências culturais ou ciências naturais e ciências do espírito” (MORA, 1964, p.906). Os membros do grupo usavam a indução como teoria científica – “a teoria de que as ciências sociais naturais eram as ciências indutivas e a indução era um processo de estabelecer ou justificar teorias através de observações ou experiências repetidas” (POPPER, 2008, p.114).

O objetivo do Círculo de Viena era claro: construir uma linguagem científica e buscar uma concepção científica do mundo. Seria necessária a “superação da metafísica pela análise lógica da linguagem” (BRANQUINHO, MURCHO e GOMES, 2006, p.343), mas também a reconstrução lógica dos conceitos científicos e o uso da verificabilidade dos conceitos (que mais tarde foi superado pelo conceito da falseabilidade de Karl Popper em seu livro *Logik der Forschung*, de 1934). Essas teses do Círculo de Viena foram decisivas para prover a epistemologia do rigor metodológico para a investigação (BOMBASSARO, 1992).

Para Karl Popper (2003), os três principais problemas da epistemologia eram: 1. A lógica da investigação (negação total à indução); 2. O critério de demarcação (negação do critério de verificação e introdução do critério de falseabilidade); e 3. A objetividade científica (mesmo destacando a necessidade da objetividade, esse autor afirmou que existe um fundamento empírico na ciência).

A tendência analítica teve seus princípios no empirismo e no positivismo. Quando Karl Popper propôs que o critério de demarcação nas ciências fosse a falseabilidade, e não a verificação ou a confirmação, a tendência ganhou novo fôlego e ocorreu sua renovação. As novas ideias trazidas por Popper configuram o racionalismo crítico e colocam esse autor numa posição central do debate. Ao mesmo tempo que defende a filosofia empirista, ele faz a crítica fundamental ao método indutivo e ao positivismo do grupo de Viena. Popper, portanto, de um lado critica, e de outro oferece novos conceitos para o Círculo de Viena seguir vivo. Com a falseabilidade, acabava de ser criada uma epistemologia negativa, a qual afirmava que somente se uma teoria fosse possível de ser refutada, é que seria científica. Sua afirmação diz: “deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico” (POPPER, 2003, p.42). Com essa explicação, percebe-se que “o conhecimento, ao ver de Popper, é de natureza provisória – e permanentemente de natureza provisória. Em nenhum momento há condições para demonstrar que aquilo que sabemos é verdadeiro e é sempre possível que o sabido se revele falso” (MAGEE, 1974, p.32). Essa posição teórica “implicava que as teorias científicas, se não são falsificadas, permanecem para todo o sempre

hipóteses ou conjecturas” (POPPER, 2008, p.114). Assim, estava claro naquele momento que as teorias científicas são provisórias. Por melhor que sejam, podem ser refutadas (falseadas), dando lugar a uma nova teoria mais robusta, mais próxima da verdade, que diga mais e mais sobre o tema analisado. Esse ponto de vista muda drasticamente o pensamento científico, pois de um acúmulo de conhecimentos com teorias que se somam, passa-se ao avanço científico pela substituição de uma teoria por outra.

Com essas posições, Popper foi o ‘assassino’ do positivismo lógico e da análise linguística, ambos amparados pela filosofia de Wittgenstein, e que também eram fundamentos teóricos do Círculo de Viena. Isso ele mesmo assumiu quando afirmou que o positivismo lógico está morto e pergunta “quem o matou?”, ao que responde: “receio ter que admitir a minha responsabilidade. No entanto, não o fiz de propósito” (POPPER, 2008, p.126).

2.1.2 Tendência histórica

A partir da crise da tendência analítica da epistemologia, surge a tendência histórica que se manifesta em estudos publicados a partir dos anos 1950 e que se intensificaram nos 20 anos seguintes. O caminho seguido foi a incorporação de reflexões sobre pontos não analisados na tendência analítica, tais como os elementos históricos e a revalorização da metafísica e da ontologia (BOMBASSARO, 1992). Mark Wartfsky afirma o seguinte: “O objetivo ou projeto da epistemologia histórica é descrever a atividade humana na qual qualquer conhecimento é adquirido – seu gênese, seu desenvolvimento e suas formas específicas ou modelos, na ciência e na arte.” (*apud* DOLLING, 2003, p. 35-6).

Os principais estudos dessa tendência foram *Patterns of discovery: an inquiry into the conceptual foundations of science* (1958), de Norwood Russell Hanson, para quem o cientista utiliza o raciocínio indutivo na busca de solução aos problemas propostos e sugere que quem faz a descoberta é o homem que vê algo que outros não viram antes dele. Nesse estudo, aponta que não se pode separar a observação da interpretação, sem mudar as

suas características. Em *The structure of scientific revolutions* (1962[2006]), de Thomas Kuhn, está a teoria de que as ciências avançam em saltos, em rupturas, criando e superando paradigmas em seu seio. De imediato Kuhn foi visto como um grande crítico das ideias de Popper. *History of science and its rational reconstruction* (1970), de Imre Lakatos, que aceita as ideias de Popper e propõe o falseacionismo sofisticado: afirma que as teorias não são falseáveis por experimentos, mas sim por outras teorias em grupos de investigação. *Human understanding* (1972), de Stephen Toulmin, que critica Kuhn e propõe um modelo próprio de mudanças conceituais, comparado ao modelo evolutivo de Darwin, pois nele estão expostos os processos de evolução e de seleção das teorias. *Against method* (1975), de Paul Feyerabend, expõe sua teoria do anarquismo metodológico, segundo o qual o problema da ciência não seria o método, pois não há um método, mas sim vários. Para ele, em ciência, a única metodologia é o tudo vale (*anything goes*). Assim, sua crítica à ciência unificada é clara. Tais obras caracterizam a diversidade de abordagens dessa linha.

Em 1965, em Londres, houve um debate famoso em que estiveram presentes Popper, Toulmin, Feyerabend, Lakatos e Kuhn, todos discutindo e expondo suas ideias contrárias à teoria dos paradigmas de Kuhn. Lakatos e Musgrave publicaram em 1970 as discussões desse colóquio em *Criticism and the growth of knowledge*, e as ideias ali expostas continuaram a influenciar muitos cientistas desde então.

Os novos críticos da epistemologia analítica afirmavam que ela constitui uma filosofia simplista, pois está preocupada somente com a linguagem, a escrita, o pensamento lógico, seus enunciados, e esquece que a ciência é feita por homens, e que eles também influenciam a produção do conhecimento. A partir dessa crítica, as percepções, os pré-conhecimentos dos cientistas – portanto, a história de cada um – voltam a ser considerados. O desenvolvimento da ciência passou a ser visto com outros olhos, visto que, de uma posição imutável, a histórica da ciência passa agora a ser importante. Nesse sentido, os estudos de Kuhn (2006) são fundamentais, pois mostram como a ciência avança em saltos, rupturas, e muda também a forma de agir e pensar dos cientistas.

Imre Lakatos também faz crítica ao falseacionismo (falseabilidade) de Popper e da tendência analítica. Baseando-se em exemplos da ciência, mostra a impossibilidade desse conceito e afirma que os próprios cientistas não o utilizam. Com suas provas, mostra que a própria história da ciência falseia o falseacionismo popperiano (BORGES, 1996). Além disso, a tendência histórica busca valorizar a metafísica, pois a obra de Kuhn também apresentou vários conceitos metafísicos na busca da caracterização do termo central de seu estudo, o paradigma.

Por esta explanação, percebe-se que a tendência analítica é científica, ou seja, prega “a ideia de que a ciência faz conhecer as coisas tais como elas são, resolve todos os problemas reais e é suficiente para satisfazer todas as necessidades legítimas da inteligência humana” (LALANDE, 1999, p.160). Soma-se a isso a ausência do pensamento divergente nessa corrente – pois tudo levava a um método científico único – além de não ser favorável à multiplicidade de ideias. Por outro lado, está evidente que a tendência histórica clama pelos erros e acertos, já que a aprendizagem também aconteceria com os próprios erros dos cientistas.

Na atualidade, esse debate sobre a teoria do conhecimento e suas vertentes e tendências ainda não se esgotou. Alguns dos principais cientistas que se ocupam com o tema são Humberto Maturana, Edgar Morin, Larry Laudan, Mário Bunge e Boaventura de Souza Santos.

3 ESCOLAS EPISTEMOLÓGICAS ATUAIS DO TURISMO

Caracterizar as escolas epistemológicas atuais do turismo não é tarefa simples devido à multiplicidade de abordagens dos mais conceituados autores. Optou-se por analisar somente as escolas atuais. A formação de comunidades acadêmicas, no sentido que Kuhn (2006) apresentava, caracteriza-se não somente pela criação de grupos de pesquisadores em torno de um tema, mas também por fundamentar a unanimidade do conhecimento por aqueles que partilham o interesse em um tipo de investigação sobre certos pressupostos e procedimentos.

Algumas dessas comunidades acadêmicas não podem se delimitar espacialmente, nem temporalmente, pois se existiam investigadores mono-disciplinares nos anos de 1940 a 1970, também existiam os que buscavam estudos holísticos. Se, nos princípios dos estudos turísticos, havia os estudos mais focados em temas específicos, também existiam os que os abordavam de uma forma mais geral.

As comunidades acadêmicas de turismo não são reconhecidas como vanguardistas na produção sistemática do conhecimento em questão, devido ao fato de que – acredita-se – não formam uma rede distinta e tentam ser independentes e atomizadas (TRIBE, 1997, 2010). Tudo isso deu lugar para o aparecimento de paradigmas de turismo, se se pode entendê-los como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante certo tempo, proporcionam modelos de problemas e soluções a uma comunidade científica” (KUHN, 2006, p.13). Esses paradigmas, entre várias outras crenças científicas, são evidenciadas também nas escolas temáticas de turismo identificadas, sendo elas: a positivista (cientificista), a sistêmica, a marxista, a fenomenológica, a hermenêutica e a teoria crítica. Destaca-se que a visão positivista foi por muito tempo um dos paradigmas científicos no turismo. As outras perspectivas, surgidas depois, foram tentativas de superação de seus pontos deficientes (PANOSSO NETTO, 2011).

3.1 Positivismo

O positivismo analisa o turismo com a métrica clássica, com a necessidade de dados claros, metodologias estabelecidas, objetos de estudos definidos. O positivismo propõe a existência de um método que oferece segurança e certeza na investigação. Nessa corrente, “até certo ponto, as investigações sobre o método tornaram mais rigorosas e cautelosas as afirmações sobre a validade do conhecimento produzido na investigação científica” (BOMBASSARO, 1992, p.50). O positivismo lógico identificou um método segundo o qual somente por ele poderiam ser descobertas verdades; assim, todos os enunciados deveriam ser postos à prova por esse método, que já havia estabelecido critérios para dizer se eram ou não significativos

(PANOSSO NETTO, 2011). Ocorre com essa visão a exclusão da historicidade da ciência, considerando que a história seria apenas um conjunto de fatos sem importância científica. As críticas foram duras, e muitas. Bombassaro (1992, p.51), analisando o positivismo de forma geral, assim se expressou: “[...] neste sentido, ao pretender buscar os meios seguros para garantir a indubitabilidade do conhecimento, o positivismo lógico identificou a racionalidade com um conjunto de algoritmos, cuja função consistiria em dispensar o próprio investigador da tarefa e do compromisso de tomar decisões”.

Essa perspectiva científica vai se refletir nos estudos turísticos em posições teóricas que buscam desprovê-los de caráter científico, afirmando que não poderá ser uma ciência. Essa é a posição de Cooper, Fletcher, Gilbert e Wanhill (1993, p.1), quando afirmam que “por enquanto o turismo se constitui num domínio de estudo, no momento em que ele não tem um nível de sustentação teórica que lhe permitiria se tornar uma ciência³”; e Tribe (1997, p. 643) que, amparado nos estudos desenvolvidos por Hirst (1965, 1974, 1993), afirma:

Os conceitos de turismo não formam uma rede distinta. Sua única ligação é o objeto de seu estudo, ou seja, o turismo. Eles não formam uma estrutura teórica coesa. Por este motivo, não há uma estrutura lógica distinta para os estudos turísticos. Os estudos turísticos, por si só, não oferecem uma distinta e estruturada forma de analisar o mundo, assim como diz a física.

Ao analisar o sistema turístico proposto por Leiper (1981), Tribe (1997, p.646) afirma que, apesar de ele ser “um mapa útil das dimensões do turismo, ele dificilmente constitui uma teoria unificadora do turismo”. Ou seja, Tribe (1997) evidencia que acredita que o turismo deva ter uma teoria unificadora, sendo esta outra característica da visão positivista que busca unificar o conhecimento. A Organização Mundial do Turismo (2001)

3 No original em inglês está a palavra “discipline”, porém o termo correto, em português, é “ciência”, pois é a isso que os autores estão se referindo. A simples tradução de “discipline” por “disciplina”, em português, não seria correta, pois em inglês “disciplina” também significa ciência, fato que não ocorre em português. (Nota dos autores).

também é adepta dessa perspectiva, sendo, inclusive, uma de suas principais divulgadoras.

Logicamente, o estudo do turismo não pode ser visto com os olhos da física, nem seria possível criar uma estrutura lógica e formar um arcabouço teórico ao modo das ciências exatas, pois, como se sabe, as ciências sociais aplicadas não partilham dos mesmos paradigmas e métodos que as *hard sciences*. Os autores dessa corrente partilham da visão positivista de que o turismo não é uma ciência, pois não pode alcançar os patamares estabelecidos pelo classicismo científico. Obviamente que o conceito de ciência desses autores é o das ciências clássicas. A visão de Cooper et al. (1993) e de Tribe (1997) é contrária à perspectiva de Defert (1966), Alcalde Inchausti (1967), Jovicic (1975), Fernández Fúster (1978), Beni (1998) e Jafar Jafari (2001). Este último já sustentava que o turismo era uma ciência por sua doutrina sistematizada e lógica, validada na prática da atividade, e que esse setor havia adquirido o *status* de ciência devido a uma ampla gama de definições, conceitos, temas, problemas, perspectivas e instituições que o investigavam e o promoviam.

Assim, o positivismo apresenta as seguintes diretrizes que são aplicadas aos estudos turísticos: 1. Fundamento na ciência clássica como base do desenvolvimento da atividade. 2. Os avanços tecnológicos foram os grandes propiciadores do nascimento do turismo contemporâneo. 3. O estudo do turismo não pode ser elevado à categoria de ciência ou disciplina científica. 4. O turismo constitui-se num avanço da sociedade como parte de um valor universal. 5. Estudos estatísticos, que apresentam cifras dos deslocamentos de pessoas pelo mundo, são provas de que o fenômeno turístico está crescendo. 6. A grande quantia de dinheiro gerada pelo turismo confirma o sucesso da atividade. 7. Quando mais passa o tempo, mais o turismo cresce.

A visão positivista muitas vezes se reflete na universidade, que passa a ser rígida, operacional, que treina e adentra, limitando o pensar. No entanto, é necessário romper com esse modelo cientificista, pois o aporte ao conhecimento do turismo, pelas comunidades acadêmicas, se pode observar através do tempo e por uma série de passos que diferenciam o trabalho de qualquer comunidade de investigadores:

- Reconhecimento das anomalias.
- Período de insegurança.
- Desenvolvimento de grupos de ideias alternativas.
- Identificação de escolas de pensamento.
- Dominação de novas ideias.
- Crítica atual sobre o tema discutido.
- Consciência da existência de pontos frágeis do pensar turístico.

Para uma correta postura sobre o método em turismo, se deveria levar em consideração que “a questão do método em turismo segue a dinâmica das ciências nas quais o turismo é objeto de estudos” (DENCKER, 1998, p.28). Assim, propor a criação e utilização de apenas um método é inviável para a análise completa do fenômeno.

3.2 Sistemismo

O sistemismo, ou teoria geral de sistemas, teve como um de seus principais pioneiros e criadores o biólogo Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972). Esse autor percebeu que os seres vivos não eram estudados coerentemente pelo mecanicismo e que a biologia da época (décadas de 1920-1930) estava negligenciando a organização desses seres (VASCONCELLOS, 2002). Para ele, essa organização era o fenômeno essencial da vida. A partir da visão de que tudo poderia ser analisado como sendo e fazendo parte de um sistema, surgiu a teoria geral de sistemas. Leiper (2000, p.570) explicou o enfoque dessa teoria:

A finalidade distinta da teoria geral de sistemas é lidar com qualquer coisa ou qualquer ideia que pareça complexa. O objetivo é reduzir a complexidade. O valor é que depois de a complexidade ter sido reduzida, as coisas e ideias tornam-se mais fáceis de serem compreendidas, analisadas e gerenciadas. A estratégia para alcançar tal objetivo é, grosso modo, quebra [dividir] um todo (coisa ou ideia) em seus elementos, e então identificar os atributos essenciais dos elementos para ver como eles estão conectados.

Beni (1998) apontou que qualquer sistema deve conter meio ambiente, elementos ou unidades, relações, atributos, entrada, saída, realimentação e modelo. Além disso, definiu sistema como “um conjunto de partes que interagem de modo a atingir determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos, com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo” (BENI, 1998, p.23).

A teoria geral de sistemas tornou-se um paradigma nos estudos turísticos, principalmente na América Latina, com especial enfoque na Argentina, Brasil e México (LOHMANN, PANOSSO NETTO, 2008). Segundo Beveridge (1981), as principais características de um sistema são: interação harmônica entre seus componentes; um sistema é mais do que a soma de suas partes; se um dos elementos do sistema não funciona, compromete o funcionamento de todo o sistema; os sistemas abertos se relacionam com outros sistemas; os sistemas funcionam em relação com seu ambiente; a maioria dos sistemas sofre coerções internas e externas; os sistemas na biologia, na sociologia e na indústria tendem a alcançar seu equilíbrio (homeostase).

O primeiro autor a transportar e aplicar o pensamento sistêmico ao turismo foi Cuervo (1967). Para ele, o turismo seria um grande sistema, composto de outros conjuntos menores: meios de comunicação, estabelecimentos de hospedagem, agências de viagens, guias de turismo, estabelecimentos que oferecem alimentos e bebidas, estabelecimentos que oferecem bens de consumo aos viajantes, fabricantes de produtos típicos vendidos aos turistas, e os centros de diversão. Todos os sistemas devem ter um modelo que facilite sua compreensão. O sistema de turismo mais conhecido do mundo anglo-saxão é o de Leiper (1979, 1995), ainda que existam vários outros sistemas de turismo, tais como o de Sessa (1985), Molina (1991), Beni (1998) e o de Boullón (2002), por exemplo.

Pode-se dizer que os pontos positivos de se aplicar a teoria geral de sistemas nos estudos turísticos são: 1. Pela criação de um modelo (desenho conceitual), tem-se uma visão geral do “todo” do turismo. 2. É possível segmentar o sistema em partes e estudá-las separadamente. 3. É possível

separar o sistema turístico de outros sistemas, sendo seu estudo facilitado desta forma. 4. Possibilita o estudo interdisciplinar do turismo.

Por outro lado, os pontos negativos dessa abordagem são: 1. A separação do sistema turístico dos outros sistemas ocasiona uma visão fragmentada do objeto de estudo. 2. Ao separar o turismo em um sistema, deveria ser considerado que o turismo faz parte de um sistema maior, por exemplo, o cultural (LOHMANN, PANOSSO NETTO, 2008).

3.3 Marxismo

A visão marxista aplicada ao turismo tem relação com aquilo que MacCannell, em 1976, apontou como “semiótica da produção capitalista”. Isso significa que o turismo é impulsionado – e existe – pelos fatores econômicos de produção. Da produção de bens e serviços turísticos, surge a mais-valia, que é o excedente da produção transformado em lucro pelo empresário. O turismo não está disponível a todos. Somente aqueles que têm condições financeiras poderão pagar por ele e desfrutar do *status* social de ser um turista. Nessa perspectiva, o homem seria explorado pelo próprio homem.

A abordagem marxista também prega que o turismo é uma forma de imperialismo e colonialismo (KRIPPENDORF, 1984; NASH, 1977). Os que vivem nos países mais ricos têm mais propensão às viagens do que os que vivem nos países pobres. Quando ocorrem essas viagens, então pode ocorrer uma situação de opressão. Quem viaja tem dinheiro e tempo livre, demonstrando estar em uma posição de privilégio diante de quem recebe o turista. Quem recebe está em seu tempo de trabalho e não dispõe de muitos recursos financeiros. Essa situação já foi revelada por Young (1973), quando denunciou os problemas que o turismo causa nos destinos. Esse autor apresentou um cenário no qual não seria fácil eliminar os problemas do setor. Cohen (1972) também fez críticas dessa natureza. Outros grupos de autores seguiram com análises mais pontuais. O certo é que a visão marxista contribuiu para uma visão mais crítica da atividade, ainda que muitas vezes seja radical.

Para entender como pensam alguns dos pesquisadores que enfocam seus estudos no marxismo, opta-se por reproduzir a seguinte passagem de Mullor e Blázquez (2011, p.7):

Muitos cientistas do turismo adotam enfoques acríticos e legitimadores para com este setor. Mas atrás disso se escondem deteriorações sociais, ambientais e econômicas que devem ser analisadas e discutidas publicamente. Longe de produzir os efeitos prometidos em termos de desenvolvimento e bem estar social, sua expansão sob a lógica do capital supõe uma nova fonte de conflitos e contradições para as sociedades nas quais está. O turismo não é uma panaceia, mas sim atua como um placebo. Frente à publicística do setor turístico, entendemos que nosso dever como cidadãos e cientistas sociais é promover uma análise rigorosa e com ponto de vista, orientada para a defesa dos interesses da maioria da população, sobre a qual supõe a turistificação de nossas sociedades.

Essa corrente tece críticas ao turismo como atividade de burgueses e industriais. Também considera que o turismo nasceu a partir do surgimento do capitalismo e que são as leis econômicas que coordenam como, quando e para onde os turistas devem viajar. Entre autores que fazem essa crítica estão Young (1973), Bonaldo (1984), Ouriques (1998), Bem (2005), Mullor e Blázquez (2011) e Jiménez (2011).

3.4 Fenomenologia

A fenomenologia é um movimento filosófico do século XX. Historicamente como método tem sido mais utilizado pelas áreas de enfermagem, educação, estudos da religião, *management studies* e psicologia existencial (PERNECKY, JAMAL, 2010). Um dos temas estudados por ela é a experiência humana. A partir da concepção de que a experiência também é um dos elementos principais do turismo, a fenomenologia passou a ser aplicada nos estudos sobre o turismo. A descrição fenomenológica baseia-se na observação e na percepção do turismo como um fenômeno altamente dinâmico, desenvolvido no tempo e no espaço por

um indivíduo ou um grupo. Fenômeno turístico, portanto, seria algo que se mostra a si mesmo, tal como é, do modo que é (PANOSSO NETTO, 2011).

A pesquisa fenomenológica “é em grande parte desconhecida na pesquisa turística” e “a pesquisa fenomenológica é altamente complexa; consome muito tempo, requer ativo envolvimento do pesquisador, atenção e conhecimento da abordagem filosófica da abordagem particular” (PERNECKY, JAMAL, 2010, p.1057). A crítica oferecida por esses autores busca incentivar os estudos fenomenológicos do turismo, pois esta, segundo eles, é uma importante área.

Autores têm afirmado que as teorias não refletem de forma completa o que é o fenômeno turístico em sua essência. Até os dias atuais, alguns investigadores da temática ainda se perguntam o que é o turismo, quais são seus fundamentos, suas características principais. Essas perguntas levam à busca de se compreender a essência do turismo, no sentido fenomenológico. As teorias estão mais preocupadas nas relações de consumo, nas relações de mercado. Porém, o turismo envolve muito mais do que isso. No turismo estão também as necessidades, anseios e desejos humanos, bem como motivações psicológicas que são fundamentais na definição do que é e o que representa o turismo.

A fenomenologia pode ajudar a criar uma teoria do turismo. Ela permite a interpretação do fato em si, ou da coisa. Com a interpretação do fato em si, a fenomenologia propõe a reflexão a respeito do conhecimento acumulado sobre a temática. Lyotard (1967, p.8) afirma que a fenomenologia “foi de início e continua a ser uma meditação sobre o conhecimento, um conhecimento do conhecimento”.

Estudiosos apontam que a fenomenologia aplicada ao turismo seria “um estudo das razões essenciais e do significado transcendente do turismo para os seres humanos, em função do seu próprio mundo interior, e não apenas da perspectiva da sociedade de consumo” (BARRETTO, 2000, p.137). Pernecky e Jamal (2010) constatam que a pesquisa fenomenológica aplicada aos estudos turísticos apresenta alguns desafios, entre eles o desconhecimento da teoria e a própria complexidade da fenomenologia. Para

Jovicic (1988), a criação de uma teoria do turismo irá passar, necessariamente, por um estudo de sua epistemologia com base na fenomenologia.

Na literatura, há diversos estudos de fenomenologia do turismo, entre eles Cohen (1979), Molina (1991), Masberg e Silverman (1996), Marioli (2002), Ingram (2002), Panosso Netto (2005), Caton e Santos (2007), Andriotis (2009), Szarycz (2008, 2009), Santos e Yan (2010) e Pernecky e Jamal (2010).

3.5 Hermenêutica

A hermenêutica constitui um saber orientado para a interpretação de textos. Os textos são matéria ou assuntos de interpretação. Os textos podem ser visuais, acústicos, escritos, falados, sonoros etc. A hermenêutica pretende ser teoria e metodologia (CONDE GAXIOLA, 2008), sendo inclusive considerada o novo paradigma da episteme filosófica na atualidade (BEUCHOT, 2003).

A hermenêutica possui várias correntes. Uma delas é a hermenêutica dialética transformacional, aplicada recentemente no turismo por Conde Gaxiola (2008a, 2008b) que se vale dos fundamentos de Beuchot (2003). Essa proposta visa inquirir sobre o ser humano não apenas em sentido metonímico, mas também em sentido metafórico.

Para Conde Gaxiola (2008, p.93), trata-se de um caminho que pretende romper com “a estirpe univocista, visualizada nas orientações positivistas, funcionalistas, estruturalistas e condutivistas, partidárias da explicação superficial da compreensão, da literalidade, negando a poeticidade, e dos modelos das ciências exatas e da natureza, avassalando os saberes humanistas”. Trata-se, portanto, de uma metodologia crítica na leitura, releitura e nova interpretação do conceito de turismo.

Para os autores hermenêuticos, é importante a aplicação da hermenêutica nos estudos turísticos porque ela “proporcionaria elementos para aproximar-se de uma interpretação dos fatos turísticos, evitando os enfoques descritivos, típicos do funcionalismo turístico e do culturalismo (CONDE GAXIOLA, 2008, p.93); e também porque

[...] através de seu horizonte conceitual, ofertaria instrumentos para nos aproximar das grandes temáticas do turismo. A nós parece que um tratamento hermenêutico e dialético das modalidades e práticas do tempo livre e do turismo na sociedade [...] poderia oferecer novas pautas para abordá-las de forma mais adequada, e para contribuir na tipificação do planejamento e nas políticas turísticas do Estado e na caracterização das tendências turísticas mundiais, entre outros. (CONDE GAXIOLA, 2008, p.93).

Pernecky e Jamal (2010) apresentaram um quadro explicativo das diferenças entre a fenomenologia de Husserl (considerado um dos criadores da corrente filosófica) e da hermenêutica de Heidegger, que foi discípulo de Husserl, mas que mudou significativamente o aporte teórico da fenomenologia em busca da compreensão do ser no mundo (da-sein).

Outros autores que elaboraram estudos turísticos amparados na hermenêutica foram Ferreira (2008) e Patterson, Watson, Williams, Roggenbuck (1998) e Caton e Santos (2008).

4 EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DO TURISMO

A necessidade do desenvolvimento dos estudos críticos em turismo é uma consideração aceita por muitos investigadores na atualidade – Ateljevic, Pritchard, Morgan, 2007; Botterill, Gale, Haven, 2003; Castillo Nechar, Lozano, 2006; Castillo Nechar, Panosso Netto 2010; Dann, 2011; Franklin, 2004, Panosso Netto, Tomillo Noguero, Jäger, 2011; Tribe, 2008. Sobre a falta da crítica nos estudos turísticos, Tribe identificou que “uma significativa lacuna na pesquisa tem sido encontrada entre a ausência da pesquisa crítica e os vários temas significativos que requerem seus insights e orientações”; além disso, também “verificou-se que a crítica em turismo ainda é marginal em relação a todo o esforço da pesquisa em turismo” (TRIBE, 2008, p.253). Essa carência de crítica nos estudos leva ao resultado de que “nem toda abordagem produz conhecimentos sólidos – e com um mínimo de ‘vida útil’ – que servem de base para novas pesquisas”, de acordo com Panosso Netto, Tomillo Noguero e Jäger (2011, p.541).

Esses autores também identificaram, na crise das teorias e dos estudos turísticos, quatro momentos claros: a crise da instituição universidade; a crise na filosofia; a crise dos valores culturais, humanos, morais e éticos; e a crise dos valores históricos. Portanto, torna-se imperioso o desenvolvimento de estudos em turismo com a perspectiva crítica.

Mas o que significa ser crítico? É de conhecimento que a teoria crítica tem suas origens em autores como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Max Horkheimer, que fizeram parte da Escola de Frankfurt. Uma das preocupações, à época desses autores e até na atualidade, era propor soluções aos problemas mal resolvidos pela corrente positivista que praticamente limitava a atuação e o engajamento do investigador com a realidade investigada. A teoria crítica tem consciência de que o investigador sofre influências, no desenvolvimento de sua pesquisa, da sociedade, do meio acadêmico, das agências de financiamento, dos governos. Considera também que os valores morais podem influir na pesquisa. Portanto, a produção do conhecimento não é livre de interferência, como propunha a perspectiva positivista. Assim, “ser crítico é perceber que a pesquisa pode estar (e está), influenciada por grupos de poder” (PANOSSO NETTO, TOMILLO NOGUERO, JÄGER, 2011, p.554).

A teoria crítica auxilia os estudos turísticos, ao mostrar os interesses ocultos que direcionam as investigações, e ajuda a desvelar as ideologias que se manifestam no dia a dia do fazer acadêmico. A proposta que se apresenta tem fundamentos no que propôs Castillo Nechar e Lozano (2006) e Castillo Nechar (2011), que buscam exercitar a crítica reflexiva e interpretativa do turismo mediante a construção de conteúdos críticos, e não somente a crítica a conteúdos. A crítica busca compreender, construir, interpretar e produzir um sentido novo, um novo significado do objeto de estudo em questão, pois nada é dado que não deva ser e possa ser superado, é um levar-trazer o não dito para o dito, o não enunciado para o enunciado.

A esse processo de crítica soma-se o ato de interpretar. Interpretar significa mais do que a simples descrição, como uma mera construção mental. Interpretar significa um discurso por construir. É construir com seriedade tal que permita seguras e amplas margens de atualidade, veracidade e

verossimilidade. Trata-se, portanto, de colocar em prática o que a razão vai construindo de forma abstrata. Assim, o ato de interpretar implica detectar certa solidez nos sentidos que os indivíduos comunicam. A busca de sentidos não é algo abstrato, mas sim social. Nesse sentido, Castillo Nechar e Lozano (2006) assinalam que não somente se está diante de uma crise dos fundamentos do conhecimento científico, mas também do filosófico e, em geral, diante de uma crise dos fundamentos do pensamento.

Dada essa posição, é necessário resgatar o processo dedutivo e indutivo do pensar, como complemento que coimplica a construção de um saber que aspira a ser rigoroso no conhecimento do turismo. Essa proposta crítica põe em evidência muitos vícios de lógica que se têm convertido num hábito em amplos setores da vida acadêmica. Mais que isso, denuncia a falta de racionalidade na qual têm caído muitos outros segmentos, ao avaliar o nível de certeza, rigor e medida do conhecimento turístico nas investigações, pelo simples “uso correto” das regras metodológicas preestabelecidas, sem buscar examinar a lógica, o significado e as implicações do conhecimento construído. Essa proposta crítica, reflexiva e hermenêutica na epistemologia do turismo poderia terminar postulando uma matriz epistêmica distinta, com um sistema de estabelecimento de significados e processos operativos também diferentes (PANOSSO NETTO, 2011).

Pelo exposto, a perspectiva da teoria crítica está se tornando um novo paradigma nos estudos turísticos. Além desse novo paradigma, a teoria crítica impulsiona e abre espaço para novos temas que são postos em pauta pelos investigadores de turismo, que anteriormente eram ignorados. Entre tais temas, estariam alguns dos apontados por Holden (2011), entre eles:

O reconhecimento do valor do paradigma interpretativista, pesquisa ação e abordagem participativa; pluralidade de vozes para além do mundo Anglo saxão; conceitualizações de identidade, cidadania, mobilidade; pluralidade de publicação – reconhecimento da pesquisa em ciências sociais no turismo no mundo não falante do inglês; hegemonia e poder; igualdade de direitos e turismo; bem estar e saúde; destravar os processos de dualidade em turismo – combate à pobreza ou propagação da desigualdade econômica; destruir

a cultura ou renovar o orgulho cultural; destruir a natureza ou uma ferramenta de conservação; escapismo ou autenticidade; empoderamento feminino ou exploração.

O que se evidencia é que aquilo que possibilita e impele o indivíduo a construir conhecimentos não é a transposição de teorias a realidades determinadas, senão a compreensão ou criação de sentidos que não são totalmente compreendidos e criados. Assim, o processo de construção de conhecimentos turísticos deve ser desmistificado, pois não são somente “cientistas” que produzem conhecimento, já que a teoria e a prática não são processos opostos e excludentes.

Segundo Castillo Nechar (2011), não é crítica: um desentendimento entre duas visões; gosto que envolve preferências pessoais; atitude de uso diário, como expressão dos defeitos de algo. Porém, é crítica: ter a capacidade de discernir; cultivar um pensamento reflexivo interpretativo e abrangente; postura intelectual que tenta analisar e avaliar a estrutura e a coerência do raciocínio.

A proposta de ser crítico em turismo é uma proposta epistemológica, pois se trata do sentido do conhecimento em turismo e do que se sabe sobre o turismo. Os estudiosos do turismo adeptos do cientificismo tendem a valorizar a produção de conteúdos, mas nem sempre valorizam a criação de conteúdos novos e críticos. Os alunos são levados a aceitarem ideias e apenas repetir o que já foi feito no passado. Porém, essa visão já foi superada pela tendência histórica da epistemologia que, aliás, apoia o pensamento livre e incentiva novas ideias, valorizando os conflitos intelectuais e a própria dúvida. Uma proposta de epistemologia crítica do turismo vai levar a três ações concretas por partes dos pesquisadores, segundo Castillo Nechar (2011). Primeiro, é tirar a carga positivista da ciência que tem um interesse pragmático, mecânico-casual e funcionalista. Segundo, buscar reconhecer a concepção da ciência e da epistemologia que existe sobre a construção do conhecimento produzido. Terceiro, compreender o termo ciência, em sua dimensão ampla, a partir do vocábulo *scientia*, na concepção de conhecimento, prática, doutrina e erudição.

Simplesmente ter a capacidade da inteligência e do conhecimento não significa que um ser pensante seja crítico. Nem sequer o emprego da

lógica matemática, ou da lógica linguística, conduz alguém ao patamar de ser um crítico. O ser crítico usará desses conceitos e redefinirá sua forma e seus campos de aplicação. Trará a eles e à realidade que os cerca nova compreensão por meio de novos processos de reflexão baseada na relação teoria-práxis. Práxis aqui entendida como ação contextualizada e refletida. Além disso, reavaliará os seus próprios processos mentais em busca de equívocos lógicos, filosóficos, metodológicos ou da memória.

O uso preciso da palavra crítica provém do grego κριτικός (*kritikós*), que significa ser 'capaz de discernir'. Da mesma raiz grega deriva o verbo peneirar, que se refere a uma ação que separa uma coisa composta em dois grupos: os que cumprem um determinado critério e os que não cumprem. Exercitar a crítica, portanto, não é externar abruptamente uma opinião, um juízo ou ação. Implica cultivar um pensamento crítico que se observa no carácter da pessoa, cujo hábito de conduta procede a uma crítica dos dados do problema, antes de formar sua opinião ou de atuar conforme um fim.

A epistemologia crítica do turismo não implica a proposta de sistemas científicos, linguísticos, filosóficos, matemáticos, estatísticos ou metodológicos que sejam universalmente comprovados, rigorosos e válidos. Há décadas as críticas ao turismo têm mostrado as dificuldades da intelectualidade turística e do conhecimento turístico. Ou seja, as teorias até então não têm dado conta dos maiores problemas teóricos do turismo, entre os quais estão: o que é o turismo? É possível uma teoria do turismo? Quais são os limites teóricos do turismo? Como construir conhecimentos críticos em turismo? Portanto, as promessas feitas pelos teóricos do turismo ainda não foram cumpridas. Mas os grandes discursos, os grandes debates existem em turismo. Também existiu claramente uma inibição da articulação entre a crítica e o mundo teórico/prático. As novas gerações de estudantes são formadas voltadas somente para a formação profissional, técnica, sem reflexão, sem pensamento analítico.

A discussão dos fundamentos do turismo também esteve limitada pela fragmentação disciplinar dos grupos acadêmicos. Os grupos dominantes condicionaram os temas a serem discutidos, os congressos, os recursos para investigação. Isso refletiu no pouco interesse em discutir os

fundamentos epistemológicos do turismo. Assim, a visão pós-moderna, turbinada com a hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2005), fortaleceu o individualismo, a fragmentação do conhecimento, a ausência de utopias e de grandes discursos, o vazio existencial e deixou as várias ciências e campos de estudos humanos, entre eles o turismo, em condições meramente de medição de desempenho, operação e praticidade do mundo.

A epistemologia crítica do turismo se interessará pela transformação da realidade, com uma observação na busca de construir um mundo melhor para todos. O problema epistemológico é, portanto, captar a realidade em transformação diante de tantos conhecimentos e realidades transformadoras e em transformação. Buscará também a formação de sujeitos sociais ativos, que transformem de forma benéfica sua realidade. Sujeitos que compreendam os processos, os paradigmas, as correntes científicas e que atuem no direcionamento rumo à melhor práxis de acordo com o momento social, cultural, econômico e ambiental.

A crítica passará a ser uma atitude de negação àquelas posições hegemônicas, que não aceitam novas atitudes e visões de mundo. Também compreenderá o turismo como um fenômeno que traz muitos benefícios, mas que, se mal desenvolvido, pode também acarretar impactos negativos irreparáveis no destino e nas pessoas que ali habitam. O papel da universidade, então, se torna relevante ao incentivar a crítica entre seus acadêmicos. Uma crítica que possa transformar a realidade e não apenas compreendê-la.

A partir dessa visão, as novas propostas de compreensão e significação da “realidade turística”, como a hermenêutica, a fenomenologia e a própria teoria crítica, dentre outros esquemas pós-positivistas, irão permitir uma proposta crítica a realidades turísticas reconstruídas.

A universidade deve ser o espaço por excelência do desenvolvimento da crítica. Os programas de ensino ali devem ter enfoque interdisciplinar e promover o pensamento crítico em seus alunos. Os problemas devem ser abordados sob vários enfoques e possibilidades para elevar a capacidade reflexiva e a produção de conhecimentos dos alunos. A observação, a análise, a síntese podem proporcionar a crítica transformadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de visão da importância que a epistemologia tem para o turismo não deriva do pouco tempo em que ela é aplicada a este campo de estudos, mas sim da inadequada formação de seus investigadores. Estes têm limites para compreender o sentido e o significado que têm o produzir e o construir conhecimentos na área para além da visão da ciência positivista e da epistemologia analítica. Da mesma forma, a ausência de tradição que revalorize a reflexão filosófica crítica na sociedade tem sido causa de inadequadas interpretações do *status* que o turismo tem adquirido como disciplina de carácter científico. Ao se evitarem as transposições analógicas do cientificismo como lógica de medida, rigorosidade e exatidão, poder-se-ia avançar nessa discussão da epistemologia crítica em turismo.

A variedade de acepções – e até de sinonímias – que tem a palavra epistemologia não implica uma justificativa para assumir, sem juízo crítico, uma vertente filosófica-cientificista, nem uma vertente analítica, que evite transgredir discursos economicistas, produtivistas e funcionalistas. Tais discursos escondem a realidade e o conhecimento do turismo, a fim de promover uma transformação emancipadora de estruturas e ideologias que subjugam o conhecimento e a prática do turismo. É necessário reconhecer as tradições filosóficas e o viés centrista do termo epistemologia na introdução da chamada ciência moderna e, particularmente, da filosofia da ciência que estabelece a epistemologia como um ramo da filosofia que serve a ela, a ciência moderna.

As tendências epistemológicas do século XX são prova de dois grupos que não estarão de acordo nem unificarão seus critérios para designar o produto final como ciência. O problema está em vários campos do saber, pois os critérios, objetos, pressupostos, problemas e metodologias são divergentes. Algo semelhante se observa em turismo. As principais escolas de pensamento buscam imitar a tradição positivista da epistemologia analítica e o funcionalismo alienante. O objetivo é demarcar que não será possível fazer do turismo uma disciplina científica por falta de rigorosidade, medida e exatidão de seus critérios. Diante disso, a perspectiva crítica-reflexiva emerge como um argumento, paradigma e eixo transformacional contra o

objetivismo com o qual alguns desejam observar o turismo. Deve ser possível, com a crítica-reflexiva, superar o funcionalismo com o qual desejam alguns pesquisadores submeter a prática e o conhecimento do turismo, a fim de mantê-lo em “ordem, equilíbrio e progresso”.

O objetivo dos acadêmicos de turismo não é somente dar respostas ao funcionamento do turismo ou formular visões novas para estudá-lo. O objetivo deve ser promover a transformação de sua realidade, conhecimento e prática. Para isso, é vital assumir exercícios críticos, reflexivos e interpretativos que permitam reconhecer cenários novos de comportamento. Também é necessário reconhecer argumentos inovadores sobre a sua compreensão e conhecimento, procedimentos de indagação e determinação de objetos inter e transdisciplinares, perante realidades complexas, nas quais se apresenta o turismo como totalidade social.

O aporte de uma teoria crítica para uma epistemologia crítica do turismo está em assumir uma atitude que não somente denuncie, mas que também transforme a realidade onímoda do turismo. Que tenha capacidade de cultivar um pensamento reflexivo, crítico e interpretativo que, em vez de criticar conteúdos, construa conteúdos críticos do turismo. Dessa forma, será possível conceber e possibilitar um mundo turístico melhor para todos.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALCALDE INCHAUSTI, A. Prólogo a Pulido. Introducción a un análisis econométrico del turismo. *Cuadernos Monográficos del Instituto de Estudios Turísticos*. Madrid, 1967.
- ANDRIOTIS, K. Sacred site experience. A phenomenological study. *Annals of Tourism Research*, v.36, n.1, p. 64–84, 2009.
- ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *Critical turn in tourism studies*. Innovative Research Methodologies. Oxford: Elsevier, 2007.
- AUDI, R. *Diccionario Akal de filosofía*. Madrid: Akal Ediciones, 2004.
- BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 9.ed. Campinas: Papirus, 2000.

- BEM, A. S. do. *A dialética do turismo sexual*. Campinas: Papirus, 2005.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac São Paulo, 1998.
- BEUCHOT, M. P. *Hermenéutica analógica y del umbral*. Salamanca: San Esteban, 2003.
- BEVERIDGE, W. I. B. *Sementes da descoberta científica*. São Paulo: Tao/EDUSP, 1981.
- BLANCHÉ, ROBERT. *La epistemología*. Barcelona: Oikos-Tau, 1973.
- BOMBASSARO, L. C. *As fronteiras da epistemologia*. Como se produz conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BONALDO, O. *Turismo tropical, vocação regional e estratégia imperialista*. Recife: Unicap, Caderno 4, p.30-54, 1984.
- BORGES, R. M. R. *Em debate: cientificidade e educação em ciências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BOTTERILL, D.; T. GALE.; C. HAVEN. A Survey of Doctoral Theses Accepted by Universities in the UK and Ireland for Studies Related to Tourism 1990–1999. *Tourist Studies*, v.2, n.3, p.283–311, 2003.
- BOULLÓN, R. C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.
- BRANQUINHO, J., MURCHO, D.; GOMES, N. G. (Eds.). *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BUNGE, M. *Epistemologia: curso de atualização*. São Paulo: Queiroz Editor/EDUSP, 1980.
- BUNGE, M. CIENCIA, TÉCNICA Y DESARROLLO. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.
- BUNGE, M. *Teoria e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CASTILLO NECHAR, M. Epistemología crítica del turismo ¿qué es eso? *Turismo em Análise*, v.22, n.300, p. 516-538, 2011.
- CASTILLO NECHAR, M.; LOZANO CORTÉS, M. *Apuntes para la investigación turística*. Cozumel-Quintana Roo: Universidade de Quintana Roo, 2006.
- CASTILLO NECHAR, M.; PANOSSO NETTO, A. Implicaciones epistemológicas en la investigación turística. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, n.20, p.384-403, Buenos Aires: CIET, 2011.
- CASTILLO NECHAR, M.; PANOSSO NETTO, A. (Eds.). *Epistemología del turismo*. Estudios críticos. México: Trillas, 2010.

CASTILLO NECHAR, M.; TOMILLO NOGUERO, F.; GARCÍA GÓMEZ, F.J. *Principales tendencias de la investigación turística en España y Europa*. Universidad Europea Miguel de Cervantes: Valladolid, 2010.

CATON, K.; SANTOS, C. A. Closing the hermeneutic circle? Photographic Encounters with the Other. *Annals of Tourism Research*, v.35, n.1, p.7-26, 2008.

CENTENO, R. RO. *Metodología de la investigación aplicada al turismo: casos prácticos*. México: Trillas, 1992.

COHEN, E. Toward a Sociology of International Tourism. *Social Research*, v.39, n.1, p.164-182, 1972.

COHEN, E. Rethinking the sociology of Tourism. *Annals of Tourism Research*, v.6, n.1, jan./mar. p.18-35, 1979.

COMIC, D. K. Tourism as a subject of philosophical reflection. *Revue de Tourisme, Aiest*, n.2, p.6-13, 1989.

CONDE GAXIOLA, N. ¿Es posible una teoría hermenéutica dialéctica en el estudio del turismo? *Teoría y Praxis*, n.5, p.197-211, 2008a.

CONDE GAXIOLA, N. *Hermenéutica dialéctica transformacional aplicada al turismo, el derecho y las ciencias sociales*. México: Instituto Politécnico Nacional, 2008b.

COOPER. C.; FLETCHER, J.; GILBERT, D.; WANHILL, S. *Tourism: Principles and Practices*. London: Pitman, 1993.

CUERVO, R. S. *El turismo como medio de comunicación humana*. México-DF: Departamento de Turismo do Governo do México, 1967.

DANN, G. M. S. Anglophone hegemony in tourism studies today. Enlightening Tourism. *A Pathmaking Journal*, v.1, p.1-30, 2011.

DARBELLAY, F.; STOCK, M. Tourism as complex interdisciplinary research object. *Annals of Tourism Research*, n.39, p.441-458, 2012.

DEFERT, P. *Quelques referentes historiques de tourisme moderne*. Berna : Aiest Editions Gurten, 1966.

DENCKER, A. DE F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DOLLING, L. M. Dialogue as praxis: philosophical hermeneutics, historical epistemology, and truth. In: GOULD, C. C. *Constructivism and practice: toward a historical epistemology*. Oxford: Rowman & Littlefield. 2003, p.33-46.

FERNÁNDEZ FÚSTER, L. *Teoría y técnica del turismo*. Tomo I. Madrid: Editora Nacional, 1978.

FERREIRA, L. R. O turismo sexual e a comunicação – um olhar hermenêutico sobre as relações entre visitantes e visitadas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v.2, n.2, p.84-112, 2008.

FEYERABEND, P. *Against method*. New York: New Left Books, 1975.

Foulquié, P.; Saint-Jean, R. *Dictionnaire de la langue philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

FRANKLIN, A. Tourism as an Ordering: Towards a New Ontology of Tourism. *Tourist Studies*, v.4, n.3), p. 277–301, 2004.

HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HIRST, P. Liberal education and the nature of knowledge. In: R.D. ARCHAMBAULT (Ed.). *Philosophical Analysis and Education*. London: Routledge & Kegan Paul, 1965. p. 113-140,

HIRST, P. *Knowledge and the Curriculum*. London: Routledge, 1974.

HIRST, P. Education, knowledge and practices. In: BARROW, R & WHITE, P. (Eds.). *Beyond liberal education*. London: Routledge, 1993. p. 184-199.

HOLDEN, A. Relevance and insights. The relationship of the social sciences with tourism studies. In: ADVANCING THE SOCIAL SCIENCE OF TOURISM CONFERENCE. *Anais...* University of Surrey, 28 jun. a 1 de jul., 2011.

HUNZIKER, W.; KRAPF, K. *Grundriss der Allgemeinen Fremdenverkehrslehre*. Zürich: Polygraphischer Verlag AG, 1942.

INGRAM, G. Motivations of farm tourism hosts and guests in the South West tapestry Region, Western Australia: A phenomenological study. *The Indo-Pacific Journal of Phenomenology*, v.2, n.1, p.1-12, april, 2002.

JAFARI, J. *Enciclopedia del turismo*. Síntesis: Madrid, 2001.

JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

JOVICIC, Z. Pour et contre la tourismologie comme discipline scientifique distincte. In: Le bilan des dernières 25 ans de la recherche touristique. *AIEST*. St. Gall. Edition Gurten. Berna, 1975.

JOVICIC, Z. A plea for tourismological theory and methodology. *Tourism Review*, v.43, n.3, p.2-5, jul./set.1988.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

KRIPPENDORF, J. *Die Ferienmenschen: fur ein neues Verstandnis von Freizeit und Reisen*. Zurich: O. Fussli, 1984.

KUHN, T. *La estructura de las revoluciones científicas*. México: F.C.E, 2006.

Lakatos, I. History of science and its rational reconstructions. PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association, v.1. 1970, p. 91-136. Stable URL: <http://links.jstor.org/sici?sici=0270-8647%281970%291970%3C91%3AHOSAIR%3E2.0.CO%3B2-H>

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. *Criticism and the growth of knowledge*. v..4. Proceedings of the International Colloquium in the Philosophy of Science, London, 1965. International Colloquium In The Philosophy Of Science Studies In Logic And The Foundations Of Mathematics. 1970.

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAUDAN, L. *O progresso e seus problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LEIPER, N. The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, v.6, n.4, p.390-407, out./dez, 1979.

LEIPER, N. Towards a cohesive curriculum in tourism: the case for a distinct discipline. *Annals of Tourism Research*, v.8, p.69-84, 1981.

LEIPER, N. Tourism management. Collingwood-Victoria: RMIT Press, 1995.

LEIPER, N. An emerging discipline. *Annals of Tourism Research*, v.27, n.3, p.805-809, jul. 2000.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio*. Ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri-São Paulo: Manole, 2005.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

LYOTARD, J.-F. *A fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1967.

MACCANNELL, D. *The tourist*. A new theory of the leisure class. New York: Schocken Books, 1976.

MAGEE, B. *As ideias de Popper*. São Paulo: Cultrix / Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

MARIOLI, A. P. *Ecoturismo em unidades de conservação: o método fenomenológico aplicado ao Parque Estadual da Cantareira*. Unpublished máster dissertation, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brazil, 2002.

MARTÍNEZ, A. DE J. J. De lo global a lo local: las cadenas hoteleras y la región de Cancún – Riviera Maya. In: MULLOR, E. C.; BLÁZQUEZ, M. (Eds.). *Turismo placebo: nueva colonización turística: Del Mediterráneo a Mesoamérica* y

El Caribe. Lógicas espaciales del capital turístico. Manáguá-Nicarágua: EDISA, 2011. p. 251-274.

MASBERG, B. A.; SILVERMAN, L. H. Visitor experiences at heritage sites: A phenomenological approach. *Journal of Travel Research*, v.34, n.4, p.20-25, 1996.

MATURANA, H. R. *Biología de la cognición y epistemología*. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1990.

MATURANA, H. R.; VARELA, FRANCISCO J. *A árvore do conhecimento*. As bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athenas, 2004.

MIGUÉLEZ, R. *Epistemología y ciencias sociales y humanas*. Centro de Investigaciones de filosofía de la ciencia y del lenguaje. UNAM, México, 1977.

MILLENNIUM Development Goals: <http://www.un.org/millenniumgoals> (Visited May 19, 2012).

MOLINA, S. *Conceptualización del turismo*. México: Limusa, 1991.

MORA, J. F. *Diccionario de Filosofía*. 5.ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana de Buenos Aires, 1964.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

MORIN, E. *O método*. O conhecimento do conhecimento. v.3, Porto Alegre: Sulina, 1999.

MULLOR, E. C.; BLÁZQUEZ, M. (Eds.). *Turismo placebo: nueva colonización turística: Del Mediterráneo a Mesoamérica y El Caribe. Lógicas espaciales del capital turístico*. Manáguá: EDISA, 2011.

NASH, D. Tourism as a form of Imperialism. In: SMITH, V. L. (Ed.). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, Smith. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press. 1977. pp. 33-47.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

OURIQUES, R. H. *Turismo em Florianópolis*. Uma crítica à indústria pós-moderna. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PANOSSO NETTO, A. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETTO, A. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2011.

PANOSSO NETTO, A. NOGUERO, F. T.; JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. *Turismo em Análise*, v.22, n.3, p.539-560, 2011.

- PATTERSON, M. E.; WATSON, A. E.; WILLIAMS, D. R.; ROGGENBUCK, J. R. Hermeneutic Approach to Studying the Nature of Wilderness Experiences. *Journal of Leisure Research*, v.30, n.4, p.423-452, 1998.
- PERNECKY, T.; JAMAL, T. (Hermeneutic) Phenomenology in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, v.37, n.4, p.1.055-1.075, out. 2010.
- PHILLIMORE, J.; GOODSON, L. (Eds.). *Qualitative research in tourism. Ontologies, epistemologies and methodologies*. London: Routledge, 2004.
- POPPER, K. A lógica da investigação científica. São Paulo: Cultrix and EDUSP, 2003.
- POPPER, K. *Busca inacabada*. Autobiografia intelectual. Lisboa, Esfera do Caos, 2008.
- RUNES, D. D. *Diccionario de Filosofia*. México: Ed. Grijalbo 1981.
- RUSSELL, N. Patterns of discovery: an inquiry into the conceptual foundations of science. [1958]. CUP Archive. SANTOS, B. DE S.; PAULA, M. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SANTOS, C. A.; YAN, C. Genealogical tourism: a phenomenological examination. *Journal of Travel Research*, v.49, n.1, p.56-67, 2010.
- SESSA, A. *La scienza dei sistemi per lo sviluppo del turismo*. Roma: Agnesotti, 1985.
- SPODE, H. Historische Tourismusforschung. In: HAHN, H.; KAGELMANN, H. J. (Eds.). *Tourismuspsychologie und Tourismussoziologie*. Handbuch zur Tourismuswissenschaft. München: Oldenbourg, 1993. p. 27-29.
- STEUP, M. Epistemology. In: ZALTA, EDWARD N. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2011 Edition, URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/epistemology/>>.
- STICH, S. Reflective equilibrium, analytic epistemology and the problem of cognitive diversity. In: DEPAUL, M. R.; RAMSEY, W. M. *Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry*. Oxford: Rowman and Littlefield, 1998. p.95-110.
- SUSTAINABLE TOURISM for Eliminating Poverty: <http://www.unwtostep.org> (Visited May 16, 2012).
- SZARYCZ, G. S. Cruising, freighter-style: a phenomenological exploration of tourist recollections of a passenger freighter travel experience. *International Journal of Tourism Research*, v.10, n.3, p.259-269, 2008.
- SZARYCZ, G. S. Some issues in tourism research phenomenology: A commentary. *Current Issues in Tourism*, v.12, n.1, p.47-58, 2009.
- TOULMIN, S. *Human understanding*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

TRIBE, J. the indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, v.24, n.3, p.638–657, 1997.

TRIBE, J. Indisciplined and Unsubstantiated. *Annals of Tourism Research*, v.27, n.3, p.809–813, 2000.

TRIBE, J. Knowing about tourism. Epistemological issues. In: PHILLIMORE, J.; GOODSON, L. (Eds.). *Qualitative research in tourism*. Ontologies, epistemologies and methodologies. London: Routledge, p. 46-62, 2004.

TRIBE, J. Tourism: A Critical Business. *Journal of Travel Research*, n.46, p. 245-255, 2008.

VASCONCELLOS, M.J. E. DE. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2002.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Lógico-Philosophicus*. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

YOUNG, G. *Tourism: Blessing or Blight*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

CAPÍTULO 3

IMPLICACIONES EPISTEMOLÓGICAS EN LA INVESTIGACIÓN TURÍSTICA¹

INTRODUCCIÓN

En el curso de la evolución de la sociedad ha sido claro el papel que ha jugado la investigación y la ciencia como elemento capitalizador de los procesos económicos, sociales y culturales, que inciden directamente en la formación de nuevos paradigmas y concepciones para la humanidad.

El conocimiento surgido de la investigación llamada “científica” ha permitido no sólo describir y explicar, sino prever el comportamiento de los diferentes procesos naturales y sociales, con la finalidad de incidir en ellos y transformar la realidad sobre la que se quiere actuar, mediante el desarrollo de nuevas teorías y aplicaciones tecnológicas. Esta concepción de “cientificidad” con la que se ha calificado la investigación, es una visión “objetivada” de los procesos de producción del conocimiento, pero no es la única. Feyerabend decía: *Lo que los racionalistas intentan vender, clamando por la objetividad y la racionalidad, es una ideología tribal propia* (Feyerabend, 1989). El reto en la construcción del conocimiento no es la aplicación de nociones, términos, categorías o procesos mesurablemente establecidos sino meditar, reflexionar y reinterpretar aquellos fenómenos, manifestaciones y hechos que destaque el valor del diálogo, la discontinuidad y la ruptura de conocimientos.

En el caso de la producción del conocimiento del turismo, su tratamiento ha caído en una perspectiva científicista enmarcado en un tipo de explicaciones unívocas (de rigor, sistematicidad, logicidad, exactitud y medida positivista) que por “novedosas” han transpuesto modelos y métodos de ese corte así como perfeccionando sus bases en neopositivismos,

1 Artículo originalmente publicado en: CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. Implicaciones Epistemológicas en la Investigación Turística. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 20, p. 384-403, 2011. Reproducido con autorización de los autores y de la revista.

neoestructuralismos y neofuncionalismos para dar sentido a dichas explicaciones y justificar aplicaciones en su vertiente tecnológica. Empero, se debe rebasar una investigación de tipo causal-explicativa para adentrarse a una de tipo crítico-reflexivo-interpretativa que permita pensar y repensar esto que se llama turismo, tanto para la producción de su saber específico como para la conducción de las actividades relacionadas con él.

La intención de hacer de las actividades, hechos y fenómenos vinculados con el turismo un instrumento de desarrollo de individuos, grupos y regiones descansará sobre el conocimiento *preciso* que sobre él se tenga, más allá de las triviales discusiones de que si es una ciencia, de que si es producción teórica o conocimiento aplicado, etc.

La investigación del turismo ha obviado las implicaciones epistemológicas que conlleva construir conocimiento turístico, producir procesos metodológicos ad-hoc a los objetos investigados y, sobre todo, la importancia que tiene la reflexión filosófica más allá de plasmar “explicaciones teóricas” que derivan de observaciones y sensorialidades de los objetos manifiestos llámense estos desplazamientos de turistas, impactos socioambientales, política turística o innovación tecnológica, por mencionar solo algunos.

La reflexión que se plantea en este artículo no implica proponer al turismo como ciencia; más bien mostrar que otras perspectivas de investigación, apoyadas en la reflexión filosófica, permiten esclarecer el término *ciencia* como no privativo del canon de la cientificidad moderna, ni restringido a la repetibilidad nomológica de sus procesos, principios y argumentos, sino como la plausibilidad de entender *ciencia* en el turismo como la producción de un conocimiento con la rigurosidad que permite el enjuiciamiento de sus aporías (contradicciones y opuestos inherentes a lo social del turismo) mediante la reflexión crítica de los argumentos que sustentan sus discursividades.

1 EL PROBLEMA FUNDAMENTAL Y LA ORIENTACIÓN TEÓRICO METODOLÓGICA A SEGUIR

La construcción del conocimiento del turismo ha sido tema básico de diversos investigadores que se reconocen como pioneras de la teoría del

turismo tales como Morgensten, Erenspengel, Glücksmann, Borman, Troisi, Guyer-Freuler, Stradner, sin pasar por alto, por supuesto, a los llamados padres del turismo moderno Hunzinker y Krapf, quienes propusieron –hacia 1942– la Doctrina General del Turismo (DGT) con una orientación económica y sociológica que destacó que los turistas de aquellos años eran amantes del patrimonio cultural de los lugares seleccionados. Sus estudios estuvieron encaminados a conocer los gustos de los diferentes segmentos de la demanda y, más tarde, con el perfeccionamiento de las técnicas de promoción, publicidad y comercialización se dirigieron al aumento de la demanda.

Otros contemporáneos como Luis Fernández Fuster (1978), Manuel Ortuño Martínez (1966), Manuel Ramírez Blanco (1981) o bien Oscar de la Torre Padilla (1980), entre otros, han influido en hacer notar que el turismo posee una *ciencia* que se origina por la *teoría* desarrollada respecto a este fenómeno y a su *práctica*. No resulta sorprendente que Fernández Fuster señalara, en el apartado: “¿Es el turismo una ciencia?”, que en estos tiempos de especialización en que se vive la consideración científica del turismo se planteara este como un problema de prestigio, agregando que tal fenómeno tiene hoy día un cuerpo de conocimientos con entidad propia suficiente para que puede reclamar la categoría de especialización científica. Sin embargo, reconocía que las discusiones sobre si el turismo es una ciencia o no lo es, estaban a la orden del día entre los investigadores. Para él, los estudios del turismo han conducido a una teoría turística y, la práctica del turismo, a una técnica. De tal manera que, indica Fernández Fuster:

“[...] Teoría y técnica de un fenómeno social, económico, político, cultural y todo lo que se quiera no es ciencia por sus incidencias en estos campos ni por el volumen de personas sobre las que obra; será ciencia por su doctrina sistematizada, lógica y válida” (Fernández Fuster, 1978:17).

Este tipo de aseveraciones que han dado lugar al entendimiento de que el turismo es una disciplina científica y que tiene un corpus teórico que permite su estudio sistemático a partir de criterios rígidos, sistemáticos, de validación a la manera positivista para la construcción de su conocimiento, representan una

interpretación laxa dado que no aclaran el sentido que tiene la investigación científica misma, la teoría, la práctica y mucho menos lo que implica construir conocimiento –epistemología– a carácter científico en el campo del turismo.

Esta perspectiva de investigación en el turismo se ha afinado en la actualidad con los argumentos aportados por la Organización Mundial del Turismo (OMT) con apoyo de sus expertos, en la cual se observan imprecisiones no solo teóricas sino pragmáticas. Un caso concreto es el que denuncia Muñoz de Escalona (2004) respecto del argumento que se tiene respecto de la conformación de la oferta en la economía del turismo, por parte de los expertos y asesores de la OMT, en el que se indica que “[...] dicha oferta está formada por tantas ramas productivas como tiene el sistema de referencia. Empero, en la práctica, esto se olvida (¿deliberadamente?) y solo se consideran las ramas que en cada país se orientan a satisfacer las necesidades de los turistas aunque sea evidente que también satisfacen las necesidades de los no turistas” (Muñoz de Escalona, 2004:2). Esto quiere decir que, a pesar de que en teoría se considera que la oferta turística está formada, en el mejor de los casos, por un conjunto heterogéneo de actividades productivas, al final la OMT concibe, subliminalmente en la práctica, al turismo como una rama específica de actividad del sistema productivo.

Mucho más reciente son las aportaciones que realiza Jafar Jafari hacia los setenta cuando en 1973 crea *Annals of Tourism Research*. Pero hacia 2000, con la aparición de la *Encyclopedia of tourism*, Jafari (2000: xvii) sostiene que el turismo es “*la industria más grande del mundo*” que ha adquirido el estatus de ciencia. Según Jafari, el turismo es tan singular que puede presentarse en diversas formas entre las que enumera una amplia gama de:

- Definiciones básicas
- Conceptos
- Temas
- Asuntos
- Problemas
- Perspectivas
- Instituciones

Jafari, con la autoridad que le confiere ser uno de los más importantes expertos del turismo en el mundo, puede asegurar que el turismo es de ámbito interdisciplinario y, en cuanto a su estatus científico señala “A medida que un campo de estudio evoluciona hacia su madurez se introducen y se persiguen nuevas medidas bien fundadas que traslucen una progresión sucesiva y señalan el camino para la transición deseada [...] Una visión global [...] ilustraría de forma general ese trayecto que se va cubriendo en este ámbito turístico hasta adquirir el estatus de ciencia”,... (Jafari, 2000: 275).

Como se puede observar, se han creado una serie de ideas y creencias del turismo y su conocimiento que oscilan entre las descripciones positivistas hasta las *interpretaciones* sociológicas de su doctrina general de conocimientos que muestran las limitaciones del análisis crítico en torno a ciertas implicaciones que el conocimiento, en general ha dejado en claro pero que en el campo del turismo se han hecho implícitas con el consecuente resultado de su inadecuada construcción.

Por tal motivo, nos daremos a la tarea de deslindar cuestiones básicas que tienen que ver con lo que implica la ciencia y lo científico, el sentido del investigar, la crítica y la interpretación, la relación teoría-práctica como un todo intrínsecamente interrelacionado, con el propósito de mostrar las limitaciones que en el ámbito internacional ha incurrido la investigación turística a falta de un trabajo crítico, reflexivo e interpretativo de las tendencias de la investigación inter y transdisciplinaria, mostrando lo intentos que en materia de epistemología se están realizando en el turismo y la importancia que cobra la investigación crítica en la universidad en la formación de seres pensantes, propositivos y transformadores de su momento histórico, más allá de las bondades que muestra el discurso convencional de la sociedad de la información actual.

Muñoz de Escalona señala:

“Lo más urgente que hay en el turismo no es otra cosa que la crítica científica en profundidad de un corpus teórico con siglo y medio de existencia que ya no sirve para conocer el turismo ni para resolver adecuadamente sus problemas a fin de sustituirla por otra con más capacidad de ofrecer una

explicación de la realidad que sirva de guía para orientar las más adecuadas estrategias de inversión de acuerdo con el mercado” (Muñoz de Escalona, 2004:8-9).

En este sentido, se introduce a un procedimiento de corte teórico metodológico que se denomina crítico para desbrozar el análisis. Tal procedimiento implica reconocer ciertas huellas, seguimientos y encadenamientos que bordan en esta perspectiva crítica. A muchos, quizás por la deformación positivista de la ciencia, les gustaría observar un proceso metódico-técnico del proceder reflexivo de la perspectiva epistemológica denominada crítica. Empero, se puede señalar el sustento de la perspectiva, el proceso –grosso modo– de concatenar la reflexión crítica y el sentido que busca proponer, dado que desde la originaria concepción de la Escuela de Frankfurt hasta los aportes del heredero de esta visión –Habermas– la epistemología crítica no sigue un patrón técnico preestablecido sino que conjunta filosofía y pragmática para proponer una transformación en los objetos que estudia.

La orientación crítica, de esta epistemología, toma como fundamento el proyecto de la *Teoría Crítica*, escuela de pensamiento originada por Max Horkheimer quien orienta su pensamiento interdisciplinario hacia una transformación - mancipación de la sociedad donde lo político, ético, social y económico se funden para sustentar la reflexión que no solo resalta las determinaciones socio-históricas que dan paso a la modernidad sino, sobre todo, el sujeto que ésta produce así como su conocimiento producido. Esta orientación es una modulación político-ética por parte de la filosofía social que tiene como trasfondo los procesos de transformación y evolución de las sociedades del capitalismo avanzado (Ortiz, 2001). Cabe señalar que la filosofía, en la medida que no ofrece instrumentos objetivados para el análisis de la sociedad, de sus sujetos o de los conocimientos producidos tiene que recurrir a las ciencias sociales para emprender estudios concretos y hacer de la sociedad y sus elementos el objeto de su investigación.

En un sentido programático, se puede señalar que la *teoría crítica* propone la fusión de la investigación empírica y la filosofía, asumiendo así su vínculo con los fenómenos sociales en el marco de un enfoque

interdisciplinario rescatando los aspectos objetivos de las ciencias sociales bajo una reflexión filosófica y epistemológica de los objetos estudiados.

De esta manera la propuesta de este trabajo es analizar y reflexionar críticamente el sentido que tiene el turismo como disciplina científica, la producción de su conocimiento, las implicaciones epistemológicas que para ello representa hablar de teoría, práctica, investigación y crítica en la universidad aunando datos empíricos con reflexión filosófica con el propósito de fundamentar su argumento epistemológico crítico.

Queda entonces, al revisar estos planteamientos, dejar abiertas algunas preguntas para el ejercicio argumentativo de este trabajo: ¿El turismo se ha convertido en una ciencia, una multiciencia o un conjunto de prácticas academicistas que buscan darle argumento a su estudio por medio de las descripciones sistematizadas de su realidad? ¿Es necesario un replanteamiento de la forma de investigar y estudiar el turismo que incurse en paradigmas reflexivos, críticos e interpretativos para un dimensionamiento más cabal a la complejidad y multifuncionalidad de los fenómenos en él involucrados? ¿Qué sentido tiene hablar de epistemología en el turismo?

2 CIENCIA Y LO CIENTÍFICO

Hablar de conocimiento como *ciencia* comúnmente se ha referido a un proceso objetivado, sistemático, verificable y de aplicación “universal” en argumentos y procesos. Esta concepción tiene como elemento básico el discurso de los positivistas que defendieron la ciencia y la distinguieron del discurso religioso y metafísico. El objetivo de éstos era construir una definición general de la ciencia y de sus métodos y criterios para que, una vez conseguido esto, diferenciaron la ciencia de la pseudociencia.

En la implicación epistemológica, Mardones (2007) aclara la importancia que tuvo la tradición galileana sobre la aristotélica. Cada una de ellas puso el acento en una parte de la construcción de conocimientos (ciencia) así como de los procesos (métodos) para “validar” dicho conocimiento. Más aún, la noción de ciencia y del estatuto de científicidad (científico) vino a resultar del fundamento del quehacer de las ciencias físico-naturales como

modelo o paradigma para calificar a las disciplinas humanas y sociales como tales. Así, el origen del problema tiene que ver con la noción de ciencia de la cual se quiera partir.

Para Aristóteles, la investigación científica daba comienzo allí donde alguien se percataba de la existencia de ciertos fenómenos a partir de la observación. Pero la explicación científica solo se conseguía cuando se lograba “dar razón de los hechos” o fenómenos. Este “dar razón de los hechos” implica dos momentos: el primero, el inductivo, en el cual la explicación científica aparece como una progresión o camino inductivo desde las observaciones hasta los principios generales. El segundo, el deductivo, el cual consiste en deducir enunciados acerca de los fenómenos a partir de las premisas que incluyan o contengan a los principios explicativos (Mardones, 2007: 22). Desde la tradición aristotélica la explicación científica exigía una relación causal entre las premisas y la conclusión del silogismo acerca del hecho o fenómeno a explicar considerando el *telos* o causa final.

La tradición galileana, se caracteriza básicamente por establecer la explicación científica a partir de la explicación causal. Desde el siglo XIII hasta el XV, filósofos como Bacon, Scoto, Grosseteste, entre otros, empezaron a introducir precisiones al método inductivo-deductivo de Aristóteles dando lugar a lo que un siglo más tarde sería llamada la “ciencia moderna”. La concepción de esta *nueva ciencia* no es tanto metafísica y finalista como funcional y mecánica. Hay un interés dominador de la naturaleza; el centro de la reflexión no es más el mundo como el hombre. Las ansias de poder y control hacen de la mirada del hombre un elemento cosificador que reduce a objeto toda naturaleza para satisfacer sus necesidades y utilidades (Horkheimer & Adorno, 1971).

La explicación científica, desde la tradición galileana, se caracteriza por un interés pragmático; no busca tanto la substancia subyacente a los fenómenos como las leyes matemáticas que develan la estructura real del mundo físico, tiene una propensión a los hechos concretos y su sentido del orden y de lo positivo (Mardones, 2007:25).

Respecto a la noción de ciencia, una de carácter amplio es la que toma como referencia el vocablo latín *scientia* que significa saber, conocimiento,

doctrina o erudición, derivado del verbo latín *scio* –dividir, separar– y del griego *isemi*, que significa conocer, estar informado (Hernández & Restrepo, 1959). Esta noción de *ciencia* refiere un conocimiento que incluye en cualquier modo o medida una garantía de la propia validez (Abbagnano, 1963:163). A diferencia del concepto tradicional de ciencia que lo vincula con aquel tipo de conocimiento que incluye “una garantía absoluta” de validez, la noción amplia lo refiere a saber, erudición, doctrina e información que se obtiene mediante la observación y el razonamiento e implica cualquier forma de validación. De tal manera que la producción de conocimientos de un objeto de estudio determinado, seguido por un procedimiento más o menos sistemático, más o menos riguroso, constituye un determinado tipo de *ciencia*, de saber, de erudición, de conocimiento. Ciertamente es que a partir de la entronización de la *ciencia moderna* el concepto *ciencia* y su adjetivo *científico* no solo han establecido procedimientos estándares, principios unívocos, sistematización rigurosa sino, como señala Kuhn (2006), paradigmas y comunidades que comparten teorías, modelos, procedimientos más o menos validados y prácticas y hábitos de investigación.

Con la caída del discurso de la modernidad y el advenimiento del posmodernismo, la ciencia tiene un connotante plural. Rorty (1996) critica al conocimiento moderno por ser algo objetivo y eterno a través del discurso anormal. Lyotard (1989) dice que la ciencia es la pluralidad de juegos del lenguaje que se originan de la ruptura de la idea de que las ciencias están fundamentalmente unificadas y rechaza el viejo principio interdisciplinario de que las investigaciones del conocimiento no son interpretables y que sólo puede ser interdisciplinario aquello visto bajo el principio de la performatividad (categoría sistémica). Foucault (2008) indica que la búsqueda del conocimiento es política a medida que este está ligado a las estructuras del poder; la ciencia es poder. Derrida (2005) plantea a través de la deconstrucción, la inestabilidad de las distinciones entre el habla y el escrito en los textos científicos.

Como se puede apreciar, los posmodernistas critican abiertamente el paradigma modernista y rechazan todo control objetivo y absoluto de la ciencia en la producción del conocimiento, dejando abierto el camino

interdisciplinario como mecanismo alternativo para el desarrollo de la ciencia y el entendimiento humano.

Feyerabend (1974), al respecto de la construcción de conocimientos negaba la posibilidad de elaborar un método que contuviera principios firmes, inmutables y absolutamente vinculantes como guía de la actividad científica y sometió a crítica las más influyentes teorías de la epistemología contemporánea, desde el neopositivismo de Rudolf Carnap hasta el racionalismo crítico de Popper, pasando por la metodología de los programas de investigación científica de Imre Lakatos. Para Feyerabend (1974) la ciencia es una actividad esencialmente anárquica: escapa a cualquier teoría del conocimiento que pretenda recoger en un único modelo de racionalidad el rico material de su propia historia, dado que las revoluciones científicas (por ejemplo, el paso del sistema tolemaico al sistema copernicano) acontecen cuando los grandes científicos (como Galileo) sostienen teorías y puntos de vista incompatibles con aquellos principios considerados evidentes, violando así los criterios de racionalidad aceptados por la mayor parte de los estudiosos. Sobre tal base, en sus últimos trabajos, como *La ciencia en una sociedad libre* (1978) o *Adiós a la razón* (1987), propugnó un modelo de sociedad libre en la que el pluralismo de las aproximaciones al campo científico esté acompañado por un reconocimiento de la legitimidad de todas las otras formas de saber, que deben tener los mismos derechos y el mismo acceso a los centros de poder.

La perspectiva crítica-reflexiva e interpretativa alude a procesos donde el sujeto genera una reconstrucción de un hecho, fenómeno o dato histórico-social mediante un acceso desde lo externo y desde lo interno del objeto en cuestión. Tal distinción, aparente, es en realidad parte de un único proceso, pues ambos momentos se complementan, se reclaman y forman parte de un todo, cuya única finalidad es la comprensión e interpretación renovada de la “realidad” onmimoda.

La perspectiva aludida analiza las mediaciones del sentido y comprensión de los accesos como posibilidad de captar y capturar lo que los datos, hechos y fenómenos significan. Toda construcción-captación persecutoria de datos es una tarea crítica que reconstruye resolviendo, no

disolviendo, y, por esto mismo, se convierte en una tarea interminable que la praxis decide el fin provisorio de un cierto análisis. Las categorías que se emplean para el análisis, la reflexión e interpretación, son nociones, pero al mismo tiempo actos-palabra que constituyen el momento de mediación del conocimiento y la “realidad”.

Esta perspectiva crítica provoca en el investigador que no se adhiera pasivamente a un cierto sistema de referencias categoriales, sino que las reconstruya en los espacios de confrontación entre la inercia y la innovación. Este terreno de la confrontación se desfronteriza por medio de la interdisciplinariedad y la cooperación de los varios sistemas críticos de conocimiento. La crítica se convierte en una práctica, en un ejercicio donde el enjuiciamiento, como proceso, permite el procesamiento constructivo y epistemológico de la “cosa” a “objeto”. Si la realización crítica es una situación en la que el proceder crítico es un interrogar, un poner preguntas a las cosas, fenómenos, hechos, entonces la pretensión de pre-entender su exhaustividad y agotamiento discursivo no tiene cabida.

El ejercicio crítico no pretende únicamente informarse sobre algo, alcanzar un cierto sentido, sino más bien, construirlo, producirlo; de lo contrario se caería en la idea “instrumental” de la crítica. Se tendría una crítica en apariencia y de “apariencias”.

3 SENTIDO DEL INVESTIGAR, DE LA CRÍTICA Y DEL INTERPRETAR – TEORÍA Y PRÁCTICA

En torno al significado de la palabra “investigación”, el cual parece no ser muy claro o por lo menos no es unívoco, sino más bien indefinible, a fin de no perder tiempo en disquisiciones triviales lo que vale la pena cuestionar es qué mueve al hombre a investigar y no qué es la investigación. Si tratando de ser objetivos se parte del principio de que lo que mueve al hombre a investigar es la toma de conciencia acerca de un problema en el que se siente motivado a buscar su solución, entonces la indagación realizada tanto para formular un problema como las pesquisas para alcanzar esa solución constituyen el sentido de la investigación, propiamente dicha.

Lo anterior lleva a estar de acuerdo en que el punto de partida de la investigación es, pues, la existencia de un problema que habrá que definir, valorar y analizar críticamente, para poder luego intentar su solución. “El primer paso será, entonces, delimitar el objeto de la investigación -el problema-” dentro de los temas posibles (Sierra, 2001:123). Sin embargo, hablar de investigación o tratar de enseñarla por parte de los profesores a los alumnos no es algo sencillo. Es necesario reconocer que hay distintos niveles de investigación, escuelas, corrientes y hasta concepciones filosóficas en el investigar y construir conocimiento (Castillo Nechar & Panosso Netto, 2010).

A fin de no caer en posiciones dogmáticas con respecto de lo que es la investigación, ni de hacer una revisión definicional, se puede partir de una concepción genérica: *la investigación es esencialidad teorizada y practicada en el seguimiento de datos, información, hechos, sucesos que se van constituyendo en una serie de momentos que dan lugar a un proceso*. En este seguimiento de datos y demás se va creando un mundo categorial entre el objeto por investigar y el investigador; en la medida que el proceso de investigación se robustece mayor riqueza y posibilidades se generan entre aquellos. Esto es: en el proceso de investigación descrito se tiene que ir generando una “codificación” que permita clarificar o entrever determinados problemas o niveles de problematización, lo cual significa no transponer sino *construir objetos de estudio a carácter turístico*, es decir que puedan reconocerse como turísticos y no propiamente económicos, históricos, antropológicos, por mencionar algunos.

Si se piensa en el investigar como aquella capacidad humana y como adecuación a modos de pensar a fin de prevenir, corregir y/o establecer una forma de ser y de actuar, entonces la investigación implica una actitud ante la vida, hacia la búsqueda de sentidos, hacia la construcción de contenidos críticos más bien que de crítica de contenidos. Por ello, en el investigar, un aspecto importante es el sentido de la crítica ante la cual se hace necesario preguntarse en qué consiste, cómo se ejercita y qué se propone.

Criticar es juzgar. “Juzgar, de hecho, es siempre un expresar, manifestar, establecer nexos de predicación que adecuen objetivizando cosas, fenómenos, hechos...” (Velázquez Mejía, 1989: 23). En el quehacer investigativo la crítica busca comprender, construir, interpretar y producir un

sentido nuevo pues nada es dado que no deba y pueda ser superado, es un llevar-traer lo no-dicho en lo dicho, lo no-enunciado en lo enunciado.

Aunado al concepto de crítica está el de interpretar. Interpretar es algo más que la simple descripción, el simple mundo de esencialidades, que es una construcción mental. Interpretar se trata de un discurso por construir; es construir con la seriedad tal que permita seguros y amplios márgenes de actuabilidad, veracidad (*veritatividad*), es decir, poner en práctica lo que la “razón” va construyendo en forma abstracta. El interpretar implica detectar una cierta solidez en los sentido de comunicarse; la búsqueda de sentidos no es algo abstracto, sino social.

Ante ese panorama en las ciencias ha aparecido una dicotomía que ha llevado a pensar y creer que lo teórico y lo práctico se contraponen. Sin embargo, hay que dejar claro que no existe la total oposición entre el conocimiento teórico, generado por los “artificiosos” y complejos procesos y/o procedimientos “científicos”, (así pensados o creídos por una gran mayoría de individuos) y los obtenidos por el aspecto práctico, sino que comúnmente se complementan y podría decir, se vale uno del otro para determinados niveles de reflexión y construcción de conocimientos. Veamos la dialéctica que emerge en la relación teoría-práctica en la *unidad de opuestos*, la cual refiere al manejo de las aporías

Ante todo, se debe señalar que tanto la teoría como la práctica son *actividad* del hombre social. Si examinamos la teoría no como si se tratara de «sistemas» petrificados, y la práctica no como si se tratara de «productos terminados», petrificados en cosas, sino *en acción*, tendremos ante nosotros dos formas de actividad laboral que se complementan en la noción de la *unidad de opuestos* (Bujarín, 2003).

En la *unidad de opuestos*, la teoría es práctica acumulada y condensada que implica la generalización de la práctica del trabajo material, transformándose en una continuación cualitativamente particular y específica del trabajo material, es ella misma cualitativamente una práctica especial, teórica, en la medida en que es activa es práctica configurada por el pensamiento. Por otro lado, la actividad práctica se vale de la teoría para llevar a cabo una acción y, en esta medida, la práctica es en sí misma teórica.

La acción se convierte en conocimiento. El conocimiento se convierte en acción. La práctica impulsa el conocimiento, el conocimiento fertiliza la práctica. Tanto la teoría como la práctica son *pasos* en el proceso conjunto de la «*reproducción de la vida social*» Bujarín (2003).

De esta forma, la *práctica* se divide en teoría del conocimiento, teoría que incluye la práctica, y la epistemología *real*; es decir, la epistemología que se basa ella misma en la unidad de los opuestos (y no en la identidad) de teoría y práctica, que contiene el criterio práctico, convirtiéndose en el criterio de *veracidad del conocimiento*.

Al respecto, Sánchez Vázquez (2003:258) indica: que la praxis es actividad subjetiva y objetiva, conocimiento teórico y práctica, superación de la unilateralidad de la subjetividad y la objetividad, con lo cual la teoría no es exterior a la práctica, a la vez que esta última forma parte de la producción teórica.

Lo especificado hasta estas líneas ¿en qué se relaciona con el objeto de estudio: turismo? ¿La investigación turística qué es? ¿Implica el uso del método científico? ¿Cuál? ¿A partir de diferentes disciplinas? ¿Cómo? ¿Cuáles? ¿Qué condiciones posibilitan construir conocimientos y objetos de estudio que sin más se los llama turismo?

Las respuestas a tales interrogantes llevan a reconocer que para construir un objeto llamado turismo se requiere una capacidad de método el cual permita, posibilite y funde un conocimiento crítico, es decir, que no sea simplemente descriptivo sino que explique y re-explique condiciones y estructuras internas que originan tales fenómenos. Los hechos y/o fenómenos que conforman lo turístico son hechos sociales con la necesidad de ser dilucidados. Explicarlos y/o reproducirlos sólo como elementos dominantes de una “x” disciplina (economía como modelo): oferta-demanda, por ejemplo, es tanto como poner en evidencia la incapacidad para configurar los objetos del turismo.

La investigación turística, en cada caso, ha de ser un saber-productor o producción de un saber-transformador. Aquello que posibilita e impele a investigar no es la transposición ingenua categorial a “realidades” determinadas, sino la comprensión o creación de sentidos desde lo no totalmente comprendido y creado.

El proceso de construcción en la investigación turística se tiene que desmitificar ya que la teoría y la práctica no son procesos contrapuestos y excluyentes; si en su proceso de investigación a realidades determinadas sólo se limita a la transposición ingenua categorial, entre otras cosas, únicamente se estará mostrando esa incapacidad para configurar objetos propios del turismo.

La investigación siempre será camino de riesgos pero también ha de ser voluntad y esfuerzo empeñados a toda tarea que pretenda aportar algo más a las incertidumbres, dogmatismos y obviedades de lo sedimentado en las discursividades de lo turístico a fin de contar con información relevante que a la vez que permita la toma de decisiones oportunas y acertadas del turismo, lo re-conciba en el concierto de las cosas, de los hechos, descubriendo y de-velando sus esencialidades.

4 ORIENTACIONES DE LA INVESTIGACIÓN DEL TURISMO EN EL ÁMBITO MUNDIAL

En el ámbito mundial, desde hace varias décadas, la investigación del turismo ha despuntado con diversas líneas que no sólo han considerado la cuestión económica y mercadológica del turismo sino también la conceptual. Tal es el caso de los resultados que presenta Nash, Dann y Pearce (1988), al revisar lo producido –de mediados de los setenta a mediados de los ochenta– en *Annals of Tourism Research* y *Journal of Leisure Research*, observando que los estudios predominantes son los descriptivos y los de estadística descriptiva e inferencial por sobre los de base conceptual, con un porcentaje aproximado del 70% y del 30%, respectivamente.

Otro corte de lo producido es el que efectúa Jafari (1994) hacia la década de 1990 cuando reconoce cuatro plataformas que están emergiendo a nivel mundial: *Plataforma de defensa*, *plataforma de advertencia*, *plataforma de adaptación* y *plataforma del conocimiento* y, hacia finales de 2005, agrega una quinta plataforma que destaca la preocupación que los gobiernos están mostrando por el turismo, en el sentido de los impactos que en diversos órdenes le acaecen (Jafari, 2005).

Cohen, ya hacia los años dos mil, reconoce cuatro áreas temáticas en la investigación turística:

- Los turistas
- Las relaciones entre turistas y locales
- La estructura y funcionamiento del sistema turístico
- Las consecuencias del turismo (Cohen, 2002: 53-64).
- El tipo de investigación realizada en esas áreas, tiene un sesgo fundamentalmente práctico, pues son estudios relacionados con los análisis de mercado, la percepción entre visitantes y visitados, caracterización de comportamientos, impactos, etc.

A partir del enfoque sociológico, al turismo se le reconocen dos grandes vertientes en su investigación:

- La perspectiva macro: son estudios que están enfocados a la sociedad.
- La perspectiva micro: son estudios que están enfocados al individuo (Dann y Cohen, 2002:301).

Ahondando un poco más sobre la magnitud que ha cobrado la investigación del turismo, desde aquella célebre definición de “el más grande movimiento pacífico de gente” (Greenwood, 1972) hasta el considerársele “bendición o maldición”, “panacea o una nueva forma de esclavitud”, “truco o negocio”, “estrucendo o perdición” (Lanfant & Graburn, 1992), lo cierto es que en la actualidad la investigación del turismo se ha orientado a los estudios descriptivos y de medición de impactos, relegando a segundo plano la reflexión filosófico-epistemológica (Castillo Nechar, Tomillo Noguero, García Gómez, 2010).

En el caso de México, en materia de investigación y producción de conocimiento turístico, se puede reconocer un período relativamente reciente (Guevara Ramos et al, 2006). A partir de la década de 1960, con la creación del Instituto Mexicano de Investigaciones Turísticas (IMIT), se da el inicio de un proceso que desde el ámbito público oficial hasta el privado generó varias orientaciones: este instituto desarrolló investigación

teórica, con sus enfoques sistémicos e industriales del turismo, como aplicaciones prácticas en la capacitación, planificación y desarrollo turístico en zonas costeras.

La década de los ochenta marcó un cambio radical en cuanto a la investigación turística en México. Influida por ciertas orientaciones de tipo marxista, funcionalista y hasta cierto punto de crítica, la investigación del turismo empezó a despuntar hacia modelos hipotético-deductivos (Molina et al, 1986).

Las nuevas orientaciones hoy giran en torno a la cuestión medio ambiental, la sustentabilidad, los derechos humanos y los valores sociales y éticos por los cuales siempre propugnó el turismo, pero no con las necesidades y el enfoque del momento actual (Masri de Achar & Robles Ponce, 1997; Suárez, 1996).

Actualmente el desarrollo de la investigación turística ha empezado a cobrar gran fuerza con la participación de diversas instituciones de educación superior (IES), quienes han diseñado y puesto en operación maestrías y doctorados que intentan indagar las condiciones teórico-prácticas que presenta el turismo y su actividad (Castillo Nechar Osorio Garcia, Medina Cuevas , 2009).

En el ámbito brasileño la investigación en turismo se inició en la década de 1970 con la creación de los primeros cursos de licenciatura en turismo. En ese período no había una línea clara de investigación. La década de 1980 prácticamente fue una década perdida, y en el campo teórico nada innovador se propuso. Solo a principios de la década de 1990 los estudios con una fuerte base en la teoría se publicaron y, en su mayoría, se gestaron en la Universidad de São Paulo o por influencia de los profesores que enseñaban ahí. Estos estudios tenían una base sólida en la Teoría General de Sistemas, que todavía hoy constituye un paradigma importante en los estudios de turismo en Brasil, siendo inclusive utilizada por el Ministerio de Turismo en sus dos últimos planes nacionales de turismo que cubren todo el período de gobierno del presidente Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

A partir de la segunda mitad de la década de 1990 la investigación de turismo en Brasil comenzó a tomar forma y estudios de sello más específico

fueron publicados, tratando de dejar atrás una gran cantidad de estudios de corte general que estaban siendo divulgados y abordaban de manera superficial las temáticas turísticas.

La década del 2000 es un período más prolífico de publicaciones e investigaciones turísticas pues con el aumento exorbitante de escuelas de turismo y estudiantes de posgrado en turismo (el país llegó a tener más de 700 escuelas de turismo con más de 80 mil alumnos) llevó al surgimiento de numerosas editoras que se interesaron por el tema del turismo. Fue sólo en esa década que los estudios de orden analítico, hermenéutico, fenomenológico, dialéctico, crítico, marxista, etc., se gestaron y publicaron. Fue en esa década también que algunos autores empezaron a investigar sobre epistemología del turismo, sin embargo, este grupo hoy está compuesto por pocos investigadores que merecen ser leídos y citados y reconocemos que el tema de la “epistemología del turismo” todavía no recibe la atención debida en las noticias y educación del turismo en Brasil. Se puede afirmar que todavía está en formación una sólida, pero embrionaria, comunidad científica de turismo en este país (Panosso Netto, 2009).

La preocupación que se observa entre los estudiosos latinoamericanos es que repensar el turismo – además de ser una tarea reciente– como un campo específico del saber tiene un reto muy grande: construir esa delicada tela que reúne objeto, metodología y un cúmulo teórico, permitiendo que el tema pase a ser encarado como un área teórica con especificidades y con pretensiones y avances de construcción de lo que puede ser denominado una *ciencia*.

5 INVESTIGACIÓN TURÍSTICA Y CONOCIMIENTO PRODUCIDO: EPISTEMOLOGÍA Y TURISMO

En el ámbito internacional algo similar ocurre: la preocupación por la construcción seria y rigurosa del turismo es, en realidad, algo reciente (Tribe, 2009). El objetivo no solo se ha orientado a producir teorías sino también a intervenir en su práctica en las formas novedosas de organizarlo y clasificarlo. Ciertamente esas formas nuevas implican intereses disciplinarios que toman en cuenta lo espacial, lo económico, lo social, hasta lo

más novedoso que es lo ambiental. Empero, una cuestión poco analizada en el fondo es la epistemología del turismo y de lo turístico.

Las orientaciones de la investigación turística, en los ámbitos nacionales e internacionales, permiten observar que hay ciertos matices e implicaciones en la construcción de su conocimiento, que no son ni iguales ni homogéneos; en otras palabras, la investigación turística producida presenta orientaciones epistemológicas del tipo empírica, racional, realistas, idealistas hasta escépticas (Castillo Nechar & Panoso Netto, 2010) que caracterizan su discurso. Para aclarar un poco este tema, establezcamos la importancia que tiene la epistemología para la construcción de conocimiento teórico-práctico del turismo.

La epistemología etimológicamente ha sido traducida como la teoría de la ciencia, la cual genera un discurso sobre esta (Miguélez, 1977: 7) y se manifiesta como un esquema normativo al asignar lugar a los distintos saberes dado los objetos reconocidos sensorial o racionalmente; empero, la epistemología no puede ni debe ser entendida de esa manera sino como un discurso que en su discurrir produce sentido y significado nuevo del conocimiento puesto en juego. Ello conduce de antemano, a la necesidad de efectuar otro tipo de análisis: crítico y reflexivo del conocimiento del turismo y de lo turístico, más allá del canon científicista.

El término epistemología, usado a comienzos del siglo antepasado en Francia, tenía un sentido bastante vago que solía confundirse suplantándolo con la expresión de filosofía de las ciencias el cual tuvo un auge muy importante y creciente seducción no sólo para los filósofos sino para los investigadores en general que veían en ese término la posibilidad de un elemento con el cual renovar y fundamentar su actividad crítica (Miguélez, 1977). Ya sea que se tratara de analizar el “espíritu” de las ciencias contemporáneas –la suma de las ideas verificadas– o de estimar la validez científica de disciplinas nuevas o de buscar la efervescencia intelectual, la epistemología parecía ser la ciencia que otorgaba lugar a las disciplinas en su status científico.

Una epistemología del turismo *rigurosa* implica no copiar argumentos tradicionales sino efectuar una ruptura dialéctica con los fundamentos

convencionales; pero romper con la tradición no significa cosificar un nuevo discurso, más bien comprender que la dificultad a la que se enfrenta un nuevo conocimiento –ciencia o saber– es superar los límites que, lejos de serle inherentes, sólo constituyen un estadio provisional de su desarrollo. El grado de adelanto de una ciencia no se mide ya por su capacidad de explicar el mayor número de hechos, ni por su alejamiento de un estadio ideal de la ciencia como saber total y absoluto que engloba todos los objetos. “Una ciencia no adelanta sino comparativamente consigo misma, con sus fundamentos; o mejor, no avanza sino ampliándose, dando a sus conceptos de base la más grande extensión” (Guéry, 1978:128).

Muchos investigadores y docentes aún consideran el conocimiento del turismo y de lo turístico como aquello que es manifiesto a los sentidos y cuantificable *per se*. Otros más parecen encontrar la solución en las “bondades” del *método científico* y el *racionalismo* al establecer explicaciones “rigurosas”, “medibles” y “exactas” del turismo. Sin embargo, en la mayoría de los estudios del turismo tales esquemas de “interpretación” han sido poco clarificados, coincidiendo –en realidad– en el sentido de la medición y exactitud científicista que buscan.

Es cierto, ha habido una contribución importante al estudio del turismo y de lo turístico que se refleja en los aportes de la literatura académica internacional en esta materia; sin embargo, desde el ángulo sociológico como económico ha dominado una perspectiva positivista y empírica. Es necesario abrir el estudio del turismo y lo turístico al ámbito sociológico pero más aún al campo de las ciencias sociales con un enfoque interdisciplinario y transdisciplinario, bajo un carácter crítico reflexivo que establezca nuevos sentidos y significados a los objetos estudiados e investigados (Castillo Nechar, 2005).

6 LA INVESTIGACIÓN EN LA UNIVERSIDAD

En cuanto a los estudios del turismo a nivel superior, suelen enfocarse y clasificar su conocimiento a partir de los objetos manifiestos, más que hacer de ellos objeto de conocimiento. Un ejemplo de esto es que se estudia

la hotelería, agencias de viajes, servicios de alimentos y bebidas como si eso fuera el turismo; por otro lado se estudia disciplinariamente: la economía del turismo, la geografía del turismo, la planificación del turismo y así por el estilo, transponiendo esquemas disciplinarios y metodológicos sin un ejercicio crítico y reflexivo. El problema básico es la ausencia de estudios epistemológicos del turismo a partir de tales saberes.

El potencial que tienen los estudiantes e investigadores dentro de la universidad para crear pensamiento es enorme; el problema es cuando no se entiende su situación y *originalidad*, entonces se mutilan las capacidades de los individuos.

Respecto a la *originalidad* en la investigación universitaria, Hugo Zemelman realizó una revisión de 140 tesis de doctorado en dos instituciones de posgrado en Latinoamérica; buscando el aporte original, la conclusión a la que llegó es que sólo una tenía una *alta originalidad* (Zemelman, 2003). ¿A qué le llama originalidad, Zemelman? A la creación crítica, reflexiva y con un alto sentido y significado –renovado– de los objetos de estudio de acuerdo a su fundamento epistémico, teórico y metodológico así como a las alternativas prácticas de solución que presenta.

El pensamiento crítico no surge espontáneamente, se tienen que dar las condiciones. En este contexto el pensamiento crítico no es una exquisitez de la academia sino un paso vital para la sobrevivencia. Comúnmente en las universidades públicas se suele reemplazar el pensamiento crítico con información y la información con especialidades. Ante la urgencia de los tiempos hoy se requiere un pensamiento crítico social que tenga ideas y no sólo tecnología. La formación de individuos críticos pensantes implica un gran desafío ante una serie de cuestiones del tiempo moderno y globalizado.

El conocimiento no consiste sólo en explicar las teorías sino construir pensamiento que señale nuevas formas de pensar y actuar la realidad, sin embargo, en la medida en que la educación no rebase la información –muy rica y muy “ilustrada”– conducirá a formar alumnos “ilustrados” pero no críticos.

Hoy las lógicas capitalistas conllevan a establecer condicionamientos del llamado *sujeto mínimo*: en voluntad, en visiones, en proyectos; el estupendo ciudadano que no cuestiona, que no critica; es lo que podríamos llamar

igualmente un “robot” (Zemelman, 2005). La educación moderna estimula el manejo de información, la instrumentalidad, la proyección, pero no el pensamiento crítico. El reto en las universidades, desde la aportación académica que se pretende hacer al conocimiento del turismo, es formar a individuos conscientes del momento histórico que se vive pero lamentablemente suele formarse a los educandos con basen en la acumulación de conocimientos.

Si se acepta la premisa de que la historia se construye y el hombre se auto-construye, ello implica que el sujeto está en el centro del debate. Hay que rescatarlo y reconstruirlo, potenciándolo, enriqueciendo su subjetividad. El rescate del sujeto es saber qué es ser él en la historia (Schutz, 1993). Involucra el uso de códigos epistemológicos, no disciplinarios.

Hoy están en crisis las humanidades, lo educativo, lo social, lo turístico por lo que hay que ponerlo, en el centro de la discusión. Para el conocimiento del turismo es momento de la construcción, de la apropiación del saber, no de la información para darle forma operativa. El problema es que actualmente el lenguaje es solamente gestual, por ello el discurso debe involucrar al sujeto y no dejarlo, esto es epistemología: un discurso que en su discurrir produce sentido y significado nuevos; de lo contrario se corre el riesgo de ser desplazados por los “robots” que tienen un programa mínimo, sin protesta.

Mientras se continúe observando al turismo y lo turístico como una actividad económica rentable que genera más beneficios que los perjuicios que puede acarrear, más se seguirá inhibiendo la capacidad productiva de su pensamiento (capacidad epistémica), de la construcción de un cuerpo teórico y metodológico que lo reflexione críticamente en el contexto del devenir de la modernidad.

CONCLUSIONES

Ciencia y turismo tienen un vínculo potencial para hacer del conocimiento producido de este fenómeno un objeto de estudio más allá de una simple área temática, con la relevancia de su incursión en estrategias inter y transdisciplinarias de investigación que permitan formular discursos de carácter epistemológico, que le otorguen consistencia científica al turismo.

El despunte que pueda tener el saber turístico como disciplina a carácter científico dependerá en gran manera de una capacidad de crítica y reflexión que las nuevas tendencias en la investigación de este objeto de estudio puedan asumir, así como de una capacidad hermeneutizable del conocimiento puesto en juego. Sin seres pensantes, críticos, reflexivos y capaces de reinterpretar realidades tan cambiantes será difícil desligar la “teoría” del turismo de los esquemas hegemónicos.

La forma instrumental de realizar investigación turística no únicamente está deformando y volviendo inconsistente el conocimiento producido sino que también está limitando las posibilidades de transitar hacia otros espacios de desarrollo, crecimiento, sustentabilidad y convivencia social en un mundo cada vez más caótico y deteriorado en todos los sentidos.

La investigación del turismo en el ámbito internacional muestra avances en los enfoques teórico-metodológicos que se presentan en las áreas temáticas actuales, pero no es menos cierto que hay una gran carga positivista y empírica desde la orientación y perspectiva asumida.

Por otro lado, la renovación de la importancia de la investigación en la IES será vital para contribuir a hacer de la formación de nuestros estudiantes seres integralmente formados que no solo intervengan en la realidad sino que aporten a su área de conocimiento, para nuestro caso el turismo, con una epistemología turística que dé lugar a teorías y metodologías ad hoc al objeto en cuestión.

REFERÊNCIAS

Abbagnano, N. (1963) “Diccionario de filosofía”. FCE. México.

Apostolopoulos, Y.; Leivadi, S.; & Yiannakis, A. (2002) “The Sociology of tourism. Theoretical and empirical investigations”. Routledge. London.

Apostolopoulos, Y. (2002) “Introduction: reinventing the sociology of tourism.” In: Apostolopoulos, Y.; Leivadi, S.; Yiannakis, A. (ed.) *The Sociology of Tourism. Theoretical and Empirical Investigations*. Routledge, London, pp. 1-14.

Bujarin, N. I. (2003) “Teoría y práctica desde el punto de vista dialéctico”. *El Catoblepas. Revista Crítica del Presente* 15 (Mayo): 9. (Disponible en: <http://www.nodulo.org/ec/2003/n015p09.htm>).

- Castillo Nechar, M. (2005) "Inter, multidisciplina e hibridación en los estudios socioculturales del turismo". Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural 3(2): 229-243.
- Castillo Nechar, M. & Panosso Netto, A. (2010) "Epistemología del turismo. Estudios críticos". Ed. Trillas. México.
- Castillo Nechar, M.; Osorio García, M.; Medina Cuevas, J.L. (2009) "Investigación y conocimiento turístico en México: IES y CITs". Facultad de Turismo y Gastronomía. UAEM. Toluca, México.
- Castillo Nechar, M.; Tomillo Noguero, F.; García Gómez, F.J. (2010) "Principales tendencias de la investigación turística en España y Europa". Universidad Europea Miguel de Cervantes. Valladolid, España.
- Cohen, E. (2002) "The Sociology of tourism. Approaches, issues and findings". In: Apostolopoulos, Y.; Leivadi, S.; Yiannakis, A. (ed.) "The Sociology of Tourism. Theoretical and Empirical Investigations. Routledge, London, pp. 51-71.
- Dann, G. Cohen, E. (2002) Sociology of tourism. In: Apostolopoulos, Y.; Leivadi, S.; Yiannakis, A. (ed.) "The Sociology of Tourism. Theoretical and empirical investigations. Routledge, London, pp. 301-314.
- De la Torre Padilla, O. (1980) "El turismo fenómeno social". F.C.E. México.
- Derrida, J. (2005) "De la gramatología". Ed. Siglo XXI. México.
- Fernández Fúster, L. (1978) "Teoría y técnica del turismo". Tomo I. Editora Nacional. Madrid, España.
- Feyerabend, P. K. (1974) "Contra el método: esquema de una teoría anarquista del conocimiento". Ed. Ariel. Barcelona.
- Feyerabend, P. K. (1978) "La ciencia en una sociedad libre". Ed. Siglo XXI. Madrid.
- Feyerabend, P. K. (1987) "Adiós a la razón". Ed. Teknos. Madrid.
- Feyerabend, P. (1989) "Límites de la ciencia". Paidós. Barcelona.
- Foucault, M. (2008) "Vigilar y castigar. El nacimiento de la prisión". Ed. Siglo XXI. México.
- Greenwood, D.J. (1972) "Tourism as an agent of change: a Spanish Basque case". Ethnology 11: p.80-91.
- Guéry, F. (1978) "La epistemología". Alianza. Madrid.
- Guevara Ramos, R.; Tresserras, J.; Molina Espinosa, S. (2006) "Hacia un estado de la cuestión en investigación turística". Sectur-Cestur. México.
- Hernández, E.; Retrepo, F. (1959) "Llave del griego". Ed. Herder. Barcelona.

- Horkheimer, M.; Adorno, T. (1971) "Dialéctica del iluminismo". Ed. Sur. Buenos Aires.
- Jafari, J. (2000) "Encyclopedia of tourism". Routledge. London.
- Jafar, J. (2005) "Revampying old challengers for integrative paradigms". VII Congreso Nacional & I Internacional de Investigación Turística. Guadalajara, Jalisco, México. Octubre 2005.
- Jafari, J. (1994) "La cientifización del turismo". *Estudios y Perspectivas en Turismo* 3(1): p.7-36.
- Kuhn, T. S. (2006) "La estructura de las revoluciones científicas". FCE. México.
- Lanfant, M.F.; Graburn, N. (1992) "International tourism reconsidered: the principle of the alternative". In V. Smith & W. Eadington (eds), *Tourism Alternatives*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, pp. 89-112.
- Lyotard, J.; F. (1989) "La condición postmoderna". Ed. Cátedra. Madrid.
- Mardones, J. M. (2007) "Filosofía de las ciencias humanas y sociales: materiales para una fundamentación científica". Ed. Anthropos, Barcelona.
- Masri de Achar, S.; Robles Ponce, L. M. (1997) "La industria turística: hacia la sustentabilidad". Ed. Diana. México.
- Míguélez, R. (1977) "Epistemología y ciencias sociales y humanas". UNAM. México.
- Molina, S.; Rodríguez Woog, M.; Cuamea, F. (1986) "Turismo alternativo. Un acercamiento crítico y conceptual". Ed. Nuevo Tiempo Libre. México.
- Muñoz de Escalona, F. (2004) "El turismo como objeto de conocimiento" In *Contribuciones a la Economía*, <http://www.eumed.net/ce/>, visitado en noviembre 2004.
- Nash, D.; Dann, G. and Pearce, P. (1988) "Methodology in tourism research". *Annals of Tourism Research* 15(1): 1-28.
- Ortiz, L. Á. (2001) "El proyecto de la Teoría Crítica". En: Páez Díaz de León, L. (ed.). "La Escuela de Frankfurt. Teoría crítica de la sociedad". UNAM - Escuela Nacional de Estudios Profesionales Campus Acatlán. México.
- Ortuño Martínez, M. (1966) "Introducción al estudio del turismo". *Textos Universitarios*. México.
- Panosso Netto, A. (2009) "Filosofía del turismo. Teoría y epistemología". Trillas. México.
- Ramírez Blanco, M. (1981) "Teoría general del turismo". Ed. Diana. México.

- Rorty, R. (1996) "Objetividad, relativismo y verdad: escritos filosóficos". Ed. Paidós. Barcelona.
- Sánchez Vázquez, A. (2003). Filosofía de la praxis. Ed. Siglo XXI. México.
- Schutz, A. (1993) "La construcción significativa del mundo social. Introducción a la sociología comprensiva". Paidós. Barcelona.
- Sierra Bravo, R. (2001) "Técnicas de investigación social: teoría y ejercicios". Ed. Paraninfo. Madrid.
- Suárez Vázquez, R. (1996) "Código de ética en el turismo". Fundación Miguel Alemán, A.C. México.
- Tribe, J. (2009) "Philosophical issues in tourism". Channel View Publications. Bristol.
- Velázquez Mejía, M. (1989) "Apuntes sobre el sentido del investigar". UAEM, Facultad de Turismo, Toluca, México.
- Velázquez Mejía, M. (1991) "Mito y utopía como estructura de la historia. Hermenéutica, filosofía, genealogía". Centro de Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades (CICSyH). UAEM. Toluca, México.
- Zemelman, H. (2003) "Globalización y construcción de la subjetividad social en América Latina". Ponencia presentada en el Seminario Internacional: Las universidades de América Latina en la construcción de una globalización alternativa. 7 al 10 de octubre de 2003. Universidad Iberoamericana de Puebla. México.
- Zemelman, H. (2005) "El sujeto y su pensamiento en el paradigma crítico". Ed. Anthropos. Barcelona

CAPÍTULO 4

IMPLICACIONES EPISTEMOLÓGICAS EN LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO DEL TURISMO¹

1 IMPLICACIONES ACERCA DE LA EPISTEMOLOGÍA

En nuestro tiempo se hace necesario –pero más aún, urgente– intentar nueva y renovadamente la experiencia del pensar que se re-piensa¹ a partir del diálogo con la tradición del pensar y, al mismo tiempo, a partir de la inteligencia de la presente época. Efectuar este ejercicio nos abre una tarea del pensar que llega hasta la raíz de la existencia humana mediante la meditación incesante, la reflexión crítica y la comprensión interpretativa de nuestras realidades, por cierto, omnímodas.

Para iniciar nuestro ejercicio partamos de una pregunta que, por obvia, poco se ha meditado con profundidad: ¿qué es el conocimiento del turismo? Con esta pregunta se toca un tema muy vasto, es decir, muy extenso, de lo que significa la producción del conocimiento del turismo o de la epistemología² del turismo. Pero precisamente porque el tema es vasto, permanece indeterminado a pesar de los escasos esfuerzos que al respecto se han realizado por clasificarlo, orientarlo y normarlo, como veremos más adelante.

Si producir conocimiento del turismo es un tema vasto y por ello indeterminado, entonces podríamos tratarlo desde diferentes puntos de vista y con ello encontraríamos algo correcto y también acertado. Pero al tratar así nuestro tema, justificándonos en su vastedad e indeterminabilidad,

1 Capítulo originalmente publicado en: CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. Implicaciones epistemológicas en la construcción del conocimiento del turismo. In: CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. (Orgs.). *Epistemología del turismo: estudios críticos*. México: Trillas, 2010, v. 1, p. 15-40. Reproducido con autorización de los autores.

correríamos el peligro de privar a nuestro diálogo de una apropiada comunicación. En este sentido, la pregunta arriba señalada podemos formularla con mayor precisión: ¿qué es esto, epistemología del turismo? y, con ello, la pregunta se orienta de manera más exacta y en una dirección fija.

Cuando preguntamos: ¿qué es el conocimiento del turismo? obtenemos una respuesta que habla sobre..., es decir, hace un *logos-discursivo*³ de lo producido en el conocimiento del turismo. Preguntar de esa manera nos sitúa en una posición por encima, en consecuencia, fuera de lo que en efecto se esté produciendo en el ejercicio propuesto. Esta es una primera implicación que tiene la epistemología en la construcción del conocimiento del turismo, que se suele hablar por encima de..., y no en..., lo cual constituye nuestra meta al eliminar esta implicación. Así, al ingresar en..., nos mantenemos en..., nos comportamos a la manera y esencia del *aprehender*⁴ y, por ende, producimos en el sentido de saber, las posibilidades para conocer las estructuras de lo producido con precisión.

La aspiración que tenemos es generar un discurso-*logos* que, en cuanto discurra, ocurra comprensión, entendimiento, interpretación, es decir, se torne un saber productor que produzca con sentido y significados nuevos. Las palabras *episteme-logos*, como reflexión que produce, determinan el íntimo fundamento de nuestro pensar. Entendida así, la epistemología nos conduce no sólo a interrogar *sobre*, sino –mejor aún– *desde* las posibilidades y estructuras del saber.

Una segunda implicación en la epistemología está dada por el carácter de lo que se constituye y construye “de-s-de”⁵ la búsqueda de una problemática. Ese carácter “desde” suele ser reconocido como la óptica filosófico-cientificista del saber producido. La construcción de aquel “qué” (léase conocimiento del turismo) señala e indica que ha sido producido e “interpretado” desde diferentes perspectivas filosófico-científicas y en forma variada, lo cual le confiere un carácter, una perspectiva, una orientación o un enfoque determinado, en una tradición del pensamiento (Mardones, 2004:120-121). Sin embargo, al reconocer la estructura fundamental del objeto de estudio, ésta se constituye una tarea *sígnica* y *simbólica* que debe

ser dilucidada siempre y en cada caso nuevo, más allá de los dictámenes de la razón suficiente.

Este segundo momento “desde”, nos coloca en y “frente” a una doble instancia. Nos permite interrogar interrogándonos, es decir, preguntar preguntándonos. Esto es, historicidad filosófica (mundificaciones socioculturales) y cientificidad racional (mundificaciones⁶ unívocas formales). Lo anterior significa tomar en serio las experiencias históricas y la razón en sus implicaciones reales: real-izadas, realizables. Sin embargo, nuestro quehacer nunca se presenta como un camino resolutivo, sino como un camino en un franco tentativo. Tentativo que pre-entiende la búsqueda de fundamento, fundación y función de nuestro quehacer investigativo, constructivo, pero para saber ello requerimos precisar, hasta donde sea posible, los alcances, espacios y horizontes que el término “epistemología” nos pone a la mano o ha provocado en nos-y-otros (nosotros).

La cuestión aquí es que no buscamos “producir” epistemología del turismo por un criterio positivista, bajo su vertiente descriptiva-normativa,⁷ que a la postre se vuelve traductiva, sino que tratamos de visualizar, captar, capturar, entender y comprender cómo está realizada y hecha o cómo deba ser realizada o hecha la estructura decodificadora y recodificadora de nuestras producciones-codificadas. Otra cuestión que aparece es la necesidad de precisar más el tipo de irrupción epistemológica en la constitución misma de la “cientificidad” dada o requerida por los horizontes y niveles que nos ocupan. Por ejemplo, cuando se analiza la cuestión sociocultural en el turismo, tocamos el tema de la “cientificidad”, en ella podemos observar si el argumento producido tiene un carácter resolutivo con un fundamento en el pensar estrictamente científico-matemático (dada su rigurosidad en aplicación de leyes, principios, que buscan la exactitud y medida de lo expuesto) o bien se trate de un pensar que sin dejar de ser riguroso podamos nominar “abierto”,⁸ como un pensar que aspire a convertirse en algo firme, pero inexhausto, inacabado, que deja, por consiguiente, espacios para la elección, el riesgo y la aventura del saber.

De esta manera, pensamientos-discursos-realidades quedan atrapados en distintos niveles de lenguajes que modelan el pensar destinado o

conformado por aquello que se persigue investigar y configurando –con ello– modelos histórico-socio-culturales de nuestras codificaciones.

Una tercera implicación en la epistemología tiene que ver con la separabilidad limítrofe de las corrientes en la construcción de un saber determinado. Por lo general se indica que la *empeiria* (del griego clásico ἐμπειρία = experiencia) es contraria a la *ratio*, y que el idealismo al materialismo, por ejemplo. Sin embargo, el ser humano construye de acuerdo con sus capacidades y facultades empírico-rationales, idealistas-materialistas, fenomenológicas-existencialistas, y así por consiguiente. Es cierto que cada una de las perspectivas epistemológicas presenta modelos y esquemas de investigación más o menos rígidos, pero también más o menos flexibles, la cuestión que se debe puntualizar es la relativa a los énfasis o acentos que se ponen al momento de construir conocimiento.

Algo que debe quedar claro en la cuestión de la construcción del conocimiento es que se ponen en juego un conjunto de elementos y factores que se entrelazan y/o concatenan: éste comienza por los sentidos, pasa de éstos al entendimiento y termina en la razón y el ciclo vuelve a empezar. Pero, por sentidos se debe entender no sólo la capacidad de lo tangible y visual, sino la racional, emotiva e intuitiva del ser humano. Igual que en el caso de la intuición o de la experimentación, el entendimiento y la razón manifiestan ciertos usos del lenguaje que, dependiendo del énfasis puesto en el argumento, se efectúa una abstracción de todo un contenido, el cual muestra un uso real o de aplicación.

Aunque el conocimiento es una relación entre sujeto y objeto, el conocimiento es en sí mismo resultado de un fenómeno mucho más complejo que implica al menos cuatro elementos: el sujeto que conoce, el objeto conocido, la operación misma del conocer y el resultado obtenido (Castillo-Lozano, 2006:21), de tal manera que si se limitara a uno de ellos, aquél no existiría en cuanto tal. Cabe señalar que, resultado de la interacción de esos elementos, se produce una representación interna en el individuo, la cual se refiere al proceso cognoscitivo en el que el lenguaje articula realidades (expresa experiencias), configura el pensamiento (explica experiencias) y correlaciona discursos (comunica explicaciones y experiencias). Todo esto

conforma y configura la condicionalidad de la condicionalidad⁹ de toda forma o modelo de interpretación (Ortiz-Oses, 1976:20).

Sin embargo, la diferencia que existe entre la episteme y el llamado “conocimiento científico” estriba en que este último obtiene el conocimiento siguiendo un método denominado científico o experimental, y al conocimiento así obtenido se lo denomina *conocimiento científico*. Por el contrario, el concepto de episteme-conocimiento, que deriva de episteme-*scientia*, es más general que el de conocimiento científico. Es así que las creencias religiosas constituyen un tipo especial de conocimiento, diferente del científico, que sí es fuente de un saber. Según Platón, el conocimiento se caracteriza por ser necesariamente verdadero (episteme). De otro modo, la mera creencia y opinión (*doxa*), ignorante de la realidad de las cosas, quedan relegadas al ámbito de lo probable y lo aparente. En efecto, esta vinculación entre conocimiento-verdad-necesidad forma parte de toda pretensión de episteme, tanto filosófica como científica en el pensamiento occidental.

1.1 Principales corrientes epistemológicas

La perspectiva clásica de las corrientes epistemológicas establece cinco grandes tipologías de cómo construye el ser humano: el escepticismo, el empirismo, el racionalismo, el idealismo y el realismo (Vernaux, 1981:29). Veamos algunas características de ellas, cómo se contraponen y entrecruzan unas con otras, no sólo en planteamientos, sino en autores que se reconocen en una u otra corriente, dependiendo el énfasis que le imprimen al abordaje de sus objetos para construir un conocimiento determinado.

El escepticismo es una corriente epistemológica basada en la duda. Retomando la definición que da Sexto Empírico al escepticismo en las argumentaciones pirrónicas, expone que “el escepticismo es la capacidad de establecer antítesis en los fenómenos y en las consideraciones teóricas, según cualquiera de los tropos, gracias a la cual nos encaminamos, primero hacia la suspensión del juicio y después hacia la ataraxia” (Román, 1994:214). El escepticismo es, en pocas palabras, una tentación constante para el espíritu humano desde que reflexiona y abandona el terreno firme

de las certezas de sentido común. Va contra los argumentos dogmáticos, lo que quiere decir, que el escéptico con su obra investiga, pero no dogmatiza, es decir, no afirma o niega nada sobre las cosas que investiga. No obstante, el escéptico utiliza fórmulas escépticas como: no comprendo, nada defino, no más esto que aquello otro, tal vez si, tal vez no, etc., para suspender todo juicio y no caer en la afirmación o negación absoluta.

Si analizamos a algunos representantes de esta corriente y cómo construían nos daremos cuenta que algunos, al parecer, tal vez no pertenecían a esta corriente, pero su acento o énfasis en el conocimiento construido los ubica con convergencias en la misma.

Pirrón fue el primer filósofo de la época clásica griega, que funda la escuela del escepticismo, mejor conocida como *pirronismo*, que recomienda la duda como única sabiduría. Santo Tomás expone una duda universal en la metafísica, más tarde el escepticismo griego vuelve a surgir con Montaigne a principios de la época moderna, poniendo de nuevo la duda como saber único. En esta época aparecen otros filósofos como Descartes con su pensamiento metafísico y Hume quien, con una crítica al cartesianismo, llega a disolverlo y se establece en el escepticismo. Lo mismo ocurre con Kant, quien reaparece con una filosofía escéptica bajo una forma positivista, y Hegel, uno de los filósofos dogmáticos más importantes, cae en el escepticismo eterno con su filosofía del absurdo. Filósofos como Descartes y más reciente Husserl, han creído que el escepticismo es el único medio de fundamentar la filosofía verdaderamente científica. Descartes, por ejemplo, con la hipótesis puesta en su obra del *Genio maligno*,¹⁰ se encierra en el escepticismo porque pone en duda la evidencia, lo que ocasiona que esta duda deje de ser metódica. Husserl, por su parte, pone entre paréntesis la existencia del mundo y del yo, al establecer la reducción fenomenológica donde resulta que no existe nada, porque fundamenta a la filosofía como descripción de las esencias, suprimiendo al filósofo, la descripción y las esencias.

En el turismo esta concepción se hace patente en argumentos que dudan incluso de la existencia de un objeto de estudio disciplinar y más bien dan la posibilidad de hacer del turismo un área temática de disciplinas diversas, con las debidas consideraciones.

En el caso del empirismo, no siempre es fácil distinguirlo del escepticismo, pues sus fronteras son comunes. Por ejemplo, el último de los escépticos griegos, Sexto, es de hecho un empirista; pero el más riguroso de los empiristas modernos, Hume, se declara escéptico. El empirismo indica el conocimiento que se basa en la experiencia para validarse como tal; es decir, la experiencia es la base de todo conocimiento. Parte del mundo sensible para formar los conceptos e indica que lo que uno ha experimentado, es la base para un conocimiento. Sin embargo, se puede definir al empirismo como una forma de dogmatismo o como un movimiento filosófico de múltiples ramificaciones, en donde el medio de conocimiento es la experiencia.

En la época griega y en esencial con la filosofía de Protágoras, se veía al empirismo sólo como un sensualismo, donde la constitución de los sentidos del hombre era la forma perfecta y definitiva del relativismo y el humanismo. Epicuro, al igual que Protágoras, decía que los sentidos enseñan y, por tanto, el bien del hombre es el placer, un placer que no difiere de la teoría sensualista del conocimiento. Sin embargo, la doctrina de Protágoras parte del relativismo. Su filosofía era que si todo lo que pensamos, si todo lo que nos aparece, es la verdad, es preciso que todo sea al mismo tiempo verdadero y falso. Él expone que el verdadero significado de la realidad está unido al relativismo de la teoría que declara: “El hombre es la medida de todas las cosas; de las que son, que son, de las que no son, que no son” (Vernaux, 1981:143).

En la Edad Media hay un cambio del empirismo al nominalismo, el máximo representante del nominalismo fue Guillermo de Occam, quien expresa que:

“Ninguna cosa fuera del alma ni por sí ni por algo que se le agregue, real o irracional y de cualquier manera que se considere y se entienda, es universal, ya que tan imposible es una cosa fuera del alma sea universal de cualquier modo (a menos que no resulte por convicción, como cuando se considera universal la palabra *hombre* que es singular), como imposible es que el hombre, por cualquier consideración o según cualquier ser, sea asno (Abbagnano, 1994: 857).

El empirismo inglés muestra ciertos vínculos y diferencias entre sus diferentes filósofos. Locke por una parte es realista, Berkeley es inmaterialista, Hume y Bentham son fenomenistas, Mill elabora una lógica empirista y Spencer es evolucionista. Sin embargo, los principios críticos del empirismo son idénticos (Vernaux, 1981:43). El empirismo presenta una discusión clara en contra del racionalismo, cuando expone que el espíritu humano no tiene ideas innatas, y que la experiencia le es indispensable. Sin embargo, el empirismo tiene un defecto, que es privar al hombre de inteligencia y de razón, porque lo limita de todo conocimiento a los objetos concretos que nos da la experiencia; dar un valor absoluto a la experiencia da como resultado negar toda espontaneidad del sujeto y convierte al conocimiento en una recepción pasiva de impresiones.

En el turismo, este tipo de orientación se verifica en estudios que toman como base la experiencia y el empleo de los sentidos (vista-observación, vivencia-teorización) para producir conocimientos; en esa lógica, la descripción de los hechos genera “teorías” que en realidad son relatos históricos, narraciones y monografías del turismo. La característica más representativa es la importancia que se le otorga a los conocimientos producidos a partir de la experiencia y quien más la tiene más capacidad aparenta tener para determinar y/o conceptualizar una realidad “turística” en particular.

En cuanto al racionalismo, éste da nombre a una doctrina para la cual la única capacidad adecuada o completa de conocimiento es la razón, de modo que todo conocimiento (verdadero) tiene origen racional (Ferrater, 1988:349). El racionalismo es la corriente epistemológica tendente a ser inversa al empirismo, porque aunque le deja un lugar a la experiencia le niega todo valor científico. Así, en el racionalismo existe una contradicción, porque se mete en un callejón sin salida al negar la parte de verdad que tiene el empirismo.

En la filosofía griega racionalista existen dos escuelas: el eleateísmo y el estoicismo. Parménides fue uno de los filósofos que elaboraron la doctrina del eleateísmo, en la escuela que floreció en Elea o conocida como la Magna Grecia. Él declaraba que la razón es un principio de identidad, como una metafísica monista, porque niega el cambio y la

diversidad de los seres y afirma la inmovilidad y unidad del ser (Vernaux, 1981:54). Esta doctrina, según Abbagnano (1994), tiene dos fundamentos principales:

1. La necesidad de ser expresada mediante la frase “Sólo el ser es y no puede no ser”
2. El acceso que tiene el ser al único pensamiento racional, condena al conocimiento sensible como apariencia.

En la filosofía moderna, el racionalismo aparece con Descartes, expresado por la idea de la matemática universal y por la teoría de las ideas innatas. Él afirma que para que sea científico el conocimiento, se debe desarrollar a *priori* a partir de las ideas claras, captadas por intuición y deducir las verdades por orden, como la serie de los teoremas de la geometría. Descartes enuncia como primera verdad absoluta *cogito, ergo sum* = pienso, luego existo. Se puede dudar de todo menos de que se duda, por tanto pienso, por tanto existo. Se trata de un criterio de certeza que dará paso al descubrimiento de nuevas verdades. Cabe decir que el cartesianismo siguió desarrollándose con Spinoza, con su obra *Ethica more geométrico demonstrata*, retomando la idea matemática universal de Descartes. Después Leibniz, al igual que Spinoza, sigue en la idea de la matemática universal, él expone en su obra *Nuevo tratado sobre el entendimiento humano*, que existen dos formas de saberes: las verdades de hecho, obtenidos de la experiencia, y las verdades de razón, que prescinden de la comprobación sensible y accesibles sólo mediante el entendimiento (Berthier, 2005). Por su parte, Wolf –siguiendo la filosofía cartesiana– pretendía una certeza racional absoluta, para lo cual trataba de reducir a racional y necesario lo irracional y contingente, y suprime límites entre los principios de razón suficiente y contradicción. Para Wolff, todo lo real es racional, y todo lo racional es real (Vernaux, 1981:55). En cuanto a Kant, el racionalismo kantiano radica del todo en la distinción entre la materia y la forma del conocimiento, que son igualmente necesarios pero tienen un origen y una función diferentes. Kant propone que la forma del conocimiento se rige a través de tres niveles:

1. A nivel de la sensibilidad.
2. A nivel del entendimiento.
3. A nivel de la razón.

No obstante, la materia –el contenido del conocimiento– es considerada por Kant como *a posteriori* y no es dada por la experiencia sensible; sin embargo, es necesaria ya que sin ella no se tendría nada por conocer (Pérez, 1990). Con Hegel se ha visto la forma más pura del racionalismo porque construye un modo puramente *a priori* en la dialéctica de un sistema de ideas que proporciona una explicación integral del universo.

El principal argumento del racionalismo es la impotencia del empirismo para explicar el conocimiento científico, que rebasa manifiestamente los datos brutos de la sensibilidad. El racionalismo presenta el innatismo de la inteligencia del hombre y su espontaneidad natural, pero existe una limitante al atribuir a la inteligencia ideas innatas o formas *a priori*, porque el racionalismo niega la pasividad constitucional del espíritu humano y minimiza también el papel de la experiencia. Sin embargo, la experiencia misma nos da hechos particulares y contingentes, nos da esencias universales, por tanto, la base del racionalismo es una verdad de experiencia, de lo contrario cae en un círculo vicioso al decir que la doctrina del *a priori* se funda sobre un *a priori*. El racionalismo no puede justificarse sin recurrir a la experiencia, es lo mismo con el empirismo, que no puede evitar emplear la inteligencia si quiere afirmarse como universal. La experiencia es tan necesaria como la inteligencia y la razón para comprender al conocimiento.

Ejemplos de estudios de este corte en el turismo son aquellos que elaboran argumentaciones que dejan entrever que la construcción del conocimiento turístico no puede tener como referente básico a la realidad, sino la capacidad racional del ser humano, de esta manera ponderan reiteradamente que es el investigador quien puede moldear la realidad y sin él ésta no tiene sentido.

Respecto del idealismo, existe una relación entre el racionalismo y el idealismo, pero no se puede decir que sean iguales ya que hay dos

diferencias: primera, el racionalismo considera el medio del conocimiento y el idealismo considera el valor del conocimiento, y segunda, se presenta en dos vertientes: un racionalismo realista con Descartes y un idealismo empirista con Berkeley, por ejemplo.

Abbagnano (1994:638-640) afirma que el término *idealismo* se ha visto desde dos significados:

- El idealismo gnoseológico o epistemológico, usado por primera vez por Wolf, donde exponía que los idealistas son quienes admiten que los cuerpos tienen sólo una existencia ideal, en nuestras almas y, por tanto, niegan la existencia real de los cuerpos mismos y del mundo.
- El idealismo romántico, sus fundadores fueron Fichte y Schelling, que lo llamaron *trascendental, subjetivo y absoluto*. El adjetivo *trascendental* lo ligaron a la idea de Kant “yo pienso” como el principio fundamental del conocimiento; lo *subjetivo* viene de la filosofía de Spinoza en donde la sustancia misma es el objeto, y lo *absoluto* tiende a subrayar la tesis de que el yo y el espíritu es el principio único del todo y que fuera de él no hay nada.

Un error común es considerar como padre del idealismo a Platón, por su teoría de las ideas, pero esta teoría es realista; en ese sentido, es más conveniente considerar que el idealismo es una doctrina moderna. No obstante, Vernaux (1981) considera que para interpretar la teoría de las ideas como idealismo, hay que leer a Platón con los anteojos de Kant. Asimismo, sería erróneo considerar a Descartes como padre del idealismo, pues las conclusiones de su sistema son realistas. Sin embargo, es importante mencionar que el sistema de Descartes da tres bases para que el idealismo florezca:

1. La filosofía de la duda metódica, donde no le parece evidente la existencia del mundo, y sólo la admitirá si se demuestra.
2. El principio de su filosofía, el *cogito*, que afirma que el pensamiento es la única realidad que se le da al espíritu y que todas las demás realidades deben deducirse de ésta, por lo cual cree poder pasar

del pensamiento como fenómeno al espíritu como sustancia, pero Kant juzgará este paso como un paralogismo.¹¹

3. Atribuye al espíritu ideas innatas que están en él como cuadros, es decir, que son los mismos objetos del conocimiento; Berkeley dice que no podemos verificar que una cosa corresponda a nuestras ideas, ya que no tenemos a nuestra disposición más que ideas (Vernaux, 1981:69).

Bajo estas bases, podemos considerar que los sucesores de Descartes (Malebranche asume que la fe le enseña que Dios ha creado un mundo material; Berkeley niega la existencia de los cuerpos como sustancias y demuestra que son ideas cuya realidad consiste en ser percibidas; Leibniz considera las mónadas, centros de fuerza y conocimiento, que sólo conocen las ideas que emanan del propio fondo, lo que resulta una manera curiosa de aliar el idealismo y el realismo), se inclinan al idealismo; sin embargo, no llegan en realidad a él.

Es en concreto Immanuel Kant quien constituye y define el idealismo: Kant admite la existencia de “cosas en sí” como causa de nuestras impresiones sensibles, pero las declara incognoscibles. Como no podemos saber nada de ellas, ni siquiera si existen, no hablamos de ellas, dice Kant. Sólo podemos hablar de lo que conocemos: de los fenómenos que son nuestras representaciones, de las formas y categorías que son nuestras leyes a priori. Él hace una crítica a las filosofías de Descartes y Berkeley, por lo que da el nombre de *idealismo problemático* al de Descartes e *idealismo dogmático* al de Berkeley; al suyo lo llama *idealismo trascendental o crítico*.

El principal argumento de los idealistas es el principio de inmanencia (significa que es imposible conocer algo que exista en sí, fuera del pensamiento o de la conciencia), el cual se explicita en otros dos:

- El principio del fenomenismo (es cuando no podemos conocer más que fenómenos, pues si una cosa es conocida, es objeto de conocimiento, aparece, es fenómeno).

- El principio de la relatividad del conocimiento (presenta dos fórmulas: la conciencia es la condición de todo conocimiento y el conocimiento es el acto de un sujeto, es la actividad espiritual que hace surgir un objeto ante nosotros) (Vernaux, 1981:74).

La corriente idealista se comprende y se justifica como eliminación progresiva de lo real, tal como estaba concebida por un realismo degenerado: la extensión cartesiana y la cosa en sí kantiana (el pensamiento del idealismo está encerrado en sus ideas, pero el conocimiento del realismo está abierto al ser). Por tanto, se debe constituir lo real con los fenómenos presentes en la conciencia, aunque existe un inconveniente: se ha creído destruir el realismo al combatir *este* realismo.

Desde el punto de vista epistemológico, el idealismo no es una teoría del conocimiento coherente e indestructible en su propio terreno, porque encuentra dificultades internas: no vive más que de préstamos subrepticios del realismo. Esto es en particular visible en dos puntos principales: la verdad y la cosa en sí. Cuando el idealismo se afirma como una doctrina verdadera, no se mantiene ya en este formalismo; sus tesis sobre el ser, el conocimiento y el espíritu pretenden explicar lo que son realmente ellos, de modo que para el idealismo, como para el realismo, la verdad consiste en afirmar como ser *lo que es*, y no ser *lo que no es*. Por otra parte, se muestra que el idealismo no puede permanecer fiel a sus principios, la lógica del principio de inmanencia conduce directamente al solipsismo que muy pocos se atreven a sostener: no niega la apariencia de contingencia, pero niega su realidad.

En el turismo podemos reconocer esta corriente epistemológica en aquellos estudios que idealizan las condiciones y elementos de una actividad que en la realidad se muestra diferente, se ponderan ciertas cualidades que no permanecen fieles a tales ideas.

Por último, el realismo, que se considera lo opuesto al escepticismo, sostiene que podemos alcanzar la verdad y admite que tenemos certezas legítimas, por lo cual es una posición dogmática. A veces se dice que el realismo, para conocer la verdad sintetiza el empirismo y el racionalismo, conjuntamente. La fórmula es mala. Primero, porque a nivel histórico, en la filosofía moderna las dos doctrinas son producto de la descomposición del

realismo, que es anterior a ellas. Valdría mejor decir que el realismo se sitúa fuera o por encima del debate.

Para poder dar una aproximación al realismo se necesita ver desde dos planos:

- El plano del sentido común: es fácil de comprender, pues con esta idea se indica que todo hombre que no está sofisticado por una reflexión filosófica mal llevada, se cree espontáneamente capaz de la verdad, se fía por instinto de sus sentidos y de su inteligencia para conocer la realidad.
- El plano filosófico: es difícil de comprender porque es complejo, matizado y, por ello mismo, siempre está en peligro de caer por un lado o por otro en el error (Vernaux, 1981:85-86).

En el realismo existen dos tendencias, una con Platón marcada por San Agustín y San Buenaventura y que va a parar con Descartes, Malebranche y los ontologistas del siglo XIX; y la otra, con Aristóteles, que culmina con Santo Tomás y se ha mantenido viva en el transcurso de los siglos por la escuela tomista. Sin embargo, cabe aclarar que estas tendencias tocan primero la cuestión metafísica y luego la epistemológica.

La filosofía de Platón se puede analizar desde dos formas del conocimiento: la metafísica y la dialéctica. En la metafísica Platón parte de su teoría de las ideas, como la necesidad de encontrar un fundamento real para justificar la existencia de una verdad inmutable. La dialéctica, Platón la postula como modo de conocimiento. Para Platón la dialéctica tiene dos sentidos: la entiende como método, con el fin de llegar a la verdad y definir las cosas, y la entiende como ciencia, como saber, el cual es el más alto grado de conocimiento y contemplación intelectual de las ideas (Boulesis, 2007). Al respecto, Platón distingue dos clases de conocimiento:

- La opinión (*doxa*), que es el conocimiento sensible.
- La ciencia (*episteme*), como el conocimiento inteligible, cuyo objeto son las ideas, el ser eterno e inmutable.

Sin embargo, no sólo existe este tipo de realismo platónico, sino que hay otros como el realismo aristotélico, el cual hace una crítica al realismo

platónico del cual su fundamento de la epistemología es la tesis de la metafísica y de que las ideas no existen separadas. También existe un realismo agustiniano, en el cual la tesis está centrada en el problema de la verdad, donde la verdad es necesaria, inmutable y eterna; ante esto, su punto de partida es la tesis platónica de que el mundo sensible es demasiado inestable para poder ser objeto de conocimiento verdadero. También existe un realismo tomista en el cual el sistema teológico de Santo Tomás tiene por objeto esencial a Dios como el comienzo y el final de todo lo existente, él retoma las ideas neoplatónicas y agustinianas para la construcción de su sistema. Por otro lado, hay también un realismo idealista que admite que un buen número de objetos no existen más que en el pensamiento, porque el espíritu los ha construido o abstraído (Vernaux, 1981:91). Hay también un realismo inmediatista, donde la cuestión principal consiste en saber si podemos encontrar el ser partiendo del pensamiento. Algunos de sus defensores:

- Berkeley expone que si las cosas no están de inmediato presentes al espíritu, no podremos comparar una idea más que con otra idea.
- Fichte dice que el sentimiento de pasividad se explica por la inconsciencia en que el espíritu está de su propia actividad, es decir, el objeto parece dado cuando en realidad está puesto.
- Descartes, su idea es que el espíritu se captaría a sí mismo como ser por una intuición que sería una verdadera experiencia metafísica y en el ser así dado percibiría la verdad de los primeros principios.
- Kant, mostró con el principio de inmanencia que no tenemos derecho a pasar del fenómeno de pensamiento a la existencia en sí del sujeto pensante.
- Maréchal examina el camino de Kant, dice que el problema consiste en pasar del objeto fenoménico o inmanente al objeto en sí o trascendente (Vernaux, 1981:93-96).

En conclusión, lo aquí planteado conduce a preguntarse si el realismo puede ser llamado *metódico*, *dogmático* o *crítico*. Ante los argumentos esgrimidos, no se puede confundir la crítica con el criticismo, o lo que es lo mismo, la crítica del conocimiento con la crítica de la razón pura. Segundo,

no se puede confundir el demostrar con el explicar, pues afirmar el realismo como una evidencia primera no es renunciar a criticarlo y, tercero, reconocer que el realismo es evidente es ya criticarlo, puesto que es dar un juicio de valor sobre el conocimiento. Por otra parte, si se muestra, además, cómo es posible el conocimiento real, se explica la evidencia y se fundamenta el juicio del valor, perfeccionando así la crítica.

Ante tales variaciones del realismo, lo único que nos queda señalar es que este tipo de estudios en el turismo se ha orientado hacia una perspectiva crítica, tanto en lo que debe entenderse como turismo como en la práctica misma de sus actividades. Bajo este panorama, observamos que aunque existen oposiciones claras entre las corrientes epistemológicas (escepticismo, empirismo, racionalismo, idealismo y realismo), también hay ciertas interrelaciones entre ellas esgrimidas por diversos representantes y que, dependiendo de la aprehensión de los objetos y fenómenos en cuestión, queda claro que ciertas formas y elementos de construcción –tanto en oposición como en sus vínculos– se manifiestan entre ellas.

Por otro lado, al efectuar un análisis en Internet de la diversidad de términos para designar a aquella teoría encargada de la producción de conocimientos, en la cual aparecen locuciones sinónimas como: epistemología, gnoseología, filosofía de la ciencia y teoría del conocimiento –en los idiomas español, portugués, francés, inglés y alemán–, Tomillo afirma que a excepción del alemán, donde la palabra *wissenschaftstheorie* literalmente puede traducirse como filosofía de la ciencia, en las demás lenguas el término más usado es *epistemología* (Tomillo, 2007:7-10). Señala que en nuestros días, las grandes figuras y corrientes de la epistemología o filosofía de la ciencia que se distancian u oponen de algún modo al positivismo, el cual deriva del empirismo y del realismo ingenuo, son:

1. Husserl, fenomenología.
2. Popper, racionalismo crítico o falsacionismo.
3. Kuhn, teoría de los paradigmas.
4. Lakatos, falsacionismo sofisticado.

5. Heidegger, hermenéutica.
6. Feyerabend, anarquismo metodológico.
7. Lévi-Strauss, estructuralismo.
8. Bertalanffy y Luhmann, teoría de sistemas.
9. Bunge, realismo científico (Tomillo, 2007:12).

En suma, se puede decir que desde mediados del siglo xx en adelante, se han replanteado en forma crítica las bases epistemológicas de los métodos y de la misma ciencia. Investigadores de la llamada ciencia formal han afirmado que “...estamos llegando al final de la ciencia convencional” (Prigogine en Fried, 1994:40); es decir, de la ciencia determinista, lineal y homogénea, y nos acercamos al surgimiento de una conciencia de la discontinuidad, de la no linealidad, de la diferencia y de la necesidad del diálogo. No sólo estamos ante una crisis de los *fundamentos* del conocimiento científico, sino también del filosófico, y, en general, ante una crisis de los fundamentos del pensamiento. Una crisis que genera incertidumbre en las cosas fundamentales que afectan al ser humano. Y esto, precisa y paradójicamente, en un momento que la explosión y el volumen de los conocimientos parecieran no tener límites.

El cuestionamiento está dirigido, en especial, hacia el “logos científico tradicional”, es decir, hacia los criterios que rigen la “cientificidad” de un proceso lógico de construcción y los soportes de su racionalidad, que marcan los límites inclusivos y exclusivos del saber científico. Por todo ello, en la actividad académica se ha vuelto imperioso desnudar y desanudar las contradicciones, las aporías, las antinomias, las paradojas, las parcialidades y las insuficiencias del paradigma que ha dominado –desde el Renacimiento– el conocimiento científico. Pero esta situación no es algo superficial, ni coyuntural, el problema es mucho más profundo y serio: su raíz llega hasta las estructuras *lógicas* de nuestra mente, hasta los procesos que sigue nuestra *razón* en el modo de conceptualizar y dar sentido a las realidades; por ello, este problema *desafía* nuestro modo de entender, *reta* nuestra lógica, reclama un *alerta*, pide mayor *sensibilidad* intelectual, exige una actitud *crítica* constante, y todo ello bajo la *amenaza* de dejar sin rumbo y sin sentido

nuestros conocimientos considerados como los más seguros por ser “científicos”. El conocimiento no es, en una palabra, un *reflejo especular* de “lo que está allí afuera”; el conocimiento es el resultado de un elaboradísimo proceso de interacción entre un estímulo sensorial y todo nuestro mundo interno de valores, intereses, creencias, sentimientos, temores, etcétera.

Esta nueva sensibilidad se revela también, a su manera, en diferentes orientaciones del pensamiento actual, como la *teoría crítica*, la condición *posmoderna*, la *posestructuralista* y la *destruccionista*,¹² o la tendencia a la *desmetaforización* del discurso, a un uso mayor y más frecuente de la *hermenéutica* y de la *dialéctica*, y también en varias orientaciones metodológicas, como las metodologías cualitativas, la etnometodología, el interaccionismo simbólico, la teoría de las representaciones sociales, etc., y viene a significar un nuevo estado de la cultura después de las transformaciones que han afectado las reglas del juego de la ciencia, de la literatura y de las artes que han imperado durante la llamada “modernidad”, es decir, durante los tres últimos siglos.

Los autores de estos movimientos difieren en muchos aspectos, pero tienen también muchas cosas en común, como su ruptura con la jerarquía de los conocimientos y de los valores tradicionales, su bajo aprecio por lo que contribuye a la formación de un sentido universal, su desvalorización de lo que constituye un modelo, y su valoración, en cambio, del racionalismo crítico, de las diferentes lógicas, de la “verdad local”, de lo fragmentario, y su énfasis en la subjetividad y en la experiencia estética. Geertz, por ejemplo, sostiene que todo conocimiento es “siempre e ineluctablemente *local*” (1983:4). Por consiguiente, más que creer en una realidad universal, en una verdad igual para todos, este tipo de autores enfatizan que el conocimiento y la verdad se “personalizan” al ser el fruto de dos factores: en que uno (el externo) puede ser igual para todos, pero el otro (el interno) es único, singular e irrepetible en cada proceso cognoscitivo.

1.2 Esfuerzos en la construcción del conocimiento del turismo

Ante los análisis efectuados no nos queda sino preguntarnos, ¿cómo estamos construyendo en turismo?, ¿cuáles son las tendencias más comunes

en la construcción del conocimiento del turismo?, ¿qué avances hemos logrado en la llamada epistemología del turismo? Echemos una mirada amplia, genérica y selectiva –tal vez sin ser representativa, pero sí indicativa– de los principales avances y aportaciones que diversos investigadores y en distintos momentos han efectuado a la cuestión referida. A nivel mundial, desde hace varias décadas,¹³ la investigación turística ha despuntado con diversas líneas que no sólo han considerado la cuestión económica y mercadológica del turismo, sino también la conceptual.¹⁴ Tal es el caso de los resultados que presenta Nash, Dann y Pearce (1988), cuando al revisar el material producido durante una década –de mediados de los setentas a mediados de los ochentas– en dos revistas especializadas en la materia: *Annals of Tourism Research* y *Journal of Leisure Research*, observan que los estudios predominantes son los descriptivos y los de estadística descriptiva e inferencial por sobre los de base conceptual, con un porcentaje aproximado de 70 y 30 %, respectivamente (Nash, Dann y Pearce, 1988:1-27).

Sin embargo, a mediados de los setentas, el geógrafo yugoslavo Zivadin Jovicic (1975) estaba convencido de que el pensamiento científico sobre un fenómeno tan interesante como el turismo se encontraba estancado. Jovicic reconocía la existencia de una serie de disciplinas especializadas en el estudio del turismo con métodos apropiados. Entre ellas:

- La economía del turismo: matemático-estadísticos.
- La geografía del turismo: descriptivos-explicativos (analogías, comparaciones)
- La sociología del turismo: empírico-normativos.

Para Jovicic el turismo, como una ciencia específica, tenía un fuerte acento en la cuestión interdisciplinar. A Jovicic le parecía posible y deseable que en el estudio del turismo participaran todas las ciencias disponibles, pero creía que era urgente crear una nueva ciencia a la que llamó *turismo-logía*, porque sólo ella sería capaz de estudiar al turismo en toda su integridad. Pero antes de Jovicic, el francés P. P. Defert ya había propuesto en 1966 un nombre para la ciencia del turismo: *turistología*. Otro más fue el experto italiano Fragola, quien propuso –un año más tarde– llamarle *turismografía*

o *turismología*, esta última fue la que hizo suya Jovicic. Por si fuera poco Ángel Alcalde, un economista español, en 1967 propuso la denominación de *teorometría*, de la que derivaría *teorología*, del griego *teoros*, viaje, y con esa denominación quería referirse a la medición o a la ciencia de los viajes, lo sería más adecuado para la nueva ciencia del turismo (Muñoz de Escalona, 2004:26), no obstante esa es una discusión que conlleva a caer en la frecuente confusión entre viaje y turismo, la cual ya tiene muchas hojas escritas.

Félix Tomillo, al efectuar un análisis al respecto, indica que las denominaciones propuestas para calificar el conocimiento turístico moderno son:

- Turismología
- Turistología
- Turismografía
- Turismosofía
- Teorología
- Teorografía
- Teorosofía
- Doctrina general del turismo (Tomillo, 2007:53).

Con base en los análisis meticulosos de diversos autores y su caracterización del conocimiento del turismo, Tomillo detecta también –al preguntarse si el turismo es una ciencia– seis respuestas:

1. Acientificidad.
2. Técnicas y métodos de las demás ciencias.
3. Ciencia autónoma en formación.
4. Ciencia híbrida.
5. Ciencia y arte.
6. Ciencia, arte/artesanía, filosofía y tecnología (Tomillo, 2007:177).

Sin embargo, Tomillo afirma que la mayoría de los estudiosos del turismo no se pronuncian de manera abierta por esto y en eso estamos de acuerdo.

Otro corte de lo producido es el que efectúa Jafari hacia la década de los setentas, cuando reconoce cuatro plataformas que están emergiendo a nivel internacional identificando cuatro posturas básicas que permiten ordenar el debate sobre el conocimiento del turismo, posterior a la Segunda Guerra Mundial. Los trabajos que defienden los aspectos positivos los agrupa en lo que denominó *plataforma de defensa*. Esta es una visión optimista del turismo en todas sus manifestaciones. Contrario a esta perspectiva surgen reflexiones que las agrupan en la *plataforma de advertencia*, la cual es una postura “crítica”¹⁵ acerca de los graves problemas sociales que sobrevienen a los desarrollos turísticos. La tercera es la llamada *plataforma de adaptación*, que cuestiona si cualquier tipo de turismo tiene el mismo efecto devastador sobre las comunidades y propone formas alternativas que pueden tener un impacto menor al que tiene el turismo masivo. La última es la *plataforma del conocimiento*, cuyo objetivo principal es la formación de un cuerpo científico de conocimientos sobre el turismo, buscando superar la perspectiva maniqueísta del debate teórico-metodológico del turismo por un tratamiento holístico del mismo, observando no sólo sus impactos y formas, sino al turismo como un todo (Jafari, 1994:7-36).

Cabe señalar que en el reciente congreso de investigación turística, celebrado en la ciudad de Guadalajara, México, Jafari incluyó una plataforma más: la plataforma pública, que indica el creciente interés de los Gobiernos por el turismo en su manejo económico, cultural y político (Jafari, 2005). Pero, no deja de ser una descripción de los resultados que diversas disciplinas hacen con respecto al tema en cuestión, más que una aportación que precise el fundamento y metodología específicas a la temática.

Pero Jafar en realidad desde los noventas, concibiendo al turismo como “la industria más grande del mundo”, indicó que el turismo había adquirido el estatus de ciencia, debido a varias razones:

- Definiciones básicas
- Conceptos
- Temas
- Asuntos

- Problemas
- Perspectivas
- Instituciones (Jafari, 2001:233).

Con este tipo de argumentos, Jafari asegura que el turismo posee un carácter interdisciplinario y expone el proceso a través del cual el turismo ha adquirido su estatus científico:

“A medida que un campo de estudio evoluciona hacia su madurez se introducen y se persiguen nuevas medidas bien fundadas que traslucen una progresión sucesiva y señalan el camino para la transición deseada [...] Una visión global [...] ilustraría de forma general ese trayecto que se va cubriendo en este ámbito turístico (sic) hasta adquirir el estatus de ciencia, así como el momento en que esa nueva ciencia alcanza mayoría de edad (citado por Muñoz de Escalona, 2004:28).

Otra aportación no menos polémica es la que han sostenido Leiper y Tribe. En el caso de Leiper su argumento es que el turismo tiene un conjunto de conocimientos organizados que le dan el carácter de una disciplina estructurada de forma sistemática, de una manera que ayuda a enseñar, aprender e investigar, que incluso autores como Goeldner, Ryan, Tonelero, Echtner y Jamal, Fodor, entre otros, muestran los avances en el conocimiento y paradigmas que el turismo ha tenido en los últimos tiempos; no obstante, según, Leiper, Tribe no ha podido mirar muy lejos. Metafóricamente Leiper le dice a Tribe, respecto de su escasa visión para comprender al turismo como una disciplina –cuando las evidencias están más allá de los argumentos que Tribe propone–: “...tratar de negar una realidad que quizás exista empíricamente sin contemplar las posibilidades más allá del césped del hogar de uno, casi siempre produce inevitablemente un argumento tenue” (Leiper, 2000:1-5).

Por su parte, Tribe señala que Leiper tiene deseos sustantivos de hacer del turismo una disciplina, pero esa es una creencia que puede demostrarse debido a que llamar al turismo disciplina implica distinguir entre la creencia y la verdad, respecto de un ejercicio que plantea preguntas significativas

sobre la creación del conocimiento del turismo. Tribe comenta que si uno abriera la “caja de herramientas” de esta supuesta disciplina, no se encontraría ninguna regla o procedimiento que ayudara a resolver este conflicto; afirma que es necesario recurrir a una disciplina externa al turismo y esta es la filosofía en general y, en particular, a la epistemología como una rama que proporciona las herramientas para este particular trabajo. En cuanto a la epistemología –continúa Tribe– están las aplicaciones, la validez y la confiabilidad de las demandas del conocimiento y de las condiciones bajo las cuales un conocedor justifica llevar a cabo un asunto que se investigará (Tribe, 2000:1-5).

Otra importante aportación es la que efectúa Apostolopoulos en los últimos años. Retomando a Cohen, Apostolopoulos reconoce cuatro áreas temáticas en la construcción de nuevos conocimientos en el turismo:

- Los turistas.
- Las relaciones entre turistas y locales.
- La estructura y funcionamiento del sistema turístico.
- Las consecuencias del turismo (Apostolopoulos, 2002:53-64).

Es claro que este es un enfoque sociológico¹⁶ orientado al turismo en el que, además, se reconocen dos grandes vertientes:

- La perspectiva macro.
- La perspectiva micro (Apostolopoulos, 2002:301-314).

Sin embargo, dentro de las ciencias sociales se están dando cambios sustantivos al respecto¹⁷ que en el turismo se muestran. Por ejemplo, en lugar de analizarlo desde la producción se está analizando al turismo desde el consumo. “¿Por qué son diferentes algunos lugares de otros? ¿Por qué algunos lugares atraen y otros repelen? ¿Cómo afecta el consumo a la población local y al medio ambiente?” (Urry, 1995:12). Estos son planteamientos que la ciencia social británica se está formulando con un conjunto de investigadores, entre los que destaca Urry, considerando los debates preliminares acerca de la localidad y lo local, así como por el interés de reestructurar la nueva sociología de la naturaleza y la cultura. En ese mismo tenor, Harvey

muestra que si bien el espacio forma parte de nuestra experiencia cotidiana, la de todos, el control de dicho espacio, se mantiene en las manos de pocos (Harvey, 1989:17).

El reporte de ese tipo de trabajos muestra que la gran cantidad de estudios son de corte económico y de impactos socioculturales del turismo, los cuales prevalecen sobre los de corte académico (teórico-conceptual) que tratan de situar al turismo como una disciplina científica que requiere dilucidar con mayor rigor acerca de su *corpus* teórico-metodológico. Sin embargo, es en los últimos 30 años que se ha emprendido un esfuerzo por científicos de las ciencias sociales como los sociólogos, psicólogos, economistas, antropólogos, geógrafos, ingenieros forestales y políticos, entre otros, por desarrollar un campo que legitime un área de estudio académico del turismo y lo turístico.

La anterior situación se observa también en el ámbito latinoamericano, donde diversas universidades brasileñas y argentinas sobre todo han empezado a desarrollar una investigación y estudio sistemático en torno al turismo y los impactos que está causando el movimiento internacional de visitantes (CIET, 2002); sus reportes muestran que no solo demandan más servicios, sino que generan desechos que sobrepasan los producidos por las mismas comunidades. En cuanto al estudio científico del turismo, Latinoamérica está iniciando. Esta situación la corroboran investigadores latinoamericanos (Moesch y Gastal, 2004:86, 89, 131) como Margarita Barreto, quien indica que en Brasil el estudio científico del turismo se encuentra —a partir de los noventas— en su fase inicial, así como el de la constitución de una comunidad científica; Regina G. Schulüter señala que la producción científica en turismo, realizada en universidades argentinas, es un hecho relativamente nuevo, al que se le considera un tema vinculado con una actividad frívola realizada por personas con alto poder adquisitivo en su tiempo libre; Susana Gastal menciona que repensar el turismo como un campo específico del saber es una tarea reciente, en Brasil algunos investigadores se han dedicado a construir esa delicada tela que reúne objeto, metodología y un cúmulo teórico, permitiendo que el tema pase a ser encarado como un área teórica con especificidades,

pretensiones y avances de construcción de lo que puede ser denominado una *ciencia*. Recientemente, Panosso presenta una aproximación a la epistemología del turismo desde la fenomenología y efectúa una crítica a la teoría general de sistemas, mostrando que ésta tiene cierta factibilidad para integrar conocimientos y saberes en un esquema de funcionalidad y explicación de un todo, pero que en cuanto al papel de la ciencia y el turismo se requiere un tratamiento más fino a cuestiones que se vinculan con la esencia y reflexión del mismo (Panosso Netto, 2005).

En México¹⁸, estudios en torno a la construcción seria y rigurosa del conocimiento del turismo son los realizados por la llamada *corriente crítica del turismo*, manifiesta en el *Movimiento Nuevo Tiempo Libre*, la cual aporta un mayor nivel de reflexión en la determinación del objeto de estudio de los clásicos o tradicionales, desde tres modelos hipotético deductivos: el turismo como sistema, la industria turística y el modelo fenomenológico (Molina, 1986; Molina *et al.*, 1986:4-5).

Esto sin duda muestra los cambios que han ocurrido en la academia. Sin embargo, aún abundan los estudios que indagan sobre temas relativos a la contabilidad del tiempo libre, el diseño de productos en la industria turística, el marketing turístico y el manejo gerencial, por mencionar algunos. En ese gran espectro de lo producido en el turismo, existe una gran cantidad de revistas especializadas, de libros, conferencias, seminarios y tantas cosas más; pero la mayoría de ellos muestran análisis generales, seudoteorizaciones, eclecticismos y no pocos disparates, a falta de sistematización e improvisación.

La situación no parece halagadora cuando el panorama de la gobernabilidad, el poder económico, el avasallamiento de la tecnología y los intereses financieros están a la cabeza por sobre los sociales, ambientales o culturales, que son materia prima de la dinámica actual del turismo.

A diferencia de los países desarrollados, que invierten en tecnología e investigación básica, México se ha rezagado en la investigación seria del turismo, pero no ha faltado la investigación mercadológica, publicitaria y de promoción turística; el problema se encrudece cuando no se investiga para fundamentar y organizar un todo por sus partes, sino para instrumentalizar

la realidad. La investigación y producción del conocimiento en turismo requiere de un tipo de actitud que se caracterice por ser enjuiciativa, crítica, interpretativa y transformadora para la sociedad en general.

Ante este panorama, no nos queda sino preguntarnos: ¿hay en realidad una tradición en la investigación turística que genere bases para el fundamento epistemológico del turismo? Esto podemos responderlo considerando el sentido y esencia de eso que se llama tradición. Parafraseando a Zea podemos preguntar con mayor precisión: “¿Cuál es entonces nuestra tradición? (Si contestamos podríamos decir: la respuesta aquí es grave, porque nuestra tradición, nuestro pasado, está conformado por un continuo indagar por nuestra falta de tradición, de un continuo preguntarnos por qué no somos esto o lo otro). Somos pueblos en suspenso, expectantes de algo que no tenemos y que sólo podemos tener si hacemos a un lado esa expectación, esa espera, ese dudar de nuestra humanidad y actuamos pura y simplemente en función de lo que queremos ser, sin más” (Zea, 1959:143). Tenemos que liberar la pasión del pensar, para pensar con pasión y libertad.

En la investigación y epistemología del turismo se observa con frecuencia la formulación de pensamientos predestinados que se autodesinan al silencio, a la mudez. Pero esa mudez y silencio deben ser abiertos a la búsqueda de su propia palabra, abiertos como auténtica posibilidad para el pensar desde la palabra aprehendida y comprendida en la historia misma de los acontecimientos. Por ello es necesario comprender qué sentido tiene interrogarse sobre el sentido de las provocadas y provocatorias enunciaciones de una teorías, de unas metodologías, de unas epistemologías del turismo que se dicen renovadoras, revalorativas, cuando no son más que un catálogo descriptivo de un decir, hacer, pensar y ser de hechos que preservan un *statu quo* en la dinámica del sector, en una academia al servicio de una organización.

Escribir la “verdadera historia del turismo”, la “verdadera historia de su epistemología”, como un qué de absoluto, es una tarea ociosa que nos debe prevenir sobre lo que significa en realidad la *historia*: es una renovación siempre constante de preguntas y respuestas. Toda respuesta acumulada

corre el riesgo de perder sentido, precisamente porque se presenta como una “historia ya dada” de respuestas. Toda respuesta auténtica no puede constituirse en tumba de su propia interrogación.

1.3 Hacia una epistemología crítica del turismo

Decir que el turismo es un fenómeno de muchas facetas el cual debería ser objeto de estudio y de investigación, implica reconocer que es el hombre en sociedad quien está en el centro de su análisis. El encuentro con otras civilizaciones, culturas, historias, tradiciones y prácticas generan repercusiones e impactos en los hábitos, formas de vida, valores y costumbres que pueden ser positivos o negativos. Aunado a ello, las noticias sobre guerrillas locales, terrorismo, epidemias, desastres naturales, conflictos políticos, entre otros similares, hacen del turismo un hecho en extremo sensible y vulnerable que retrae y constriñe su actividad. Por ello es imperativo que se genere investigación seria y rigurosa que explique y prospecte tales contingencias.

En este contexto, al turismo le sobreviene un fenómeno de magnitud internacional que se vincula con su desarrollo: la concentración del poder económico en unas cuantas megaempresas multinacionales que controlan a nivel económico su actividad. Este control se manifiesta de manera vertical incidiendo a la vez en el manejo de grandes compañías operadoras, aerolíneas, agencias de viajes, cadenas hoteleras y otras similares. Esta situación genera intereses de poder económico en el turismo que se relaciona con las decisiones que asumen los grandes consorcios para dirigir la afluencia de turistas de un país a otro, donde sus inversiones son más redituables (Goldstone, 2003). Incluso esta manera de controlar el turismo a nivel mundial hace que muchas naciones en vías de desarrollo, subdesarrolladas o emergentes, como suele llamárseles, se sometan a una política mundial que vulnera su soberanía y autonomía.

Una situación que ha hecho más redituable el poder económico en el turismo y su actividad en unas cuantas manos, así como logrado eficientar el proceso de acumulación y reproducción capitalista a gran escala, es la

innovación tecnológica aplicada a esta actividad. Desde la simple computarización de hoteles hasta los más desarrollados sistemas de reservaciones en Internet (SRI), se han generado enormes cambios en la forma de operar el turismo moderno. En ese sentido, no puede negarse que el turismo es una *industria internacional* que se posiciona en la cima de muchas economías mundiales y que da empleo a millones de personas, pero detrás de ello existe una superestructura y estructura que de manera deliberada promueve, produce y comercia el turismo, de las cuales la educación, entrenamiento y capacitación dirigidos son la base.

Hoy día el desarrollo de la investigación turística ha empezado a cobrar gran fuerza, a partir de que diversas instituciones de educación superior (IES) han diseñado y puesto en operación maestrías que intentan indagar las condiciones que presenta la actividad turística no sólo en el país, sino en otros países con un potencial similar, debido a la creciente matrícula de alumnos extranjeros. No obstante, la cuestión es que se está produciendo una gran cantidad de información que no termina por aterrizar el quid de una necesidad añeja del turismo: la construcción seria, rigurosa y sistematizada de su conocimiento que aporte para los fundamentos epistemológicos, teóricos y metodológicos de este objeto de estudio y sirva en consecuencia para una intervención asertiva en la conducción de las actividades vinculadas con esta actividad.

Es cierto, ha habido una contribución importante al estudio del turismo y de lo turístico que se refleja en los aportes de la literatura académica internacional en esta materia; sin embargo, tanto desde el ángulo sociológico como económico ha dominado una perspectiva positivista. Es necesario abrir el estudio del turismo y lo turístico al ámbito sociológico, pero más aún al campo de las ciencias sociales con un enfoque interdisciplinario, multidisciplinario y aun híbrido (Castillo, 2005b), bajo un carácter crítico reflexivo¹⁹ que establezca nuevos sentidos y significados a los objetos estudiados e investigados.

Ante la reducción del sujeto mínimo se debe reaccionar, el rescate del pensamiento crítico implica necesariamente reflexionar sobre el efecto que está produciendo la lógica del razonamiento instrumental. De qué

sirve leer mucho, saber manejar a nivel cuantitativo la información, si se carece de problemas; las investigaciones se vuelven lecturas sintomáticas, trabajos morfológicos. Los problemas están en la raíz, no en los síntomas. Una actitud investigadora así da lugar a una lectura de la realidad inútil, ficticia, que reduce la realidad a un sinsentido para una gran cantidad de personas que no comparten los beneficios de los actores dominantes; una investigación de ese tipo es en realidad ideología encubierta de ciencia, pues no representa mucho para otros sujetos sociales que viven en desigualdad.

El reto en las universidades, desde la aportación académica que se pretende hacer al conocimiento del turismo, es formar a individuos conscientes del momento histórico que viven, pero por desgracia suele formarse a los educandos con base en la acumulación de conocimientos. Eso no enseña al individuo a colocarse en el momento histórico, pues sólo se organiza la historia con la ausencia de una actitud crítica. Si aceptamos la premisa de que la historia se construye y el hombre se auto-construye, ello implica que el sujeto está en el centro del debate, por tanto hay que rescatarlo y reconstruirlo, potenciarlo, enriqueciendo su subjetividad. El rescate del sujeto es saber qué es ser él en la historia (Schutz, 1993), ello implica el uso de códigos epistemológicos, no disciplinarios.

El proceso de formación del individuo hoy día es un proceso mucho más ambicioso que antaño, porque estamos obligados a trabajar con muchas más y todas las facultades humanas. Entre todas esas facultades se encuentra el aspecto valorativo-emocional, para romper con lo superficial, con lo instrumental. Los griegos en su máximo esplendor siempre trabajaron con la conjunción de la razón y la emoción, eran valorativos (Mondolfo, 1974), pero hasta tiempos modernos aquella –la razón– se carga de racionalidad instrumental. Entonces el sujeto queda fuera del discurso. Sin embargo, frente a la epistemología de la física, la epistemología humana ha avanzado porque se ha atrevido a pensar sobre ella misma (Lakatos, 1993).

Hoy día están en crisis las humanidades, lo educativo, lo social, lo turístico, por lo que hay que ponerlo en el centro de la discusión. Para

el conocimiento del turismo es momento de la construcción, de la apropiación del saber, más que de la información para darle forma operativa. Formar gente significa que la persona tenga plena conciencia de que la realidad no es una sola construcción, sino que hay opciones de construcción, pero siempre con un pensamiento crítico. Ser pensante implica no recurrir a filosofías vanales, sino ejercitar aquello que va de la razón a lo intuitivo (Castoriadis, 2001), porque el lenguaje es la forma de enlazarse del hombre con el mundo. El problema es que hoy el lenguaje es sólo gestual, por ello el discurso debe involucrar al sujeto y no dejarlo, esto es epistemología: un discurso que en su discurrir produce sentido y significado nuevos; de lo contrario se corre el riesgo de ser desplazados por los robots que tienen un programa mínimo, sin protesta.

La ciencia no nació ayer ni hace 30 años; lo importante es reconocer el momento histórico que se vive y la secuencia que sigue la producción crítica y reflexiva de un saber determinado con el propósito de aportar en los cimientos, en la estructura y en la concepción que se va delineando del objeto en cuestión. Mientras se continúe observando al turismo y lo turístico como una actividad económica rentable que genera más beneficios que los perjuicios que puede acarrear, más se seguirá inhibiendo la capacidad productiva de su pensamiento, de la construcción de un cuerpo teórico, metodológico y epistemológico que lo reflexione críticamente en el contexto del devenir de la modernidad. Algo debe quedar claro: no se trata de evadir o dejar de estudiar lo económico del turismo, no. Al contrario, debe estudiarse críticamente para entender y comprender las lógicas que están detrás de los hechos y fenómenos de lo económico vinculados al turismo.

CONCLUSIONES

Entender de forma adecuada una realidad cualquiera implica ubicarla en su contexto preciso. Toda realidad adquiere un significado de acuerdo con el contexto en que es ubicada, pues éste le asigna un significado a las cosas, al interactuar cada una de ellas con diversos elementos dentro del mismo.

Los avances y descubrimientos del siglo xx imprimieron un cambio radical a los conceptos *ciencia* y *conocimiento*. El paradigma epistemológico convencional llamado *positivismo*, en aquel siglo sufrió las críticas más severas de lo que vendría a ser un nuevo concepto de racionalidad científica, el cual tuvo como apoyo las reflexiones existencialistas, hermenéuticas, fenomenológicas hasta lingüísticas y dialécticas de una epistemología insatisfecha con la racionalidad lineal y unidireccional del *modelo axiomático* de pensar, razonar y demostrar, identificado con el ideal puro *lógico-formal* o *lógico-matemático*, para dar cabida a una lógica más vinculada al mundo que vivimos y con el que interactuamos plagado de inconsistencias, incoherencias lógicas y aun contradicciones conceptuales con visiones llamadas *post*, entre ellas: las posmodernistas, posestructuralistas, posmarxistas y posexistencialistas.

En turismo, su producción de conocimientos a nivel mundial y nacional, muestra los esfuerzos que se han realizado para enriquecer la investigación y su conocimiento, desde los enfoques hasta las áreas temáticas y la interdisciplinariedad. Cabe señalar que en esas perspectivas existen subclasificaciones teórico-metodológicas que se pueden reconocer por el énfasis que se pone en la construcción de los objetos de estudio.

El despunte que pueda tener el saber turístico, como disciplina a carácter científico, dependerá en gran manera de una capacidad de crítica y reflexión que las nuevas tendencias en la investigación de este objeto de estudio vayan desplegando, así como de una capacidad hermeneutizable del conocimiento puesto en juego. Sin seres pensantes, críticos, reflexivos y capaces de reinterpretar nuestras realidades tan cambiantes, será difícil desligar la “teoría” del turismo de los esquemas hegemónicos.

Por otro lado, la renovación de la importancia de la investigación en la IES será vital para contribuir a hacer de la preparación de nuestros estudiantes en turismo seres integralmente formados, que no sólo intervengan en la realidad, sino que aporten a su área de conocimiento con teorías y metodologías que cimienten una epistemología crítica del turismo.

La forma instrumental de realizar investigación turística no sólo está deformando y volviendo inconsistente el conocimiento producido, sino

también está limitando las posibilidades de transitar hacia otros espacios de desarrollo, crecimiento, sustentabilidad y convivencia social en un mundo cada vez más caótico y deteriorado en todos los sentidos.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, Nicola, Diccionario de filosofía, FCE, México, 1994.
- Apostolopoulos, Yorghos, Stella Leivadi y Andrew Yiannakis, *The sociology of tourism. Theoretical and empirical investigations*, Routledge, Londres, 2002.
- Aramberri, Julio, *El paraíso... ¿perdido? Sobre algunas teorías del turismo*, Instituto Español de Turismo, Madrid, 1982.
- Arbaizar Gil, Benito, “El genio maligno en Descartes y la reiteración moderna de la metafísica”, en *Revista de Filosofía*, 27: 1, Sociedad de Estudios Filosóficos de Madrid, España, 2002.
- Banducci Júnior, Álvaro, “Turismo y antropología en Brasil. Un estudio preliminar”, en *Estudios y Perspectivas del Turismo*, 11: 1 y 2, CIET, Buenos Aires, Argentina, 2002.
- Berthier, Antonio, *El problema del conocimiento. Segunda parte: Solución racionalista*, 2005. Consultado en <http://www.conocimientoy sociedad.com/problema_epistemologico2.html> el 27 de febrero de 2007.
- Blanché, Robert, *La epistemología*, Ed. Oikos-Tau, Barcelona, 1973.
- Boulesis, *Historia de la Filosofía*, 2007. Consultado en <<http://www.boulesis.com/docs/historia-filosofia/libro-historia-filosofia-boulesis.pdf>> (Escuela de Frankfurt, España) el día 25 de febrero de 2007.
- Burns, Peter y Andrew Holden, *Tourism. A New Perspective*, Prentice Hall, Londres, 1995.
- Castillo Nechar, Marcelino, *La modernización de la política turística en México: tendencias y perspectivas*, Tesis de doctorado, Centro de Investigación y Docencia en Humanidades del Estado de Morelos (CIDHEM), Cuernavaca, Morelos, México, 2005.
- _____, “Inter, multidisciplinaria e hibridación en los estudios socioculturales del turismo”, en *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 3: 2, junio del 2005. Consultado en: <<http://pasosonline.org/Paginas/Public3-2.htm>>
- Castillo Nechar, Marcelino y Maribel Lozano Cortés, *Apuntes para la investigación turística*, Universidad de Quintana Roo, México, 2006.

Castoriadis, Cornelius, Figuras de lo pensable. Las encrucijadas del laberinto VI, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2001.

Chomsky, Noam, The Logical Structure of Linguistic Theory, Cambridge, 1975.

CIET, “Antropología y turismo en Brasil”, en Estudios y Perspectivas en Turismo, 11: 1 y 2, CIET, Buenos Aires, Argentina, 2002.

Diccionario Panhispánico de Dudas, disponible en <<http://buscon.rae.es/dpdI/>>

Fernández Fuster, Luis, Teoría y técnica del turismo, vol. I, Ed. Nacional, Madrid, 1978.

Ferrater Mora, José, Diccionario de Filosofía Abreviado, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1988.

Geertz, C, Local knowledge: Farther essays in interpretative anthropology, Basic Book, Nueva York, 1983.

Goldstone, Patricia, Turismo. Más allá del ocio y del negocio, Ed. Debate, Barcelona, 2003.

Guevara Ramos, Rosana, Sergio Molina Espinosa y Jordi J. Tresserras, “Hacia un estado de la cuestión en investigación turística”, en Centro de Estudios Superiores de Turismo (CESTUR), Estudios multidisciplinares del turismo, Secretaría de Turismo Federal, México, 2006. Consultado en:

<http://web.ujat.mx/dip/estudios_multidisciplinares_turismo/I.%20HACIA%20UN%20ESTADO%20DE%20LA%20CUESTION.pdf>

Gutiérrez Saenz, Raúl, Introducción a la filosofía, Editorial Esfinge. México, 2001.

Habermas, Jürgen, Teoría de la acción comunicativa II, Taurus, Buenos Aires, Argentina, 1990.

Harvey, David, The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change, Blackwell, Cambridge, 1989.

Heidegger, M., El ser y el tiempo, FCE, México, 1974.

Heidegger, M. , Sein und Zeit, Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1984.

Hessen, Joan, Teoría del conocimiento, Editorial Losada, Buenos Aires, 1970.

Jafari, Jafar, Enciclopedia del Turismo, Ed. Síntesis, Madrid, 2001.

Jafari, Jafar, “World trends in tourism research: New topics and paradigms”, Conferencia Magistral en el marco del VII Congreso Nacional y I Internacional de Investigación Turística, 5-7 de octubre de 2005, Centro Universitario de Ciencias Económico-Administrativas (CUCEA), Universidad de Guadalajara, México, 2005.

Jafari, Jafar, "La cientifización del turismo", en *Estudios y Perspectivas del Turismo*, 3: 1, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, Buenos Aires, Argentina, 1994.

Jiménez Martínez, Alfonso de Jesús y Ana Priscila Sosa Ferreira, "Notas sobre las etapas de la investigación del turismo en México", en *Análisis del turismo*, Sector, diciembre de 2006, México, 2006.

Jovicic, Z., "Pour et contre la tourismologie comme discipline scientifique distincte", en *Le bilan des dernieres 25 ans de la recherche touristique*, AIEST, St. Gall, Edition Gurten, Berna, 1975.

Krapt, K., La consumición turística. Una contribución a la teoría de la consumición, 1953, trad. de Francisco Muñoz de Escalona, Ed. Eumed-net en el 2004, consultado en <www.eumed.net/coursecon/libreria/>.

Lakatos, Imre, Historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales, Ed. Tecnos, Madrid, 1993.

Leiper, Neil, "An emerging discipline", en *Annals of Tourism Research*, 27: 3, 805-809, Southern Cross University, Australia, 2000.

Leyva, Gustavo, Max Horkheimer y los orígenes de la teoría crítica, Sociológica 40, UAM-A, mayo-agosto, México, 1999.

Mardones, J. M., Filosofía de las ciencias humanas y sociales. Nota histórica de una polémica incesante, Ed. Anthropos, Barcelona, 2004.

Miguélez, Roberto, Epistemología y ciencias sociales y humanas, UNAM, México, 1977.

Moesch, Marutschka y Susana Gasta, Um outro turismo é possível, Ed. Contexto, Porto Alegre, Brasil, 2004.

Molina, Sergio y col., Turismo alternativo. Un acercamiento crítico y conceptual, Ed. Nuevo Tiempo Libre, México, 1986.

Molina, Sergio, Conceptualización del turismo, Ed. Nuevo Tiempo Libre, México, 1986.

Mondolfo, Rodolfo, El pensamiento antiguo. Historia de la filosofía greco-romana, Ed. Losada, Buenos Aires, 1974.

Muñoz de Escalona, Francisco, "El turismo como objeto de conocimiento. ¿Practicismo o academicismo?", en *Revista Contribuciones a la Economía*, Madrid, España, 2004.

Nash, Dann y Pearce, "Methodology in Tourism Research", en *Annals of Tourism Research*, 15: 1, Pergamon Press, 1988.

Ortiz-Oses, Andrés, Mundo, hombre y lenguaje crítico, Ed. Sígueme, Salamanca, 1976.

Páez Díaz de León, Laura, (ed.), La escuela de Frankfurt. Teoría crítica de la sociedad. Ensayos y textos, UNAM-ENEP-Acatlán, México, 2001.

Panosso Netto, Alexandre, Filosofia do Turismo. Teoria e epistemologia, Aleph, São Paulo, Brasil, 2005.

Pérez Tamayo, Ruy, ¿Existe el método científico? Historia y realidad, El Colegio Nacional y Fondo de Cultura Económica, México, Libro electrónico, 1990. Consultado en:

<<http://omega.ilce.edu.mx:3000/sites/ciencia/volumen3/ciencia3/161/html/metodo.html>> el 24 de febrero de 2007.

Prigogine, I., “¿El fin de la ciencia?”, en Fried, Schnitman D. (dir), Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad, Paidós, Buenos Aires, 1994.

Rodríguez Woog, Manuel, “El conocimiento científico del turismo”, en Hiernaux Nicolás, Daniel, (comp.), Teoría y praxis del espacio turístico, Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, México, 1989.

Román Alcalá, Ramón, El escepticismo antiguo. Posibilidad del conocimiento y búsqueda de la felicidad, Ed. Universidad de Córdoba, 1994. Consultado en: <http://www.uco.es/~fs1roalr/libros/libro_escepticismo.doc> el día 23 de febrero de 2007.

Scheffler, Israel, The anatomy of inquiry: philosophical studies in the theory of science, Nueva York, 1963.

Schutz, Alfred, La construcción significativa del mundo social. Introducción a la sociología comprensiva, Paidós, Barcelona, España, 1993.

Tomillo Noguero, Félix, Principios y fundamentos de la teoría del turismo. Apuntes para el doctorando, t. 1 y 2, Universidad Antonio de Nebrija, Madrid, 2007.

Tribe, John, “Indisciplined and Unsubstantiated”, en Annals of Tourism Research, 27: 3, 809-813, Buckingham Chlitrans University College, UK, 2000.

Urry, John, Consuming places, Lancaster University, Londres, 1995.

Velázquez Mejía, Manuel, Investigación-método-epistemología, un horizonte de aproximación, Centro de Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades, UAEM, Toluca, México, 1988.

_____, Mito y utopía como estructura de la historia. Hermenéutica, filosofía, genealogía, CICSyH-UAEM, Toluca, México, 1991.

Vernaux, Roger, Epistemología general o crítica del conocimiento, Herder, Barcelona, 1981.

Wallerstein, Immanuel, *Impensar las ciencias sociales. Límites de los paradigmas decimonónicos*, Siglo XXI Editores, México, 2004.

Zea, Leopoldo, *La cultura y el hombre en nuestros días*, UNAM, México, 1959.

CAPÍTULO 5

EPISTEMOLOGÍA CRÍTICA DEL TURISMO ¿QUÉ ES ESO?¹

INTRODUCCIÓN

Dejarse llevar por las ideas hegemónicas del turismo, creadas por los expertos y científicos en esta materia para seguir conservando el orden y el “progreso” actual de su desarrollo, es inhibir la reflexión crítica que tiene por fin develar y descubrir un mundo donde la injusticia, la pobreza, la inequidad y los problemas humanos y del medio ambiente son parte de un orden funcional y estructural que no se han reconvertido y que inciden directamente en el turismo pero, también, en su conocimiento producido.

No se puede dejar de lado que la ciencia ha jugado un papel importante para mantener ese *status quo* que interesa a quienes toman decisiones por los demás y, quienes igualmente, detentan el poder económico, político e ideológico. Descubrir ese tipo de presupuestos científicos, teóricos y metodológicos, es el reto que tiene el campo del turismo y particularmente sus estudiosos; específicamente ese debería ser el reto de la academia: romper esquemas convencionales, discursos oficiales así como paradigmas que se renuevan en aras de ser compatibles con los intereses de una clase minoritaria que decide por todos, pero que no genera los beneficios esperados por todos.

Por ello, el presente trabajo se interesa por mostrar el entrapamiento que ha vivido la academia del turismo en su polémica de la tan buscada científicidad o disciplinariedad de esto que llamamos turismo; las visiones neofuncionales y neoestructurales que refuncionalizan el discurso economicista y productivista oficial del turismo; la propuesta de una visión crítica reflexiva de la epistemología del turismo y la apuesta para reformular los

1 Artículo originalmente publicado en: CASTILLO NECHAR, Marcelino. Epistemología crítica del turismo. Que es esto? *Revista Turismo em Análise*, v. 22, n. 3, p. 516-538. Reproducido con autorización del autor y de la revista.

procesos educativos desde donde se debe fomentar este tipo de pensamiento en el futuro egresado del turismo.

El proceso seguido, para cubrir estas expectativas, es sencillo: se dilucida en torno a la polémica del status del término ciencia y disciplina, relacionándolo con los aportes de las diversas comunidades académicas que existen en el turismo y sus argumentos al respecto. Se destaca el discurso neofuncional y neoestructural, como tendencias discursivas posmodernas del turismo que enfatizan visiones macroestabilizadoras de los problemas complejos que actualmente vive el turismo y su actividad. Se dimensiona al turismo una visión crítica reflexiva que no solo atañe a una tradición sino a ciertas condiciones que facilitan la propuesta de una epistemología crítica del turismo como emancipadora del hombre y de su colectivo: la sociedad. Finalmente, se aborda la importancia de la universidad como espacio de crítica a los problemas de la sociedad en el que sus educandos tengan las condiciones para desarrollarla y se aliente en ellos esa capacidad fundante, reflexiva, enjuiciativa y propositiva a los problemas que plantea el turismo moderno y su devenir en los escenarios de un mundo cada vez más complejo, en crisis de todo tipo y sobre todo necesitado de alternativas reales a su modo de ser, actuar y pensarse.

1 LAS COMUNIDADES ACADÉMICAS DEL TURISMO Y SU ORIENTACIÓN

Existe un debate un tanto añejo al respecto del status de ciencia, científicidad y de lo disciplinario del turismo, que ha empantanado el avance de la producción de su conocimiento, lo cual tiene que ver concretamente con la cuestión epistemológica del turismo. Veamos qué ha pasado con quienes han abordado este tema y lo que tenemos hasta el momento.

La aparición de comunidades científicas en el turismo se puede localizar hacia el año 1941 cuando Walter Hunzinker y Kurt Krapf crean la Asociación Internacional de Expertos Científicos en Turismo (AIEST), con sede en Berna, la cual fue un apoyo y herramienta importante a la entonces Unión Internacional de Organismos Oficiales de Turismo (UIOOT) para que entrara en la Organización de las Naciones Unidas, meta que se

consiguió después del congreso que se celebró en Roma convocado por la ONU a solicitud de la UIOOT en 1963. Ya en 1975, la UIOOT se transformó en la Organización Mundial del Turismo (OMT) en el seno de la ONU y fijó su sede en Madrid. Muñoz de Escalona señala que la Aiest dio apoyo a la dimensión científica que requería la OMT para justificar sus retóricos y grandilocuentes objetivos de paz, seguridad, prosperidad económica y social, de educación y cultura así como de propiciar el desarrollo de la economía mundial, que podía faltarle a esta organización porque –dice Muñoz– “...no hay instrumento de promoción y propaganda más eficaz que un buen referente de autoridad intelectual”. (Muñoz, 2004:14)

La comunidad académica pionera, creada por Hunzinker y Krapf, fusionó dos grandes perspectivas que parecían antagónicas en el estudio del turismo:

- La económico empresarial y administrativista del turismo: planteamiento pragmático orientado a la industria turística que postulaba que para fomentar la llegada de viajeros turistas a un lugar era necesario un aumento sostenido de la oferta de plazas hoteleras; adopción de políticas fiscales favorables a la hotelería; y, mejoramiento continuo de la accesibilidad al lugar.
- La sociológica, de corte académica y teórica, estudió a los viajeros – que podían ser considerados por sus características– como turistas. Su sesgo se orienta hacia la sociología de la cultura, pues estudia a los turistas como aquellos amantes del patrimonio cultural de los sitios seleccionados.

A partir de estos planteamientos, los miembros de la Aiest, generaron lo que para muchos es la llamada *Doctrina General del Turismo* (DGT), que se cargó más hacia la cuestión sociológica que administrativista del turismo.

Esa visión sociológica, surgida de la DGT, se nutre de nuevos abordajes antropológicos hacia la década de los sesenta y setenta, en lo que algunos clasificaron como la corriente socioantropológica del turismo² (Aramberri,

2 Entre los principales destacan: Boorsting (1964), Knebel (1969), Young (1973), MacCannel (1973), Cohen (1972; 1974 y 1979), Greenwood (1972), Graburn (1976), Smith (1977), Turner y Ash (1975).

1983), con perspectivas teóricas que abordaban los aspectos humanistas, de alienación y del conflicto en el turismo.

Durante los setenta y ochenta, emerge una visión mercadológica del turismo³ (del marketing) en Estados Unidos como una respuesta de la amplia aplicación que tenía este enfoque en los servicios financieros y de salud y, hacia el sector de los transportes y a la hotelería, como resultado las demandas del turismo de masas y de un aumento de la oferta, así como de la caída de la tasa de beneficios empresariales en aquel momento. (Véase: Muñoz, 2010 y Bigné, Aulet y Simó, 2000:322)

A partir de los noventa, se gesta toda una “conciencia de lo ambiental” y del cambio climático que va a repercutir en una comunidad académica que destaca una corriente orientada hacia la sustentabilidad en las vertientes económica, social y precisamente ambiental. Particularmente el énfasis se pone en la gestión competitiva y sustentable de los destinos turísticos con la finalidad de aumentar el gasto turístico, atraer más visitantes para tener experiencias significativas, mejorar la calidad de vida de los habitantes y conservar el capital ambiental para las generaciones futuras. (Ritchie y Geoffrey, 2003)

La visión de la sustentabilidad con el desarrollo económico encuentra eco en la elaboración de políticas institucionales para el desarrollo sustentable del turismo como las esgrimidas por la añeja Agenda 21, resultado de la reunión llamada Cumbre de la Tierra, celebrada en Río de Janeiro en 1992; o las políticas de sustentabilidad y turismo generadas por la OMT y asumidas por los países afiliados a ella.

La conformación de comunidades académicas en turismo, como dijera Kuhn (2006), se han caracterizado por crear no solo agrupaciones de investigadores en torno a un tema, sino fundamentar conocimientos consensados más o menos en su generalidad por quienes comparten el interés de un tipo de investigación bajo ciertos presupuestos y procedimientos. Sin embargo, no se debe olvidar que ya hacia los setenta se discutía si lo que se

3 Autores como Kotler, Middletown, Krippendorf, Lundberg, McIntosh y Gupta, Porter, entre otros, son referentes de este enfoque que predominó en el turismo entre los 70's y 80's, aún con vigencia en la actualidad.

estaba produciendo en turismo se podía considerar o no como ciencia o, al menos, como una disciplina de carácter científico.

Investigadores como Pierre Defert (1966), Ángel Alcalde (1967), Zivadin Jovicic (1975), Luis Fernández Fúster (1978) y el mismo Jafar Jafari (2001) ya sostenían que el turismo era una ciencia por su doctrina sistematizada, lógica y validada en la práctica de la actividad y que esa industria -la más grande del mundo- había adquirido el status de ciencia debido a una amplia gama de definiciones, conceptos, temas, problemas, perspectivas, e instituciones que lo investigan y promueven. “El francés Defert ya había propuesto en 1966 un nombre para la ciencia del turismo: *turistología*. El experto italiano Fragola propuso un año más tarde llamarle *turismografía o turismología*, denominación esta última que fue la que hizo suya Jovicic. El economista español Ángel Alcalde propuso en 1967 la denominación de *teorometría*, de la que derivaría *teorología*, del griego *teoros*, viaje, es decir la medición o la ciencia de los viajes, lo que supone caer en la frecuente confusión entre viaje y turismo sobre la que ya alertó Defert”. (Muñoz, 2004:26)

La “nueva ciencia” del turismo, al amparo de diversas disciplinas que ya habían probado su valor científico, emplearía procedimientos descriptivos exhaustivos, mediciones estadísticas y matemáticas precisas así como modelos explicativos y analógicos para darle consistencia y rigor a sus conocimientos. Tal idea para muchos todavía está lejos de concretarse.

En tiempos recientes, la polémica continuó con los debates entre Leiper (2000) y Tribe (1997); mientras el primero sostenía que el turismo era una disciplina científica, el segundo manifestaba que aquel más bien era una indisciplina, debido a la falta de instrumental teórico y metodológico propio, como lo refiere en su documento con el apoyo de las reflexiones de Hirst, Cooper, Fletcher, Gilbert y Wanhill, por mencionar algunos.

A pesar de que no son reconocidas las comunidades académicas del turismo como vanguardistas en una producción sistemática del conocimiento en cuestión, debido a que se opina que no forman una red distintiva y tienden a ser independientes y atomizados, no como lo hacen los investigadores de la física (Tribe, 1997), en realidad habría qué romper con ese molde cientificista del que ya comentamos anteriormente, pues las

evidencias de la existencia de comunidades académicas de turismo que han estado aportado al conocimiento del turismo, se puede observar a través del tiempo y por una serie de pasos que distinguen el trabajo de cualquier comunidad de científicos:

- Reconocimiento de las anomalías.
- Período de inseguridad.
- Desarrollo de grupos de ideas alternativos.
- Identificación de escuelas de pensamiento.
- Dominación de las nuevas ideas.

Si consideramos la noción de paradigma, podremos notar que en el turismo éstos existen. Los paradigmas son: “Realizaciones científicas universalmente reconocidas que, durante cierto tiempo, proporcionan modelos de problemas y soluciones a una comunidad científica” (Kuhn, 2006:13). Cabe señalar que el concepto de paradigma en Kuhn presenta una imprecisión que posteriormente es sustituida por el de “matriz disciplinaria”⁴. “Una matriz disciplinaria está compuesta de paradigmas, partes de paradigmas que constituyen una unidad y funcionan conjuntamente” (Katouzian, 1982:123).

Tribe indica que “El turismo es una actividad de importancia indiscutible en la sociedad contemporánea y el extraordinario crecimiento del fenómeno ha dado lugar a un aumento concomitante en la academia del turismo y en el conocimiento del turismo. Sin embargo, el canon está fragmentado, el tema permanece un tanto como el área de la *cenicienta* en la academia y sus profesores van desde científicos de la gestión, hasta economistas, geógrafos culturales, antropólogos y sociólogos. Los pioneros, quienes establecieron este campo de estudio se están retirando, gradualmente sustituidos por una nueva generación de estudiosos, por lo que el campo de estudio y su desarrollo están en una encrucijada y, por lo tanto, en un momento oportuno para una revisión crítica”. (Tribe, 2009:7)

4 Disciplinaria, porque se refiere al patrimonio común de los que practican una disciplina, y matriz, porque alude a un conjunto ordenado de elementos de diversa naturaleza que requieren especificación adicional.

Es pertinente esta llamada de atención que vierte Tribe: la revisión crítica, pero mejor aún, se requiere una producción de conocimiento crítico en el turismo, es decir, una epistemología crítica del turismo. La pregunta es: ¿cómo hacerlo? Muy a pesar de la existencia de comunidades académicas relacionadas con el estudio científico, técnico y académico del turismo, se observa que las temáticas están relacionadas con los viajes, el desplazamiento de turistas y las actividades destinadas a brindar servicios para su adecuado desarrollo, en términos generales. Veamos algunas comunidades de investigadores de turismo en el mundo:

- AECIT: Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo. España.
- SOCIETUR: Sociedad de Investigadores en Turismo de Chile. Chile.
- Red Iberoamericana de Profesores e Investigadores sobre Turismo. Bolivia.
- Asociación de Técnicos Argentinos en Turismo. Argentina.
- ASOVITH: Asociación Venezolana de Investigación en Turismo y Hotelería. Venezuela.
- ANPTUR: Asociación Nacional de Investigación y Posgraduados en Turismo (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo). Brasil.
- ATHE: Asociación para el Turismo en la Educación Superior (Association For Tourism In Higher Education). Inglaterra.
- FFTST: Federación Francesa de Técnicos y Científicos del Turismo (Fédération Française des Techniciens et Scientifiques du Tourisme). Francia.
- Assoturismo: Federación Italiana del Turismo (Federazione Italiana Del Turismo). Italia.
- AIEST: Asociación Internacional de Expertos Científicos en Turismo (Association Internationale D'Experts Scientifiques Du Tourisme). Suiza.

- AMIT: Academia Mexicana de Investigación Turística. México.
- RICIT: Red de Investigadores y Centros de Investigación en Turismo. México.

Los aportes y argumentos de algunas de estas comunidades académicas que existen en el turismo y cómo conciben a este objeto de estudio, las distingue a nivel mundial, veamos algunas características de ellas.

En el caso de AECIT, el abordaje que hace del turismo es con un carácter estrictamente técnico y científico, que carece de ánimo de lucro y no se adscribe a ninguna ideología ni puede servir a otros fines que los de investigación, estudio y definición de ciencias y técnicas vinculadas a la actividad turística.

La Sociedad de Investigadores en Turismo de Chile, es una Corporación de Derecho Privado, sin fines de lucro, de carácter estrictamente académico y científico. Esta Corporación está integrada por personas que por su preparación científica se dedican al estudio, investigación y difusión de las ciencias y técnicas vinculadas a la actividad turística. El objeto de la Sociedad es estrictamente académico y científico. Será su área de investigación es el turismo y todo cuanto tenga relación con dicha actividad económica, tanto desde la perspectiva social, cultural y económica, como desde las ciencias ambientales, la historia, el derecho y todas aquellas disciplinas que abordan temáticas relacionadas con los viajes, el desplazamiento de turistas y las actividades destinadas a brindar servicios para su adecuado desarrollo.

La Red Iberoamericana de Profesores e Investigadores sobre Turismo, de Bolivia, concibe el turismo como un fenómeno multidisciplinario que comprende desde la gestión turística hasta todos aquellos campos relacionados: legislación, arquitectura, ocio, desarrollo regional, etc.

La ANPTUR, es la Asociación Nacional de Investigación y Posgraduados en Turismo de Brasil que se constituye como una entidad sin fines lucrativos, de carácter estrictamente científico al servicio de la investigación y de la enseñanza en el área. Promueve el avance del conocimiento y facilita el contacto y las relaciones entre sus miembros e las instituciones de investigación y enseñanza del turismo

La ATHE, es la asociación más importante en la materia del turismo en la educación superior en el Reino Unido. Sus objetivos incluyen la promoción del desarrollo y el reconocimiento del turismo como objeto de estudio en el Reino Unido en el pregrado, postgrado y doctorado, y fomenta un alto nivel en el aprendizaje, la enseñanza y la investigación con el turismo. Para ello, trabaja con otros organismos relacionados con la educación superior en el Reino Unido, como la Agencia de Garantía de la Calidad y la Academia de Educación Superior, es una Sociedad Científica del aprendizaje de la Academia de Ciencias Sociales.

Assoturismo, es la Federación de Sindicatos representativa de las empresas que operan en el sector turístico de la Confesercenti de Italia. Entre otros fines, representa y protege los intereses de las empresas turísticas a nivel político, institucional y administrativo; Asiste y coordina las actividades de las asociaciones comerciales nacionales y los miembros legislativos en el ámbito de la Unión; Promueve la formación profesional y apoyo a las empresas para el desarrollo de la economía turística.

La Aiest debe su origen a la iniciativa de los jefes de los dos Institutos de Investigación de Turismo de Suiza fundada en las Universidades de San Gallen y Berna en 1941, Walter Hunziker y Kurt Krapf. Tras el final de la Segunda Guerra Mundial ambos sintieron la necesidad de dar a conocer los frutos de su trabajo científico a un círculo más amplio de colegas, y para reanudar los hilos rotos de las relaciones científicas internacionales en el turismo, con el fin de desarrollarlas como el trabajo científico del turismo en sí. La Aiest es una sociedad científica internacional del turismo que aborda el estudio e investigación de este desde diversos campos científicos. Por lo tanto, la Aiest puede ser considerada como el catalizador de las actividades científicas internacionales en el turismo. La Asociación no es responsable directamente de abordar la investigación y la educación del turismo, pero se esfuerza por fomentarla lo más ampliamente dentro de los límites de sus posibilidades con las instituciones existentes que se vincula.

El FFTST reagrupa desde 1965 a los graduados de los profesionales del turismo. Es representante de la estructura del sector turístico, que colabora en muchas operaciones que se desarrollan el sector. Como tal, es un

socio de los gobiernos, las federaciones, organizaciones no gubernamentales y distintos operadores turísticos.

La AMIT se presenta como la agrupación independiente académico-turística más importante de México, tanto por la procedencia institucional de sus miembros como por los logros investigativos de sus agremiados. Alienta el estudio científico del turismo en México y contribuye a su producción y divulgación en los ámbitos nacional e internacional, desde disciplinas como la geografía, economía, sociología, comunicación, antropología, psicología, administración, ciencia política, demografía, ecología, entre otras.

La RICIT, a través de su sitio Web, se erige como un espacio exclusivo que integra a investigadores y centros de investigación en turismo en México y cuenta con información especializada y estratégica para el desarrollo de la investigación en turismo en su *Sistema de Investigación Turística Académica SITA* e importantes recursos de investigación a través de *Canales de Servicios* tales como: eventos académicos, noticias sobre turismo, programas académicos, estadísticas del sector turístico, estudios e investigaciones de la SECTUR, revistas especializadas, entre otros.

La conformación de estas comunidades académicas y científicas, con la variedad de objetivos y acciones en materia de investigación y educación superior en el turismo, presentan ciertas concepciones renovadoras de entender al turismo, pero se percatan que construir conocimientos en este campo es referir a una tarea filosófica de carácter crítico, más que una del tipo descriptiva y cuantificadora. No es que resulte irrelevante este tipo de conocimiento, sino que el conocimiento del turismo al que se aspira en estas comunidades diverge, pues mucho depende del criterio de ciencia que se utilice como medida. Por un lado está aquella orientación que alude a la cuantificación y medición del hecho y por otro el que reflexiona y resignifica el fenómeno a partir de una relación compleja entre sus hechos y significados. Para algunos, el turismo podrá ser una ciencia si se ajusta al paradigma o modelo de las llamadas ciencias verdaderas: las físico-naturales; para otros, la autonomía de esta naciente “ciencia” va más allá del estatuto científico que posean o no.

2 LA POLÉMICA DEL STATUS DEL TÉRMINO CIENCIA Y DISCIPLINA

En el ámbito de las ciencias humanas y sociales, en las cuales entra el turismo, aún no se tiene un consenso acerca de su fundamentación científica. No existe una sola teoría o epistemología que pueda marcar la norma a seguir, la cual además no es necesaria por la naturaleza de los objetos a construir. Por otro lado, simplificando las aproximaciones epistémicas del conocimiento humano, se puede aludir a dos grandes tradiciones: la aristotélica y la galileana.

Sin perder el camino, es importante rescatar las tradiciones que al respecto han prevalecido en la polémica de las ciencias duras con respecto a las ciencias humanas. Las tradiciones aristotélicas y galileanas son referentes del tipo de acento y el canon establecido para designar ciencias a unas y a otras no. Mientras que la tradición aristotélica busca la comprensión (*verstehen*), dar razón a los hechos, se pregunta por el “por qué” y “para qué”; la galileana pretendía la explicación (*erklären*), destaca un interés pragmático, mecánico-causalista y funcionalista de la realidad, se pregunta por el “cómo”. (Mardones, 2001:20-27)

A partir de estas tradiciones, se pueden reconocer tendencias en la construcción de la “ciencia”, del conocimiento con pretensiones de científicidad:

- Positivismo decimonónico: se caracteriza por su monismo metodológico, el modelo de las ciencias naturales exactas, la explicación causal, y, el interés dominador del conocimiento positivista. “Este positivismo científico va a pretender hacer ciencia social, histórica, económica [turística]... siguiendo la tipificación ideal de la física matemática, acentuando la relevancia de las leyes generales para la explicación científica y tratando de subsumir bajo el mismo y único método a todo saber con pretensiones científicas” (Mardones, 2001:30).
- Hermenéutica: es un rechazo a todas las pretensiones del positivismo y al afán predictivo y causalista que tiene como ideal regulador de toda explicación científica, así como a la reducción de

la razón a la razón instrumental. Droysen deja claro la importancia de la hermenéutica en la construcción de la cientificidad humana: “...la manifestación de lo singular es comprendida (verstanden) como una manifestación o expresión de lo interior en cuanto se retrotrae a lo interior” (Cit. Mardones, 2001:30).

- Racionalismo crítico: se contraponen al empirismo lógico del Círculo de Viena y su filosofía analítica de la ciencia. Popper dirá que la exigencia mayor de verificabilidad en la experiencia no solo eliminaría las afirmaciones metafísicas, sino que también aniquilaría las hipótesis empiristas y, con ello, todo el conocimiento científico natural (Popper, 1973). No se puede acudir al principio de inducción para resolver este problema. El mismo Hume había mostrado ya que un enunciado general jamás puede ser verificado con la observación. Popper propondrá el método de la falsificación, debido a que no es posible comprobar y verificar todos los posibles casos subsumidos en una hipótesis científica. La ciencia, en esta perspectiva, deja de ser un saber absolutamente seguro para ser hipotético, conjetural. Deja de ser un camino inductivo, para ser deductivo. Abandona el criterio de verificación para seguir el de falsificación. En la ciencia no hay fundamentos infalibles, sino problemas y un convencionalismo crítico que se apoya en la fuerza crítica de la razón. “La ciencia no es posesión de la verdad, sino búsqueda incesante, crítica, sin concesiones, de la misma”. (Popper, 2007:38)
- Teoría crítica: Desde sus orígenes, con Horkheimer, se contrapuso a la tradición positivista y a la tendencia del racionalismo crítico al mostrar el carácter de criterio último y justificador que reciben los hechos en el positivismo así como la mediación de la sociedad por una ideología capitalista burguesa que se exime del análisis; y, del realismo crítico, la racionalización de la ciencia y la unidimensionalización de la razón al reducir -en exceso- toda la problemática de la ciencia a cuestiones lógico-epistemológicas. No

se puede desvincular el contexto del descubrimiento del contexto de la justificación; es decir, no se puede atender a la lógica de la ciencia y prescindir del contexto sociopolítico y económico donde descansa tal ciencia (*totalidad social*⁵). No niega la observación pero sí su primacía como fuente de conocimiento; tampoco rechaza atender los hechos, pero se niega a elevarlos a la categoría de realidad por antonomasia.

En materia de investigación y construcción de conocimiento del turismo no se pasará de esta discusión en tanto no se tenga claro el sentido de ciencia que se está gestando en la actualidad. La ciencia es una combinación de reglas y errores; la simple sumisión a reglas y normas a la larga hacen estéril el trabajo científico. "...el científico que trabaja en una situación histórica particular debe aprender a reconocer el error y a convivir con él, teniendo siempre presente que él mismo está sujeto a añadir nuevos errores en cualquier etapa de la investigación". (Feyerabend, 2000).

La noción de ciencia y del estatuto de científicidad (científico) ha venido a resultar del fundamento del quehacer de las ciencias físico-naturales, como modelo o paradigma para calificar a las disciplinas humanas y sociales como tales. Así, el origen del problema tiene que ver con la noción de *ciencia* de la cual se quiera partir. Ciertamente es que a partir de la entronización de la ciencia moderna el concepto ciencia y su adjetivo científico no solo han establecido procedimientos estándares, principios unívocos, sistematización rigurosa, sino, como dice Kuhn (2006), paradigmas y comunidades que comparten teorías, modelos, procedimientos más o menos validados y prácticas y hábitos de investigación. "Con la caída del discurso de la modernidad y el advenimiento del posmodernismo, la ciencia tiene un connotante plural. Rorty (1996) critica al conocimiento moderno por ser algo objetivo y eterno a través del discurso anormal. Lyotard (1989) dice que la ciencia es la pluralidad de juegos del lenguaje que se originan de la ruptura de la idea de que las ciencias están fundamentalmente unificadas y rechaza el viejo

5 Horkheimer y Adorno denominan totalidad social al entorno de los hechos y la condicionante de clase que media para comprenderlos. Si renuncia a percibir esta mediación de *la totalidad* social del momento histórico que vive, se condena a percibir apariencias.

principio interdisciplinario de que las investigaciones del conocimiento no son interpretables y que sólo puede ser interdisciplinario aquello visto bajo el principio de la performatividad (categoría sistémica). Foucault (2008) indica que la búsqueda del conocimiento es política a medida que este está ligado a las estructuras del poder; la ciencia es poder. Derrida (2005) plantea a través de la de construcción, la inestabilidad de las distinciones entre el habla y el escrito en los textos científicos”. (Castillo-Panosso Netto, 2011:391)

Como se observa, los posmodernistas critican abiertamente el paradigma modernista y rechazan todo control objetivo y absoluto de la ciencia en la producción del conocimiento, dejando abierto el camino interdisciplinario como mecanismo alternativo para el desarrollo de la ciencia y el entendimiento humano. “Con base en la idea de que la racionalidad carece de valor, de que la ciencia no pasa de ser una construcción social y de que la conexión entre las palabras y el mundo es arbitraria, se desemboca, con *Jacques Derrida* a la cabeza, en una corriente intelectual que defiende las elaboraciones teóricas desconectadas de toda corroboración empírica y que se caracteriza por un acusado relativismo epistémico y cultural, concretado con el tiempo en un amasijo de filosofía, diletantismo lingüístico, crítica literaria y desvaríos psicoanalíticos” (Silva, 2005:3).

Comprender el término ciencia, a partir del vocablo latino *scientia*, es abrir una mundo de posibilidades para su interpretación y empleo. El vocablo latín *scientia* significa saber, conocimiento, doctrina o erudición, y se deriva del verbo latín *scio* que significa dividir, separar, y, del griego *isemi*, que significa conocer, estar informado (Hernández y Restrepo, 1959).

Bajo esta noción de *ciencia*, la producción de conocimiento incluye, en cualquier modo o medida, una garantía de la propia validez (Abbagnano, 1963:163). A diferencia del concepto tradicional de ciencia -que lo vincula con aquel tipo de conocimiento que se refiere a “una garantía absoluta” de validez- la noción amplia de esa “garantía” se obtiene mediante cualquier forma de validación. De tal manera que la producción de conocimientos de un objeto de estudio determinado, seguido por un procedimiento más o

menos sistemático, más o menos riguroso, constituye un determinado tipo de *ciencia*, de saber, de erudición, de conocimiento.

La concepción actual de ciencia es flexible, la explicación científica no solo es causalista, ni solo teleológicas o finalistas. Existe un postulado de la complementariedad que se va abriendo paso en la medida que se construyen objetos de estudio que rompen barreras disciplinarias y fusionan perspectivas teóricas y metodológicas ex profeso a los objetos complejos del mundo actual a través de la investigación inter y transdisciplinaria. De recomendaciones normativas de la ciencia, estamos avanzando a reconstrucciones histórico-sociales que permiten ensanchar los métodos y las teorías.

Quien se jacte de ser investigador, en cualquier campo del conocimiento humano, no se puede aferrar a una concepción universal de ciencia como tampoco de método. Al respecto: “La idea de un método que contenga principios firmes, inamovibles y absolutamente obligatorios para conducir la actividad científica tropieza con graves dificultades cuando se confronta con los resultados de la investigación histórica. Entonces nos encontramos con que no hay una sola regla, por plausible que sea, por firmes que sean sus fundamentos epistemológicos, que no sea infringida en una u otra ocasión. Es evidente que tales infracciones no son acontecimientos meramente accidentales, no son resultado de la insuficiencia del conocimiento o de descuido que pudieran haberse evitado” (Feyerabend, 2000).

Por otro lado, hablar de disciplina -en el ámbito académico o científico- es referirnos a un campo de estudio o una rama del conocimiento que es investigada en una escuela superior, un centro de estudios o una universidad. Además, las disciplinas se encuentran reconocidas por las publicaciones académicas donde se exponen los resultados de los procesos de investigación y por los círculos académicos, intelectuales o científicos a los cuales pertenecen los investigadores.

Con respecto a las razones que limitan la construcción de un cuerpo científico disciplinario del turismo a nivel internacional, los hermanos López Bonilla apuntan la puesta en común de unos cuantos enfoques disciplinarios que profundizan en el desarrollo de teorías, modelos y conceptos

generales. Los López Bonilla reconocen dos estándares de discusiones entre los investigadores:

- El turismo como una disciplina propia, entre quienes destacan: Leiper, Jovicic, Comic, Rogozinski, Weaver, Oppermann.
- El turismo como un área de especialización que se sitúa dentro de las disciplinas ya existentes: Dann, Nash y Pearce, Jafari, Witt, Brooke y Buckley, Tribe (López Bonilla, 2004: 33).

Entre los primeros hay posiciones más optimistas y otras más moderadas. Por ejemplo, Leiper (1981) y Jovicic (1988) se atreven a acuñar términos como *turología* y *turismología*, respectivamente, que refuerzan la idea de abrazar el turismo como una ciencia aparte, como ya hemos mencionado. Las posiciones más moderadas indican que el estudio del turismo continuará sufriendo una falta de profundidad durante tanto tiempo como los investigadores estén fragmentados en distintas disciplinas. Weaver y Oppermann (2000) hablan de tres etapas de la investigación y estudio del turismo: el pasado, representado por el estallido de distintos prismas disciplinarios en el turismo, dando lugar a un enfoque multidisciplinario y haciendo de este un hábitat de estudio con un cierto área de énfasis; el presente, como una fase transitoria hacia el futuro, que se tipifica por ser la fusión de perspectivas de unas cuantas disciplinas, infundiendo un enfoque interdisciplinario para cincelar una disciplina propia, un clímax académico sistemático y riguroso con sus propias teorías y metodologías.

Por el contrario, hay investigadores que no imaginan que el desarrollo del turismo pueda generar una disciplina distinta, aunque digan que es necesario aumentar las investigaciones que combinen disciplinas para superar las dificultades conceptuales y metodológicas que supone el estudio del turismo. Witt, Brooke y Buckley (1991) aseveran que dista del realismo esperar que el turismo obtenga un soporte teórico y creen que la investigación turística permanecerá dinámica, abigarrada e internamente en conflicto (Cit. López Bonilla, 2004: 34).

Otra visión, más moderada, en esta concepción es la de investigadores como Cooper, Sheperd y Westlake (1994) quienes sostienen que el

turismo posee su propia comunidad científica, aunque es reducida, por lo que Tribe (1997) añade que una comunidad científica significa agruparse alrededor de algo, como puede ser una facultad o un departamento y que, en el caso del turismo, existen muy pocas facultades o departamentos; de ahí que la comunidad académica del turismo esté atomizada y tenga una influencia mucho menor que otras agrupaciones sociales.

Como se puede apreciar, no solamente existen desacuerdos entre investigadores del turismo, sino además intereses académicos que son un impedimento para la investigación y la educación; y, como refrendan Charlotte M. Echtner y Tazim B. Jamal (1997), la mayoría de los investigadores en turismo se han formado dentro de sus propias disciplinas, por lo que cualquier teoría del turismo se pronuncia dentro de los paradigmas y límites disciplinarios específicos. Sin embargo, “Es sabido que la simple yuxtaposición de disciplinas o su encuentro casual no es interdisciplina. Por el contrario, se requiere de una construcción común del problema o de un objeto de estudio” (Castillo, Tomillo y García, 2010:228).

Cuando se alude al concepto de disciplina, se habla de una mirada excluyente, donde sólo un tipo de conocimiento científico intenta explicar la realidad por sí misma. Por su parte, la noción de multidisciplinaria articula la idea de junta de saberes, donde cada uno dice lo suyo, pero el producto final no es más que la exposición de todos ellos, de modo tal que cada uno conserva su individualidad. La interdisciplina, en cambio, avanza maquinando la noción de una integración dialéctica de los saberes en cuestión.

Los enfoques disciplinarios y multidisciplinarios han generado posturas y visiones fragmentarias del turismo con respecto a su realidad y a los objetos de estudio construidos, de tal manera que la pretensión de saltar a la interdisciplina y desde esta llegar a la transdisciplina es un reto que será difícil de alcanzar si se persiste en la visión científicista y rigurosa de la *ciencia* del turismo. A menudo, suele mal interpretarse la interdisciplina como amontonamiento de saberes o, en el mejor de los casos, como la coordinación de actividades emanadas de distintas disciplinas; sin embargo, no se advierte que la interdisciplinariedad exige coherencia epistemológica, teórica y metodológica.

Un problema más que se suma al debate científico y disciplinario del turismo tiene que ver con la visión neofuncionalista. Esta es producto de una teoría basada en una metateoría hecha del funcionalismo estructural⁶; pretende ser una corriente autocrítica de la teoría funcional, cuyo objetivo sea ampliar el alcance intelectual del funcionalismo sin perder su núcleo teórico.

Jeffrey Alexandre y Paul Colomy⁷ consideran el funcionalismo estructural como una perspectiva estrecha que su meta es la creación de una teoría más sintética a la que han dado en llamar neofuncionalismo (Alexandre y Colomy, 1990). Es preciso señalar que aun cuando el funcionalismo estructural en general, así como las teorías de Talcott Parsons, cayeron en el extremismo, había en la teoría desde el inicio de su desarrollo un poderoso núcleo sintético. En el transcurso de su carrera intelectual, Parsons intentó integrar una amplia serie de ideas teóricas, pero también le interesaba la interrelación entre los principales dominios del mundo social, especialmente los sistemas cultural, social y de la personalidad. Sin embargo, Parsons adoptó al final una orientación funcionalista estructural estrecha y llegó a la conclusión de que el sistema cultural determinaba los otros sistemas. De

6 El funcionalismo estructural (también llamado estructural-funcionalismo o estructuralista) es un enfoque empleado en ciertas ciencias sociales, especialmente en la antropología y la sociología. Supone que los elementos de una determinada estructura social son interdependientes entre sí. Una variación de alguno de ellos, repercute en los demás. Los orígenes de esta corriente se remontan a los trabajos de Émile Durkheim. Fue desarrollado en la antropología social británica por Bronislaw Malinowski y Alfred Reginald Radcliffe-Brown. En sociología, el estadounidense Talcott Parsons es uno de sus mayores exponentes, así como por el belga Claude Lévi-Strauss en su famoso libro: *Antropología estructural*; sus aplicaciones principales tienen lugar en el campo de la sociología de la cultura. La aportación de Lévi-Strauss se centra "...en el reconocimiento de la existencia de sistemas supraindividuales, de diferente tipo: estructuras económicas, históricas, psíquicas, lingüísticas, antropológicas o étnicas. La idea primigenia se condensa en que el ser humano está sometido a estructuras que lo superan y, por ende, puede ser estudiado "desde fuera". Pero podría decirse que dicha corriente surge como consecuencia de una profundización de la lingüística y se apoyó en la desconcertante idea de que el lenguaje, como un sistema cerrado, constituye el único medio disponible para acceder al mundo de los objetos y de la realidad. Este carácter autorreferencial que el estructuralismo atribuía al lenguaje, le confería una capacidad explicativa que a la postre fue distanciando a sus seguidores (Jacques Lacan, Michel Foucault y Louis Althusser, entre los más destacados) del mundo real. Con la incorporación de conceptos tales como el de deconstrucción, se fue arribando al llamado postestructuralismo y, como no, al postmarxismo". (Silva, 2005:2).

7 En la tendencia neofuncional se pueden encontrar las raíces funcionalistas y estructuralistas, pasando por la TGS, los sistemas funcionales y los sistemas complejos. Véase: Neofuncionalism. En: http://www.wadsworth.com/sociology_d/templates/student_resources/053453992_turner/modules/modules/mod5/mod_5_1.html

este modo Parsons abandonó su orientación sintética, por lo que el neofuncionalismo puede considerarse como un esfuerzo por retomar aquella orientación.

La base teórico-metodológica del neofuncionalismo destaca las siguientes características:

- Opera con un modelo descriptivo de la sociedad que la considera compuesto de elementos que en interacción con otros, forman una determinada configuración. Esta configuración permite al sistema diferenciarse de su entorno. Las partes del sistema están conectadas simbióticamente y su interacción no está determinada por una fuerza suprema. Así el neofuncionalismo rechaza cualquier determinismo monocausal y es abierto y pluralista.
- Dedicar casi la misma atención a la acción y al orden que el funcionalismo. Sin embargo, evita la tendencia del funcionalismo estructural que se centró casi exclusivamente en las fuentes macro del orden en las estructuras sociales y a la cultura y prestar atención también a las pautas de acción micro. El neofuncionalismo también se esfuerza por incorporar una concepción más amplia de la acción no solo racional, sino también expresiva.
- Conserva el interés funcional estructural por la integración, no como un hecho realizado sino como una posibilidad social. Reconoce que la desviación y el control social no son realidades de los sistemas sociales. El neofuncionalismo tiene un interés por el equilibrio, pero es más amplio que la preocupación estructural-funcional que incluye el equilibrio parcial y el equilibrio en movimiento. No tiende a considerar que los sistemas sociales se caractericen por un equilibrio estático. Definido en términos generales, el equilibrio constituye un punto de referencia para el análisis funcional pero no en una descripción de las vidas de los individuos en los sistemas sociales reales.
- Acepta el tradicional énfasis parsoniano en la personalidad, la cultura y el sistema social además de ser vital para la estructura

social; la interpenetración de esos sistemas también produce una tensión que representa una fuente de constante cambio y control.

- Se concentra en el cambio social y en los procesos de diferenciación dentro de los sistemas sociales, culturales y de la personalidad. Así, el cambio no produce conformidad y armonía sino individuación y tensiones institucionales.
- Implica el compromiso con la idea y la conceptualización y la teorización son independientes de otros niveles de análisis sociológicos. (Aliaga, 2011)

Quienes hoy enarbolan esta tendencia del neofuncionalismo, ven las bondades de una investigación que equilibra las tensiones de la sociedad, al elaborar una macro teoría de ella, pero donde los problemas del hombre son relegados por considerarse sumamente complejos. Es la visión del bienestar, del mundo ordenado y en constante progreso, en el que el equilibrio de los sistemas mantiene los objetivos del desarrollo. Es la visión por excelencia de quienes evitan la crítica y el conflicto de la naturaleza humana.

3 EPISTEMOLOGÍA CRÍTICA DEL TURISMO

A menudo se cree que ser crítico es denunciar hechos, aseveraciones o ideas arraigadas que no son coherentes con una forma de manifestarse la “realidad”. Aunque, de cierta forma criticar es denunciar, la crítica va más allá de solo denunciar. Implica una actitud capaz de discernir, juzgar y valorar las cualidades de las cosas, basada en una argumentación que da sentido y significado a una tendencia.

Algunos investigadores connotados del turismo dan por sentado que realizar investigación ya es asumir una actitud crítica, entendiendo que se analiza y denuncia lo caótico de la realidad⁸; por lo que, resultaría una cacofonía, una recursividad y hasta una pérdida de tiempo hablar de investi-

8 En su momento gente como Octavio Getino, Rose Mary Lee, Sergio Molina, entre otros connotados investigadores, han denunciado los modelos dependencistas y desarrollistas del turismo en América Latina, proponiendo alternativas en el manejo del tiempo libre, de los recursos, del impacto ambiental, las políticas, etc., sin embargo, la denuncia por sí misma no es crítica, aunque no la exime.

gación crítica, teoría crítica o epistemología crítica del turismo⁹. Nada más absurdo que el desconocimiento de tradiciones, escuelas y corrientes que enfatizan esta forma de abordar la realidad, la cual, además, es una actitud de enjuiciamiento que implica reflexión, método y conocimiento orientado a transformar la realidad, no a mantenerla en equilibrio.

La inteligencia y el conocimiento no implica que se pueda tener un razonamiento o pensamiento crítico *per se*. Tampoco un pensamiento crítico se da sin más por el empleo de la lógica y la analítica, los cuales son esencialmente conceptos filosóficos y matemáticos, respectivamente. El pensar crítico abraza esos conceptos y los redimensiona en los campos de la psicología y la sociología en procesos explicativos y comprensivos acerca de los complejos efectos de los demás sobre nuestros propios procesos mentales. Creer que porque se tiene inteligencia, conocimiento, lógica y análisis sobre un determinado tema se está ejercitando la crítica es fabricar una *mentira feliz*, un pensamiento *mágico* en la ciencia.

Ya Horkheimer y Adorno reconocían, en contraposición a Popper, el sentido de la crítica. Mientras en Popper la crítica es confiar en la fuerza de la razón, la cual mostrará si los enunciados se pueden mantener conformes a los hechos empíricos o no, constituyendo así a los hechos, a lo dado, como criterio último de verdad, se gesta una crítica basada en la observación de los datos particulares que, sin verlos contextualizados en la *totalidad social*, es superficial. La pretensión de subsumir toda explicación racional en el esquema nomológico-deductivo priva la verdad misma de las cosas, que es contradictoria e irracional (Adorno, 1973:41). Para Horkheimer y Adorno, la crítica implica el momento hermenéutico de la *anticipación*. Dejar de anticipar –interpretar– un modelo de sociedad, que exprese el

9 En el congreso de Investigación Turística de 2009, XI Nacional, V Internacional Sector/ Cestur y 3o AMIT, convocado por la Secretaría de Turismo, a través del Centro de Estudios Superiores en Turismo, del Colegio de la Frontera y de la Asociación Mexicana de Investigación Turística, celebrado del 7 al 9 de octubre en la ciudad de Tijuana, México, al término de la conferencia magistral titulada: Investigación turística en México, IES y CIT's, impartida por la Dra. Maribel Osorio García y Marcelino Castillo Nechar, uno de los conspicuos investigadores de México preguntó: "¿Qué es eso, epistemología crítica del turismo?, ¿qué, no la investigación ya es crítica de por sí? No tiene sentido eso". Bueno, el nombre del investigador es irrelevante, en realidad.

ansia emancipadora¹⁰, racional y de búsqueda del mundo social bueno del hombre, no hay posibilidad de escapar del anillo mágico de la repetición y de lo dado. La crítica se manifiesta en la totalidad social, para ser penetrante, pues la sociedad no puede concebirse como un objeto más, la sociedad implica subjetividad y, por ello, interpretación. De esta manera, la crítica no solo es forma, no solo se limita a la reflexión sobre los enunciados dados, métodos y aparatos conceptuales, sino que es crítica del objeto en su totalidad social, del que dependen diversos momentos, sujetos, comunidades y ciencia organizada, de lo contrario sus conceptos no son verdaderos.

Respecto a la producción crítica del conocimiento en turismo, conviene aclarar –primeramente– lo que se refiere a su epistemología, así como el sentido que se pretende dar a la producción del mismo. “La cuestión del conocimiento acerca de lo que se sabe sobre el turismo es una cuestión epistemológica, la epistemología es la rama de la filosofía que estudia el conocimiento” (Tribe, 1997:639).

En este mismo texto, Tribe refiere que la preocupación esencial –de la epistemología del turismo– es el análisis de la validez de la demanda de saber algo y, remite que la epistemología del turismo indaga tanto el carácter del conocimiento producido como las fuentes de conocimiento, la validez y fiabilidad de ese conocimiento, el uso de conceptos, los límites del estudio del turismo y la categorización de esos estudios como un campo de conocimientos o una disciplina.

Al respecto, hagamos algunas precisiones.

La epistemología científica desde sus orígenes ha devenido “positiva”, la cual

“...se presenta como una reflexión centrada esencialmente sobre las formas del discurso de las ciencias de la naturaleza o físicas, sobre los mecanismos de producción de conocimientos desarrollados históricamente por estas ciencias, y sobre las formas mismas de inteligibilidad supuestas o postuladas por esa actividad productiva particular y expresadas en ese discurso” (Miguélez, 1977:5).

10 El interés emancipador es el “...interés por la supresión de la injusticia social”. (Horkheimer, 2000:270).

El tipo de epistemología que permea las ciencias sociales y humanas, entre las que contamos al turismo, están sometidas al dominio de este tipo de epistemología que se basan en criterios normativos y de validación cientificista del conocimiento, dejando de lado la dimensión histórica de los hechos, con la tendencia de concebir la teoría de la ciencia (*epistemología científica*) como teoría de las condiciones formales intemporales de la ciencia a producir. Y, es que la coyuntura histórica en la que se ejerce una dominación de las ciencias de la naturaleza, privilegia la reflexión epistemológica por la existencia de un consenso generalizado acerca de las formas mismas de inteligibilidad supuesta o postulada por esa particular actividad productora de conocimientos.

Según el *Diccionario de Filosofía* de Runes, el término epistemología se asume como: "...La rama de la filosofía que investiga el origen, estructura, métodos y validación del conocimiento,...". (Runes, 1981:183)

Por su parte, el *Dictionnaire de la langue Philosophique* de Foulquié y Saint-Jean, dice: "La epistemología es la disciplina que trata los problemas filosóficos planteados por la ciencia,..." (Foulquié y Saint-Jean, 1962:223)

Pareciera existir una sinonimia entre epistemología y filosofía de la ciencia, pero no. Recuérdese que el término epistemología, en este marco cientificista, aparece a partir del siglo XIX¹¹. "La palabra *epistemología*, que literalmente significa *teoría de la ciencia*, es de reciente creación. Si la palabra es nueva, lo que designa también lo será" (Blanché, 1973:5). La diferencia entre la concepción anglosajona, que refiere epistemología como teoría del conocimiento, frente a la francófona, en la que la epistemología fuera una parte no de la filosofía de las ciencias sino extraída de ella —aunque no estrictamente filosófica sino científica—, es que suelen hacerla sinónima en ocasiones y, en otras no. Así, el nuevo término de "epistemología" viene a establecer la aparición de una "nueva" disciplina constituida por cuestiones "positivas", concernientes al funcionamiento de la ciencia. En ese sentido, filosofía-ciencia-epistemología devienen como una visión "positiva" en la producción de

11 La palabra epistemología, aunque es nueva en el vocabulario científico, ya estaba entre los antiguos filósofos griegos que anteponian *episteme* a *doxa*. "Los antiguos filósofos podían intentar determinar en qué condiciones un conocimiento de la naturaleza debía satisfacer para poseer las características de certeza íntima y de validez universal, las únicas que permitían que se la considerara propiamente como una ciencia. Pero el único medio para saber verdaderamente lo que sería esta ciencia, era ante todo hacerla". (Blanché, 1973:5-6)

conocimientos, es decir, presenta un carácter descriptivo-normativo: un modelo, una gramática y una sintaxis de las condiciones que debe cumplir aquel conocimiento producido que se jacte de ser “científico”¹².

Nosotros emplearemos el término epistemología en su sentido literal: Discurso (*logos*) sobre la ciencia (*episteme*) (Miguélez, 1977:7), pero redimensionándolo con la reflexión filosófica: episteme = discurso que en su discurrir produce una reflexión filosófico-empírica no solo de crítica de contenidos, sino de contenidos críticos, con nuevos sentidos y significados, a fin de transformar positivamente el problema en cuestión. Empero, no se debe olvidar que el término epistemología a veces designa una teoría general del conocimiento y otras una teoría regional del conocimiento.

En cuanto a lo crítico, en el ejercicio filosófico, “La crítica del conocimiento es un tratado que aun no está hecho. Está en curso de formación y aun no está completamente separado de la historia, especialmente de la historia de la filosofía moderna” (Verneaux, 1967:8). Y es que el problema del conocimiento ha adquirido gran importancia desde la época moderna con Descartes y Kant; no es que no lo hayan descubierto los antiguos filósofos¹³, sino que los modernos lo han planteado desde una perspectiva idealista, como hemos visto.

El papel del filósofo-epistemólogo, –que en realidad deberíamos ser todos quienes nos dedicamos a investigar una parcela de esto que llamamos realidad, la cual siempre es omnimoda–, con respecto al problema del conocimiento, y lo referimos de manera singular solamente para abreviar y

12 Lo descriptivo se refiere a: la *performance* científica, el ejercicio de la ciencia; el corpus lingüístico efectivamente producido por los científicos de la ciencia, como lengua específico sometido a reglas específicas; las reglas de la ciencia para construir teorías, explicaciones; reglas gramaticales como condiciones de inteligibilidad de la ciencia. En tanto, lo normativo: presupone un lenguaje-modelo; reconstrucción de la gramática del lenguaje-modelo; hacer de las reglas gramaticales, del lenguaje-modelo, reglas de todo lenguaje científico; e, intervención sobre las construcciones lingüísticas de la ciencia para poder ser considerada *ciencia*. (Miguélez, 1977:10-15)

13 Para los pensadores medievales, toda la crítica se reducía a tomar partido en la cuestión de los universales: ¿qué es lo que corresponde en la realidad las esencias universales que el espíritu concibe en sí mismo? Realismo absoluto de origen platónico, realismo moderado de origen aristotélico, conceptualismo y nominalismo, fueron las principales posiciones tomadas respecto a él. Cada uno de los filósofos medievales ha elaborado una teoría completa del conocimiento: santo Tomás y san Buenaventura, primero, después Duns Escoto, por último Occam, cuyo nominalismo prepara directamente la epistemología moderna. (Verneaux, 1967:8-9)

permanecer en el nivel más alto de generalidad, nos presenta múltiples problemas, en los cuales hay diversos tipos de conocimiento. Sin embargo, las fórmulas propuestas por los filósofos modernos presentan falta de amplitud y de “sinceridad” (Verneaux, 1967:13), ya que concierne a un tipo de conocimiento en el cual la trampa subyace en entender que el problema del conocimiento:

- Consiste en descubrir una primera verdad.
- Se reduce al problema del mundo exterior.
- Se reduce al problema del origen de las ideas.
- Consiste en buscar cómo son posibles las ciencias.
- Consiste en buscar cómo son posibles los juicios sintéticos a priori; es decir, determinar la esfera del conocimiento posible por la razón pura.

Para abordar la construcción del conocimiento, el término crítica es oportuno porque refiere a juzgar, valorar, escoger, elegir, medir y reflexionar en función de un ideal. Su método es la reflexión filosófico-empírica que exige desde una descripción de los conocimientos, hasta una valoración de los mismos y la explicación de su evidencia. Algunas condiciones de la crítica tienen que ver con el empleo de la lógica (no formal) como instrumento de todo pensamiento coherente; el uso de la inteligencia o de la razón como facultad humana que supone una idea de la verdad con la cual podrá juzgar el valor de los conocimientos; supone un *objeto* sobre el cual obrar; y, la reflexión de carácter filosófico para hacer efectivo este ejercicio de crítica-reflexiva (Verneaux, 1967:15-19).

Con base en lo anteriormente planteado, la epistemología crítica del turismo no implica construir sistemas científicos, filosóficos o metodológicos completamente integrados y universalmente válidos. Una corriente crítica del turismo debe serlo ante todo epistemológicamente. Las posiciones críticas del turismo que surgieron hacia los ochenta y que se sintetizan en el momento actual han mostrado diversas sensibilidades en la “intelectualidad turística”. Con el derrumbe de los grandes discursos críticos, especialmente el marxismo, así como la aparición de la hegemonía neoliberal aunada a un

discurso económico de bonanza y progreso global, con el resurgimiento de la individualidad que apuntó hacia proyectos “transformadores”, flexibles, competitivos y productivistas, las visiones posmodernas –a las que se suma el resurgimiento de las nuevas teorías sistémicas– han sido una caricatura de las promesas no cumplidas. Pero, en realidad, no ha sido la ausencia de los grandes discursos, sino la escasa sensibilidad de la academia del turismo la que ha inhibido la articulación de la crítica y, esto, aunado a que la academia crítica ha dejado de tener peso en las nuevas generaciones y se ha reducido al mínimo sustituyéndola por la actividad meramente profesional, en la que las legitimidades se están construyendo localmente sin necesidad de recurrir a esta imperiosa necesidad de la crítica.

Por otro lado, se observa una fragmentación disciplinaria de las academias de turismo, los cotos de poder en el manejo de la información y su difusión, la participación abierta al diálogo sin condicionantes de grupo, entre otras, son factores que repercuten en un menor interés por discutir sus fundamentos y los del conocimiento mismo del turismo. En este sentido, la orientación posmoderna de la fragmentación, la falta de utopías y la ausencia de grandes discursos para su discusión, cumple su cometido al continuar fragmentado una tarea necesaria en el turismo basada en la crítica de las condiciones actuales de su desempeño, operación y practicidad en el mundo.

La epistemología crítica del turismo puede definirse a través de la fórmula que Adorno acuñó hace tiempo: “El problema de la dialéctica no es si un objeto puede ser y no ser al mismo tiempo, sino cómo siendo A puede transformarse en B” (De la Garza, 2001:110). Aunque a la epistemología crítica del turismo le interesa la transformación de la realidad, no se trata de una simple observación del cambio, sino aquella que siendo deseable sea viable para construir un mundo mejor para todos. Epistemológicamente el problema es cómo captar la realidad en transformación, debido tanto a los factores estructurales como a los subjetivos. Este tipo de epistemología no solo se interesa, por tanto, en la construcción de conocimientos y la transformación de la realidad, sino, fundamentalmente en la constitución de sujetos sociales transformadores, dado que no basta comprender los procesos que siguen los paradigmas y las matrices

científicas, sino actuar en la transformación del momento sociohistórico del sujeto, de su totalidad social.

En materia de investigación turística, la crítica no es una exquisitez a la que debe aspirar la academia, ni una actitud de rechazo de aquellas visiones que no van con la nuestra, sino una actitud que escudriña y propone nuevos fundamentos que rompen con la convencionalidad de un fenómeno que genera más problemas que beneficios donde se instaura. Por otro lado, la universidad cumple un papel importante al respecto para alentar una actitud crítica en sus educandos en turismo. Sin embargo, cuando se limita a reproducir contenidos sin ejercitar al educando en la investigación se le coarta de un potencial para transformar la realidad.

4 EL PAPEL DE LA UNIVERSIDAD EN LA FORMACIÓN DE PROFESIONALES CRÍTICOS DEL TURISMO

La universidad debe ser el espacio por excelencia de la crítica a los problemas de la sociedad, en el que sus educandos tengan las condiciones para desarrollarla y se aliente en ellos esa capacidad reflexiva, enjuiciativa y transformadora de los problemas que plantea el turismo moderno.

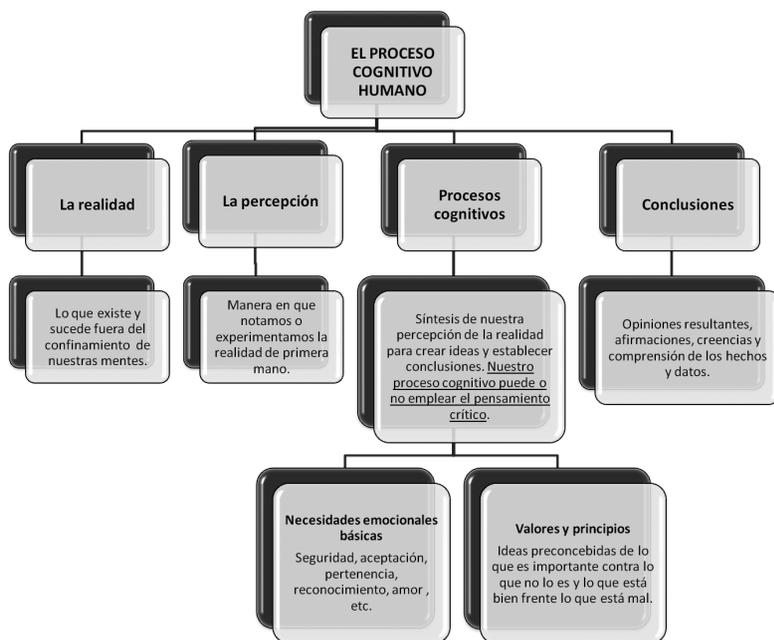
Para ello, la universidad debe impulsar programas de investigación, enseñanza y vinculación con la sociedad con un enfoque interdisciplinario que promueva el pensamiento crítico en sus alumnos. En ese sentido, es necesario movilizar diferentes capacidades así como diversos contenidos (conocimientos) en sus funciones sustantivas, de manera que el abordaje de los problemas, bajo esta estrategia de producción de conocimientos, constituya la sustancia para hacer reflexionar al alumno, valorar y juzgar las situaciones y hechos, con la intención de que sus capacidades de observación, análisis y síntesis, se impregnen de un sentido de crítica transformadora.

No basta con enseñarles a los alumnos que la investigación y los estudios de turismo tienen una cierta clasificación y áreas de conocimiento de las cuales pueden hacer uso para “entender” la realidad; sino, hacer de esas realidades objeto de estudio y conocimiento que va más allá de lo

manifiesto a los sentidos, a lo cuantificable per se y a lo obtenido por procedimientos rigurosos para darle valor “científico” a sus “hallazgos”.

El pensamiento crítico no surge espontáneamente, se tienen que dar las condiciones: desde los contenidos hasta las estrategias de investigación y la tecnología para ello. Sin embargo, se suele reemplazar el pensamiento crítico con información y la información con especialidades. La universidad debe fomentar e invertir en un pensamiento crítico social que tenga ideas y no solo tecnología.

Un modelo simplificado del proceso de entendimiento que desarrolla el ser humano, sobre los hechos, realidades o idealizaciones de todo cuanto le rodea, muestra que el razonamiento crítico es solo uno de los subprocesos que lo cognitivo de las personas pueden o no emplear o ejercitar en sus conclusiones, como se muestra a continuación.



Otra cuestión que suele aflorar en el análisis del término en cuestión –la crítica– es el relativo a la bifurcación que se esgrime de ella, calificándola de constructiva o positiva en contra posición con la destructiva o negativa. Se dice al respecto que la crítica constructiva es la que propone nuevas soluciones

a los problemas o defectos que se exponen en los argumentos de una realidad objeto de estudio y, por el contrario, la crítica destructiva se dirige a la persona, busca culpabilizar y utiliza generalizaciones: todo está mal¹⁴. Con ello se quiere destacar que existe comúnmente una confusión con respecto al uso del término crítica. Al menos podemos reconocer los siguientes:

- Vinculada frecuentemente a la polémica, por un desacuerdo entre dos opiniones.
- Relacionada al gusto personal, que involucra preferencias de la persona.
- Empleada en el uso cotidiano, como expresión pública de los defectos.

Entre la realidad, la percepción, los procesos cognitivos y las conclusiones a las que llegamos, como un proceso conjunto, en el cual también intervienen nuestras necesidades emocionales básicas así como nuestros valores y principios, al sintetizarlos podemos o no emplear el pensamiento crítico. Por ello, una universidad de vanguardia, preocupada por fomentar el pensamiento crítico, debe integrar estas dimensiones que son propias en el ser humano, más allá de instruirlos en procesos rígidos, medibles, unívocos y exactos para producir ese conocimiento humano.

Un ejercicio crítico reflexivo en los alumnos implica transformar las estructuras lógicas de su mente, así como los procesos que sigue su razón en el modo de conceptualizar y dar sentido a las realidades. Ello sin duda desafiará su modo de entender, retará su lógica, reclamará una alerta, pidiendo mayor sensibilidad intelectual y, exigiendo –en suma– una actitud crítica constante.

Recordemos que esto, que ha tratado de ser llamado ciencia, a manera de conclusión, no es otra cosa –como decía Einstein– que una construcción del hombre en el intento de hacer que la caótica diversidad de nuestra experiencia sensorial se corresponda con un sistema de pensamiento lógicamente uniformado, donde las experiencias sensoriales son la materia dada al sujeto y la teoría una forma de interpretarla.

14 No es lo mismo decir “eres tonto”, que decir “has hecho una tontería”.

La universidad no puede enseñar en sus educandos la existencia de una crítica constructiva o positiva, en contra posición con la destructiva o negativa. Es una falsa concepción de la crítica. El uso preciso de la palabra crítica proviene del griego ΚΡΙΤΙΚΌΣ (*kritikós*), que significa “capaz de discernir”. De la misma raíz griega deriva el verbo *cribar*: que refiere a una acción que consiste en separar una cosa compuesta en dos grupos: los que cumplen un determinado criterio y los que no lo cumplen. Ejercitar la crítica, por lo tanto, no es externar abruptamente una opinión, juicio o actuación. Implica cultivar un pensamiento crítico que se observa en el carácter mismo de la persona, cuyo hábito de conducta procede a una crítica de los datos del problema, antes de formular su opinión o de actuar conforme a un fin. Un pensamiento no crítico da por establecida la verdad de una creencia sin más cuestionamientos que el acomodo, adaptación y adopción de prenociones y prejuicios sociales que actúan como evidencias cognoscitivas prácticas y fuente de conocimiento de la acción, sin ponerlos en cuestionamiento *cribando* un contenido objetivo. El pensamiento crítico es una actitud intelectual que se propone analizar o evaluar la estructura y consistencia de los razonamientos, particularmente las opiniones o afirmaciones que la gente acepta como verdaderas en el contexto de la vida cotidiana.

Se puede decir que la crítica no se limita a criticar contenidos, sino a crear contenidos críticos. Para ello, un pensamiento crítico debe basarse en valores intelectuales como la claridad, rigurosidad, medida, precisión, evidencia y equidad, que van más allá de las impresiones y opiniones particulares. Es cierto, el pensamiento crítico emplea la lógica, pero supera el aspecto formal de esta para poder entender y evaluar los argumentos en su contexto y dotar de herramientas intelectuales para distinguir lo razonable de lo no razonable, lo verdadero de lo no verdadero en un ámbito determinado de estudio.

CONCLUSIONES

La participación de las comunidades académicas con el sector oficial del turismo ha servido para dar apoyo científico a los discursos desarrollistas y de prosperidad económica y social que en realidad no tienen el impacto real esperado en las comunidades donde se implanta el turismo.

La discusión del turismo si es ciencia o disciplina o si no lo es, tiene que ver con el concepto de ciencia del cual se parte para evaluar la producción de su conocimiento.

Los paradigmas del conocimiento del turismo en realidad se limitan a unos cuantos enfoques disciplinarios que profundizan en ciertas teorías, modelos y conceptos generales, dando lugar a la incredulidad de investigadores de que el turismo pueda desarrollarse como una disciplina distinta.

El problema del debate científico y disciplinario del turismo se agrava con las visiones neofuncionalistas y posmodernistas que operan como modelos macrodescriptivos de la sociedad eximiendo el análisis de los problemas del hombre por considerarlos sumamente complejos.

La epistemología crítica del turismo implica una actitud de enjuiciamiento, reflexión, método y conocimiento orientado a transformar la realidad, no a mantenerla en equilibrio.

Es necesario deslindar a la epistemología como una rama de la filosofía (de la ciencia) que deviene positivista para normar la producción de conocimientos, por una que implica reflexión filosófica en sí misma y, que como discurso filosófico-pragmático, en su discurrir produce sentidos y significados nuevos a los que les interesa la transformación de la realidad.

La universidad debe cultivar y fomentar la crítica en sus educandos como una actitud intelectual tendiente a evaluar, enjuiciar y reflexionar no solo la estructura y consistencia de los razonamientos, sino el cambio en la realidad.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Diccionario de filosofía. FCE. México, 1963.

ADORNO, Theodor. La disputa del positivismo en la sociología alemana. Ed. Grijalbo. Barcelona- México, 1973.

ALCADE INCHAUSTI, A. Prólogo a Pulido, A.: Introducción a un análisis econométrico del turismo Cuadernos Monográficos del Instituto de Estudios Turísticos. Madrid, 1967.

ALEXANDER, Jeffrey; COLOMY, Paul. Differentiation Theory and Social Change. Comparative and Historical Perspectives. Columbia University Press. New York, 1990.

ALIAGA ROSELLO, Manuel. Metateoría y sociología contemporánea. 2011. En: <http://www.monografias.com/trabajos11/metateo/metateo.shtml>

ARAMBERRI, Julio. "El paraíso...¿perdido? Sobre algunas algunas teorías del turismo". Revista Estudios Turísticos. Instituto Español de Turismo. No. 80. Pp. 77-93, 1983.

BIGNÉ-ALCAÑIZ, J. Enrique; AULET, Xavier Font; SIMÓ, Luisa Andreu. Marketing de destinos turísticos: análisis y estrategias de desarrollo. ESIC Editorial. España, 2000.

BLANCHÉ, Robert. La epistemología. Ed. Oikos-Tau. Barcelona, 1973.

BOORSTIN, Daniel Joseph. The image: A guide to pseudo-events in America. Herper & Row. New York, 1964.

CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. "Implicaciones epistemológicas en la investigación turística". Estudios y Perspectivas en Turismo. Volumen 20 (2011) pp. 384 – 403. CIET. Argentina, 2011.

CASTILLO NECHAR, Marcelino; TOMILLO NOGUERO, Félix; GARCIA GÓMEZ, Francisco José. Principales tendencias de la investigación turística en España y Europa. Universidad Europea Miguel de Cervantes. Valladolid, España, 2010.

COHEN, Erik. "Toward a Sociology of International Tourism". Social Research. Vol. 39, no. 1, 1972.

COHEN, Erik. "Who is a Tourist. A Conceptual Clarification". The Sociological Review. Vol. 22, no. 4, 1974.

COHEN, Erik. "Rethinking the sociology of Tourism". Annals of Tourism Research. Jan/Mar, vol. 6, no. 1, 1979.

COOPER, Chris; SHEPHERD, Rebecca; WESTLAKE, John. Tourism and hospitality education. University of Surrey. Guildford, 1994.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. "La epistemología crítica y el concepto de configuración". Revista Mexicana de Sociología. Vol. 63, No. 1 (Jan. - Mar., 2001), pp. 109-127, 2001.

DEFER, P. P. Quèques Referents Històrics de Turisme Modern. AIEST Editions Gurten. Berna, 1966.

ECHTNER, Charlotte M.; JAMAL, Tazim B. The disciplinary dilemma of tourism studies. In "Annals of Tourism Research". Vol 4. N° 24, pp. 868-883. Pergamon-Elsevier. London, 1997.

FERNÁNDEZ FÚSTER, L. "Teoría y técnica del turismo". Tomo I. Editora Nacional. Madrid, España, 1978.

FEYRABEND, Paul. Tratado contra el método. Esquema de una teoría anarquista del conocimiento. Ed. Tecnós. Madrid, 2000.

FOULQUIÉ, Paul; SAINT-JEAN, Raymond. Dictionnaire de la langue philosophique. Presses Universitaires de France. Paris, 1962.

GRABURN, Nelson H. Ethnic and Tourist Arts. Cultural Expression from the Fourth World. Berkely. University of California Press, 1976.

GREENWOOD, David. "Tourism as an Agent of Change. A Spanish Basque Case". *Ethnology*. 11:80-91, 1972.

HERNÁNDEZ, E.; RETREPO, F. La llave del griego. Ed. Herder. Barcelona, 1959.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Dialéctica de la Ilustración: fragmentos filosóficos. Ed. Trotta. Madrid, 2009.

HORKHEIMER, Max. Teoría tradicional y teoría crítica. Ed. Paidós. Barcelona, 2000.

JAFARI, J. Enciclopedia del turismo Síntesis. Madrid, 2001.

JOVICIC, Z. Pou et contre la tourismologie comme discipline scientifique distincte. En : Le bilan des dernières 25 ans de la recherche touristique. AIEST. St. Gall. Edition Gurten. Berna, 1975.

KNEBEL, Hans Joachim. Sociología del turismo. Cambios estructurales en el turismo moderno. Editorial Hispano Europea. Madrid, 1969.

KOTLER, P; BOWEN, J; MAKENS, J. Mercadotecnia para turismo y hotelería. Prentice Hispanoamericana. México/Nueva York, 1997.

KOTLER, P. Dirección de Mercadotecnia. Prentice Hall Hispanoamericana, S.A. México, 1993.

KRIPPENDORF, J. Marketing et Tourisme. Universidad de Berna. Herbert Lang. Berna, 1971.

KUHN, Thomas. La estructura de las revoluciones científicas. F.C.E., México, 2006.

LEIPER, Neil. Towards a cohesive curriculum in tourism: the case for a distinct discipline. In "Annals of Tourism Research". Vol. 8, pp. 69-84. Pergamon-Elsevier, London, 1981.

LEIPER, Neil. An emerging discipline. *Annals of Tourism Research*. Volume 27, Issue 3, July 2000, Pages 805-809, 2000.

LEIPER, Neil. An emerging discipline. In "Annals of Tourism Research". Vol. 27. Nº 3, pp. 805-809. Pergamon-Elsevier. London, 2000.

LÓPEZ BOLILLA, Jesús Manuel; LÓPEZ BONILLA, Luis Miguel. Evolución y perspectivas del enfoque interdisciplinario en el estudio del turismo. En "Estudios Turísticos". Nº 160, pp. 31-44. Instituto de Estudios Turísticos. Madrid, 2004.

LUNDBERG, D. E. El Negocio del Turismo. ED. Diana. México, 1977.

MACCANNELL, Dean. "Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourism Settings". American Journal of Sociology. V. 70, n. 3. Pp. 589-603, 1973.

MARDONES, José María. Filosofía de las ciencias humanas y sociales: materiales para una fundamentación científica. Anthropos. Barcelona, 2001.

MCINTOSH, R.; GUPTA, S. Tourism Principles, Practices, Philosophies. Grid Publishing, Inc. Columbus. Ohio, 1980.

MIGUÉLEZ, Roberto. Epistemología y ciencias sociales y humanas. Centro de Investigaciones de filosofía de la ciencia y del lenguaje. UNAM. México, 1977.

MUÑOZ DE ESCALONA, Francisco. "Los dos caudales". Boletín Turístico. 2010. En: <http://www.boletin-turistico.com/component/k2/item/1929-los-dos-caudales-delturismo?tmpl=component&print=1>.

MUÑOZ DE ESCALONA, Francisco: "El turismo como objeto de conocimiento" en Contribuciones a la Economía, noviembre 2004. Texto completo en <<http://www.eumed.net/ce/>>.

POPPER, Karl. La lógica de la investigación científica. Ed. Tecnos. Madrid, 1973.

POPPER, Karl. Búsqueda sin término: una autobiografía intelectual. Ed. Tecnós. Madrid, 2007.

PORTER, M. Estrategia competitiva. CECSA, México, 1993.

RITCHIE B.; GEOFFREY, Crouch. The Competitive Destination- A Sustainable Perspective. Cabi Publishing. Wallingford. Oxon. United Kingdom, 2003.

RUNES, Dagobert D. Diccionario de Filosofía. Ed. Grijalbo. México, 1981.

SILVA ALCAGUER, Luis Carlos. "Apuntes sobre la búsqueda de una epistemología sin imposturas". Revista Cubana de Salud Pública. Julio-septiembre, año/vol. 30, número 003. Sociedad Cubana de Administración de la Salud. La Habana, Cuba, 2005.

SMITH, Valene L. Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism. Baltimore. University of Pennsylvania Press, 1977.

TRIBE, John. "The Indiscipline of Tourism". *Annals of Tourism Research*. Vol. 24, No. 3, pp. 638-457, 1997.

TRIBE, John. "Tribes, Territories And Networks In The Tourism Academy". *Annals of Tourism Research*. Vol. 37, No. 1, pp. 7-33, 2010. Pergamon. Great Britain, 2009.

TURNER, Louis & Ash, John. *The Golden Hordes*. London, Constable. Trad. (1991). *La horda dorada*. Endymion. Madrid, 1975.

VERNEAUX, Roger. *Epistemología general o crítica del conocimiento*. Ed Herder. Barcelona, 1967. YOUNG, George. *Tourism: Blessing or Blight*. Harmondsworth. Penguin Books, 1973.

CAPÍTULO 6

POR UMA VISÃO CRÍTICA NOS ESTUDOS TURÍSTICOS¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da observação de que os estudos turísticos estão passando por uma revisão das teorias até então desenvolvidas, e novas propostas têm sido criadas nos últimos anos. Tal fato pode ser facilmente verificado nos trabalhos de inúmeros autores, entre eles MacCannell (2011), Tribe (2007, 2010), Holden (2011), Ateljevic, Pritchard e Morgan (2007), Conde Gaxiola (2008), Castillo Nechar e Lozano Cortés (2006).

Para a compreensão do complexo fenômeno turístico, ou ao menos a tentativa de sua compreensão, análises positivistas, sistêmicas, fenomenológicas, marxistas, hermenêuticas, anarquistas, entre outras, têm sido construídas. Conceitos filosóficos, sociais e antropológicos, tais como, fenomenologia, pós-modernidade, hipermodernidade, mobilidade, são revisados e atualizados, gerando uma profusão de novos conhecimentos e novas abordagens teóricas, que podem confundir até o mais experiente pesquisador.

Porém, nem toda abordagem produz conhecimentos sólidos – e com um mínimo de “vida útil” – que servem de base para novas pesquisas. Concordamos, nesse ponto, com MacCannell (2011), quando afirma que “a pesquisa em turismo não conseguiu construir marcos conceituais estáveis” (p.35) e que “nenhuma teoria é tão avançada para ter o poder de situar e dar sentido e significado a um crescente número de observações” (p.36).

A análise tradicional do turismo, predominantemente positivista, está focada nos impactos do turismo, nos turistas, nas relações entre turistas e pessoas do local, no funcionamento do “sistema turístico” e nas consequências do

1 Artigo originalmente publicado em: PANOSSO NETTO, Alexandre; TOMILLO NOGUERO, Félix; JAGER, Margret. Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. *Revista Turismo em Análise*, v. 22, p 539-560, 2011. Reproduzido com autorização dos autores e da revista.

fenômeno (APOSTOLOPOULOS, 2005; CASTILLO NECHAR e PANOSSO NETTO, 2010). Poucas vezes temas mais modernos são discutidos nas pesquisas, tais como: o valor do turismo; o seu significado desde tempos imemorráveis e para a atualidade; a necessidade dos deslocamentos; o que significa estar em viagem; e qual o significado das viagens. Essas são questões fundamentais para a visão crítica da área, porém ainda não são abordadas com a seriedade necessária.

Outro problema identificado é a centralização, na atualidade, das publicações em turismo em idioma inglês, e os pesquisadores que têm esse idioma como materno desconsideram publicações em outros idiomas, com algumas poucas exceções. Sobre isso, Dann e Parrinello (2009) e Dann (2011) expuseram, de forma veemente, esse viés linguístico e científico caracterizado pela hegemonia da lógica anglo-saxônica.

Não se trata de negar a importância da produção acadêmico-científica publicada em inglês como ferramenta de divulgação da ciência, mas sim de rejeitar a visão de que somente publicações nesse idioma são importantes e válidas; ou que publicações em inglês seriam superiores em qualidade às publicações em outros idiomas. Além disso, conforme apontam Panosso Netto e Tomillo Noguero (2011, inédito), o idioma “mãe” do conhecimento turístico, ao menos no mundo Ocidental, é o alemão, ao qual se somam importantes estudos de fins do século XIX, publicados principalmente em polonês, francês, espanhol e italiano. O inglês, portanto, não está substancialmente representado na origem dos primeiros conhecimentos teóricos do turismo.

A omissão dos autores e obras não anglófonas não é uma constante histórica, mas sim algo esporádico, próprio de nosso tempo². A geração intelectual de fins do século XIX e princípios do XX, tanto a que escrevia em inglês como a que utilizava outras línguas europeias, fez frente a uma das fases mais cruciais da história ocidental (aquilo que os anglo-saxões costumam chamar de *turning point*), com uma reorientação crítica e criativa do pensamento que produziu um novo mundo científico e filosófico que ainda

2 Consideramos que os anglófonos tendem a redefinir a realidade, adaptando-a a seus interesses e vontades. Segundo a redefinição dos EUA, eles são mais que uma parte da América do Norte, são “toda a América”. Os EUA vêm utilizando o nome “América” e, com isso, arrebatando a condição de americanos dos demais países e cidadãos do continente de Colombo.

hoje segue, tomando-se, em certas ocasiões, como referência. Foi a resposta a uma crise que afetava ao mesmo tempo a todos os campos da investigação. Naqueles dias, homens ilustrados desafiavam o sentimento de decadência da civilização ocidental e geravam a racionalidade moderna que levou da crise à revolução dos fundamentos, ou seja, a destruição das pedras angulares da epistemologia que haviam construído a episteme clássica: von Ranke, Marx, Mendel, Taine, Pasteur, Burckhardt, Nietzsche, Mommsen, Boltzmann, Dilthey, Koch, Mendeléyev, Poincaré, Hittorf, Dedekind, Mach, Durkheim, Weber, Kropotkin, Pareto, Röntgen, Pirenne, Ramón e Cajal, Marie Curie, Spengler, Husserl, Freud, Gaetano Mosca, Hazard, Huizinga, Planck, Einstein, Pannekoek, Bohr, Born, Schrödinger, Heisenberg, Camus, Adorno, Heidegger, Lacan, von Mises, von Hayek e demais membros de uma plêiade que não tinha o inglês como língua materna.

Por sua vez, no lado dos anglófonos, distintos sábios fizeram o mesmo, e não tiveram inconveniente algum em beber nas fontes alemãs, francesas, italianas, espanholas, portuguesas, polonesas, russas, neerlandesas, entre outras. A literatura científica e tecnológica em inglês, do final do século XIX e início do XX, acumula um acervo menos numeroso. Alguns inventores não publicaram, como é o caso de Morse, Edison, Westinghouse, Bell e Eastman. Por isso, a lista dos autores de publicações importantes é menor: Darwin, Lord Kelvin, F. W. Aston, E. B. Titchener, J. B. Watson, B. F. Skinner, W. E. B. du Bois, G. H. Mead, H. G. Blumer, Parsons, Boas (germano-estadunidense), J. R. Oppenheimer, Tansley, C. D. Anderson, R. E. Franklin, E. O. Lawrence, Keynes, Friedman, Pauling e outros poucos mais.

Na atualidade, a negligência do anglo-saxão vai tão longe, a ponto de os estudos estarem mais focados nos países anglo-saxões (essa parece ser a regra, mas há grupos, universidades e pesquisadores isolados que pesquisam destinos chamados “periféricos”, tais como Tailândia, Costa Rica, México, Marrocos, Egito e Vietnã) e atribuir-se inovações e descobrimentos que outros científicos ou filósofos já alcançaram antes. Essa atitude será mantida dentro de 20 ou 30 anos? Estaria o chinês a ponto de converter-se em língua franca no prazo de uma ou duas gerações? Continuarão os países “colonizados” incorporando anglicismos, danosos para a linguagem, sem

que sejam absolutamente necessários? Entre os não anglófonos cresce o número de jornalistas, literatos e cientistas que incorporam, desnecessariamente, termos ingleses, por terem caído na estupefação, ou para presumir ou vangloriar-se de estar “ao dia”, sem perceberem que isso empobrece a sua língua materna. Como exemplo, está a última novidade: à crise econômica internacional, à moratória, à suspensão dos pagamentos internos e externos, à quebra, que insistem em chamar de “*default*”. Mas isso não é o mais drástico, pois cada vez mais a degeneração não somente afeta o léxico, mas também a sintaxe, com a qual se pode estar arruinando a base da gramática nativa; assim, o modo subjuntivo, faz tempo, entrou em vias de extinção em alguns idiomas, como, por exemplo o espanhol, e o mesmo está ocorrendo com o modo condicional em francês, italiano e novamente no espanhol.

Tais considerações trazem o entendimento de que algumas das teorias de turismo, que são consideradas criação do mundo anglo-saxão após a década de 1970, têm, na realidade, seu nascimento em outros idiomas. Suas origens estão em autores alemães, suíços, austríacos, franceses, italianos, neerlandeses, bielorrussos da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e outros, que publicaram primeiro em suas línguas maternas. Ilustrando essa explicação, está o Quadro 1, que apresenta: a) alguns temas da sociologia do turismo; b) autores considerados como “criadores da teoria”, ou seus maiores divulgadores, e; c) autores que primeiro escreveram sobre o assunto. O quadro foi inspirado na discussão feita por Dann (2011) e aqui segue ampliado e modificado.

Quadro 1- Origens de algumas teorias de turismo

Tema da teoria: <i>Autenticidade</i>	“Criadores da teoria”	*Dean MacCannell (<i>The Tourist</i> , 1976). *Nelson Graburn (<i>Tourism, the sacred journey</i> , 1977).
	Origem da teoria	*Émile Durkheim (<i>Les Règles de la Méthode Sociologique</i> , 1894; <i>Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse</i> , 1912). *Hans Magnus Enzensberger (<i>Verglebliche Brandung der Ferne: Eine Theorie des Tourismus</i> , 1958). *Gabriel Marcel. (<i>Homo viator: prolégomènes à une métaphysique de l'espérance</i> , 1945).

Tema da teoria: <i>Estrangeiro-residente</i>	“Criador da Teoria”	*Erick Cohen (<i>A Phenomenology of Tourist Experience</i> , 1979).
	Origem da teoria	*Georg Simmel (<i>Exkurs über den Fremden</i> , 1908). *Artur Bormann (<i>Die Lehre vom Fremdenverkehr</i> , 1931). *Robert Glücksmann (<i>Fremdenverkehrskund</i> , 1935). *Leopold Von Wiese (<i>Allgemeine Soziologie als Lehre von den Beziehungen und Beziehungsgebilden der Mensch</i> , 1924; <i>Fremdenverkehr als zwischenmenschliche Beziehungen</i> , 1930). *Hans Joachim Knebel (<i>Soziologische Strukturwandlungen im Modernen Tourismus</i> , 1960).
Tema da teoria: <i>Ludicidade-jogo</i>	“Criadores da teoria”	*James W. Lett (<i>Ludic and Liminoid Aspects of Charter Yacht Tourism in the Caribbea</i> , 1983). *John Urry (<i>The Tourist Gaze</i> , 1990).
	Origem da teoria	*Johan Huizinga (<i>Homo Ludens: proeve eener bepaling van het spel-element der cultuur</i> , 1938). *Michael Foucault (<i>Naissance de la clinique. Une archéologie du regard médical</i> , 1963). *Jean Baudrillard (<i>La consommation des signes</i> , 1972; <i>Simulacres et simulation</i> , 1981). *Pierre Bourdieu (<i>La distinction: Critique sociale du jugement</i> , 1979). *Umberto Eco (<i>Il costume di casa</i> , 1973; <i>Sette anni di desiderio</i> , 1983).
Tema da teoria: <i>Construtivismo</i>	“Criadores da teoria”	*Edward M. Bruner (<i>Abraham Lincoln as authentic reproduction: a critique of postmodernism</i> , 1994). *Keith Hollinshead (<i>The truth about Texas: a naturalistic study of the construction of heritage</i> , 1993).
	Origem da teoria	*Alfred Schütz (<i>Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt: eine Einleitung in die verstehende Soziologie</i> , 1932). *Lev Semionovich Vygotsky (Numerosa obra. Desde <i>Pedagogicheskaja psikhologia</i> , 1926; até <i>Umstvennoje razvitie detei v protsesse obuchenia</i> , 1935, obra póstuma). *Jean Piaget (<i>Le langage et la pensée chez l'enfant</i> , 1923; <i>Introduction à l'épistémologie génétique</i> [em três volumes], 1950).

Fonte: Elaborado por Panosso Netto e Tomillo Noguero (2011, inédito), a partir de Dann (2011).

Outra crítica geral diz respeito aos estudos de caso. Desde os últimos 25 anos, a investigação turística tem tendência – ao menos na literatura ocidental – a centrar-se de modo preferencial nos aspectos particulares de uma realidade determinada temporal e espacialmente, o que se plasma na abundância de estudos de caso, em forma de monografia ou em forma de publicações mistas. Os estudos de casos em si mesmos são ferramentas da construção do conhecimento e, portanto, não devem ser em princípio rejeitados, senão justamente o contrário. Mas existem investigadores que convertem seus estudos de caso não em um método de investigação que recorre à experiência como via para a transmissão do conhecimento, que é o que são realmente, mas em investigação mesma, transcendendo assim ao que este é intrinsecamente. Ou seja, é atribuído ao estudo de caso uma característica e um papel que ele não tem.

Mas, nesse tema, há outra disfunção, quando estudiosos de casos, alicerçados em posições empiristas (que são contrárias a toda não apriorística e a todo conceito universal e absoluto, motivo pelo qual nunca conduzem a uma definição coerente), tentam elaborar teorias ou conhecimentos especulativos, considerados com independência de sua aplicação prática, ou formular leis que sirvam para relacionar uma ordem concreta de fenômenos, ou aplicar suas conclusões a toda turismologia ou teorologia³. Tomillo Noguero (2008) opina que esse desvio nos objetivos ou nos fins científicos dos estudos de casos mencionados oferece conotações com o relativismo, filosofia imperante contra a qual se lançou valentemente o metodólogo Mario Bunge. Hoje são muitos os cientistas e homens simples que percebem, ao contrário de Bunge, que a realidade não tem substrato permanente e consiste – segundo eles – na relação dos fenômenos, que são o objeto do conhecimento humano.

1. A CRISE

A teoria do turismo, se é que existe uma que se possa identificar como original – ou mesmo como “teoria DO turismo” (“do” em maiúsculas mesmo!) –, encontra-se em um momento crucial e delicado, pois existe uma

3 Stafford (1985), para quem o termo teorologia designa a ciência do turismo, entende que o processo e a coerência da teorologia não podem brotar dos estudos de caso, senão da confecção e refinamento dos paradigmas que orientam as investigações científicas.

crise e crítica do conhecimento de forma geral. A visão não é de pessimismo, mas de realidade. Os 4 momentos principais da crise, identificados neste estudo, são:

1. Crise da universidade
2. Crise na filosofia
3. Crise dos valores culturais, humanos, morais e éticos
4. Crise dos valores históricos

1.1 Crise da universidade

A universidade, lugar de excelência da produção do conhecimento científico, está em crise, como já apontava Santos (2004). Segundo esse autor, a crise tem três aspectos:

- a) A crise da hegemonia – a universidade não é mais hegemônica na produção do conhecimento.
- b) A crise da legitimidade – a universidade deixa de ser uma “instituição consensual”.
- c) A crise institucional – resultado da contradição entre buscar seus valores e objetivos e a pressão por critérios de eficácia e de produtividade.

De acordo com as três crises acima e ainda na esteira do pensamento de Santos (2004), percebe-se que a crise universitária é também política e econômica, não somente acadêmica. Para o Estado, a universidade não é prioridade, o que leva à descapitalização do sistema de ensino superior público e consequente perda de autonomia universitária, resultando em crise institucional, perda de cérebros, decadência do ensino, pesquisa medíocre etc. Essa crise universitária é provável que se reflita em todas as áreas universitárias e campos de conhecimento, inclusive no turismo e temáticas afins.

Como exemplo, há o fato de que tanto na Europa como na Ibero América, vários governos estão elevando as taxas, ou preços, do ensino universitário, ainda que estejam suavizando essa elevação com a oferta de

bolsas de estudos e financiamentos ao estudante, a fim de que ele pague o custo real e não seja um privilegiado, cuja formação é paga por todos os cidadãos por meio dos impostos.

1.2 Crise na filosofia

A crise filosófica tem a ver com a crise das ciências em geral. O que ocorre é uma desvalorização da filosofia, mas ela continua importante.⁴ A crise é a da razão, que hoje é alimentada pelo valor supremo da “técnica” (não se vê nada além da tecnologia que “muda” nossas vidas). Crê-se, de modo geral, que a técnica pode responder a todos os problemas. Mas isso não ocorre, pois o homem é feito também de valores humanos, idealistas, emotivos, filosóficos, que lhe são negados pela valorização extrema da razão utilitária. Isso significa um descrédito da filosofia.

Essa falta de visão, de dedicação, de “amor” ao conhecimento – valor supremo da filosofia – leva o pensar rapidamente à esterilidade da criatividade, à falta da compreensão das teorias filosóficas, à falta de teorização, de pensamento crítico, profundo, coerente e lógico. Consequentemente, sua aplicação no mundo prático não ocorre. Os valores iluministas da reflexão, da razão e da lógica são olvidados, ou trocados, por valores menores do mundo, tais quais: a indiferença, a desfaçatez, o egoísmo e a alienação (PANOSSO NETTO, 2011).

1.3 Crise dos valores culturais, humanos, morais e éticos

Essa crise, diz-se, nasce na modernidade e chega até os dias atuais com força. A cultura torna-se um produto para ser vendido; o ser humano perde seu valor como pessoa e vale somente o que produz; a perda dos limites morais e éticos limita as relações humanas verdadeiras e dificulta o

4 Alguns abusos de filósofos pós-modernos foram denunciados no livro *Imposturas intelectuales*, por Sokal e Bricmont (1999). O original deste livro é de 1998. O “caso Sokal”, como ficou conhecido, origina-se na publicação do artigo “Transgressing the boundaries: towards a transformative hermeneutics of Quantum Gravity. *Social Text*, vol. 46-47, primavera-verão, 1996, p. 217-252. Porém, Sokal e Bricmont também foram “denunciados” por seus supostos abusos no livro *Imposturas Científicas*, coordenado por Baudouin Jurdant (2003).

estabelecimento de vínculos criativos. Tudo passa a ser permitido, pois não há parâmetros claros estabelecidos e, quando existem, faz-se de conta que não são importantes. Isso ocorre não somente na sociedade civil, mas também nas autoridades governamentais e nas instituições públicas colegiadas, que dão um péssimo exemplo.

Tais elementos críticos já foram bem discutidos por Bermann (1986), que se debruçou a esmiuçar o termo, o significado e a crise da modernidade; e por Lipovetsky (2005), que brada que vivemos na “sociedade do vazio”, ou “sociedade do espetáculo”. Sobre isso, Trigo também apresenta uma posição:

O desenvolvimento intelectual, material e social do ser humano não foi acompanhado de avanços correspondentes nas áreas de moral e ética. O progresso tecnológico não é para todos; as sociedades de bem-estar social não atingiram a maioria das pessoas e hoje enfrentam resistências, graças às crises estruturais mais recentes (2008-2009). As promessas de um mundo mais justo e feliz foram limitadas e não aplacaram os ódios étnicos, de classe, entre religiões e grupos que se fecham na estupidez de seus fundamentalismos, apegando-se a dogmas espúrios e negligenciando a possibilidade de uma crítica racional que favoreça as sociedades pluralistas e democráticas (TRIGO, 2011, p.16).

Essa limitação se reflete nos estudos turísticos a partir do momento que se assume o turismo como um fenômeno puramente econômico e se esquece de que as relações sociais, culturais, ambientais etc. são fatores fundantes deste mesmo fenômeno. A visão estreita – de que o turismo é puramente economia – é um limitador no desenvolvimento das teorias atuais e na própria prática de um turismo mais justo e responsável.

1.4 Perda dos valores históricos

Em poucas áreas do conhecimento humano se observa tamanha falta de visão histórica do conhecimento produzido quanto na área do turismo. Percebe-se a carência de referência aos clássicos do turismo da década de

1930 – e até anteriores – nos estudos publicados atualmente. Conforme apontam Panosso Netto e Tomillo Noguero (2011), as obras de Guyer-Freuler (1874), Damm-Etienne (1910), Schullern zu Schrattenhofen (1911), Stradner (1917), Mariotti (1923), Morgenroth (1927), Grünthal (1934), Glücksmann (1935), Poser (1939) e outros estudos já identificados, que vão da segunda metade do século XIX até princípios da II Guerra Mundial, não estão sendo considerados na atualidade⁵.

Os pesquisadores em turismo parecem não considerar os tempos históricos – geográfico, social e individual – que já dizia Braudel⁶ (1995 [1949]); talvez por falta de conhecimentos, talvez por ignorância, talvez por desprezo. Não há um corpo teórico de conhecimentos que se configure como uma linha de saberes que avança ou que se refaz após refutações (não importa se o fundamento aqui seja Kuhniano ou Popperiano). Isso tudo leva a crer que estamos tornando-nos a-históricos, pois o que foi escrito ontem parece não importar.

Os primeiros documentos referentes ao conhecimento técnico-científico-filosófico em turismo começaram a ser produzidos, de forma esporádica, na Itália, Suíça, Áustria e Alemanha, na primeira metade do século XIX, e ganharam corpo antes mesmo de 1900. Essa visão vai contra a posição dos autores atuais, quando afirmam que o conhecimento turístico foi criado pouco antes da Segunda Guerra Mundial, por volta da década de 1930.

Com essa lacuna na história, ou falta de memória coletiva em turismo, não ocorre o acúmulo de conhecimentos, não há espaço para a crítica e para a análise, e a todo o momento são divulgados eventos como sendo o “primeiro congresso de turismo de-do-sobre...”. Vejam-se alguns exemplos pontuais de tal descaso:

5 Exceção seja feita à excelente obra organizada por Dann e Parrinello (2009).

6 Fernand Braudel é autor da clássica obra “O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na época de Filipe II” (1949). Nesta obra, sua tese de doutoramento defendida em 1947, apresenta uma nova concepção do tempo histórico, criada a partir de suas próprias investigações. Em sua teoria, o tempo histórico está dividido em três ritmos: 1) um ritmo quase imóvel – geográfico – vindo das relações dos homens com o seu ambiente; 2) um ritmo lento – social – originado das relações das sociedades, dos estados, das economias, das civilizações; 3) um ritmo tradicional – individual – originado nos acontecimentos individuais.

- Não há relatos ou estudos sobre os primeiros congressos de turismo, tal como os que ocorreram em Graz, no Império Austro-Húngaro, cidade que hoje pertence à Áustria, em abril de 1884, e em setembro de 1894 (PANOSSO NETTO e TOMILLO NOGUERO, 2011).
- Sequer há uma “revisita” ou mesmo uma “visita” aos estudos de economia do turismo de Angelo Mariotti, que introduziu a disciplina economia do turismo na Universidade de Roma no período de 1925 a 1929.
- Falta releitura do célebre texto de Schullern zu Schrattenhofen (1911), que viu o turismo como fenômeno social, apontando e discutindo não só sobre seus inúmeros impactos positivos (que já eram bem conhecidos), mas também sobre seus impactos negativos, inclusive sociais.
- Não há uma discussão sobre a obra de Glücksmann (1917, 1935, por exemplo) que buscava a criação de “uma ciência turística” por meio de seu “esquema das causas do turismo” (GLÜCKSMANN, 1935, p.12), inclusive amparado por seus colegas de trabalho e colaboradores do *Forschungsinstituts für den Fremdenverkehr* (Instituto de Pesquisa para o Turismo) de Berlim, entre eles os esquecidos Maximilian Klafkowski e Adolf Grünthal.

A lista de “esquecimentos” poderia ser mais longa, se assim fosse necessário. Aliás, toda a discussão sobre o estudo do turismo ser ou não ser uma ciência já era feita por Glücksmann (1935) e seu grupo. Infelizmente, alguns pesquisadores atuais, um pouco desavisados, acreditam que essa discussão surgiu no turismo com os estudos de Neil Leiper (1979) e Jafar Jafari (1994), ou até mesmo com publicações mais recentes, como a de Tribe (1997).

Os problemas apontados também se refletem, em maior ou menor grau, em outras áreas, porém, no turismo, eles aumentam, pois estão sob as lentes de outros problemas específicos, tais como:

- Indefinições conceituais – a área, por pura deficiência de seus investigadores, apresenta uma confusão de termos que não são

padronizados e dependem da realidade em que estão sendo aplicados. Assim, no idioma alemão, não é possível falar em “turismo rural”, pois a modalidade não existe nos padrões que foi desenvolvida no Brasil, por exemplo. Já o termo “turismo de habitação” será bem aplicado em Portugal, mas não no Brasil, pois o conceito, ao transpor o Atlântico, modifica sua semântica.

- Fragmentação do conhecimento produzido – por trabalharem de forma isolada, mesmo dentro de seus grupos de pesquisa, e por focarem suas investigações somente a partir de uma disciplina principal (economia, estatística, por exemplo), os pesquisadores fragmentam e não criam pontes entre os saberes turísticos produzidos.
- Preconceito de pesquisadores de outros campos de estudo – mesmo sendo velado, existe certo preconceito e desprezo de pesquisadores de outras áreas, que são consideradas mais fundamentais. Parece ser vergonhoso se preocupar em estudar o turismo e todos os elementos relacionados a ele, tais como o entretenimento, a recreação, o lazer, o tempo livre, o ócio etc.
- Sem historicidade – conforme apresentado anteriormente, a curta memória e a falta de retomada dos estudos antigos de turismo leva a criar “um campo de estudos sem passado”, como se todo o conhecimento turístico fosse novo, atual.
- Fraqueza na sustentação de argumentos – os problemas e fraquezas destacados levam a formação de pesquisadores e de profissionais a ter uma fundamentação teórica baixa e pobre. Com essas características, não é possível a abstração para a criação de argumentos práticos e teóricos sustentáveis.

2 OUTRAS RELAÇÕES

Um argumento contrário ao que aqui está exposto pode ser “isso é muito teórico” ou “a teoria na prática é outra” etc. Somente os de formação

teórica pobre podem ter este argumento, pois os problemas teóricos do turismo, que não são poucos, conforme apontado anteriormente, podem se refletir na resolução das questões práticas da área.

Exemplo disso é a necessidade de o turismo ser de fato autossustentável, em suas várias vertentes (cultural, ambiental, social, econômica). Como saber se é ou não autossustentável se não houver um estudo teórico?

Além do problema da sustentabilidade, que sem a ajuda da teoria não será respondido, ainda existem outros inúmeros problemas que se colocam “ao turismo prático” e que esperam abordagens teóricas consistentes para serem solucionados, tais como: ser mais acessível (em todos os sentidos); ser inclusivo; ser ético; ser mais humano e menos comercial; ser inovador; ajudar na redução do aquecimento global; superar os problemas do turismo de massa; transpor os problemas da supersegmentação dos mercados; modelos de governança, entre outros.

Dos problemas práticos colocados, ainda surgem outros, como bem apontou Holden (2011), que se colocam como novos temas que clamam por soluções e que preocupam os cientistas sociais do turismo:

- O reconhecimento do valor do paradigma interpretativo e abordagens participativas nas pesquisas em turismo;
- Pluralidade de vozes – um movimento para além do mundo anglo-saxão;
- Conceitualização dos temas de “identidade”, “cidadania” e “mobilidade”;
- Pluralidade de publicações – reconhecimento da pesquisa em turismo pelas ciências sociais no mundo que não fala o idioma inglês;
- Hegemonia e poder;
- Turismo responsável, aviação, financiamento de micronegócios;
- Gestão ética ambiental, imperialismo ecológico;
- Economia verde e desenvolvimento sustentável;
- Filantropia e turismo voluntariado;

- *Millennium Development Goals* (MDG's – veja <http://www.un.org/millenniumgoals/>), redução da pobreza, gênero, *Sustainable Tourism for Eliminating Poverty* – ST-EP (veja <http://www.unwtostep.org/>);
- Direitos iguais em turismo: emprego, gênero, turismo gay, racismo, turismo social;
- Bem estar e saúde, turismo médico;
- Destruir o processo da dualidade do turismo:
Lutar contra a pobreza ou divulgar uma economia desigual.
Destruir a cultura ou renovar o orgulho cultural.
Natureza destrutiva ou ferramenta de conservação.
Escapismo ou autenticidade.
Empoderamento feminino ou exploração.

Portanto, a universidade seria (é?) o lugar privilegiado para a solução de tal imbróglio teórico e prático. Por ser o lugar do pensamento crítico, também deveria ser o lugar da criatividade; o lugar da imaginação, do entusiasmo; o lugar da liberdade de ação, da atuação, da reflexão; o lugar do intelectual; o lugar em que há que há espaço para a transgressão; o lugar do diferente, do novo, do excepcional, do maravilhoso, do admirável; o lugar que, olhando para fora de si, pode oferecer uma resposta à sociedade e aos seus problemas.

Deve-se, então, nesse espaço privilegiado, buscar a pesquisa engajada, não aquela que só serve para uma linha do Currículo Lattes (<http://lattes.cnpq.br/> - é o sistema oficial de currículos do Brasil). Deve-se, ali, formar alunos que tenham senso crítico, criatividade, capacidade de trabalho em grupo, ética e possibilidade de inovação. Seria o espaço da *Serendipity*⁷. A universidade operacional, que treina e adestra, deve ser rejeitada. É fato que grande parte dos conhecimentos acadêmicos, adquiridos na universidade, não será mais válida quando dela o estudante sair. Daí é que está a importância da visão crítica e não somente da formação técnica. Por certo,

⁷ O termo refere-se a uma grata descoberta. Encontra-se algo positivo, que não se buscava, por caminhos adversos.

a formação técnica também é fundamental, necessária e bem vinda, mas em outro ambiente de ensino, não na universidade.

Neste sentido, o desenvolvimento de estudos críticos é de valor fundamental para recolocar o turismo e o próprio ser humano no centro do debate, no intuito de reconduzir esse campo intelectual para uma perspectiva mais humana, solidária, sustentável, inclusiva dos grupos minoritários (indígenas, seringueiros e ciganos, por exemplo) ou que seja igualitário entre os gêneros.

3 SER CRÍTICO

A proposta da Teoria Crítica como paradigma de investigação tem suas mais fortes origens na Escola de Frankfurt, com Walter Benjamin, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Max Horkheimer e, mais recentemente, com Jürgen Habermas. Trata-se de uma rejeição ao positivismo e a todas as suas dicotomias, clamando por um engajamento do intelectual com a sua realidade e problemas mais próximos.

Além disso, a Teoria Crítica estará preocupada com as relações de poder e admite a influência do pesquisador na coisa pesquisada – fato que o positivismo nega. A Teoria Crítica assume que valores morais e sociais interferem na maneira de pensar e na forma de construir conhecimentos.

Ser crítico é perceber que a pesquisa pode estar (e está) influenciada por grupos de poder. Pode ser o poder da agência financiadora da investigação, da universidade, dos pré-conceitos e pré-conhecimentos do investigador, do meio social, do objeto pesquisado, do governo etc. Um dos papéis da Teoria Crítica, portanto, é desnudar e mostrar que há inúmeros interesses relacionados com os fins e com os resultados finais de qualquer investigação.

As investigações também estão envoltas em ideologias, mas como as ideologias são amplas e se manifestam nos atos mais simples do dia-a-dia, age-se como se não estivesse sendo influenciado. Ser crítico, neste sentido, é buscar desvelar essa ideologia, escancarar seus objetivos, suas origens e permitir um pensamento o mais livre possível de vieses ideológicos.

Assim, ao se propor a construção de conhecimentos críticos, muito mais do que fazer a crítica ao conhecimento, deve-se saber distinguir entre o que é crítica e o que não é crítica, tal como apresenta Castillo Nechar (2011):

Não é crítica:

- Controvérsia, um desentendimento entre duas visões;
- Gosto que envolve preferências pessoais;
- Atitude de uso diário, como expressão dos defeitos de algo.

É crítica:

- Ter a capacidade de discernir;
- Cultivar um pensamento reflexivo interpretativo e abrangente;
- Ter uma postura intelectual que tenta analisar e avaliar a estrutura e a coerência do raciocínio.

Além da postura crítica proposta por Castillo Nechar (2011), as conclusões do estudo de Holden (2011) propõem outras ações práticas e teóricas, sendo elas (com adaptações dos autores):

- Buscar enfoques reconhecíveis, métodos e premissas na investigação em turismo;
- Avançar no desenvolvimento da plataforma de conhecimento de Jafar Jafari (1994);
- Revisar paradigmas e metodologias – proposta de “uma virada crítica” (ATELJEVIC, PRITCHARD e MORGAN, 2007);
- Definir o papel dos acadêmicos do turismo dentro e fora da comunidade acadêmica;
- Desenvolver teoria do turismo que envolva e seja relevante para a sociedade;
- Comunicar as descobertas a públicos diferentes, incluindo os agentes de poder;
- Encorajar a pluralidade de vozes e a investigação;
- Avançar no ambiente do ensino superior.

Castillo Nechar (2011, não paginado) sugere, para o avanço da ciência em turismo, três ações:

1. Tirar a carga positivista da ciência que tem um interesse pragmático, mecânico-casual e funcionalista;
2. Reconhecer a concepção da ciência e da epistemologia que existe sobre a construção do conhecimento produzido;
3. Compreender o termo ciência, em sua dimensão ampla, a partir do vocábulo *scientia*. (Neste caso refere-se o autor à concepção de *scientia* como conhecimento, prática, doutrina e erudição).

Uma reflexão pode ser feita sobre os investigadores de turismo brasileiros, quando se pergunta até que ponto as suas investigações podem ser transpostas para outras realidades. Podem ser úteis para outros pesquisadores os resultados publicados por autores brasileiros? Pesquisadores brasileiros estão “anteados” com as publicações da área – em outros idiomas – ou só leem o que está em português? O que se faz no Brasil, na universidade, é, de fato, pesquisa turística crítica? Etc.

Dessa forma, para construir tal conhecimento crítico nos estudos turísticos, será necessário basear-se nos valores e alicerces da Filosofia e da Epistemologia. Caso contrário, o conhecimento pouco avançará e ficará limitado às vontades e desejos de grupos “proprietários” do conhecimento turístico. Será um conhecimento raso e sem fundamentos que se sustentem.

Portanto, “talvez o rei esteja nu!” Mas, sem filosofia e sem crítica, pode ser que não se descubra isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo discutiu a importância dos estudos críticos para a construção de uma teoria sólida do turismo, condição fundamental para o desenvolvimento das pesquisas no campo prático. Essas pesquisas buscam alcançar, se não o status de “cientificidade”, a utilização de métodos predominantemente quantitativos, mas que não podem avançar sem esse supedâneo representado pela teoria e pelo conhecimento. Devem estar firmemente alicerçados

na epistemologia e na filosofia, condição indispensável para garantir que seus argumentos e conclusões não desmoronem com facilidade, e cheguem a alcançar o grau de respeitabilidade tão cobiçado entre as chamadas áreas “duras” ou “científicas” do conhecimento.

Espera-se que a leitura dessas páginas deem também margem à reflexão – e a possíveis mudanças, que somente nascem da reflexão – de que, em tempos de globalização, há a hegemonia de uma única ordem econômica, política e cultural, baseada no estilo de vida capitalista ocidental (notadamente o estadunidense, mesmo se se considerar a emergência da China, que possui sua economia e cada vez mais seus costumes fundados também no capitalismo ocidental), cujo poder se manifesta por meio do discurso. Desse modo, é corolário que as populações dos países situados às margens desse sistema global tomem a dianteira na produção de pensamentos e de discursos e, por conseguinte, apropriem-se de uma parcela maior de poder, que não pode ser obtido por meio do mero reproduzir e regurgitar do pensamento oriundo da corrente intelectual anglo-saxã.

Faz-se pertinente, mais do que nunca, questionar as relações de poder que inevitavelmente existem, inclusive no nível da produção de conhecimento em turismo. O poder e a liberdade que a atual ordem global confere, requerem um aumento por parte das classes e populações periféricas em sua habilidade de participar nesses processos de construção. A chave que pode desatar esse nó teórico possui duas etapas: embasamento filosófico sólido para, em seguida, propiciar a ação com visão crítica.

REFERÊNCIAS

APOSTOLOPOULOS, Yiorgos. Introduction. Reinventing the sociology of tourism. In: APOSTOLOPOULOS, Yiorgos; LEIVADI, Stella. YIANNAKIS, Andrew. (Eds.) *The sociology of tourism: theoretical and empirical investigations*. New York: Routledge, 2005, p.1-12.

ATELJEVIC, Irena; PRITCHARD, Annette, MORGAN, Nigel. (Eds.). *Critical turn in tourism studies. Innovative Research Methodologies*. Oxford: Elsevier, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. *Le système des objets*. La consommation des signes. Paris: Denoel - Gonthier, 1972.

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacres et simulation*. Paris: Éditions Galiléé, 1981.
- BERMANN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORMANN, Artur. *Die Lehre vom Fremdenverkehr*. Berlin: Verlag der Verkehrswissenschaftlichen Lehrmittelgesellschaft m.b.H. bei der Deutschen Reichsbahn, 1931.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuir, 1979.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984 [1949] 2v..
- BRUNER, E. Abraham Lincoln as authentic reproduction: a critique of Postmodernism. In: *American Anthropologist*, v.96, n.2, p.397-415, 1994.
- CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Epistemología del turismo*. Estudios críticos. México: Trillas, 2010.
- CASTILLO NECHAR, Marcelino. *Epistemologia crítica do turismo*. O que é isso? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CRÍTICOS EM TURISMO, 1, 2011. Natal. *Anais...* Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 24 e 25 de março de 2011. Disponível em: <http://escritur.blogspot.com>. Acesso em: 9 ago.2011.
- CASTILLO NECHAR, Marcelino; LOZANO CORTÉS, Maribel. *Apuntes para la investigación turística*. Cozumel-Quintana Roo: Universidade de Quintana Roo, 2006.
- COHEN, Eric. A phenomenology of tourist experiences. *Sociology*, 13, 1979, 179-201.
- CONDE GAXIOLA, Napoleón. *Hermenéutica dialéctica transformacional aplicada al turismo, el derecho y las ciencias sociales*. México-DF: Instituto Politécnico Nacional, 2008.
- DAMM-ETIENNE, Paul. *Das hotelwesen*. Leipzig: Druck und Verlag von B. G. Teubner, 1910.
- DANN, Graham M. S. Anglophone hegemony in tourism studies today. *Enlightening Tourism. A Pathmaking Journal*, v.1, 2011, p.1-30. (Disponível em: <http://uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/et/article/viewFile/1017/1521>).
- DANN, Graham M. S.; PARRINELLO, Liebman (Eds.). *The Sociology of Tourism: European Origins and Developments*. Bradford: Emerald Press, 2009.
- DURKHEIM, Émile. *Les Règles de la Méthode Sociologique*. New York: Free Press, 1938 [primeira edição de 1894].

DURKHEIM, Émile. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. London: Allen and Unwin, 1915, [primeira edição de 1912].

ECO, Umberto. *Il costume di casa*. Milão: Bompiani, 1973.

ECO, Umberto. *Sette anni di desiderio*. Milão: Bompiani, 1983.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. Vergebliche Brandung der Ferne: Eine Theorie des Tourismus. In: *Merkur*, n.126, ago. 1958, p.701-720.

FOUCAULT, Michael. *Naissance de la clinique*. Une archéologie du regard médical. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.

GLÜCKSMANN, Robert. *Allgemeine Fremdenverkehrskunde*. Berna: Verlag von Stämpfli und Cie, 1935.

GLÜCKSMANN, Robert. *Privatwirtschaftslehre des Hotelgewerbes*. Berlin: M. Paschke, 1917.

GRABURN, N. Tourism, the sacred journey. In: SMITH, Valene. (Ed.). *Hosts and Guests*. The Anthropology of Tourism. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977, p.17-31.

GRÜNTAL, Adolf. *Probleme der Fremdenverkehrsgeographie*. Die Fremdenverkehrskarte als Mittel der Marktanalyse. Die geographische Bedingtheit des Fremdenverkehrs. Schriftenreihe des Forschungsinsttitut für den Fremdenverkehr, Heft Geschichte der Tourismusforschung. Handels- Hochschule. Berlin: Selbstverlag, 1934.

GUYER-FREULER, Eduard. *Das Hotelwesen der Gegenwart*. Zürich: Orell Füssli, 1874.

HOLDEN, Andrew. *Relevance and insights*. The relationship of the social sciences with tourism studies. In: ADVANCING THE SOCIAL SCIENCE OF TOURISM CONFERENCE, 2011, University of Surrey, 28 de junho a 1 de julho de 2011.

HOLLINSHEAD, Keith. *The Truth about Texas: a naturalistic study of the construction of heritage*. (Dissertação inédita), Texas A & M University, USA, 1993.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: proeve eener bepaling van het spel-element der cultuur*. Haarlem: H.D. Tjeenk Willink, 1938.

JAFARI, Jafar. La cientifizacion del turismo. In: *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v.3, n.1, Buenos Aires, 1994, p.7-36.

JURDANT, Baudouin (Coord.). *Imposturas Científicas*. Los malentendidos del caso Sokal. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.

- KNEBEL, H. *Soziologische Strukturwandlungen im Modernen Tourismus*. Stuttgart: Ferdinand Enke Verlag, 1960.
- LEIPER, Neil. The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist, and the tourist Industry. *Annals of tourism research*, v.6, n.4, p.390-407, out./dez., 1979.
- LETT, J. Ludic and liminoid aspects of charter yacht tourism in the Caribbean. *Annals of Tourism Research*, v.10, p.35-56, 1996.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. São Paulo: Manole, 2005.
- MACCANNELL, Dean. *The Ethics of Sightseeing*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2011.
- MACCANNELL, Dean. *The tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1976.
- MARCEL, Gabriel. *Homo viator: prolégomènes à une métaphysique de l'espérance*. Paris: Aubier, 1945.
- MARIOTTI, Angelo. *L'industria del forestiero in Italia: economia e politica del turismo*. Bologna: Nicola Zanichelli, 1923.
- MORGENROTH, Wilhelm. Fremdenverkehr. In: *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. v.2. p.394-409. Jena: Verlag von G. Fischer, 1927.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2011.
- PANOSSO NETTO, Alexandre; TOMILLO NOGUERO, Félix. *O conhecimento do turismo. Fontes e desenvolvimento do século XIX à Segunda Guerra Mundial*. Valladolid (Espanha): São Paulo (Brasil), 2011. (Inédito e com título provisório).
- PIAGET, Jean. *Introduction à l'épistémologie génétique*. Tome I: La pensée mathématique. Paris: PUF, 1950.
- PIAGET, Jean. *Introduction à l'épistémologie génétique*. Tome II: La pensée physique. Paris: PUF, 1950.
- PIAGET, Jean. *Introduction à l'épistémologie génétique*. Tome III: La pensée biologique, la pensée psychologique et la pensée sociale. Paris: PUF, 1950.
- PIAGET, Jean. *Le Langage et la pensée chez l'enfant*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1923.
- POSER, Hans. *Geographische Studien über den Fremdenverkehr im Riesengebirge: Ein Beitrag zur geographischen Betrachtung des Fremdenverkehrs*. Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen. Math.-Physical, Klasse 3. Folge, Heft 20. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1939.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. 2004 (Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2011).

SCHULLERN ZU SCHRATTENHOFEN, Hermann von. *Fremdenverkehr und Volkswirtschaft*. In: *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*. v.III, 42, 4. p: 433-491. Jena: G. Fischer, 1911.

SCHÜTZ, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt: eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. Viena: J. Springer, 1932.

SIMMEL, Georg. Exkurs über den Fremden. In: RAMMSTEDT, O. (Ed). *Soziologie*. Gesamtausgabe, v.11, p.764-771, Frankfurt: Suhrkamp, 1992 [1908].

SOKAL, Alan. "Transgressing the boundaries: towards a transformative hermeneutics of Quantum Gravity". In: *Social Text*, v.46-47, primavera-verão, 1996, p. 217-252.

SOKAL, Alan. BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuales*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999.

STAFFORD, Jean. Study, analysis and critique of the paradigms of research in teorology (the science of tourism). *Les paradigmes de la recherche en téorologie: étude, analyse et critique*. *Loisir et Societé, Society and Leisure*. v.8, n.2, 1985, p. 549-560.

STRADNER, Joseph. *Der Fremdenverkehr*. Eine volkswirtschaftliche Studie. 2.ed. Graz: Leykam, 1917.

TOMILLO NOGUERO, Félix. *Principios, fundamentos y leyes de la teoría turística*. Madrid: Universidad Antonio de Nebrija, 2008.

TRIBE, J. The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, n.24, p.638-657, 1997.

TRIBE, John. Critical Tourism: Rules and Resistance. In: ATELJEVIC, Irena; PRITCHARD, Annette, MORGAN, Nigel. (Eds.). *Critical tourn in tourism studies. Innovative Research Methodologies*. Oxford: Elsevier, 2007, p. 29-39.

TRIBE, John. Tribes, territories and networks in the tourism academy. *Annals of Tourism Research*, v.37, n.1, p.7-33, 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Apresentação da Segunda Edição. In: PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2011, p. 15-17.

URRY, J. The Tourist Gaze. *Leisure and travel in contemporary societies*. London: Sage, 1990.

VON WIESE, Leopold. *Allgemeine Soziologie als Lehre von den Beziehungen und Beziehungsgebilden der Menschen*. München: Duncker und Humblot, 1924.

VON WIESE, Leopold. Fremdenverkehr als zwischenmenschliche Beziehungen. In: *Archiv für den Fremdenverkehr*, v.1, n.1, 1930, p.1-3.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Pedagogicheskaja psikhologija*. Moscou: Rabotnik Prosveshchenia, 1926.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Umstvennoie razvitie detei v protsesse obuchenia*. Moscou- Leningrado: Uchpedgiz, 1935.

CAPÍTULO 7

TEORÍA CRÍTICA Y TURISMO¹

1 EL NACIONALSOCIALISMO Y LA TEORÍA CRÍTICA: SURGIMIENTO

El movimiento nacionalsocialista alemán, como es bien sabido, tuvo el peor acto genocida de la historia reciente, y como producto de ello la muerte, la destrucción de naciones, el temor a la patria y en el mejor de los casos el exilio para subsistir y vivir para contarlo. Sobre este tema multitudes de autores ya se expresaron, tales como Finkelstein (2000), Gutman (1990), Friedlander (2008), Herbert e Götz (2000).

En aquellos años de la Alemania nazi (década de 1920 hasta fines de la Segunda Guerra Mundial) se gestaba un proyecto de pensamiento emancipador y transformador con miras altas, propositivas y viables (mediante una praxis transformadora), dicho pensamiento fue desarrollado en una teoría social interdisciplinaria orientada por el marxismo: la Teoría Crítica de la Escuela de Frankfurt llamada por sus fundadores, que aun desde el exilio en América (EEUU, Argentina, México, entre otros), ella, siguió siendo fructífera y que aún después de la Segunda Guerra Mundial y específicamente en el movimiento estudiantil de 1968 en Francia y Alemania (por ejemplo) sería apoyo tanto teórico como filosófico de las demandas de los manifestantes que estaban en contra del fascismo (disfrazado de nueva democracia), del capitalismo, del imperialismo, así como de la guerra de Vietnam, sin olvidar que fue también, del lado alemán, un reproche de hijos hacia sus padres que tuvieron participación en el proyecto nacionalsocialista (Collins, 2004).

1 Artículo originalmente publicado en: CASTANEDA, Adolfo Esteban Arias; CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre; VALDES, Rubén Mendonza. Teoría Crítica y Turismo. *Hospitalidade. Revista da Universidade Anhembi Morumbi*, v. x, p. 332-349, 2013. Reproducido con autorización de los autores y de la revista.

En estas tendencias del nacionalsocialismo y la Escuela de Frankfurt hay ciertos elementos sobre los cuales se erige esta teoría crítica, que tienen que ver con la posición político-social y la creación de obras de arte. Que aunque esto se refiere a un contexto muy específico lo que hay que entender de ello es que son elementos de carácter cultural, por lo cual el individuo tiene libertad y al cual también se le condiciona por parte de un aparato oficial; en ese contexto lo que vale la pena rescatar es que la teoría crítica se constituye frente a aquellas manifestaciones que son alienantes para el ser humano y que de manera sutil el Estado maneja en sus políticas para mantener el control (Foucault, 1990). Hoy a diferencia de lo que fue ese contexto encontramos que en México, pero específicamente para el turismo -como práctica-, los modelos están oscilando entre reforzar la cuestión eliográfica, es decir de sol y playa, y la cuestión de la creatividad de la ciudad, que tiene que ver con arte, cultura, cine, moda y recreación.

La posición de la Teoría Crítica de la Escuela de Frankfurt se erige en contra de teorías y perspectivas (positivistas, funcionalistas y estructuralistas) que, la mayoría de las veces “ven por lo represivo, lo dominante y la tendencia de explotar a otros como algo natural en los seres humanos” (Gandler, 2009: 25). La Teoría Crítica trata del análisis de la realidad y crítica de la misma, en otras palabras dice o denuncia lo que “no” se puede repetir de los errores. Es sólo un proceso interior con carácter reformista basado en la autorrestricción, autocrítica y autoreflexión. Esto parece una propuesta simple y vacía, sin embargo dice Gandler (2009) es mucho más de lo que han hecho otras teorías sociales.

G. Leyva (2005), como uno de los mejores lectores de la Teoría Crítica de la Escuela de Frankfurt, explica que se trata de reflexionar sobre las estructuras y movimientos de carácter “precientífico” que como resultado genere un sentido inmanente, es decir que es inherente a algún ser o unido de un modo inseparable a su esencia.

El fundamento de la Teoría Crítica es la *razón*, que en pocas palabras en una definición kantiana se define como la facultad formuladora de principios (Kant, 2008), sin embargo hay que marcar la diferencia entre racionalidad y racionalización; la primera es forzosamente crítica, mientras

que la racionalización usa el esquema medio-fin y que sus resultados sirvan para confirmar lo ya constituido, por ello, la teoría tiene que ser histórica, dialéctica, racional y negativa; de esto deviene su conflicto con el positivismo al tiempo que éste dice lo que “es” mediante lo empírico, frente a una negatividad que enuncia un “deber ser” que analiza la historia desde su origen (Horkheimer, 2003).

Hablar de Teoría Crítica también es hablar del tiempo, como lo hace Max Horkheimer (2002: 223) cuando afirma que “ella no juzga de acuerdo a algo que estuviera por encima del tiempo, sino algo que está en el tiempo”, en este sentido es útil en un ámbito abstracto de filosofía, pero también lo es en un contexto palpable, algo que pueda merecer una reflexión, por ejemplo el movimiento nacionalsocialista o los estudios del turismo como una “disciplina pensante”.

La Teoría Crítica no presume de tener superioridad en el ámbito social y político, sin embargo se distingue más bien por su reconocimiento e intento de ofrecer soporte objetivo en la praxis precientífica. En este sentido dice A. Honneth (2000) que la principal tarea de la crítica es analizar conceptualmente la realidad social de tal modo que se muestre que está vinculada a la posibilidad de una crítica inmanente.

Por lo anterior podemos agregar que la labor de la crítica es ofrecer la posibilidad de corregir “...fallas y limitaciones, de superar las exclusiones fácticas injustificadas atendiendo así a la distancia, a las disonancias cognitivas entre la pretensión normativa y la realidad fáctica” (Leyva, 2005: 101).

2. LA TEORÍA CRÍTICA LATINOAMERICANA

Si bien es cierto que América Latina reconoce el adelanto tecnológico y cultural europeo dándole cuantiosa valía, en la actualidad finalmente su voz se escucha con más fuerza a través de un importante avance en su vida intelectual. Es innegable que del avance o progreso europeo han surgido reglas de carácter universal que tienen que ver con sistemas de medición, política o moral, permitiendo el nacimiento de religiones, idiomas y estilos de vida (Bastienier, 1997).

De acuerdo con Jaime Torres, en su trabajo titulado *Praxis y ethos moderno como crítica al eurocentrismo* argumenta que

...la pretensión europea y alemana de ser el centro intelectual del mundo, [...] es decir el llamado eurocentrismo filosófico, es una de las razones principales del desastre que vive la humanidad a nivel mundial” (Torres, 2009: 179).

A manera de hipótesis podemos decir que ante esta dura afirmación se genera una respuesta: en América Latina se gesta el *pensamiento decolonial*, que representa un desprendimiento de tendencias críticas y eurocéntricas de la modernidad, característica que nos es útil, en este trabajo, en dos sentidos opuestos: unir y deslindar posturas intelectuales de carácter crítico.

El primero de los sentidos se ve reflejado en el interés producido por la influencia de la teoría crítica en Latinoamérica, de donde han surgido proyectos de pensamiento de carácter emancipador originado a partir de la “Teología” y la “Filosofía de la liberación” que como argumento central enmarca la “periferia” como instrumento de liberación (Dussel, 1974); por otro lado, la propuesta filosófica de Salazar Bondy (1968) radica en profundizar en el estudio de las causas de la dependencia y ayude a lograr una independencia. Por esto, la tarea del proyecto de la “liberación” se concibe como reflexión crítica de la praxis histórica a la luz de la palabra (Boff, 1986).

Los trabajos de Sánchez Vázquez (1980) van enfocados hacia una reconstrucción de un marxismo abierto y no dogmático; por su parte, B. Echeverría (1998) quien mediante de su concepto “ethos histórico” destaca las formas diversas de la organización de la vida social en el modelo capitalista. Mientras tanto la “Filosofía americana” de Leopoldo Zea (1989), consiste en pensar en una América Latina unida, no utópica, en donde el pueblo es protagonista de esa idea.

El segundo sentido hace referencia a la crítica y emancipación del eurocentrismo, mostrando que en el llamado “tercer mundo” hay gente capaz de reflexionar, interpretar y criticar su realidad, sin la necesidad de hacerlo a través de los ojos de visiones europeas que si bien ayudan a comprender realidades no siempre es viable para la cultura otra cultura como la latinoamericana.

2.1 La teoría Crítica y su relación con México

T. Adorno y M. Horkheimer son considerados como los fundadores y máximos representantes de la Teoría Crítica; con la llegada del nacional-socialismo al poder los miembros de la Escuela de Frankfurt se ven obligados a escapar para primero conservar la vida y luego trabajar en el proyecto de la Teoría Crítica, instalándose en algunas ciudades europeas para culminar en EEUU, específicamente en Nueva York; ciudad en la se desarrollarían la mayor parte de sus trabajos.

Filósofos como T. Adorno, H. Marcuse, E. Fromm, etc., continuaron su tarea crítica desde el exilio en EEUU pero con un breve paso por México, y como ejemplo tenemos los casos de Marcuse y Fromm, cuya perspectiva de cambio-transformación social fue significativa para el pensamiento de la juventud mexicana y sus movimientos sociales de finales de los sesenta y principios de los setenta, tal y como sucedió en Alemania o Francia.

En México, el general Lázaro Cárdenas del Río como presidente de la República (1934-1940), repudió el movimiento nacionalsocialista así como a sus aliados mediante una protesta dictada por Isidro Fabela, quien fue su representante ante la Sociedad de Naciones (Olivares, s/f), respaldado en gran medida por la tradición antifascista mexicana, permitiendo a su vez la entrada de judíos exiliados a territorio mexicano.

En México se continúa ese trabajo crítico, y representantes como Laura Páez Díaz de León (2001) y Gustavo Leyva Martínez (2005) hacen una crítica a los procesos de subjetivación provocados por la sociedad moderna, la globalización y el modelo neoliberal.

El contexto internacional fue factor determinante para que aquellos filósofos que visitaban México con el fin de compartir su trabajo empezaran a sembrar la semilla de lo que implica la crítica y la reflexión a las condiciones de aquel entonces (finales de los años sesenta); que aunque se trataron por ejemplo, la cuestión de la reflexión de las clases burguesas persiste la forma en que ha mutado el capitalismo y los grupos de poder para que con esas referencias teóricas hoy encontremos investigadores que hablen por ejemplo de impactos en la modernidad o desarrollo del conocimiento (Leyva, 2005; Páez, 2001).

3 LOS ESTUDIOS DEL TURISMO Y LA TEORÍA CRÍTICA

La Teoría Crítica -que no se escuda ni en la negatividad ni en el escepticismo- lleva consigo según M. Horkheimer (2002) un lamentable proceso de rechazo y persecución, es decir que quien tiene una propuesta o visión diferente a la “tradicional” -que al parecer comienza con un problema de violación de la libertad en la medida en que se reprime lo diferente o desconocido, alarmando a la supuesta “normalidad”, la que el Estado, la iglesia o la ciencia permite- se ve pues primeramente reducido y rechazado para posteriormente ser atacado y descalificado, teniendo como resultado la represión por parte de grupos mayoritarios que se resisten al cambio y que tienen poca o nula apertura a nuevos paradigmas (en sentido Kuhniano); esto origina que la proliferación de nuevas ideas provoque el aumento del “odio” y la “cacería de brujas”, en este punto tal vez valdría la pena preguntar, ¿qué grupo es el reprimido?

A pesar del avance tecno-científico el ser humano sigue teniendo un profundo temor a lo desconocido o lo que no puede entender con la ciencia medible. Según Gandler (2009), en lugar de aprovechar los avances técnicos para generar una forma de vida emancipada, lucha contra lo desconocido y lo hace por medio de la exclusión, la represión e incluso la destrucción.

En los estudios del turismo ha pasado algo similar a lo expuesto por Horkheimer (2002) en cuanto al rechazo y persecución de nuevos acercamientos críticos al turismo, su práctica y conocimiento, debido en gran medida al peso que tienen los estudios de carácter positivista y recientemente post-positivistas que abarcan casi la totalidad de tópicos tanto teóricos como prácticos, y como respuesta a los planteamientos críticos una reducción y descalificación en cuanto a la veracidad y rigurosidad de argumentos reflexivos-pensantes, pero también a la forma tan convencional de conducir el turismo.

La Crítica es a resumidas cuentas, la “constatación de diferencias”, es decir, las relaciones establecidas por el encuentro, la confrontación y por el conflicto, y no importa a qué se refiera la crítica ni mucho menos cómo se formula, lo realmente importante es determinar la contradicción entre la

realidad *real* y la realidad *afirmada* (Bonss en Leyva, 2005: 50) con el firme propósito de superar los errores o avanzar en la construcción de un *corpus* de conocimiento, se trata de hacer crítica para construir, no lo contrario.

Esta disputa originada por las diferencias se presenta en dos “realidades” o argumentos que significan o muestran que la crítica se desenvuelve en la praxis. Esto para el caso del turismo se manifiesta en la forma en que el ente oficial muestra una realidad (afirmada) para convencer a los distintos actores del modelo a seguir del trabajo que se desarrolla (por ejemplo estadísticas y planes de *marketing*); por otro lado, la realidad *real*, que se desenvuelve en otros mecanismos u otros procesos (estudios teóricos o filosóficos del turismo) que no alcanzan a coagular con los objetivos establecidos por el ente oficial, lo que genera conflictos y contradicciones entre ambas realidades.

Una pregunta interesante podría ser ¿porqué le sirve al turismo una teoría que se desarrolló en un contexto conflictivo?, a manera de respuesta podemos decir que la Teoría Crítica es tan actual en el sentido de que gracias a las crecientes -y al parecer permanentes- desigualdades sociales y académicas, en diversos ámbitos y áreas de conocimiento, en las que podemos incluir al turismo, merecen una crítica (Bonss en Leyva, 2005:47).

Podemos hablar de la Teoría Crítica como un elemento indispensable del proceso de conocimiento, debido a que debe separarse o deslindarse de toda percepción sensual, característica del positivismo y de acuerdo a Gandler éste

...parte de la ingenuidad de que, por un puro acto voluntarista, es posible alejarse de la propia subjetividad y entregarse incondicionalmente a la percepción de lo meramente objetivo, reemplazando así, simplemente, los prejuicios por juicios, cae en la grave debilidad de no poder enfrentar nada sustancial a la formación de las ideologías más siniestras. (Gandler, 2009: 34).

Pero ¿de dónde se desprende el argumento del conocimiento en Adorno y Horkheimer?, este planteamiento surge en “Dialéctica de la Ilustración” (1994) en el que afirman que el acto del conocimiento se hace a

través de proyecciones hechas por el sujeto y que están cargadas de experiencias, memorias y deseos sobre el mundo exterior que quiere percibir; sin embargo dice Gandler (2009) que el sujeto debe estar ausente del proceso de conocimiento, y con ausente se refiere a excluir sus preferencias, memorias y deseos para librarse de los prejuicios que son factores del positivismo; se trata pues de una actitud crítica y autocrítica de la razón.

En este punto es necesario hablar de la racionalidad científico-técnica, es decir de la razón instrumental por lo que es preciso cuestionar aquí: ¿El turismo se instrumentaliza? La cosificación del turismo es el fenómeno *per se* (practicable, ejecutable, medible) en el sentido en que el hombre es considerado un objeto manipulable, es decir que se puede contar, como lo hacen las posturas oficialistas interesadas principalmente en ingresos y número de visitantes, esto significa que los sistemas de dominación cosifican -medios de comunicación o Estado- (Adorno y Horkheimer, 1944), funcionalizan y vulneran la libertad humana.

Se ha evidenciado que algunos estudios del turismo en la actualidad han logrado cierta madurez científica, y eso se ha alcanzado gracias a la construcción de objetos “serios” no descriptivos que hablan en cierto modo de una “emancipación” de la economía y la sociología por ejemplo, sin embargo la crítica no se conforma con determinados objetivos, es más bien una “espiral” que no tiene fin, y que para el turismo representa o debe representar la crítica continua, siendo así un proyecto de transformación y cambio.

Sólo estando inmerso en un ambiente se puede hacer crítica según R. Rorty (1991) y M. Walzer (1993); es por eso que como estudiosos del turismo, es decir, formados académicamente en cursos universitarios de turismo, nos atrevemos a argumentar que el turismo como objeto de estudio tiene ya un carácter científico y como producto del esfuerzo de investigadores alrededor del mundo se está superando el paradigma positivista por uno reflexivo e interpretativo.

En este sentido y retomando a Leyva (2005: 97), podemos decir que esta es una forma “fuerte” de crítica en el sentido en que se busca a través de ella la trascendencia hacia la validez universal -todo ello sin ánimos de

parecer positivista-, diferenciada de la forma “débil” que se centra en el contexto de la sociedad y la cultura moral, y los estudios del turismo tendrían valor en este rubro.

En los estudios del turismo se identifican dos “cambios de vías” teóricos que distancian la teoría crítica antigua de la nueva; la primera referente a la duda, es decir “la correlación interna entre la racionalidad discursiva y la instrumental” y la segunda a la “reinterpretación a la negatividad inherente a la modernidad” (Wellmer en Leyva, 2005: 35-36), y es justamente la labor que se hace en esta investigación crítica, reflexiva e interpretativa como en cierto sentido lo trabaja Conde Gaxiola (2006) en sus investigaciones. La crítica es en este punto, la reflexión que trasciende la descripción de lo empírico.

La batalla de argumentos sociológicos para explicar o comprender la sociedad moderna se ha visto jaloneada por las teorías Crítica y de Sistemas, y los principales protagonistas de esta disputa teórica son J. Habermas (1998) y N. Luhmann (1992) (respectivamente), en donde uno a otro se plantean cuestionamientos sobre la consistencia y alcance de sus argumentos.

La pretensión de Luhmann es la construcción de una teoría que permita observar sistemas que se reproducen a sí mismos y que sean capaces de autoobservarse como uno de ellos, esto según el planteamiento de Luhmann, es la única manera de que la teoría de sistemas se universalice, es decir, se convierta en una teoría del mundo que lo incluya todo. El avance reflexivo al que llega Luhmann sobre los sistemas es que abandona el clásico presupuesto parsoniano de todo-parte y fin-medio, binomios característicos de la Teoría General de Sistemas que resultan insuficientes para alcanzar a explicar y mucho menos comprender los sistemas sociales modernos, sin embargo esta teoría se enfrenta ante nuevos binomios que de igual manera no terminan por interpretar la realidad del hombre, sin contar que el hombre no es considerado parte del sistema social, sino más bien es reconocido como un ambiente problemático dentro del mismo sistema.

En la parte antagónica J. Habermas (1990), quien continúa con el proyecto de la teoría Crítica afirma que los sistemas funcionales no deben

ser independientes de la acción del individuo, sino que es por obra de éste que se pueden crear, y sólo así se pueden transformar los sistemas; lo hace confiando en la capacidad de la razón humana para dirigir procesos encaminados a la emancipación de la humanidad y el camino hacia ello es mediante una expresión conceptual de una teoría crítica de la sociedad.

La teoría crítica que propone Habermas pretende orientarse hacia un “humanismo ilustrado”, esto es, confía en el hombre y se compromete a favor de que su vida sea digna y feliz, en una palabra: emancipada.

Del mismo modo, en los terrenos de los estudios del turismo se tiene actualmente una discusión teórica-argumentativa sobre los sistemas sociales y la teoría crítica, aquí no estamos demeritando los estudios de carácter sistémico, lo que intentamos es valorizar la seriedad teórica que se le está dando al turismo.

A través de la crítica y la reflexión es como nos damos cuenta de que el turismo es un fenómeno práctico que lleva al desencantamiento y que a su vez es desesperanzador en la medida en que es depredador, consumista, invasivo, e incluso elitista, y por consiguiente se está olvidando la esencia errante del hombre.

El desencantamiento del que hablamos sirve para analizar dónde estamos parados en torno a la objetivación del turismo, como una disciplina a carácter científico aceptada y reconocida por algunos miembros de la academia.

Por otro lado, según Marcuse (1971) el Estado juega un papel importante en la crítica y emancipación porque tiene la función de ser el mediador de los intereses generales con los particulares e individuales. En otras palabras, lo que menos necesitan los contenidos críticos es justamente encaminarse hacia la explotación de una clase por otra mediante discursos de dominación disfrazados de democracia, como ha sido expresado en líneas arriba, que por supuesto aquí influyen mucho las tendencias dominantes.

En este sentido debería existir apertura por parte de la postura predominante de los estudios del turismo, como lo son las oficialistas (positivistas) que no hacen otra cosa que mercantilizar y llenar de exotismo los destinos, esto no descalifica ni minimiza el trabajo descriptivo, pues sirve

para mover ciertos hilos económicos, más bien lo que se pretende es llamar a la tolerancia disciplinar.

Esto que parece más bien un mensaje negativo del turismo no lo es, es sólo una reflexión crítica de la actualidad de dos puntos de vista, primero, los estudios del turismo, y segundo, el turismo como fenómeno.

En México así como encontramos a Gómez Nieves o Conde Gaxiola ya hay una tendencia crítica, con trabajos que ponen en tela de juicio el valor no sólo del conocimiento del turismo producido al momento sino de modelos que parecen novedosos como la llamada “sustentabilidad” o el “desarrollo local”, para proponer alternativas que trasciendan a la vida de las personas que habitan espacios y territorios y que son poseedoras de herencias culturales y patrimonios turísticos importantes.

La Escuela de Frankfurt ha tenido influencia en el pensamiento filosófico de investigadores como L. Páez (2001) y G. Leyva (2005) que hacen una revaloración de la modernidad, así como un análisis social y una reflexión sobre los parámetros normativos que permitan actuar en el presente, mediante la lectura de la teoría crítica para hacer una reconstrucción en la sociedad latinoamericana.

Sin embargo la lectura crítica no se hace de manera general, sino que es un proyecto transformador con miras propositivas y viables (como lo expresamos en párrafos anteriores); aunado a esto, debe tener incidencia no sólo filosófica sino interdisciplinaria, con importancia tanto en México como en Latinoamérica. Por ejemplo, los estudios del turismo, que vistos desde esta perspectiva han corrido a cargo de M. Castillo (2007) quien dice que se debe hacer una reflexión crítica al conocimiento del turismo para comprenderlo más allá del canon cientificista tradicional que brinda el positivismo. Este autor también fundamenta su crítica proponiendo la necesidad de construir no solamente una crítica a los contenidos, también propone la construcción de conocimientos críticos entorno al turismo.

Sin embargo hay posturas críticas que sin desprenderse o ser herencia de la Escuela de Frankfurt proponen la crítica para la construcción del cuerpo teórico del turismo; como es el caso de M. Rodríguez Woog que tiene una visión crítica, en la que fundamenta y genera nuevos procedimientos

metodológicos para abordar el fenómeno turístico, que rompen con la forma convencional de hacer estudios del turismo (Rodríguez, 1989).

J. Tribe (2008) elabora un artículo en donde reconoce que existe una importante brecha entre la investigación crítica y las cuestiones que requieren orientación y diversos puntos de vista. Rescata la aplicabilidad de la Teoría Crítica (en la praxis) como una posición única para contribuir favorablemente en temas de gestión y gobernanza del turismo, esto lo hace en dos sentidos: económico y político, y para ellos propone la existencia una agenda “crítica”. Argumenta también que los estudios críticos siguen siendo un término marginal en el esfuerzo de la investigación turística, y resalta la importancia de la comunicación y apertura por parte de los investigadores así como de las revistas especializadas no importando su tradición epistemológica.

Tribe -que parece mostrar un importante cambio de pensamiento epistemológico- detalla en su documento de 2008 los aspectos de la teoría crítica, basándose en la lectura de Kincheloe y McLaren (2003) para dejar clara la postura emancipatoria de la teoría, y al mismo tiempo interpreta al turismo mediante los siguientes puntos:

1. Critical enlightenment
2. Rejection of economic determinism
3. Critical emancipation
4. Critique of technical rationality
5. Desire
6. Ideology
7. Hegemony
8. Discursive power
9. Culture, power, and domination
10. Cultural pedagogy
11. General domain of critical theory (Tribe, 2008: 247)

Por último, en este sentido científico J. R. de Castro menciona que el turismo como ciencia debe ser pensado como una interpretación crítica

de argumentos de los investigadores que buscan formalizar el conocimiento (Castro, 2010).

De esta manera la viabilidad de una teoría crítica -como sustento- para el turismo en este contexto o realidad inmediata, es ya necesaria para la constitución de la cientificidad del turismo.

4 LA SITUACIÓN DOMINANTE DEL TURISMO EN EL MODELO NEOLIBERAL

Sometimiento y alienación por parte del ente oficial tiene como respaldo una orientación política en los planos: a) de inversión, b) de promoción, c) de investigación, y d) de desarrollo local.

En cada uno de estos planos hay evidencias de que la inversión, en el presente sexenio, está priorizando orientaciones hacia la infraestructura de un turismo elitista en el que se muestra que este propicia que se obtengan recursos, ingresos y un encadenamiento de relaciones productivas que dan lugar a empleo y aumenta la competitividad, pero según los datos del Banco de México muestran que en el último sexenio, particularmente el turismo ha decrecido en comparación con otras áreas como es el caso de las remesas o de la exportación, lo cual si bien es cierto hay un objetivo de generar inversión de más de 25 mil millones de dólares que está canalizada fundamentalmente a grandes centros turísticos; tal es la evidencia que en los proyectos de los que informa de Secretaría de Turismo (SECTUR) prioriza los destinos de sol y playa otorgándoles recursos económicos y espacios que son oportunidad de desarrollo de infraestructura y así elevar la competitividad y rentabilidad, por ejemplo los Centros Integralmente Planeados (CIP, SECTUR, 2010).

Esto a su vez, no deja ver que no se hace una inversión para un desarrollo que hoy demanda modelos distintos al dominante internacional.

El diseño de productos y servicios para un turismo internacional el cual desde el Consejo de Promoción Turística de México (CPTM) deja ver la preeminencia de las grandes cadenas hoteleras y transportistas por aquellos espacios en los cuales los modelos más a nivel inter-regional en el país están mostrando otra dinámica que no es conocida para los visitantes salvo

para los habitantes de estas regiones, lo cual mucho del presupuesto que se dirige a promoción está orientado a satisfacer las expectativas de una demanda internacional. Es por eso que el CPTM instrumenta estrategias basadas en las experiencias de otros países -con necesidades y contextos distintos-, buscando con ello, el posicionamiento y aumento de rentabilidad en los destinos (primordialmente sol y playa) enfocado a mercados principalmente internacionales bajo la justificación de que la entrada de divisas beneficiará la economía mexicana.

Hoy, si bien es cierto se ha logrado que se destinen recursos para la llamada investigación turística a través de fondos mixtos como por ejemplo CONACYT con SECTUR; sus convocatorias y lo que muestran es una orientación tecnocrática en la que el trabajo, el quehacer indagador se reduce a contabilizar y a cuantificar los hechos y fenómenos de la realidad del turismo, llámese educación, empleo o sustentabilidad, con intención de homogeneizar patrones de comportamiento en estas áreas; cuando la realidad demanda otro tipo de posiciones críticas y reflexivas frente a esta orientación tecnocrática, mercantiliza y consumista. Con lo cual es turismo aparece como una simple área temática de disciplinas hegemónicas como la economía, la antropología o la geografía.

Finalmente la posición que enarbola mucho el ente oficial tiene que ver con el desarrollo local y sus políticas aparentemente destacan la importancia que tienen los actores comunitarios para propiciar el desarrollo local, sin embargo frente a los procesos inversionistas orientados al segmento internacional los recursos económicos, promoción, capacitación e investigación en el ámbito comunitario para el desarrollo local son mínimos.

Esta evidencia se aprecia en los reportes de proyectos (por ejemplo: Pueblos mágicos y los CPI's) que tiene la misma SECTUR; el nivel de inversión destinado a ella y que los recursos económicos de esos proyectos son destinados a rubros como el mejoramiento de infraestructura, el lanzamiento de campañas publicitarias o la creación de productos turísticos.

Toda esta visión se sustenta en un modelo neoliberal el cual no sólo toca la cuestión política, ni económica, sino social, de tal manera que las declaratorias en torno al desarrollo de infraestructura, de promoción y

comercialización hacia el exterior para dar a conocer el patrimonio y la riqueza turística y cultural de México se reduce a las necesidades e intereses de los grupos empresariales que conforman o dan sentido a los programas, planes y propuestas del desarrollo turístico en México.

El modelo neoliberal puntualiza no sólo una orientación ideológica, al ponderar la práctica del turismo de “sol y playa” con ciertos tintes culturalistas sino de seleccionar áreas donde este segmento internacional de visitantes logren satisfacer sus expectativas de disfrute, de seguridad o de confort que se ve cristalizado en los *clusters* (concentración de empresas o instituciones, relacionadas entre sí por un mercado o producto) y centros turísticos; a diferencia de la complejidad que viven las ciudades con valor cultural y de las cuales hay una tendencia de los visitantes a huir de ellas, precisamente por falta de garantías en diversos aspectos de su vida.

Entre los impactos del modelo neoliberal encontramos uno de gran importancia: la educación; que no está exenta de ser convertida en “capitalismo científico” (Alba, 2009) que ha convertido a instituciones educativas en empresas lucrativas y que la plantilla docente ha debido someterse ante tal concepto, de este modo los alumnos se han convertido ahora en clientes, capaces de exigir por el poder que les da pagar por un servicio.

Del mismo modo ocurre con el ente oficial encargado del turismo en México, puesto que su objetivo es hacer “investigación” referente a cuestiones de economía y mercadotecnia e incluso de “desarrollo local o sustentable”, trabajo que es encomendado a universidades, investigadores independientes o consultoras, y sus resultados no tienen la mayor trascendencia académica o que aporte algo al conocimiento del *corpus* teórico del turismo.

CONCLUSIÓN

La posición transformadora de la Teoría Crítica es actual y coherente tanto geográfica como temporalmente, en medida que las desigualdades existan, siempre existirá la crítica que despoje del velo de la realidad “afirmada” y nos lleve a una realidad “real” que por pésima que parezca siempre habrán perspectivas que establezcan formas emancipada de vivir.

En este sentido el turismo no se queda atrás, puesto que hay posturas de carácter crítico y reflexivo en cuanto a la construcción de conocimiento del turismo que por decirlo de alguna manera están amenazando a las visiones tradicionales positivistas y funcionalistas; que por supuesto sirven y tienen utilidad para determinados intereses y que ayudan también a la construcción de un cuerpo teórico de conocimiento del turismo.

Los entes oficiales como antagonicos de la crítica; sólo muestran partes de una realidad que es disfrazada o matizada de manera que no se pierda el *statu quo* de sus intereses y mantengan el control de la sociedad.

La emancipación de pensamiento es la valiosa herencia de la Escuela de Frankfurt y que gracias a la capitalización de esa enseñanza es que se han creado corrientes de pensamiento propios de Latinoamérica, que permiten comprenderse a sí misma, aprender de sus errores, analizándolos para no repetirlos en el futuro.

A pesar de que no todos los investigadores del turismo hayan sido lectores o seguidores de la teoría Crítica tienen esa inquietud inquisidora que lleva al turismo, que es visto como un mero objeto de estudio, a un ente con carácter científico.

REFERÊNCIAS

ALBA, Érick. El modelo neoliberal, obstáculo para la ciencia en México. Visto en <http://www.lajornadamichoacan.com.mx/2009/09/21/index.php?section=cultura&article=011n1cul> el 24 de agosto de 2011 19:05. 2009.

ADORNO, Theodor. y HORKHEIMER, Max. Dialéctica de la Ilustración. Ed. Trotta. España. 1994.

BASTENIER, M. Eurocentrismo. Visto en <http://www.webislam.com/articulos/18097-eurocentrismo.html> el 12/11/11. 1997.

BONß, Wolfgang. “¿Por qué es crítica la Teoría Crítica? Observaciones en torno a viejos y nuevos proyectos” en *La Teoría Crítica y las tareas actuales de la crítica*. Leyva, G. Anthropos. México. 2005.

CASTILLO, Marcelino. La investigación y epistemología del turismo: aportes y retos. *Revista Hospitalidade, São Paulo, ano IV, n. 2, p. 79-95, 2. sem. 2007.*

CASTILLO, Marcelino, et al. Una visión crítica de la investigación turística y su epistemología. Congreso de Investigación Turística XXI Nacional y VI Internacional de SECTUR/CESTUR. 2010

CONDE, Napoleón. Problemas cardinales de la educación del turismo en México. VIII Congreso de Investigación Turística. Visto en http://www.sectur.gob.mx/work/models/sectur/Resource/13173/1/Napoleon_Conde.EST-IPN.pdf el 21/02/12. 2006.

CONDE, Napoleón. “¿Es posible una teoría hermenéutica dialéctica en el estudio del turismo?” en *Teoría y Praxis*. Año 4, Vol. 5. México. 2008.

COUTINHO, Carlos N. A Escola de Frankfurt e a Cultura Brasileira. *Presença: Política e Cultura*, no. 7, pp. 100-112. 1986.

DE CASTRO, José. Ensayo crítico sobre turismo como ciencia. En *Epistemología del turismo*. Castillo, Marcelino y Panosso, Alexandre. Trillas. México. 2010.

DUSSEL, Enrique. Método para una filosofía de la liberación. España. 1974.

ECHEVERRÍA, Bolívar. Valor de uso y utopía. Ed. Siglo XXI. México. 1998.

FOUCAULT, Michel. Vigilar y castigar. Siglo XXI. México. (Trad. A. Garzón del Camino). 1990.

FREITAG, Barbara. A teoría crítica: ontem e hoje. Editora Brasiliense. Brasil. 1994.

GANDLER, Stefan. Fragmentos de Frankfurt. Ensayos sobre La Teoría Crítica. Siglo Veintiuno Editores. México. 2009.

GÓNZALEZ, Armando. Teoría crítica versus teoría de sistemas: la confrontación Habermas - Luhmann. Visto en <http://www.uca.edu.sv/revistarealidad/archivo/4e2d8da2d86eateoriacritica.pdf> el 05/03/2012.

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa. Taurus. España. 1998

HONNETH, Axel. Rekonstruktive gesellschaftskritik unter Genealogischen Vorbehalt. *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, vol. 8 pp.729-737. 2000.

HORKHEIMER, Max. Dialéctica de la ilustración: Fragmentos filosóficos Trotta. Madrid. 1994.

HORKHEIMER, Max. Crítica de la razón instrumental Ed. Trotta. España. 2002

KOTHE, Flávio. Benjamin & Adorno: confrontos. Ática. Brasil. 1978.

LEYVA, Gustavo (ed). La teoría crítica y las tareas actuales de la crítica Anthropos. México. 2005.

LUHMANN, Niklas. Sistemas sociales: Lineamientos para una teoría general. Anthropos. México. 1992.

MARCUSE, Herbert. Razón y revolución. Hegel y el surgimiento de la teoría crítica social. Ed. Alianza. España. 1971.

MARTINI, Marutschka. Epistemología social do turismo. Visto en http://www6.ufrgs.br/infotec/teses-03-04/resumo_2937.html el 14/10/11. 2004.

MERQUIOR, José G. Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin: escola neohegeliana de Frankfurt. Tempo Brasileiro. Brasil. 1969.

OLIVARES, Jordán. El exilio y asilo antinazi en México 1938-1945. Visto en <http://bicentenario.com.mx/?p=17692> el 11/08/11 22:12.

PÁEZ, Laura. (Ed.). La escuela de Frankfurt. Teoría crítica de la sociedad. Ensayos y textos. UNAM-ENEP-Acatlán. México. 2001.

RORTY, Richard. Contingencia, ironía & solidaridad. Ed. Paidós. España. 1991.

RODRÍGUEZ, Manuel. El conocimiento científico del turismo. Reflexiones y consideraciones generales, teoría y praxis del espacio turístico. UAM Xochimilco, pp. 15-28. México. 1989.

ROUANET, Sérgio P. Édipo e o Anjo: Itinerários Freudianos em Walter Benjamin. Tempo Brasileiro. Brasil. 1981.

SÁNCHEZ, Adolfo. Filosofía de la praxis. Ed. Grijalbo. México. 1980.

SECTUR. Consejo de promoción turística. Visto en http://www.cptm.com.mx/wb/CPTM/CPTM_Mision_Vision el 24 de agosto de 2013.

SCHWARZ, Roberto. A sereia e o desconfiado. Ed. Paz e terra. Brasil. 1965.

TORRES, Jaime. Praxis y ethos modernos como crítica al eurocentrismo. Desacatos, núm. 30, mayo-agosto, pp. 178-185. Consultado en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-92742009000200014&script=sci_arttext el 10/11/11. 2009.

WALZER, Michael. Interpretación y crítica social. Ed. Nueva Visión. Argentina. 1993.

WELLMAR, Albrecht. "Crítica radical de la modernidad vs teoría de la democracia moderna: dos caras de la teoría Crítica" en La Teoría Crítica y las tareas actuales de la crítica. Leyva, G. Anthropos. México. 2005.

CAPÍTULO 8

LAS VISIONES ANTIPOSITIVISTAS DE LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN TURISMO¹

INTRODUCCIÓN

El capítulo se estructura en varios apartados que dan cuenta del estado de arte que guarda la polémica de la construcción del conocimiento del turismo. También son abordadas algunas perspectivas novedosas de lo que implica una visión no positivista de la construcción del conocimiento sobre el fenómeno turístico.

Con el positivismo, las ciencias han sido explicadas gracias a la enorme ventaja de la experiencia y el conocimiento empírico, que como dice su máxima expresión es que “ninguna afirmación es verdadera si no se funda en una experiencia, que una idea no es nada más que un resumen de múltiples experiencias” (VERNEAUX, 2005, p. 46). De hecho, la visión positivista en las ciencias presentó un gran avance al imponer las reglas metodológicas para las disciplinas científicas. De este modo se afirma, de inicio, que no se pretende descartar toda la producción en turismo que utilizó los principios metodológicos del positivismo, mas sí apuntar sus deficiencias y, ahora, avances teóricos a partir de las nuevas visiones gestadas.

El pensamiento positivista, con ambición del conocimiento exclusivo y dependiente de la observación, – carente de reflexión y búsqueda de la esencia de los fenómenos o hechos –, es lo que inhibe una nueva visión comprensiva del fenómeno del turismo. Este es el tema que es desarrollado en el presente artículo.

1 Artículo originalmente publicado en: CASTANEDA, Adolfo Esteban Arias; CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre; VALDES, Rubén Mendonza. Las visiones antipositivistas de la construcción del conocimiento en turismo. *Turismo e Sociedade*, v. 6, p. 508-530, 2013. Reproducido con autorización de los autores y de la revista.

Según algunos investigadores, el turismo desde el punto de vista de las ciencias sociales se ha reconstituido como un objeto de reciente interés (p. ej. TRIBE, 2009), además que otros autores ya buscaron demostrar la historicidad de los estudios turísticos, tales como hicieron Dann y Parrinello (2009). Estos autores afirmaron que hay una serie de interpretaciones con sesgo positivista en tales estudios. Desde la perspectiva de la generación de conocimiento en la ciencia, hay diversos autores (KUHN 2004, POPPER 1980, HABERMAS, 1986) que ponen el acento no solamente en la configuración de grupos humanos o comunidades académicas sino también en las características que tiene el objeto de estudio de manera particular. En el caso del turismo, la generación del conocimiento tiene que ver no solamente la observancia de algunas configuraciones de comunidades académicas (positivistas - Cuervo, 1967; sistémicas - Beni, 1998; fenomenológicas - Panosso Netto, 2008; hermenéuticas - Conde, 2008; críticas - Ateljevic, Pritchard, Morgan, 2007) sino igualmente con la caracterización de un objeto de estudio que es referido también como condición económica de oferta-demanda en un mercado, no excluyendo otras tendencias referidas a la concepción de su conocimiento científico.

Realizar un acercamiento respecto a los elementos y características de la construcción del conocimiento del turismo ha causado una serie de polémicas en cuanto al manejo del estatuto de científicidad (LEIPER, 2000; TRIBE, 2000; MUÑOZ DE ESCALONA 2010), al respecto algunas posiciones indican el valor disciplinario que puede tener el turismo. En términos científicos argumenta Wallerstein (1998) que una disciplina es una construcción intelectual, cuando afirma que la sociología “es una disciplina en el sentido de que busca disciplinar el intelecto”. Este mismo argumento es retomado por Gómez (2003) referido al estudio del turismo. Mientras que para otros la disciplina es la pauta a una serie de interpretaciones, significados y reflexiones (JAFARI, 2005; MOURÁO, 2009; CASTILLO; LOZANO, 2006).

La finalidad de realizar un ejercicio crítico-reflexivo de la importancia de la construcción del conocimiento del turismo implica someter a valoración, análisis y reinterpretación lo que significa la científicidad en la

producción de conocimientos (CASTILLO; PANOSSO NETTO, 2010); para este efecto son revisadas algunas polémicas y planteamientos de autores que lo abordan desde la perspectiva más convencional y positivista que descartan su posibilidad como disciplina o ciencia, y aquellas que lo hacen desde una postura que no concuerda con la positivista.

Las nuevas visiones no positivistas de los estudios turísticos (crítica - hermenéutica - dialéctica, fenomenológica etc.), están permitiendo la liberación del “yugo” positivista (economía, geografía, sociología, por mencionar algunas). Estas visiones antipositivistas buscan la trascendencia del sujeto con el objeto, de forma que su significado sea a través de la reflexión y de dar sentido en la realidad omnímoda, que comprende todo, que engloba todo.

Para alcanzar el carácter científico de un objeto cualquiera, se debe pasar por la reflexión filosófica, que sin duda mostrará la esencia del fenómeno, tal como diversos investigadores, como Conde (2008) y Panosso Netto (2009), han intentado descubrir y aunque cabe señalar que la esencia es una interpretación sin fines hegemónicos. Para la comunidad científica del turismo, la polémica respecto a su estatus de científicidad no ha concluido aunque parezca que existe un cierto consenso acerca de los logros conseguidos por esta disciplina (FILGUEIRAS, 2010, p. 78). Quienes se inclinen por este tipo de propuestas antipositivistas (PANOSSO NETTO, 2008; CONDE, 2008; PERNECKY; JAMAL, 2010; COHEN, 1979), tienen el enorme reto de mostrar la otra cara e interpretación de esto llamado ciencia como producción de conocimiento no positivista.

1 DE LAS ORIENTACIONES DE LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO Y DEL TURISMO

El pensamiento positivista ha caracterizado lo que ha sido el conocimiento del turismo bajo un carácter científico que es proporcionado por disciplinas como la sociología o la geografía. El turismo, por sí sólo, no ha alcanzado ese estatus, debido a la rigurosidad de los procedimientos y criterios formales del positivismo – desde Comte (2007) hasta Fernández

Fuster, (1971) –, donde este objeto de estudio llamado turismo se ha visto como una temática dependiente de otras ciencias.

La famosa polémica protagonizada por Kuhn (2004) y Popper (1994) en torno a la ciencia es un buen ejemplo de la crítica hacia la construcción de conocimiento, en donde precisamente la crítica juega el papel más importante en este debate. La tesis de Popper dice que el desarrollo de la ciencia es “esencial para el carácter racional y empírico del conocimiento científico, si la ciencia deja de desarrollarse (de esa manera) pierde este carácter” (POPPER, 1994, p. 264). Popper (1980) pone a prueba la construcción teórica, que pretende analizar por medio del *falsacionismo*, método que busca disprobar con base en la falsabilidad de los enunciados y no por la comprobación empírica los conocimientos obtenidos, con la finalidad de fortalecer la ciencia. Por su parte, Kuhn considera el progreso científico no como la acumulación de conocimientos, sino como el mejoramiento de teorías, siendo este el inicio de la revolución de las ciencias.

Kuhn (2004) menciona que existen dos tipos de ciencia: la normal y la revolucionaria o extraordinaria. En primer lugar, la ciencia normal es la que practica una comunidad científica consolidada, que trabaja alrededor de paradigmas, es decir, para Kuhn son “realizaciones científicas universalmente reconocidas que, durante mucho tiempo, proporcionan modelos de problemas y soluciones a una comunidad científica”(KUHN, 2004, p. 13). Esto es lo pertinente a examinar o analizar con mucha atención, y es la comunidad científica la que se encarga de ello, al aceptar o enjuiciar al paradigma, que llevará al desarrollo de la ciencia, y que dará paso a un nuevo paradigma y la disputa de ser aceptado hasta que se detecte una anomalía, esta acción es la de poner en crisis a un paradigma y a la ciencia.

Es importante precisar la trascendencia que tienen las visiones que se contraponen a las positivistas, entendidas comúnmente como “antipositivistas”. El término “positivo” según Diez (2010) hace referencia a lo real, es decir, lo fenoménico dado al sujeto y que el método de la ciencia es descriptivo. Lo real se opone a todo tipo de búsqueda de la naturaleza de las cosas. Por otro lado, el antipositivismo (como corriente epistemológica) propone la crítica a los aparatos ideológicos (paradigmas) del conocimiento

formulados precisamente por el positivismo, argumentando que no existe un mismo método para las ciencias naturales y las ciencias sociales (MARDONES, 2003).

El filósofo alemán W. Dilthey (1980) se ha encargado de llevar a las llamadas ciencias del espíritu a tener una connotación de estatus científico, este esfuerzo es en gran medida a partir de la hermenéutica como corriente antipositivista. Sin embargo es Weber (1992) quien configura ese intento de manera más depurada, tarea que la vida natural no le permitió concluir. Según Mardones (2003), Dilthey propone lo que sería la columna vertebral de estos postulados, justificando la existencia de las ciencias humanas o espirituales debido a que el objeto de estudio de estas ciencias es el mundo del hombre. De estas palabras surge otro debate interesante (que sólo se mencionará sin profundizar), el existencialismo de Jaspers (1968), apuntado hacia la filosofía para explicar aquellos aspectos de la existencia del mundo que son de mayor importancia pero no pueden ser reducibles al conocimiento de las ciencias, y que está en total oposición a la fenomenología de Husserl referida a la búsqueda de la esencia (ZIRIÓN, 1989).

La postura de Sartre (1946) con respecto al existencialismo se enfila, más bien, hacia a la búsqueda de la esencia y su estrecha relación con el humanismo; tema que en los estudios se ha olvidado, es decir, se debe devolver lo humano al turismo.

Es importante resaltar que aunque las visiones anteriores se constituyen como antipositivistas, esto no quiere decir que todas concuerdan en sus métodos y procedimientos como tampoco en la determinación de sus objetos de estudio, el gran denominador común entre ellas es la orientación comprensiva interpretativa y crítica que se hace de lo objetivable.

Regresando a la hermenéutica, Mardones (2003) afirma que con ésta, se pretende, por un lado, mostrar los fundamentos o presupuestos sobre los que se apoya la racionalidad científica, que para Kuhn (2004) es sinónimo de logicidad, y por otro, es instrumental, que significa funcionalidad para ampliar la capacidad de resolver enigmas científicos (GARMA, 2005), es decir, conduce a aclarar lo antes pasado por alto, así como la tarea de determinar las condiciones trascendentales de toda interpretación.

En cuanto a la visión antipositivista, desde la hermenéutica vinculada al turismo, Conde (2008) reflexiona sobre la posibilidad de elaborar una perspectiva teórica capaz de explicar, comprender e interpretar los hechos turísticos, resultando una propuesta teórica llamada hermenéutica dialéctica transformacional, y una metodología nombrada etnografía dialéctica hermeneutizante, es decir, el saber explicativo y comprensivo de la sociedad.

Panosso Netto (2008; 2011) se ha encargado de la parte fenomenológica del turismo, llegando a una nueva propuesta en la búsqueda de la esencia del fenómeno del turismo, menciona que la experiencia es la naturaleza del objeto de estudio. Esta propuesta está enjuiciando a la ya tradicional premisa de que el ocio/tiempo libre es la esencia del turismo, junto con el sujeto que lo realiza. Este es un claro ejemplo de la revaloración en cuanto a los estudios del turismo, que además se propone el rescate de la filosofía al tiempo de intentar explicar el comportamiento del turismo.

Autores como Pernecky y Jamal (2010), elaboraron estudios sobre las posibles aplicaciones de la fenomenología de Husserl (1997) y de la hermenéutica de Heidegger (1999) a los estudios turísticos. Dichos autores (PERNECKY; JAMAL, 2010) comprenden que la fenomenología está más relacionada al tema del conocimiento, la cuestión epistemológica del saber y la búsqueda de la esencia. Por otra parte, la hermenéutica se enfoca prioritariamente en el tema de la experiencia, en el tema del ser, el significado del ser en el mundo (*da-sein*). De ahí la importancia de estas dos vertientes filosóficas para la comprensión del “ser” del turismo y del conocimiento en turismo.

Otras de las perspectivas que tienen ideas diferentes a las del positivismo, es la crítica, con la cual, según Castillo y Panosso Netto (2010), el turismo y la producción de su conocimiento a carácter científico dependerá de la capacidad crítica y reflexiva que las nuevas tendencias de investigación del objeto vayan generando, del mismo modo promueve el valor hermenéutico del conocimiento, para generar nuevos sentidos y significados a esos postulados de carácter crítico.

En el caso del turismo, la visión antipositivista es una postura que integra un conjunto de paradigmas llamados emergentes, entre los cuales

destacan la hermenéutica, fenomenología, dialéctica, crítica o la visión deconstruccionista, con la intención de revalorar el conocimiento científico del turismo que permita, entre otras cosas, identificar comunidades, temáticas, procedimientos de cómo investigar, producir conocimiento e intervenir en la realidad del turismo.

2 DIAGNÓSTICO DE LA SITUACIÓN ACTUAL DE LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO CIENTÍFICO DEL TURISMO EN MÉXICO

Para dar contexto a la situación actual es pertinente comenzar por un acercamiento internacional con diferentes enfoques, para después caracterizar lo que ocurre en México en relación a la construcción de conocimiento del turismo.

En este apartado se presentan temáticas, revaloraciones y grupos que demuestran el común denominador de la superación de los escritos positivistas.

Un exponente de ello es F. Muñoz de Escalona (2004), crítico de los estudios positivistas que propone debates muchas veces sin respuesta, el ejemplo de eso fue el documento que intentó publicar en la revista *Annals of tourism research* en 1993, que, según el autor español, después de respuestas negativas de carácter editorial, desistió del intento de publicar su trabajo en dicha revista (2004), evidentemente de carácter positivista, con fuerte tendencia hacia la promoción y posicionamiento de los destinos. Con todo, la visión de Muñoz de Escalona (2007) acerca del turismo es desde la economía, lo que parece otra postura reduccionista.

Un pensamiento no consustancial lo tienen Burns y Holden (1995) al afirmar que el estudio del turismo puede ser enigmático y bizarro al mismo tiempo, el primero, contiene aspectos difícilmente difundibles y, el segundo, aspira a identificar las bases teóricas que explican por qué desean divertirse los seres humanos.

Retomando la producción de Muñoz de Escalona, se tiene que en su tesis doctoral (1991), desarrolla un trabajo en que llega, según él, a los

orígenes conceptuales del turismo (s. XIX) teniendo las bases teóricas de las definiciones modernas, dicho trabajo hace referencia a las primeras investigaciones hechas por autores europeos como F. Ogilvie y J. Stradner (ambos citados en la obra de MUÑOZ DE ESCALONA, 1991) quienes formularon una explicación a un fenómeno observable en los desplazamientos del llamado movimiento de forasteros (*Fremdenverkehr*) que adolecía de argumentos explicativos.

Otra visión con una postura distinta al positivismo, es la de Tribe (1997), quien considera que el turismo nunca podrá ser constituido como disciplina científica, aunque se muestra a favor de sus estudios epistemológicos por dos razones: la primera ayuda a la validación del conocimiento; y la segunda delimita el campo del turismo, es decir, delimita dónde empieza y dónde termina (TRIBE, 2009). A estas afirmaciones, Panosso Netto (2008), les da contestación al decir que los estudios del turismo se irán desarrollando cada vez más debido a las aportaciones filosóficas y que es complejo decir que un campo de investigación no se desarrollará en el futuro.

Con base en lo antes analizado es pertinente señalar que en México se manifiestan estas visiones a través de los distintos trabajos que se han realizado en fechas recientes, donde la polémica en torno a la cientificidad del conocimiento, así como nuevas tendencias interpretativas, están presentes dejando de lado tal polémica.

En México hay varios estudios que revaloran o dirigen sus esfuerzos hacia nuevas perspectivas distantes del positivismo.

Un enfoque diferente lo aporta Osorio (2006), al explicar el fenómeno del turismo desde la teoría de los sistemas de Luhmann (1992), en donde toma el turismo desde su concepción como fenómeno y acción social, en la que el turismo está ubicado en el sistema económico, lo que representa una tarea complicada al argumentar un posible deslinde y hacer del turismo un sistema autopoiético y autorreferencial. N. Lechner (2002) muestra que esta visión funcional de los sistemas, posee una arquitectura teórica y metodológica exorbitante que no se visualiza con las contradicciones que la realidad como totalidad social demanda. La visión sistémica, desde su concepción tradicional hasta la funcional, tiene una historia que incluye

las propuestas de Parsons (1977), Bertalanffy (1989), Sessa (1985), Leiper (1979, 1981, 1995, 2000), Beni (1998), R. García (2006), hasta Luhmann (1992).

El trabajo crítico de Castillo y Panosso Netto (2010) llamado *Epistemología del turismo: estudios críticos* tiene como finalidad ejercitar la crítica reflexiva e interpretativa mediante la construcción de contenidos críticos. Menciona también que es un ejercicio que pone en juego la facultad de la razón, la mediación e interpretación de todos aquellos conocimientos a los que puede aspirar en la construcción de cierto saber (CASTILLO; PANOSSO NETTO, 2010). Este trabajo reflexivo intenta superar la mera descripción y cuantificación en los estudios del turismo. Sugiere también un esfuerzo intelectual que culmine con el hallazgo de nuevos sentidos y significados. Para Castillo y Panosso Netto (2010), la crítica es la construcción del juicio expresado y decisivo de un pensar que reanuda y adelanta conocimiento.

Es menester mencionar que al hacer estudios cualitativos del turismo, se tiene que depender, en gran medida, de métodos cuantitativos con miras revalorativas, que culminen con la reflexión sobre el contexto actual del turismo. Esto a colación de los hallazgos de Castillo, Osorio y Medina (2009), en donde sin tomar en cuenta la parte estadística y por supuesto en cuanto al limitado interés filosófico e incluso científico del turismo en la producción de conocimiento; de este trabajo sólo se retomará la parte en la que describe las temáticas abordadas por investigadores mexicanos.

El desarrollo sustentable es el tema que ocupa el primer lugar entre la comunidad de investigadores mexicanos del total de los proyectos (CASTILLO; OSORIO; MEDINA, 2009), ya que la aplicabilidad de modelos de desarrollo parece ser una fórmula exitosa en cuanto al ejercicio de evaluar la realidad e implementación de modelos, que muchas veces sólo queda en el papel, ya que intervienen intereses, de tipo económico o político, para llevarlo a cabo.

El segundo lugar lo ocupan los estudios socioculturales, de planeación y de desarrollo empresarial, es decir, trabajos de consultoría y de patrimonio tangible e intangible (CHECA, 2012; VALDEZ, 2011). En último lugar se hallan los estudios teórico-conceptuales como los de Castillo y

Panosso Netto (2011), Guzmán, Garduño, Zizumbo (2009) y Pérez, Zizumbo y González (2009). Estos resultados son originados de un diagnóstico elaborado por Jiménez y Sosa (2006).

En otro ejercicio similar, Verduzco y Bringas (2005) destacan que existen tres variables detalladas por investigadores y representantes de las Instituciones de Educación Superior (IES): a) experiencia, b) necesidades y c) prioridades. Esto quiere decir que se preocupan por lo que se ha hecho, lo que la institución cree importante investigar y los temas que resultan urgentes, sin embargo, lo que se necesita y lo que es prioridad puede parecer subjetivo al tiempo de pensar en temas de investigación, sobre todo en los apoyos financieros designados para ellos.

Dicho trabajo menciona que los temas con mayor afluencia son los que tratan la parte sustentable y de consultoría, pasando por estudios mercadológicos, de patrimonio y de economía. La parte teórica sigue siendo un “santo” poco socorrido –valga la analogía–, bajo la idea poco precisa de que la reflexión filosófica, con pensamientos de tendencias cercanas a la metafísica, no resuelve nada en una realidad netamente palpable y con problemas urgentes. Por el contrario, parece que el turismo está listo para ser reflexionado y repensado, incluso desde su concepto.

Es importante el análisis elaborado por Guevara (2006) para la Secretaría de Turismo Federal (SECTUR), en el que hace un mapeo en el que ubica a distintas personalidades que han investigado el fenómeno turístico y la visión desde la cual ellos lo han abordado. Dicha exploración muestra un trabajo en el que detalla autores, obras y nacionalidades, lo que permite imaginar un escenario global de interés común en el objeto de estudio. Es pertinente hablar acerca de su revisión documental de las instituciones públicas y académicas, en donde la primera ha evolucionado con más agilidad que la segunda, debido a la importancia económica que representa la actividad turística, pues presiona los esfuerzos en los avances de desarrollos turísticos, teniendo así fuerte carga de investigación positivista; enfocándose en los trabajos hechos por la institución de carácter oficial encargada de la actividad turística a nivel federal (SECTUR), describiendo programas y acciones para fortalecer la economía de esta industria.

Al exponer un breve balance sobre la construcción del conocimiento, dice que es importante “animar a la generación de estudios acompañados de una reflexión teórico disciplinaria permanente” (GUEVARA, 2006, p. 18) como ejercicio intelectual académico, lo que permitiría dar al turismo la seriedad en los avances de sus estudios logrando ejecutar la distinción en los estudios “de turismo y lo turístico”; que éste último, dice la autora, actúa con una articulación multi e interdisciplinaria. Lo anterior implica que el estudio del turismo sea abordado por diversas disciplinas que lo expliquen con sus teorías y metodologías, afirmando que el turismo es un tema de estudio para otras disciplinas que bien pueden encargarse de su explicación, llegando al concepto de “lo turístico” (GUEVARA, 2006), lo que deja al turismo como objeto de estudio de otras disciplinas que trabajan independientes unas de otras.

En este mismo sentido, y encontrando semejanza con la postura de Tribe (1997) en cuanto a encasillar los estudios del turismo en dos campos (comerciales y no comerciales), en donde otras disciplinas aportan sus conocimientos a los estudios enfocados al turismo, es decir, se refiere al carácter multidisciplinario del turismo.

Los estudios del turismo, bajo la luz de otras disciplinas, ha tenido explicaciones con enfoques igualmente distintos; como lo menciona Guevara (2006), la convergencia disciplinaria exalta las bondades de la relación entre sus acercamientos creando paradigmas que sirvan para futuros estudios, lo que permitirá debatir en dónde está ubicado el conocimiento en torno a la investigación turística.

A nivel público hay instituciones como el Instituto Mexicano de Investigaciones Turísticas (IMIT), el Centro Internacional de Estudios Superiores de Turismo (CIEST -OMT) y la Secretaría de Turismo (SECTUR), que han hecho trabajos con tendencia hacia la investigación aplicada o por objetivos, teniendo como principal resultado la “contribución para la elaboración de planes y programas de desarrollo turístico, a nivel federal y estatal” (GUEVARA, 2006, p 23). De dichas investigaciones de carácter positivista se destaca de ellos la información estadística, en donde gracias a indicadores como ocupación hotelera, transportación aérea o marítima y

perfil del turista, entre otros, pueden ser un factor decisivo en algún destino o en los campos empresarial, político y mercadológico.

Cabe mencionar que la información recopilada en el trabajo de Guevara –que posteriormente fuera editado por SECTUR–, tuvo una inclinación hacia la parte económica del fenómeno turístico, queda claro que cuando se habla de una dependencia de gobierno (por ejemplo SECTUR), ésta, a su vez debió contar con objetivos desprendidos de los resultados de la publicación, todo esto visto desde la parte pública.

Un resultado del documento de Guevara (2006) es la identificación de los principales actores del turismo: los empresarios y la administración pública Sin embargo no se detecta la importancia que representa el turista, siendo éste parte esencial del fenómeno objeto de estudio, es en este sentido, la ubicación de un vacío relevante en los hallazgos dentro del documento.

En función de la variedad de temas posibles para abordar el fenómeno del turismo, Guevara (2006), detecta líneas de estudio en las cuales se puede clasificar la producción de conocimiento hecha por y para el turismo, dichas líneas son:

1. Gestión y políticas públicas en turismo,
2. Planeación, desarrollo y sustentabilidad,
3. Educación, capacitación, trabajo y tecnología en turismo,
4. Estudios económicos y administrativos del turismo, y
5. Turismo y cultura

Lo refutable de esta categorización radica en que la epistemología, que en este caso queda implícita en educación tuviera una categoría diferenciada de la parte operativa aplicada del turismo, debido a que reflexionar y debatir sobre el turismo necesita una categoría especial, la cual, en algunos discursos se minimiza dicha importancia.

En un afán de mermar el reduccionismo epistemológico, se encuentra el estudio que realizaron Castillo, Osorio y Medina en 2009, el cual lleva como título “Investigación y conocimiento turístico en México”. El documento cuenta con aproximaciones y reflexiones de carácter epistemológico enmarcando el “ejercicio crítico que gestó la ruptura, construcción y

producción de paradigmas con un sentido nuevo que demanda la complejidad actual” (CASTILLO; OSORIO; MEDINA, 2009, p. 7), en donde dicho paradigma debe contar con un objeto, un método y un concepto. Es decir, el paradigma se convierte en un principio rector con que se construye el conocimiento de la realidad del mundo y de la existencia humana (MARTÍNEZ, 1994).

Dicho concepto kuhniano de paradigma, referido a las fases de producción de conocimientos (pre-ciencia / ciencia / crisis / revolución / nueva ciencia) en el turismo, la mayoría de los investigadores a nivel internacional, concuerdan que se encuentra en un nivel de pre-ciencia (CASTILLO; TOMILLO; GARCÍA, 2010) destacando que hay muchos enfoques teóricos así como igual número de argumentos lo que para tales investigadores no ha permitido el fortalecimiento del paradigma científico del turismo.

En el documento elaborado por Castillo, Osorio y Medina (2009) se hace referencia a una pregunta que plantea Muñoz de Escalona (2004), ¿practicismo o academicismo?, y haciendo una revisión más profunda (para incitar al debate), en los escritos de Muñoz de Escalona se detecta algo importante respondiendo a esa interrogante diciendo que se debe:

[...] proceder urgentemente a una crítica sistemática de la literatura convencional y un debate generalizado para sustituir el paradigma multidisciplinar, academicista y empirista por un nuevo paradigma, el paradigma económico de nivel empresarial (MUÑOZ DE ESCALONA, 2004).

Es aceptable el argumento de la sustitución del paradigma clásico, sin embargo, es pertinente reconsiderar la parte económica que el autor español comenta como nuevo paradigma, de modo que el nuevo planteamiento incluya todos los enfoques, sin caer de nuevo en el discurso convencional.

La construcción del conocimiento del turismo puede ser abordada desde diferentes vertientes, como la planteada en el trabajo de Osorio, bajo la perspectiva materialista que enfoca la construcción del objeto de estudio del turismo que implica analizarlo a un mayor nivel de abstracción el cual puede abrir otros caminos interpretativos dados los enigmas en torno a la investigación del turismo (OSORIO, 2005).

A manera de balance general se tiene la aportación de Castillo, Osorio y Medina (2009) en la que muestra la actualidad general de los estudios del turismo, así como la disyuntiva teórica acerca de la cientificidad del turismo, tal y como se mencionó con Da Cruz (2008). Retomando la importancia que tiene la epistemología y la filosofía al tiempo de abordar el dilema del turismo, en donde se ha superado el paradigma positivista, tiene consigo respuesta favorable sobre los estudios de carácter crítico, con el que permite analizar la nobleza del turismo, que más que nobleza, no es más que la realidad inmediata nos presenta.

El objetivo final del estudio del turismo, según Jiménez, es “comprender los diferentes aspectos de la realidad turística en sus diferentes escalas y los efectos que ha generado en los destinos que los reciben y que son multidimensionales” (JIMÉNEZ, 2005, p. 2). Esto implica en realidad un punto de vista post-positivista de la investigación del turismo.

S. Gómez identifica lo que pudiera ser el principio de la emancipación del turismo como disciplina, en donde menciona que “el estudio del turismo, no debe ser patrimonio de ninguna ciencia en particular” (GÓMEZ, 2003, p. 10), en principio todas las disciplinas sociales tienen relación con el turismo, y las relaciones que implica requieren un tratado especial, separado o diferenciado de otras disciplinas.

Con estos trabajos es posible observar claramente las dimensiones antipositivistas que se están tomando en torno a los estudios del turismo, ya que se identifican temáticas que están revalorando y sugiriendo la viabilidad científica en esos estudios.

3 REVALORACIÓN DE LA REFLEXIÓN CRÍTICA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO DEL TURISMO

La perspectiva crítica reflexiva, los paradigmas emergentes y de la complejidad de la construcción cognitiva llevan a entender que la noción ciencia va más allá de formalismos positivistas, para remitir a configuraciones de comunión en la comunidad académica. Esto es, coincidir en argumentos y procedimientos más o menos observables y resultados afines al

pensamiento crítico; esto se reconoce hoy en día en las nuevas tendencias del turismo.

La crítica busca la transformación, en este caso, del pensamiento positivista a uno capaz de reflexionar su contexto y plantear propuestas teórico-metodológicas que fortalezcan el carácter científico del turismo para que sea aceptado por la comunidad científica.

Para hacer posible esa transformación hay que comenzar por comprender el concepto de emancipación que, como dice Bauman (2004) es buscar la liberación de la sociedad capitalista, en este caso, se indaga la liberación del pensamiento positivista, que en palabras de Bauman, liberarse significa “deshacerse de las ataduras que impiden o constriñen el movimiento comenzar a sentirse libre de actuar y moverse” (BAUMAN, 2004, p. 21). Esto explica bien que el sentido que se busca es liberarse de ataduras descriptivas de las que se empecina el positivismo en producir y que intenta ahogar o menospreciar otro tipo de pensamiento.

Este ejercicio intelectual de pensar implica claramente cambiar el pensamiento, es abrir nuevos horizontes intelectuales y hacer del conocimiento turístico algo más que descripciones de destinos y estadísticas de ocupación hotelera. Sin embargo se debe aclarar que la “buena crítica”, como dice Páez (2010), no está limitada al papel de descubrir los errores o vacíos, ni su práctica es reductible al acto de formular juicios y expresarlos, no es sólo la tarea de criticar para atacar, sino que debe tener fundamentos y sentido en los nuevos discursos y hacer de la crítica una actitud reflexiva.

En la tarea crítica de Páez (2010) se parafrasea a Sloterdijk (2007) y resalta la denuncia del adormecimiento de la actitud crítica en virtud de que la capacidad del pensamiento no logra mantener el paso con “lo problemático”. Esta falta de capacidad se convierte en una autorrenuncia a la crítica que comúnmente se expresa bajo la idea de que “dado que todo se hizo problemático, entonces, todo da lo mismo”, esto denota un criterio apático por parte de quien investiga, conformándose o dejándose llevar por la corriente dominante. Es percatarse del desenmascaramiento sin consecuencia, es decir, sin hacer nada al respecto, es por esto que la crítica debe tener sentido, trascendencia. La visión cínica está más allá del positivismo

debido a que sirve para explicar la situación actual del mundo, es decir, los estudios del turismo están superando la convencionalidad de los intereses en temáticas de investigación.

Este tipo de pensamientos podría estar encaminado hacia el materialismo científico, cuya premisa es que el pensamiento es producto de la materia, es decir, el cerebro (HORKHEIMER, 1999). Esto quiere decir que el pensamiento (crítico, hermenéutico, cínico, etcétera) es un nivel superior del conocimiento humano que muestra la realidad objetiva, reflexiva. Aunado a esto dice Horkheimer (1999) que el materialismo requiere la conjunción entre filosofía y ciencia, debido a que “la negación de la absolutización de los contenidos del saber y tomar consciencia de la temporalidad y contingencia de los mismos” (HORKHEIMER, 1999, p. 80), porque rechazan otras posiciones derivadas de las percepciones de los sentidos procedentes del positivismo. Horkheimer explica la ciencia como un proceso dialéctico mediante el que se forman los conceptos de los objetos con la aportación del sujeto, eso está visible en las dimensiones antipositivistas en cuanto al estudio formal del turismo.

Lo importante de esto, dice Castillo, “es reconocer el momento histórico que se vive y la secuencia que sigue la producción crítica y reflexiva de un saber determinado con el propósito de aportar algo en los cimientos, en la estructura y en la concepción que se va delineando del objeto en cuestión” (CASTILLO; PANOSSO NETTO, 2010, p. 34), que a su vez ese mismo ejercicio crítico reflexivo enjuicie el conocimiento y brinde sentido y significado, así como madure en el avance y la consolidación del carácter científico del turismo.

En resumen, comúnmente se ha entendido que la crítica es una forma de enjuiciar las cosas y ante los problemas que existen a nivel mundial como nacional, hay distintas voces que hacen este ejercicio. Con todo, hay que entender que la crítica es mucho más que revalorar la crítica desde sus autores (HABERMAS, 1986; BAUMAN, 2004; SLOTERDJIK, 2007), es más bien, emitir un juicio que contenga contenidos críticos y no crítica de contenidos.

Al respecto, esta dimensión antipositivista de la construcción del conocimiento aplicado al turismo tiene influencia en algunos autores, por

ejemplo, Osorio (2005), plantea toda una discusión de la perspectiva materialista crítica; por su parte, Castillo y Panosso Netto (2010) retoman la parte crítica reflexiva de la Escuela de Frankfurt y la revaloración habermasiana, y Conde (2008) revalora la perspectiva hermenéutica con énfasis analógico, todos ellos han hecho propuestas renovadoras en la producción de conocimiento del turismo en México, y que así como ellos habrá generaciones de investigadores innovadores con actitud crítica que denuncien y que también propongan otras visiones a las convencionales.

CONCLUSIÓN

En este ensayo se han descrito algunas dimensiones o perspectivas que, de manera contraria al positivismo, abordan el estudio del turismo en México, haciéndolo desde ángulos como son la hermenéutica, la fenomenología y la crítica reflexiva. Todo ello en el ánimo de mostrar el carácter científico del turismo, esto no quiere decir que no permita la inter, multi o transdisciplinarietà en sus estudios, pero es pertinente aclarar que el turismo es más que sólo un campo de estudio de otras disciplinas.

Las orientaciones de los estudios del turismo necesitan un redimensionamiento hacia el paradigma antipositivista, que si bien, puede utilizar conocimientos empíricos que son instrumentalizados para un análisis crítico reflexivo profundo sin perder de vista la realidad inmediata que requiere ese estudio.

La filosofía puede llegar a despejar muchas dudas en cuanto a la importancia reflexiva que merecen los estudios del turismo, por lo que es importante ese ejercicio reflexivo y liberador que enjuicie los hallazgos hechos, que además impacte en otros investigadores y se fortalezca la comunidad científica del turismo.

Es posible develar la investigación en torno al científicismo para hablar del turismo como objeto de estudio a carácter científico gracias a los enunciados hallados a lo largo de este artículo.

El debate antipositivista está forzando a que la producción de conocimiento tome caminos, apoyada en la epistemología que hace que se

fundamenten los argumentos de aquellos que insistimos en que el turismo es una ciencia, concepto que por cierto debe ser flexibilizado, y para ello la filosofía jugará un papel sumamente importante.

REFERÊNCIAS

A TELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *Critical turn in tourism studies. Innovative Research Methodologies*. Editors' introduction: Promoting an Academy of hope in tourism enquiry. Oxford: Elsevier. 2007.

BAUMAN, Z. *Modernidad líquida*. Fondo de Cultura Económica. Argentina. 2004.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, São Paulo. 1998.

BERTALANFFY, L. *Teoría general de los sistemas*. FCE. México. 1989.

BURNS, P.; HOLDEN, A. *Tourism: a new perspective*. Londres. Prentice Hall. 1995.

CASTILLO, M.; LOZANO, M. *Apuntes para la investigación turística*. Universidad de Quintana Roo. Ed. Alfa/Zeta. 2006.

CASTILLO, M.; OSORIO, M.; MEDINA, L. *Investigación y conocimiento turístico*

en México: IES y centros de investigación. Facultad de turismo y gastronomía. UAEM. 2009.

CASTILLO, M.; PANOSSO NETTO, A. *Epistemología del turismo: estudios críticos*. Trillas: México, 2010.

CASTILLO, M.; GARCÍA, F.; TOMILLO, F. *Principales tendencias de la investigación turística en España y Europa*. Universidad Europea Miguel de Cervantes: España, 2010.

CASTILLO, M.; PANOSSO NETTO, A. *Implicaciones epistemológicas en la investigación turística*. *Revista Estudios y perspectivas en turismo*, v. 20, n. 2, p. 384-403. Argentina. 2011.

CHECA, M. *Aproximación turístico cultural para un patrimonio en vías de extinción: la arquitectura histórica en madera de Chetumal, Quintana Roo*. *El periplo sustentable*, n. 12, p. 49-78, 2012.

COHEN, E. *A Phenomenology of Tourist Experiences*. *Sociology* May 1979, v. 13, n. 2, p. 179-201. Disponible en: <<http://soc.sagepub.com/content/13/2/179.abstract>>. 1979.

- COMTE, A. Discurso sobre el espíritu positivo. Ed. Alianza: España, 2007.
- CONDE, N. ¿Es posible una teoría hermenéutica dialéctica en el estudio del turismo? en Teoría y Praxis. México: Ed. Alfa/Zeta, 2008.
- CUERVO, R. Un método para evaluar condiciones que afecten la decisión sobre el otorgamiento de la 5ª libertad en el tráfico aéreo internacional. En: El turismo como medio de comunicación humana. Departamento de Turismo del Gobierno de México. 1967.
- DA CRUZ, G. Ciência e pesquisa: reflexões sobre a inserção do turismo e do ensino superior frente ao panorama científico. Revista Pasos, v. 6, n. 1, p. 109-116, 2008.
- DANN, G; PARRINELLO, G. The sociology of tourism: European origins and developments. Tourism Social Science Series, Volume 12, 2009.
- DIEZ, E. Semblanza filosófica. Disponible en: <<http://www.cibernous.com/ autores/comte/teoria/biografia.html>>. Consultado el: 16/07/2010.
- DILTHEY, W. Introducción a las ciencias del espíritu. Madrid: Alianza, 1980.
- FERNÁNDEZ FUSTER, L. Teoría y técnica del turismo, t. I, 2. ed., Nacional, Madrid. 1971.
- FILGUEIRAS, J. M. Reflexiones kuhnianas sobre la “cientificación” del turismo, en Epistemología del turismo: estudios críticos. México: Trillas, 2010.
- GARCÍA, R. Sistemas complejos. Conceptos, método y fundamentación epistemológica de la investigación interdisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2006.
- GARMA, A. Thomas Kuhn y la racionalidad científica. A parte rei. Revista filosófica. 40: p. 1-9. 2005.
- GÓMEZ, S. Repensar la investigación turística. V CONGRESO DE INVESTIGACIÓN TURÍSTICA. U. de G. 1-19. 2003.
- GÓMEZ, S. Repensar en el turismo: ante la irresistible tentación de lo pragmático y lo empírico. 2005. Visto en: <http://portal.uexternado.edu.co/irj/go/km/docs/documents/UExternado/pdf/5_revistaAnuarioTurismoySociedad/ArchivoAnuarioTurismoySociedad/ATS%209/SalvadorGomez.pdf>. Consultado el: 02/09/2010.
- GUEVARA, R. Estudios multidisciplinarios en turismo. SECTUR. México. 2006.
- GUZMÁN, M.; GARDUÑO, M.; ZIZUMBO, L. Reflexión crítica sobre el consumo turístico. Estudios y perspectivas en turismo, v. 18, n. 6, p. 691-706. Argentina. 2009.
- HABERMAS, J. La ciencia y técnica como ideología. Madrid: Tecnos. 1986.

- HEIDEGGER, M. *Ontología. Hermenéutica de la facticidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1999. Traducción de Jaime Aspiunza.
- HORKHEIMER, M. *Materialismo, metafísica y moral*. Madrid: Tecnos. 1999.
- HUSSERL, E. *Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica. Libro primero* (traducción de José Gaos), FCE, México, 1997.
- JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. *The Scientification of Tourism. Política y Sociedad*, v. 42, n. 1, p. 39-56. 2005.
- JASPERS, K. *Filosofía de la existencia*. Aguilar. 1968.
- JIMÉNEZ, A. *Notas sobre las etapas de la investigación del turismo en México. Panel: Evolución de la investigación turística en México: desarrollo, desafíos y perspectivas*. SECTUR, CESTUR. México. 2005.
- JIMÉNEZ, A. y SOSA, A. *Notas sobre las etapas de la investigación del turismo en México. En: Análisis del turismo*. SECTUR. México, 2006.
- KUHN, T. *La estructura de las revoluciones científicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- LECHNER, N. *Las sombras del mañana. La dimension subjetiva de la política*. Lom Ediciones. Chile, 2002.
- LEIPER, N. The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, v. 6, n. 4, p. 390-407, out./dez. 1979.
- LEIPER, N. Towards a cohesive curriculum in tourism: the case for a distinct discipline. *Annals of Tourism Research*, v. 8, p. 69-84. 1981.
- LEIPER, N. *Tourism management*. Collingwood-Victoria: RMIT Press. 1995.
- LEIPER, N. An emerging discipline. *Annals of Tourism Research*, v. 27, Issue 3, July 2000, p. 805-809. 2000.
- LUHMANN, N. *Sistemas sociales: Lineamientos para una teoría general*. Anthropos. España. 1992.
- MARDONES, J. M. *Filosofía de las ciencias humanas y sociales*. España. Anthropos. 2003.
- MARTÍNEZ, M. *Hacia un nuevo paradigma de la racionalidad*. Ed. Anthropos. Venezuela, 1994.
- MOURÃO, J. 2009. Turismo como ciência? Disponible en: <http://www.iscet.pt/site/percursos_ideias_N1/TUR/Revista167-172.pdf>. Visto en: 02/09/10.

MUÑOZ DE ESCALONA, F. Crítica de la economía turística enfoque de oferta versus enfoque de demanda. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid. España. 1991.

MUÑOZ DE ESCALONA, F. Autopsia del turismo. Primera parte: el vencimiento de la distancia. Editado por eumed·net; accesible a texto completo en <<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/>>. 2004.

MUÑOZ DE ESCALONA, F. Autopsia del turismo: el turismo explicado con claridad. 2da parte. Edición electrónica gratuita. Texto completo en: <www.eumed.net/libros/2007c/310/>. 2007.

MUÑOZ DE ESCALONA, F. Ciencia y nociencia en el turismo. Respuesta al antropólogo del turismo Maximiliano Korstanje. TURyDES, v. 3, n. 8. septiembre. Disponible en: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/08/fme3.htm>>. 2010.

OSORIO, M. Hacia la construcción del objeto de estudio del turismo desde una perspectiva materialista crítica. Revista Pasos, v. 3, n. 1., p. 41-61, 2005.

OSORIO, M. El turismo: hecho, acción, comunicación. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Universidade de Caxias do Sul. Brasil. 2006.

PAEZ, L. Crítica de la modernidad. México. UNAM, 2010.

PANOSSO NETTO, A. Filosofía del turismo: teoría y epistemología. México: Trillas, 2008.

PANOSSO NETTO, A. What is tourism? Definitions, theoretical phases and principles. En: Philosophical issues in tourism. Canada. Channel view publications. 2009.

PANOSSO NETTO, A. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2011.

PARSONS, T. El sistema de las sociedades modernas. México: Trillas, 1977.

PÉREZ, C.; ZIZUMBO, L.; GONZALEZ, M. Impacto ambiental del turismo en áreas naturales protegidas; procedimiento metodológico para el análisis en el Parque Estatal El Ocotál, México. El periplo sustentable, n. 16, p. 25-56, 2009.

PERNECKY, T.; JAMAL, T. (Hermeneutic) Phenomenology in tourism studies. Annals of Tourism Research, v. 37, n. 4, p. 1.055-1.075, out. 2010.

POPPER, K. La lógica de la investigación científica. Madrid. Tecnos. 1980.

POPPER, K. La Responsabilidad de Vivir. Escritos sobre política, historia y conocimiento. Ediciones Piados Ibérica, S.A. Buenos Aires. 1994.

- SARTRE, J. P. El existencialismo como humanismo. Transcripción taquigráfica de una conferencia. Disponible en: <<http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/766.pdf>> 1946.
- SESSA, A. La scienza dei sistemi per lo sviluppo del turismo. Roma: Agnesotti. 1985.
- SLOTERDIJK, P. En el mundo interior del capital. Para una teoría filosófica de la globalización, Madrid: Siruela, 2007.
- TRIBE, J. The indiscipline of tourism, *Annals of tourism research*, v. 24, n. 4, Pergamon, Gran Bretaña. 1997.
- TRIBE, J. Indisciplined and Unsubstantiated, en *Annals of Tourism Research*, 27:3, 809-813, 2000.
- TRIBE, J. *Philosophical issues in tourism*. Channel View Publications. Toronto. 2009.
- VALDEZ, R. Los Vestigios Prehispánicos del Ex Bosque de Manzanilla en Puebla, México. De yacimiento arqueológico a producto turístico. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 9, n. 4, p. 585-597, España 2011.
- VERDUZCO, B.; BRINGAS, N. Importancia de la investigación turística en México: resultados de una prueba piloto. Ponencia presentada en el VII CONGRESO NACIONAL Y I INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN TURÍSTICA. SecturCestur. 5 al 7 octubre de 2005. Guadalajara y Zapopan, Jalisco. 2005.
- VERNEAUX, R. *Epistemología general o crítica del conocimiento* Herder. España. 2005.
- WALLERSTEIN, I. El legado de la sociología, la promesa de la ciencia social. Discurso Presidencial, Décimocuarto CONGRESO MUNDIAL DE SOCIOLOGÍA. Montreal. Traducción de Miguel Llorenz. 1998.
- WALLERSTEIN, I. *Impensar las ciencias sociales*. Ed. Siglo XXI. 1999.
- WEBER, M. *Economía y sociedad*. Fondo de Cultura Económica, México. 1992.
- ZIRIÓN, A. *Actualidad de Husserl*. Alianza editorial mexicana. UNAM, 1989.

CAPÍTULO 9

FÉLIX TOMILLO NOGUERO EN ENTREVISTA¹

El doctor Félix Tomillo es uno de los principales turismólogos en el momento actual, profesor de la Universidad Antonio de Nebrija (Madrid) y de la Universidad Europea Miguel de Cervantes (Valladolid) y uno de los teóricos de mayor relevancia en el contexto presente sobre temáticas del ocio y el tiempo libre.²

1. Estimado doctor, usted ha sido una de las guías intelectuales de mayor presencia en Latinoamérica en la Epistemología del Turismo. ¿Qué entiende por Epistemología del Turismo?

Desde una perspectiva de crisis o crítica, se trata de una ciencia en construcción, antagónica al positivismo, que pretende trascender los paradigmas disciplinarios vigentes, analizando, interpretando, comparando, entendiendo la naturaleza del fenómeno (conocimiento sensible) y del nóumeno (conocimiento racional), su interacción con el sujeto cognoscente y la interacción de éste con su propio entorno, y haciendo una reflexión crítica o juicio, todo ello acerca de la complejidad del binomio viaje-hospitalidad, respecto del cual se pregunta:

1 Entrevista originalmente publicada en: Entrevista a Félix Tomillo Noguero. Napoleón Conde Gaxiola en la *Revista Homo Viator*. Vol 1, 2010, p. 235-243. Reproducido con autorización del editor de la revista y de los herederos de Félix Tomillo Noguero.

2 Según el blog www.hospitalidad.info: “Félix Tomillo Noguero (Valladolid, 28 de junio de 1943 – Valladolid, 2 de julio de 2014) fue profesor, investigador, consultor y empresario. Licenciado en Derecho, Licenciado en Ciencias Políticas y Doctor of Philosophy in Business & Management, desde el comienzo de su actividad profesional fue orientando su trabajo y vocación personal en los ámbitos del turismo y la enseñanza. En 1967 fundó, junto a otros compañeros de viaje, la Escuela Superior de Turismo de Valladolid, de la que fue su director en la práctica totalidad de sus 37 años hasta que en 2004 quedó extinguida al integrar la Universidad Europea Miguel de Cervantes, de Valladolid, la diplomatura oficial de turismo que impartía hasta entonces. Durante este tiempo impulsó la creación de diversos centros de formación para el empleo, formación continua, formación profesional, idiomas, etc. en Valladolid, en el resto de España y en el extranjero.”

- a) Cómo se origina y construye el conocimiento (método epistémico), cómo se gestiona (hermeneuticidad), cómo se formula (método científico, principios, teoría, taxonomía), cómo se aplica (práctica), cómo se distribuye (pedagogía, publicaciones) y cómo se consume (aprendizaje).
- b)Cuál es la naturaleza y el significado del conocimiento, así como su grado de validez y rigor.
- c) Qué soluciones integrales aporta a los problemas y contradicciones reales.

2. ¿Existe algún enlace o trabazón entre el desarrollo epistemológico del turismo y la conversión del conocimiento turístico en disciplina independiente?

Cierto. Una de las varias utilidades de la epistemología del turismo, ya apuntada por John Tribe, es que irá ayudando a fijar con precisión los límites o fronteras de la ansiada disciplina, o sea, de una estructura lógica que llegue a distinguir y caracterizar el campo de los estudios de turismo, de esa unidad teórico-conceptual turística que ha sido bautizada antes de nacer con el nombre de turismología.

3. ¿Tiene algún sentido especial para usted la reflexión crítica ínsita en la epistemología?

Sí. Identificado con un discípulo de usted, el Dr. Marcelino Castillo Nechar, pienso que el ejercicio crítico-reflexivo pone en cuestión los paradigmas científicos convencionales y delibera, desnuda y desanuda constantemente sus aporías (enunciados que expresan o que contienen una inviabilidad de orden racional), anomias (degradación o carencia de normas), antinomias (contradicciones), paradojas (inverosimilitudes), parcialidades, inconsistencias, incoherencias, insuficiencias, lagunas y debilidades dialécticas (las causadas por la fragilidad de los principios).

Y, por otra parte, en sintonía con George Marcus, considero que en una investigación crítico-reflexiva se han de indagar las magnitudes filosóficas, éticas, estéticas, metafísicas, teológicas, politológicas, etc. del tema, como parte integral de la producción del conocimiento. Si integral, dicho de cada una de las partes de un todo, significa que la parte entra en la composición del todo sin serle esencial, el no inquirir aquellas dimensiones supondría que, aunque subsistiera el todo, el resultado fuera incompleto, fuera sencillamente un fragmento accidental. En mi apreciación, es casi un deber moral y sin duda un deber deontológico de quienes deseamos la edificación y culminación de una disciplina turística, el establecer como objetivo de las investigaciones interdisciplinarias y –sobre todo– de las transdisciplinarias o extradisciplinarias el conseguir el conocimiento integral, pleno, acabado y –por ende– el conocimiento de los aspectos filosóficos, éticos, estéticos... que envuelven el tema.

4. ¿Cree usted en la dialéctica entre la teoría y la práctica?

De acuerdo con Agustín Requejo, opino que hay una epistemología de la práctica. ¿Qué nos dice ésta? Lo que ha señalado Donald Schön: que la teoría genera práctica y la práctica genera teoría, y que el empalme entre teoría y práctica no es causal, sino recíproco, lo que da lugar a que el conocimiento no devenga abstracto ni descontextualizado, pero tampoco sólo intuitivo y asistemático en un sentido del método científico.

Como es sabido, el método científico (la contrastación dialéctica entre la teoría y la práctica para descubrir lo que se debe saber) entra en juego con posterioridad al método epistémico. El método epistémico es el que atiende a la comunicación entre el investigador y lo que debe ser conocido; conduce a la simbolización de lo aprendido, paso previo al proceso de teorización; y, como dice Michel Foucault, pone entre paréntesis cualquier finalización en las configuraciones del saber. Asevera Claude Bernard que «el que no sabe lo que busca, no entiende lo que encuentra».

A partir de la epistemología de la práctica, creo que es fácil comulgar con la teoría no formal de Schön, la cual enfatiza la inseparabilidad de la

teoría y la práctica, en tanto que la teoría es situacional (es decir, está ligada a un conjunto de factores o circunstancias) y la práctica es la comprensión y actuación pertinentes dentro de un paisaje de valores y limitaciones situacionales. El fin de la teoría no formal no es representar y explicar, sino interpretar, comprender y enjuiciar.

Resulta oportuno añadir dos cosas. Primera, que la epistemología posee una visión ahistórica y ageográfica del fenómeno y del noúmeno cognitivo, así como de la inteligencia humana, que diría Gérard Fourez. Y segunda, que actualmente existe vivo interés por crear una socioepistemología y una politépigistemología del turismo, que examinen los nexos sociológicos y políticos del turismo y sean susceptibles de introducir el conocimiento turístico en el seno de la sociedad y en el reducto de los políticos respectivamente.

5. ¿Tiene el turismo ADN? En su caso, ¿cuál es?

Sí, el turismo tiene Ácido Desoxirribonucleico, que, para mí, es sustancialmente antropológico.

Se organiza en dos unidades estructurales: el viaje pacífico y de motu proprio, y la hospitalidad prestada libremente y por tiempo limitado.

Constituye el material genético de células autopoyéticas y sensibles a los estímulos (por ej., la relación *societas accipiens-homo viator*; la noción anfitriónhuésped es coincidente, pero en el siglo XX ha pasado a tener varias nacionalidades pues la química orgánica, la biología, la informática...la han otorgado la suya), protectoras (por ej., el principio hermenéutico pro viator), autorreguladoras (por ej., la *societas accipiens* es, en último término, responsable de los daños y perjuicios que sufra el visitante), capaces de crecer o aumentar (por ej., el efecto multiplicador del turismo, cuyo enfoque, por cierto, no es ya únicamente econométrico, sino politológico, sociológico, psicosocial, antropológico, historiológico, etc.), evolutivas (por ej., los recursos de atracción de los destinos se diversifican progresivamente)... y diferenciadoras (otros innúmeros fundamentos y leyes originalmente disciplinares).

Y contiene en su secuencia la información (procedente de las creencias religiosas, tradiciones culturales, personalidad, intereses materiales,

filosofía, humanidades, arte, ciencia, tecnología...) necesaria para la síntesis de las proteínas, cardinales en la futura constitución y funcionamiento de la materia turística.

6. ¿Cómo ve el avance de la investigación en turismo?

La realidad es que, todavía en nuestros días, la cognición del turismo se soporta principalmente en las indagaciones desconectadas de macroeconomistas, microeconomistas, estadísticos, geógrafos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, juristas, politólogos, historiadores, mercadotécnicos, ambientalistas, planificadores y, en menor medida, especialistas de otras ciencias, que han explorado el crecimiento prominente del turismo como un singular fenómeno económico, social, cultural y ambiental que desencadena efectos positivos y negativos que repercuten en la vida de las sociedades receptoras, tanto desarrolladas, como subdesarrolladas, pero que no han aportado conocimiento turístico propiamente dicho, sino que han ensanchado el conocimiento de su disciplina.

Esos investigadores, unos afines al espíritu modernista y otros al posmodernista, han trabajado en su mayoría de modo individual, sin formar equipo (últimamente, empieza a haberlos), aunque por lo normal están amparados por un grupo de presión o de intereses corporativos, del que son miembros, que influye en la organización académica, lo que ha consolidado su forma de actuar; ese ascendiente es de poder y cada grupo tiene el suyo y ordinariamente lo ejerce contra los otros grupos. Las fuerzas de los grupos no se han empleado o se han empleado con retraso para estimular la cooperación entre sus propios componentes. Por eso, los investigadores no han hecho otra cosa que arrimar a su disciplina peculiar el ascua del léxico, las metodologías, las teorías, las categorías, etc., siguiendo –a menudo rudimentariamente– prismas - teóricometo do lógicos como el marxismo, la fenomenología, la hermenéutica, el estructuralismo, el racionalismo crítico, la teoría general de sistemas... Consecuencia de todo ello es que, en sus investigaciones, lo turístico no es el texto, sino el contexto; es lo adjetivo y no lo sustantivo. Así, no debe extrañar que, salvo excepciones, los frutos

sean de una pobreza conceptual notable; apenas hay ideas que conciban o formen el entendimiento turístico.

7. ¿Es esto privativo de los investigadores hispanoparlantes?

No. Ese balance también es pregonable de la generalidad de los autores francófonos y anglófonos. A propósito, ante los anglófonos suele darse una reacción absurda por parte de muchos latinos, europeos y americanos, que les conceden la presunción o crédito de que sus publicaciones son mejores o las mejores. ¿Por qué? Por el impacto que alcanzan las obras en inglés y que se mide por el número de veces que aparecen citadas, muy superior al del resto de las literaturas.

Pero la realidad es que la gran mayoría de los estudiosos angloparlantes del turismo no elaboran teorías. Y, cuando lo hacen, tienden a tomar como universo las lindes de la *commonyard*, el patio de su casa. Además, suelen analizar este espacio doméstico de modo unidimensional y con su proverbial sentido positivista, que prima los valores materiales y la consecución de la utilidad, el pragmatismo.

8. ¿Qué conocimiento turístico se ha producido en España?

En términos cuantitativos, las publicaciones de todo tipo vienen en crescendo desde los años 60, década que se suele estimar como el punto de partida de las investigaciones turísticas en España. En el nuevo siglo, la literatura científica turística alcanza anualmente una producción ingente de títulos. Transformar la cantidad en calidad es uno de los retos que debe afrontar ahora la universidad y sus cuerpos de investigadores. Y la calidad requiere cuatro cosas básicamente: especialistas de nivel y de varias disciplinas, contacto con los stakeholders, recursos adecuados y sinergias para intercambiar y fusionar el conocimiento.

En España, hasta hace diez o quince años, los equipos de investigación eran rara avis y lo normal era el investigador aislado en una campana de cristal. Y cuando se constituía un grupo, frecuentemente estaba

formado por auténticos outsiders, titulados en carreras universitarias extraturísticas y sin experiencia profesional turística, o con una experiencia tan pequeña que no la había menor. Para ellos, el turismo ha sido o es el simple objeto de su ejercicio especulativo, pero no la materia prima con la que conceptualizarlo. Es una de las razones por las que los estudios de turismo no son aún una disciplina, sino un campo de estudio de otras disciplinas; no se han emancipado todavía de las ramas de conocimiento de sus estudiosos, viven en casa de éstos, son tributarios suyos y permanecen sometidos a su patria potestad.

En esto, España no difiere del resto del mundo occidental y el conocimiento turístico ocupa un territorio minúsculo comparado con el paraturístico. Para calibrar la gravedad de la situación, imaginemos qué falta de progreso, qué parón o estancamiento sufriría la medicina, si en vez de estudiar cómo prevenir y curar las patologías de los seres humanos desde sus propias claves internas, se abordaran las enfermedades al margen de los códigos médicos, extramuros, desde las ciencias auxiliares o desde ciencias transversales, vinculadas o afines a la medicina; es evidente que, así, no se produciría conocimiento médico, sino un conocimiento que se añadiría a las disciplinas de enfoque.

9. ¿Cree usted que se puede corregir esta situación?

Para arreglar la situación, la turismología ha de actuar, por ej., como antaño procedió la sociología respecto de la filosofía. Mientras la sociología miraba y admiraba a la filosofía dependía filialmente de ella, no se confeccionaron conceptos autónomos, con los que fortalecerse. Estos emergieron a raíz de adoptar una posición crítica frente a la disciplina madre, buscar motivos de distanciamiento y autogobierno, y perseguir una identidad metodológica propia.

10. ¿Cómo está en España la investigación, desarrollo e innovación en turismo?

La poca I+D+i (Investigación, Desarrollo e innovación) turística que se ha emprendido, ha sido más I que D y, por supuesto, que i. O sea, ha

prevalecido la investigación básica, mientras que la aplicada, la de desarrollo tecnológico o experimental y la innovación han brillado por su insuficiencia, cuando no ausencia, incluso en los planes nacionales. Resulta incongruente que, predominando la investigación básica, la fertilidad en la producción de teorías haya sido exigua.

Y ya se sabe que, sin andamiaje teórico –locución empleada por Chris Cooper–, no hay cimientos sobre los que levantar una disciplina. Porque, si se trabaja como en el Renacimiento, sólo proveyendo datos, no se gesta ninguna teoría y sin teoría no hay ciencia. Esto no impide que pierdan el carácter científico aquellas teorías que no se apoyen en datos (aunque valgan para pensar críticamente).

En la actualidad, la mayoría de las publicaciones son casuísticas y, obvia y consecuentemente, carecen de aplicación genérica. Por otra parte, un número abultado de estas obras se centran en describir y medir, y no en comprender y enjuiciar, lo que supone que siguen reglas inusuales en el hemisferio de las ciencias sociales.

Estas opiniones mías no niegan la existencia –a lo largo de los últimos 50 años– de valiosas creaciones y de una élite de maestros dignos de figurar en el cuadro de honor más conspicuo. Entre los laureados estarían indudablemente Arrillaga Sánchez, Fernández Fúster, Fernández Álvarez, Alcaide Inchausti, Pulido San Román, Figuerola Palomo, Luis de Lavour, Bote Gómez, Cuadrado Roura, Vera Rebollo, Valenzuela Rubio, Santana Talavera, Santos Arrebola, Álvarez Sousa y algunos más cuyos nombres no me vienen ahora a la memoria.

11. ¿Usted ve una nueva incorporación de la Epistemología, la Filosofía, la Ética y saberessimilares en el caso del Turismo?

La penuria de estudios epistemológicos sobre el turismo es un mal sin fronteras.

Por culpa de tal escasez, se halla bajo mínimos la consideración científica de la turismología, turismografía, turismosofía, teorosofía, teorometría, teorología o como se quiera llamar al embrionario cuerpo de conocimientos

estructurados con coherencia, de los que se deducirán principios y leyes generales, que serán distintivos de la teoría y de la práctica turística.

En unos momentos en que las ciencias sociales vuelven los ojos de la esperanza hacia las investigaciones cualitativas, es imprescindible, vital, que se lancen sin dilaciones a procurar el nacimiento de la turismología los epistemólogos, los filósofos strictu sensu, los eticistas, los deontólogos e incluso los teólogos y, en general, todos los equipos de investigación interdisciplinar que caminen hacia la transdisciplinariedad de su producto cognitivo. Me gustaría que ninguno de ellos se constituyera como tribu académica, endemia que lamentablemente reina en multitud de países e incluso transnacionalmente (en comunidades lingüísticas, por ej., las de habla española o inglesa).

12. ¿Quiénes son, a su modo de ver, los investigadores que vienen destacando más por su labor epistemológica en español?

En España, los investigadores con aptitud y actitud para semejante empresa caben en un taxi. Los primeros o unos de los primeros en entrar en él fueron Ortuño Martínez y Muñoz de Escalona. Luego, López Olivares, los hermanos López Bonilla y algún otro se subieron y poco después se bajaron.

En Iberoamérica, para recoger a los que cultivan la epistemología turística hacen falta varios autocares o camiones, como se dice en México. Preferentemente en Brasil, México y Argentina, viene aflorando un talento, una entrega y un rendimiento ilusionantes.

Esto ha quedado palmariamente demostrado con la reciente publicación de *Epistemología del turismo: Estudios críticos*, que han capitaneado Castillo Nechar y Panosso Netto, con la colaboración de otros inconformistas que sienten la responsabilidad social del investigador, como Urdañeta Ramírez, Castro César, Filgueiras Nodar, González Damián, Mirian Rejowski, Lima Camargo, Sidnei Raimundo, Conde Gaxiola y un servidor.

Para completar esta lista habría que añadir medio centenar de colegas más, a cual mejor. Al que más hay que exigir y del que más hay que

esperar es de Alexandre Panosso, que será pronto el más cotizado internacionalmente, por su sapiencia, pericia, madurez intelectual, trabajo, personalidad, liderazgo, juventud e increíble disponibilidad de tiempo para todo.

13. En otros idiomas, ¿quiénes sobresalen?

La francofonía se encuentra cuantitativamente a la altura o en un escalón por debajo de los hispanoparlantes. Se rinde honores a Arthur Haulot y a Joffre Dumazedier. Y gozan de merecido predicamento internacional Jean Stafford, Paul Bodson, Marc Boyer, Georges Cazes y Jean-Michel Hoerner. Pero, también se reconocen las importantes contribuciones de Christine Demen-Meyer, Marc Augé, Alain Reynaud, Bernadette Merrenschoumaker, André Rauch, Bruno Sarrasin, Jean-Marie Furt, Franck Michel, Jean-Didier Urbain, Isabelle Lefort y otros, primordialmente, geógrafos, sociólogos y antropólogos.

Como es natural, la anglofonía acapara el primer puesto del ranking en epistemología turística. Ahora bien, en proporción al tamaño oceánico que adquieren los investigadores turísticos que escriben en inglés, el censo de epistemólogos es una gota de agua. Comparándonos con éstos, los que nos expresamos en español, portugués y francés tenemos que aprender de ellos; nos han tomado la delantera hace unos cuantos años y ya han profundizado más.

La mención de los pioneros o más célebres es de por sí extensa: Zivodin Jovicic, Emanuel de Kadt, Erik Cohen, Neil Leiper, Dean Mac Cannell, John Urry, Chris Cooper, Valene Smith, Jafar Jafari, Nelson Graburn, Brent Ritchie, Robert W. McIntosh, Charles R. Goeldner, John Tribe, Jenny Phillimore, Lisa Goodson, David Botterill, C. Michael Hall, Dennison Nash, Graham Dann, Philip Pearce, Yorghos Apostolopoulos, Patricia Goldstone, etc., etc. Pero, sería injusto olvidarse de Alison Morrison, David Timothy Duval, David Joon-Wuk Kwun, Adrian Franklin, Mike Crang, Alf H. Walle, Tomas Pernecky, Kevin Meetham, Kevin Hannam, Stephen Wearing, Tazim Jamal, Yaniv Belhassen, Charlotte M. Echtner, Dean Aaser, Stephen Williams, Peter M. Burns, Catherine A.

Palmer, Cara Aitchison, Irena Ateljevic, Andrew Holden, Andrew Walls, Julie Scott, Fevzi Okumus, Keith Hollinshead, Carson L. Jenkins, Tim Coles, Tom Selwyn, Youcheng Wang, Leonard Lickorish, Metin Kozak, Alain Decrop, Nigel Morgan, Krzysztof Przeclawski, Annette Pritchard, Bryan H. Farrel, Louise Twining-Ward, Sagar Singh y una plétora invidiable.

14. ¿Somos los latinos más reflexivos que los anglosajones?

Es el estereotipo. Antes de leer ampliamente a los autores anglosajones, yo escribí que no era probable que un anglo – sajón afirmara, como el francés Marc Boyer, que la epistemología del turismo debe ser orientada por su filosofía (la esencia del fenómeno), por su historia (las condiciones en las que ha aparecido) y por su escatología (la finalidad). Hoy, no pienso eso. No obstante, sigo considerando que, en el pasado, la realidad reflejaba que los anglosajones se identificaban con la ciencia, el realismo y la materialidad, donde eran superiores, mientras los latinos evocábamos la filosofía, el idealismo y la imaginación, donde éramos superiores.

Sin embargo, percibo que el siglo XX ha cerrado sus puertas dejándonos el triunfo apabullante de la ciencia y la tecnología sobre la filosofía y las humanidades. Y en lo primero los anglosajones han sido más fuertes que nosotros, que no hemos tenido inconveniente en sumarnos a la corriente mundial de las nuevas tecnologías.

Es la globalización, causa y efecto de la economía y –entre otras cosas– también de la reflexión y del conocimiento.

15. Finalmente, doctor, ¿cuáles son en el momento actual sus líneas de investigación? ¿Está escribiendo algún libro al respecto?

Sonará a tópico, pero tengo pendiente hacer lo mucho que no he hecho y rehacer lo poco que he hecho.

Lo que más me apasiona e importa a corto plazo es interpretar en clave turística e incorporar a nuestra episteme las múltiples y ricas visiones

sobre la filosofía, la ética, la metafísica o la teología de la hospitalidad, surgidas en un entorno más amplio que el turístico y del que son exponentes Goethe, Kant, Nietzsche, Heidegger, Gadamer, Arendt, Derrida, Levinas, Bataille, Blanchot, Nancy, Klossowski, Ricoeur, Neusch, Massignon, Sché-
rer, Montandon, Chrétien, Boutinet, Poché, Bornet, Raffestin, Bertrandias, Jean-Luc Marion, Mbayo Mbayo, Miroslav Milovic, Daniel Innerarity, García Ponce, Daniel Omar Pérez, Claudio Ciborra, Rodríguez Silva, Martínez Guzmán, Domingo Moratalla, Mena Manet, Carbajo Núñez, Mireille Roselló, Bárcena Orbe, Mélich Sangrá, Domínguez Michael, Edmond Jabés, Roberto Esposito, Vidarte Fernández, Sergio Larriera, Ignacio Castro, Patricio Peñalver, Cristina de Peretti, Massimo Cacciari, Luigi Giussani, Giorgio Agamben, Domenico Jervolino, Seyla Benhabib... Esta lista puede abrumar al que le parezca exhaustiva, pero realmente es deficitaria, aunque no por la parvedad de nombres de angloparlantes. En este punto, van ellos detrás de los demás.

CAPÍTULO 10

MARCELINO CASTILLO NECHAR EN ENTREVISTA¹

1. Estimado doctor, Ud que es un reconocido investigador de la Epistemología del Turismo en Latinoamérica, cuáles aspectos considera relevantes divulgar de su obra en torno a la temática y cuál es el estado actual de la Epistemología del Turismo en los saberes académicos y científicos sobre el turismo?

Muchas gracias por sus palabras. Algunos aspectos que pudieran resultar relevantes de mi trabajo en torno a la epistemología serían: la actitud crítica que se debe desplegar para abordar y construir un objeto de estudio llamado turismo que, por multidimensional y complejo, no debería caer en eclecticismos o relativismos que la investigación actual propone para abordar las llamadas complejidades. Cabe indicar que el sentido de crítica se da por sentado, sin embargo, la efectividad de la crítica se ha perdido. Se considera que ser crítico es criticar contenidos sin proponer contenidos críticos. Y es que, desde el punto de vista de una epistemología crítica, la crítica es ejercicio que enjuicia y revalora; es fundamento que, a la vez que discurre en torno a un objeto, fenómeno, hecho o dato histórico social, construye sentido y significado nuevos, igualmente, emancipa conocimientos que han permanecido cosificados debido a la falta de cuestionamientos acerca de la pertinencia del campo de estudio de los autores que circunscriben la “realidad” del turismo a sus circuitos disciplinarios, cerrados en definiciones y procesos. Un aspecto que sería importante reconocer es que una epistemología crítica para el turismo, como objeto de estudio, implica la construcción de una teoría que conjugue la reflexión filosófica y los referentes empíricos, a fin de generar una conciencia crítica

1 Entrevista originalmente publicada en: Entrevista a Marcelino Castillo Nechar. Por Napoleón Conde Gaxiola. *Revista Homo Viator*. Vol. 2, 2011, p. 139-151. Reproducido con autorización del autor y del editor de la revista.

de la realidad social en la que se desenvuelve el turismo y lo turístico. Una epistemología crítica del turismo no es una utopía, pues se orienta hacia las posibilidades reales de transformación, potenciando la dimensión racional de la actividad turística al emprender la crítica de su instrumentalidad. En cuanto al estado actual de la epistemología del turismo, en los saberes académicos y científicos de esta área del conocimiento, hay por un lado, en lo académico, un renacer de la perspectiva sociológica que intenta vincular el ejercicio filosófico con una crítica de contenidos. Se reconoce que el turismo es una actividad de importancia indiscutible en la sociedad contemporánea, pero se le sigue viendo –aún por investigadores formados en turismo– como un tema de ciertas disciplinas que lo asemejan a la cenicienta en la academia en la que sus profesores, con formaciones de gestores, economistas, geógrafos, antropólogos y sociólogos, entre otros, minimizan sus aportes debido al parámetro que impone la visión científica. Desde la academia, otros, consideran que debido al avance observado en el turismo, su práctica y conocimiento, es buen momento para emprender una revisión crítica de los mismos. Sin embargo, más que una revisión crítica, es necesaria una producción de conocimiento crítico del turismo, es decir, una epistemología crítica. Pero, ¿cómo hacerlo? Precisamente, lo que concierne a la orientación científica de la epistemología, presenta mayores desventajas para considerar que el conocimiento producido en turismo pueda tener el carácter de ciencia en el sentido más moderno del término. La carga positivista del término ciencia, la falta de una crítica como elemento transformacional y emancipatorio de la realidad, así como un menosprecio a las perspectivas comprensivas del conocimiento, han limitado una construcción más amplia de esa noción. Ciencia, en su sentido moderno, implica un alto grado de generalización y abstracción y, al mismo tiempo, de reducción de complejidad, contrario a su acepción general que refiere a conocimiento, doctrina o erudición. En su sentido amplio, ciencia, abarca toda actividad de examen comprobable intersubjetivamente, abarcando las llamadas ciencias de la naturaleza, las del espíritu o de la cultura, pero también las ciencias formales como la lógica o la matemática.

2. Considera posible la construcción de una disciplina del turismo, o aún más considera que desde la ciencia correspondería mejor un abordaje más interdisciplinario para comprender e interpretar la actividad turística.

Si partimos de que una disciplina científica es una rama del conocimiento en el campo de la ciencia, y esta no se reduce a la visión positivista del saber, además de que, para dar sentido a una disciplina, más allá de un campo de conocimiento construido, en mayor o menor medida, existen técnicas de investigación para sus temas y objetos de estudio, así como espacios de educación superior para la formación de sus estudiosos, la presencia de círculos académicos, intelectuales o científicos, aunado a publicaciones y revistas de reconocido prestigio que difunden avances o resultados en determinadas líneas de generación y aplicación del conocimiento, entonces podemos decir que el turismo –muy a pesar de los escépticos que abogan por la rigurosidad, medida y univocidad del conocimiento científico– hoy se observa el turismo como una disciplina a carácter científico. Si mantenemos la visión positivista de la ciencia, es claro que el turismo no puede aspirar a ser considerado disciplina científica, desde los parámetros del canon científicista. Si por el contrario, abrimos el sentido y significado de ciencia, como ya he comentado, entonces el turismo construye ciencia o lo que es lo mismo decir, construye conocimiento. Empero, no todo lo construido en el turismo puede ser considerado como conocimiento científico, si al menos no reconoce tres aspectos:

- Aquello que nos posibilita y nos impele a construir conocimientos, no es la transposición ingenua categorial a realidades determinadas sino la comprensión o creación de sentidos de-s-de lo no totalmente comprendido y creado.
- El proceso de construcción de conocimientos turísticos se tiene que desmitificar, ya que la teoría y la praxis no son procesos contrapuestos y excluyentes.
- Si en el proceso de investigación, a “realidades” del turismo, sólo nos limitamos a la transposición ingenua categorial, únicamente

se mostrará la incapacidad para configurar objetos propios del turismo inhibiendo la crítica y la reflexión.

A menudo se continúa considerando que la “cientificidad” de algún objeto de estudio radica en la exactitud, medida y rigurosidad con la que se aplica un procedimiento o los presupuestos teóricos y metodológicos de ciertas disciplinas hegemónicas al turismo, para darle el carácter de científico a lo producido. Sin embargo, los criterios que definen la científicidad, bajo una visión antipositivista, tienen que ver con el nuevo sentido que adquieren términos como:

- *Rigor*, el cual se refiere a valorar los detalles.
- *Sistematicidad*, que implica continuidad analítica-sintética en la búsqueda de nuevos significados. Y,
- *Críticidad*, que significa autocrítica de cada paso que se da al construir un conocimiento en particular.

Sin duda, para comprender e interpretar de mejor manera la actividad turística, dada su complejidad y multidimensionalidad, es necesaria la implementación de estrategias inter y trasdisciplinarias. Empero, los estudios e investigaciones del turismo se han centrado en visiones disciplinares y multidisciplinarias. Las primeras, relatan y describen desde visiones hegemónicas (economía, historia, geografía, psicología, etc.) lo que “es” y “debe” entenderse por turismo, al “aplicar” términos, nociones, metodologías y procedimientos sin mayor crítica que su plena “aplicación”, porque así lo ha “probado” un docto en la materia, no importa si su momento socio-histórico responde o no al del investigador en turno. Las segundas, se “congregan” en torno a un objeto de estudio –en este caso el turismo– para crear sinergias entre posiciones disciplinares heterogéneas con la intención de formular una síntesis holística de la realidad estudiada; sin embargo, suelen convertirse en estudios parcializantes de tal realidad al solo aportar la parte que les corresponde en esa “síntesis holística”. Una estrategia interdisciplinaria implica un trabajo entre disciplinas, que mezcla distintas posiciones filosóficas y teóricas, así como técnicas y procedimientos de investigación para que las disciplinas individuales no permanezcan separadas, sino juntas,

intencionada y explícitamente para alcanzar una síntesis teórico-categorial y empírico-procedimental que permitan delimitar un espacio conceptual del turismo, la precisión de su significado y la manera como se proyecta el turismo como actividad interrelacionada con múltiples marcos disciplina-rios que la condicionan y definen.

3. Ud como Coordinador del Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETUR) en la Facultad de Turismo y Gastronomía de la Universidad Autónoma del Estado de México (UAEM) tiene una importante experiencia en la investigación turística. ¿Cuáles son las principales líneas de investigación que desarrollan?

Quiero decirle que el Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETUR), es un espacio académico y de investigación que proyecta su que-hacer hacia 1998, el cual tiene como motor de todas sus actividades univer-sitarias la investigación, básica en la impartición de sus estudios de posgrado, los cuales posee desde especialidades hasta maestrías y doctorados, inscritos en el Programa Nacional de Posgrados de Calidad. La actividad central de sus cuatro cuerpos académicos, a saber: *Turismo y Educación; Turismo, Desarrollo y Sustentabilidad; Alimentos, Cultura y Sociedad;* y el de *Estudios Turísticos*, giran en torno al desarrollo de la investigación humanística, científica y tecnológica relativa a hechos, actividades, manifestaciones y conocimientos vinculados al turismo y la gastronomía, como objetos de estudio a carácter científico. En el Cietur nos hemos impuesto constituirnos en un importante espacio de for-mación y desarrollo científico y tecnológico, aportando propuestas y alterna-tivas de desarrollo turístico que impacten positivamente en los ámbitos social, económico y académico, en un marco de justicia social, equidad, humanismo y sustentabilidad, no solo para la entidad sino para el país. Por ello, las prin-cipales líneas de investigación en el CIETUR consideran:

- Turismo, desarrollo local y sustentabilidad
- Construcción del conocimiento y formación en turismo
- Estudio biocultural del patrimonio gastronómico

En tales líneas, dado el carácter inter y trasdisciplinario de los proyectos e investigaciones, trabajamos orientaciones transversales que tienen que ver con desde diversas perspectivas epistemológicas, teóricas y metodológicas para la construcción de su objeto de estudio; el análisis de la actividad turística con relación a las manifestaciones socioculturales, económico-administrativas y educativas del turismo; la aplicación de nuevos procesos tecnológicos para el desarrollo turístico-gastronómico; el diseño, planificación y gestión de modelos de desarrollo enfocados a la calidad, innovación y productividad del turismo y la gastronomía; así como el análisis del turismo a partir de las políticas públicas, las redes y actores sociales que inciden en el desarrollo de la comunidad.

4. Dr, cómo visualiza el estado actual de la investigación turística en México.

Observo que hemos pasado de una investigación turística descriptiva-transpositiva a una analógica-explicativa. Baste mencionar los ejemplos de la concepción tradicional de la industria turística, los desplazamientos con finalidad de medición temporal, el efecto multiplicador y las premisas convencionales del beneficio socioeconómico, los cuales se presentaban bien como una medición del comportamiento de la actividad turística, básica para entender su importancia y para ello la descripción era la base de su entendimiento, o bien como el argumento de la base “teórica” del turismo. Por otra parte, a mediados de la década de los ochenta, en México se observa una tendencia sociológica, estadísticas y mercadológica en la investigación del turismo, pero igualmente inicia una revaloración de su estudio con el surgimiento de investigadores como Sergio Molina, Manuel Rodríguez Woog y Felipe Cuamea, entre otros, que buscan reconceptualizar el turismo desde modelos hipotético-deductivos, es decir, con marcos disciplinarios que, rescatando sus principios y fundamentos, sirvieran de base explicativa para comprender con mayor precisión términos como fenómeno turístico, sistema turístico, o bien, su importancia en la dinámica socioeconómica, ambiental, educativa y política en el país como un modelo de conducción

industrial que ha impactado en distintas esferas del turismo. A la par, inicia el surgimiento de eventos de investigación que toman como base estas propuestas para ahondar en su investigación. Igualmente, emergen asociaciones de turismo como la Asociación Mexicana de Centros de Enseñanza Superior en Turismo A.C. (AMESTUR), en 1981, o dependencias de Gobierno como el Centro de Estudios Superiores en Turismo (CESTUR), en 1985, como resultado de la fusión entre el Centro Interamericano de Capacitación Turística (CICATUR) y el Centro Internacional de Estudios Superiores de Turismo (CIEST), entre otros quienes empiezan a generar propuestas y resultados de investigación turística para la comunidad estudiantil del turismo. Pero no es sino a mediados de los noventa que inicia un estudio e investigación del turismo de carácter denunciadora de los impactos que el modelo en boga está arrojando en el país. La aparición de estudios de posgrado, en universidades mexicanas, la publicación de revistas de turismo, la creación de asociaciones de profesionales del turismo e investigadores, así como redes en el campo de estudio del turismo y centros de investigación, le imprimen un carácter científico al turismo. Inclusive, la creación de los llamados Cuerpos Académicos, por parte de la Secretaría de Educación Pública (SEP), fueron soporte para un cambio en la formación del profesorado alentando la función de investigación. Sin embargo, no todos los que realizan investigación turística concuerdan en que el turismo es un objeto de estudio a carácter científico, sino que lo siguen concibiendo como un área temática, en el mejor de los casos, de disciplinas consolidadas. A pesar de este avance en la investigación del turismo, aún hace falta una visión crítica de lo que vive el turismo en la actualidad. Pero no se trata de simplemente denunciar o criticar contenidos porque no concordemos con ellos, sino de crear una orientación epistemológica que reúna reflexión filosófica con evidencia empírica para la transformación de la realidad, a la vez de producir contenidos críticos que refuercen líneas de investigación prioritaria, con lo cual, inclusive, se estaría delineando una política de fomento a la investigación científica del turismo, más allá de las convocatorias instrumentalistas que difunden los organismos oficiales encargados de esta actividad en México.

5. Ahora bien, a nivel latinoamericano y mundial Ud tiene excelentes relaciones con los más importantes turismólogos, como Alexandre Panosso Netto en Brasil, Regina Schlüter, en Argentina, Manuel Figuerola y Félix Tomillo Noguero en España, John Tribe en Inglaterra, María Elena Betancourt García en Cuba, Carlos Costa en Portugal, y otros, como ve la situación epistémica de la investigación turística en nuestro continente y a nivel mundial.

Sin duda, las personalidades mencionadas son punto y aparte del trabajo cotidiano que se realiza en muchos centros de enseñanza y formación del turismo en el mundo. Reconocer sus aportes, discutirlos y hacerlos avanzar nos darían pie para reorientar una visión del turismo que el ámbito internacional igualmente padece por parte de las políticas oficialistas que el máximo órgano de turismo difunde con el apoyo de diversas organizaciones de financiamiento, educativas y de empleo, para continuar refuncionalizando el turismo y su máquina que todo lo turistifica. Por ejemplo, el trabajo realizado por parte de Panosso, en la Universidad de Sao Paulo, Brasil, nos invita a reconsiderar las perspectivas hermenéuticas y fenomenológicas del turismo, para una mejor y cabal comprensión del mismo; Regina Schlüter, incansable investigadora y promotora de la discusión del turismo en diversas áreas del conocimiento con su revista de gran prestigio internacional Estudios y Perspectivas en Turismo, nos provee de información actual para avanzar la discusión del turismo; Manuel Figuerola investigador de vanguardia que ha transitado de una investigación dura en la economía del turismo a una de valoración humana para una reflexión de lo que implica la equidad en las actividades económicas del turismo; Félix Tomillo, sin duda, uno de los más importantes epistemólogos y filósofos del turismo al cual su obra debe ser referencia en los estudios superiores del turismo; en el caso de John Tribe, el aporte que está realizando a nivel de reflexión filosófica y epistemológica del turismo es vital, además de rescatar un segundo aire de la sociología del turismo en la revista *Annals of Tourism Research*, de la cual es Jefe en Editor. María Elena Betancourt sin duda está revalorando las visiones complejas del turismo y los estudios interdisciplinarios con base local, importante referencia para modelos alternos en la materia; en el

caso de Carlos Costa el impulso que está dando en materia de innovación y tecnología en el turismo es relevante para discutir su experiencia a nivel internacional. En México, la propuesta de Napoleón Conde Gaxiola, con la hermenéutica dialéctica transformacional, constituye una alternativa a los estudios positivista del turismo, vital para comprender la naturaleza ontológica, deóntica y epistémica de este objeto de estudio.

6. Ud dirige uno de los doctorados de mayor importancia en Iberoamérica; quisiéramos conocer su punto de vista sobre la enseñanza del postgrado en turismo y qué perspectivas tiene en nuestro medio.

Mucho se ha discutido la necesidad de una teoría del turismo, como un marco amplio que permita no solo contar con un lenguaje común sino para poder intervenir en la dinámica de sus actividades de manera asertiva. El contar con un corpus teórico común en turismo, implica formación integral en el campo superior del turismo. Si tan solo revisamos, grosso modo, lo que ocurre en el campo internacional de la formación en turismo, nos daremos cuenta que el mercado turístico mundial con su orientación de competitividad empresarial y la formación de capital humano flexible a las condiciones laborales, ha conducido a que el papel de las universidades, encargadas de la educación y formación del recurso humano, se oriente a capacitar para la operatividad y funcionamiento del modelo. Al menos en nuestro país hay una treintena de maestrías y doctorados los cuales, la mayoría de ellos toman al turismo como un objeto secundario, pues sus orientaciones son en: desarrollo regional, administración integral del ambiente, recursos naturales y desarrollo rural, demografía, ecología y desarrollo sustentable, alta dirección de empresas turísticas, alta dirección de hoteles y restaurantes, hasta ciencias económicas con línea en turismo, o administración y mercadotecnia turística, por mencionar algunas. Sin embargo, aunque cada una de ellas responde a un entorno particular, no podemos dejar de observar que ese entorno las condiciona para seguir la tendencia del mercado internacional del turismo. Escasamente, en el ámbito mundial, doce universidades imparten programas de posgrado en el cual su orientación específica es el turismo. Entre ellas: la

Universidad de Palermo en Italia; la Leeds Metropolitana en Rumania; la de Nebrija, en España; la de Otago en Nueva Zelanda; el Instituto del Turismo y el Tiempo Libre en Viena; o el Centro Internacional para la Responsabilidad del Turismo, en el Reino Unido, entre otros. En nuestro caso, como ya había adelantado, el posgrado con el que contamos en la UAEM, toma como objeto central al turismo bajo una estrategia inter y transdisciplinaria que se refleja desde el diseño del plan curricular, hasta los análisis de sus objetos de estudios, líneas de generación y aplicación del conocimiento, así como en las prácticas pedagógicas, tutorales y educativas. Lo que buscamos con este posgrado es fortalecer los estudios profesionales de calidad mediante procesos de enseñanza aprendizaje que conjuguen la didáctica de la profesión, la filosofía de la educación, así como el desarrollo, interacción y aplicación de la investigación del turismo. Igualmente, buscamos la generación de valores que deben procurar el bien común desde la perspectiva del desarrollo humano, la creatividad y libertad de enseñanza e investigación, ética en la investigación y en la aplicación del conocimiento, justicia, equidad y dignidad entre las personas así como derechos y libertades de los individuos. Así que el reto es orientar los objetos de estudio centrado en el turismo de manera que incida no solo en la formación integral de investigadores y académicos de alto nivel, sino en proyectos de desarrollo humano, tecnológicos, científicos y productivos, en el fomento a la investigación por organismos oficiales con apoyo a su financiamiento y realización, así como en nuevas explicaciones y argumentaciones en sus aspectos epistemológicos, teóricos y metodológicos.

7. Otra pregunta Dr, Ud. ha tenido una importante estancia con el gran turismólogo español Félix Tomillo, y ha estado vinculado a la Universidad Europea Miguel de Cervantes en Valladolid, España y a la Antonio de Nebrija en Madrid. ¿Qué investigaciones realizó en esos espacios? ¿Cómo ve la academia española? ¿Qué podemos aprender desde una perspectiva latinoamericana?

Cierto. Tuve una estancia de posdoctorado entre 2008 y 2009 en la Universidad Europea Miguel de Cervantes, bajo invitación del Rector

Dr. Martín José Fernández Antolín, para trabajar con un grupo de investigadores de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Económicas, con los doctores Félix Tomillo Noguero y Francisco José García Gómez, a quienes agradezco su apoyo para realizar la investigación *Principales tendencias de la investigación turística en España y Europa*, un estudio muy interesante pues no solo nos dimos a la tarea de revisar la situación de la investigación en la materia en esos ámbitos geográficos, sino la formación educativa en aquella región del mundo. Aunque España ha sido cuna de conocimientos turísticos en el idioma castellano, desde finales del siglo antepasado, su producción se orientó a ponderar la importancia de los recorridos e itinerarios turísticos, en los cuales destacaban una serie de servicios para el paseante o forastero. Dentro de este gran esquema, aparecieron investigaciones de corte científico que analizaban la repercusión de los visitantes en los destinos y centros de carácter comercial, industrial y cultural, así como cuestiones históricas. Sin embargo, después de las primeras tres décadas del siglo pasado, empieza a surgir el interés de los gobiernos por conocer con mayor precisión la importancia y trascendencia de esos movimientos de *forasteros*, como se llamaba por lo general a los turistas. Esta situación no era exclusiva de España, pues a la par y preliminarmente países como Austria, Suiza, Alemania, Italia, Francia y Reino Unido ya habían incursionado en estudios profundos sobre la cuestión no sólo económica y social, sino también de índole recreativa, espacial, geográfica, cultural, psicológica y jurídica del turismo, para delimitar con rigor el alcance y *efectos* de sus manifestaciones, referidas concretamente a la afluencia de cantidades extraordinarias de visitantes, el uso de los servicios, los impactos desencadenados... hasta la entidad y consecuencias políticas que cobraba ese *fenómeno* en la sociedad. Grandes nombres surgen al revisar los aportes del conocimiento del turismo por parte de España: José Ignacio de Arrillaga, Luis Fernández Fúster, Ángel Alcaide, Manuel Figuerola, Enrique Torres Bernier, hasta Félix Tomillo, Venancio Bote, Rafael Esteve, Francisco Muñoz de Escalona, entre otros. Pero, paradójicamente, no es sino hasta 1996 cuando se decreta la incorporación de los reglados estudios superiores de turismo a la Universidad. Entre

tanto, desde 1958, la UAEM ya tenía reglamentados los estudios del turismo en el nivel superior. Si bien es cierto, la academia española tiene una representación importante con la Asociación Española de Expertos Científicos de Turismo (AECIT), creada en 1994, hay un sesgo hacia los estudios operativos, indicadores, estadísticos, más allá de los orientados a la conceptualización o epistemología del turismo. El aprendizaje de este tipo de experiencias nos remite a reconocernos como parte de una dinámica tan cambiante en la cual nuestra historia, nuestros procesos socio-históricos y nuestras realidades nos impele a explicarnos, comprendernos e investigarnos libre de prejuicios y argumentos que no son los propios. A rehacer nociones, entramados y propuestas de acuerdo a lo que queremos proyectar del turismo en su vertiente humana, equitativa, justa y participativa, más allá de los modelos convencionales.

8. Cuáles son en su opinión las principales tendencias del turismo en México. Tiene Usted alguna propuesta al respecto.

Al revisar las líneas de investigación y proyectos que los Cuerpos Académicos tienen en la actualidad, así como los resultados en foros académicos y de investigación a los cuales convocan los organismos oficiales y algunas asociaciones en México, se observan temáticas orientadas al estudio del patrimonio cultural y natural, gestión y administración turística, desarrollo local, turismo y sociedad, entre otros, pero el tema que se lleva el mayor porcentaje es el desarrollo sustentable; aunado a ello, se aprecia una tendencia en la investigación turística centrada en los neopositivismo, posestructuralismos y neofuncionalismos, como si tales argumentos y procedimientos pudieran explicar las contradicciones en la sociedad y más aún darles solución a las problemáticas complejas que el turismo presenta en su interacción con las dimensiones de lo socioeconómico, político, ambiental y educativo, por no mencionar esferas como la tecnología, la innovación o el desarrollo. Se debe rebasar las investigaciones de tipo causal-explicativas para adentrarnos a las de tipo crítico-reflexivo-interpretativas, que permita pensar y repensar esto que llamamos turismo, tanto para la producción de

su saber específico como para la conducción de las actividades relacionadas con él. Una propuesta, al respecto de la investigación turística, la constituye la perspectiva crítica que orienta su pensamiento interdisciplinario hacia una transformación-emancipación de la sociedad donde lo político, ético, social, ambiental y económico se funden para sustentar la reflexión que no solo resalta las determinaciones sociohistóricas que dan paso a la modernidad sino, sobre todo, el sujeto que ésta produce así como su conocimiento producido.

9. En el caso de la teoría del turismo y las cuestiones metodológicas, Usted ha contribuido sobre todo con su texto *Epistemología del Turismo*, nos gustaría que nos comentara su preocupación conceptual en este momento; ¿está Usted preparando alguna nueva obra, nos puede adelantar algo al respecto?

Si queremos construir “teoría” del turismo así como metodologías propias debemos empezar a reconsiderar que lo que llamamos ciencia no es una concepción unívoca y universalista, sino más bien una acepción que se matiza con respecto del objeto de estudio a investigar, de los preceptos que se erigen en torno a él, así como de los retos que formula su indagación. Una concepción que legitime un estatus, un orden o una ideología lo único que hace es inhibir las capacidades críticas, constructivas y renovadoras de procesos cosificados. Por ello, la principal preocupación es dotar a los alumnos de una mentalidad crítica que reconstruya y reconforme la dinámica del turismo para beneficios colectivos y no particulares. La investigación del turismo ha obviado las implicaciones epistemológicas que conlleva construir conocimiento turístico, producir procesos metodológicos ad-hoc a los objetos investigados y, sobre todo, la importancia que tiene la reflexión filosófica más allá de plasmar “explicaciones teóricas” que derivan de observaciones y sensorialidades de los objetos manifiestos llámense estos desplazamientos de turistas, impactos socioambientales, política turística o innovación tecnológica, por mencionar solo algunos. Con la obra *Epistemología del Turismo* busco

proponer la importancia de trabajar una epistemología crítica para el turismo. Este enfoque epistemológico para el turismo tiene como finalidad ejercitar la crítica reflexiva e interpretativa del turismo mediante la construcción de contenidos críticos y no simplemente la crítica de contenidos. Es un ejercicio que pone en juego la facultad de la razón, la medición e interpretación de todos aquellos conocimientos a los que se puede aspirar en la construcción de un cierto saber. La crítica busca comprender, construir, interpretar y producir un sentido nuevo, un nuevo significado del objeto de estudio en cuestión, pues nada es dado que no deba y pueda ser superado, es un llevar-traer lo no-dicho en lo dicho, lo no-enunciado en lo enunciado. Pero, aunado a este concepto de crítica está el del interpretar. Interpretar que es algo más que la simple descripción, referida al simple mundo de esencialidades, como una mera construcción mental. Interpretar se trata de un discurso por construir; es construir con la seriedad tal que permita seguros y amplios márgenes de actualidad y actuabilidad, veritatividad y verosimilitud, es decir, se trata de poner en la práctica lo que la “razón” va construyendo en forma abstracta. El interpretar implica detectar una cierta solidez en los sentidos que nos comunicamos; la búsqueda de sentidos no es algo abstracto sino social. Precisamente, en el seguimiento a esta línea de epistemología crítica, estoy trabajando un documento que aún no se cómo se titulará pero tiene que ver con el turismo y la necesidad de una crítica que transforme la realidad del turismo, tanto en el plano de sus fundamentos como en la práctica misma de su actividad. El “encantamiento” que ha producido el turismo, a partir de su modernidad, ha generado una concepción de absolutización con respecto de sus beneficios. Tal encantamiento tiene como fundamento la preeminencia del modelo científico-positivista el cual, a la realidad, ha impuesto un único orden posible de desarrollo, progreso y “bienestar” compartido. Frente a esta tendencia de bonanza del turismo, se observan realidades de explotación, miseria y exclusión que ponen al individuo como cínico, decepcionado, estresado, fatigado, cansado e incrédulo de que las prácticas consumistas e hiperconsumistas puedan, en verdad, proyectarlo, liberarlo e iluminarlo

en todas sus capacidades. El valor del turismo, en esta visión moderna, se presenta con resultados uniformes de una aritmética moral del marketing empresarial que funciona con una operatividad (instrumentalidad) utilitarista. La parafernalia de la publicidad turística, el idílico ensoñamiento del feliz retorno a la naturaleza, la compasión por el buen salvaje, la animación-espectáculo y el desmedido placer por el encuentro con el paraíso perdido, entre otros hechos, conducen al individuo a practicar estilos de vida que escamotean el pensamiento crítico de esas realidades. Ante dificultades, controversias, desigualdades o necesidades auténticas, el acto crítico para enjuiciar una práctica turística, que afecta la vida y entorno de las personas, desaparece de un modo arbitrario avasallado por el encantamiento de la modernidad *turistificada*. Adorno decía que el oscurantismo y la astucia siempre han sido la misma cosa, expresar ingenuamente el pensamiento conduce a sustentar las cosas indolentemente, como decir: “*esto es así, porque es así*”; o, se llega a justificar la injusticia social como algo natural. La propuesta gira en torno a que la crítica no implica hacerla únicamente de los contenidos, sino crear contenidos críticos que nos permitan hacer de ésta un replanteamiento continuo, a fin de mantenerse a la altura de su misión. Ejercitar la crítica no solo es referir a categorías universales vinculadas con estructuras formales; ante todo, es cambiar y engendrar nuevo pensamiento, porque el pensamiento crítico está habitado por la acción (epistémica, social y ética) y una vez ejercitado no se puede seguir pensando lo mismo que se pensaba antes de haberlo hecho.

10. Finalmente Dr, una pregunta obligada ¿cuáles son en su opinión las principales tendencias del turismo a nivel mundial y qué papel juega México?, ¿podrían considerarse en la actualidad nuevos escenarios?

Considerando las políticas y programas que establece el máximo organismo internacional de turismo a nivel mundial, las tendencias involucran el estudio de las relaciones de los turistas con los habitantes locales, para determinar percepciones, interacciones y actitudes entre ambos que

refuncionalice la actividad; igualmente, la importancia de perfeccionar el estudio del perfil del visitante y los turistas mediante el análisis de motivaciones, posibilidades de gasto, reacciones y roles que le den mayor dinamismo y productividad a la llamada industria turística. Otra tendencia es la relativa al cómo se estructuran y funcionan los sistemas turísticos, con la finalidad de hacerlos rentables en su integración ecológica, económica, política y social; finalmente, la intervención de los gobiernos en la prevención y mitigación de los impactos que se generan en la dinámica de la actividad turística, con la intención de normalizar las acciones y resultados y donde el Estado aparece como garante de los procesos mercantiles del turismo. Tales tendencias, considero tienen como finalidad hacer funcional al turismo y las actividades vinculadas a él para ciertos intereses que no son los de la colectividad, y están referidos al fomento a la productividad, competitividad, flexibilidad laboral, desregulación del mercado, entre otros, y lo que, como mensaje final se tiene es: si tienes la capacidad de participar puedes obtener el mayor beneficio, si no, no eres funcional al sistema; el típico slogan del neoliberalismo. México en este contexto juega un papel relevante si cada una de esas tendencias se enfocan a modelos alternativos donde el diseño, planeación y operación de esos modelos tomen en cuenta la participación y necesidades auténticas de las comunidades locales, a los estudiosos del turismo con una visión crítica, una ética política centrada en el bien colectivo, así como una nueva visión de la responsabilidad compartida del sector privado en los desarrollos a emprender. Creo que en la actualidad, estos nuevos escenarios son vitales para hacer del turismo no solo una realidad que se redimensione en su valoración humana, sino un objeto de estudio que cimiente sus argumentos, procedimientos y resultados hacia nuevos estadios de desarrollo integral para la sociedad actual y futura.

CAPÍTULO 11

ALEXANDRE PANOSSO NETTO EM ENTREVISTA¹

A presente entrevista foi feita por Napoleón Conde Gaxiola ao pesquisador e professor brasileiro de turismo Dr. Alexandre Panosso Netto, no dia 16 de setembro de 2011, na cidade de Valladolid. O professor Panosso Netto possui dupla graduação, em Turismo e em Filosofia. Tem mestrado em História e um MBA em turismo, planejamento, gestão e marketing. Seu doutorado foi realizado na Universidade de São Paulo, em 2005, local onde também é atualmente professor concursado. Durante 2011, o pesquisador viveu em Valladolid, Espanha, pois estava desenvolvendo sua investigação de pós-doutoramento na Universidad Europea Miguel de Cervantes, sob a tutoria do também investigador e professor Dr. Félix Tomillo Noguero, destacada personalidade dos estudos turísticos e filosóficos. O professor Panosso Netto tem 16 livros publicados e prepara outros para os anos de 2012 e 2013. Participa de congressos na América Latina e na Europa. Seus estudos se destacam pela abordagem filosófica e fenomenológica do turismo, com forte enfoque na epistemologia. Por isso, é um dos mais destacados investigadores críticos do turismo na atualidade no mundo luso e hispano falante. Seu blog: panosso.blogspot.com

A seguir a entrevista.

1. Dr. Alexandre, qual é a linha de investigação na atualidade que você está desenvolvendo? Quais são as suas preocupações mais relevantes em relação aos estudos turísticos? Sei que tem publicado, junto com Marcelino Castillo Nechar (da UAEM, de Toluca), o livro *Epistemología del turismo – estudios críticos*, um livro de enorme importância para a compreensão do conhecimento turístico, com abrangência não somente nas Américas, mas também internacionalmente. Continua com esta mesma linha de investigação?

¹ Entrevista originalmente publicada em: Entrevista a Alexandre Panosso Netto. Napoleón Conde Gaxiola. *Revista Homo Viator*. v.3, 2012, p. 134-139. Reproduzida com autorização do autor e do editor da revista.

Dr. Napoleón, de imediato deixo meu agradecimento por abrir esta possibilidade de divulgar nossas ideias turísticas e filosóficas. Creio que a linha que estamos desenvolvendo no momento tem sua relação direta com a importância do conhecimento em turismo, e por isso mesmo está ligada à historiografia do turismo e à sua epistemologia. Durante este ano de 2011, fui recebido pelo professor Dr. Félix Tomillo Noguero para desenvolvermos, em conjunto, um estudo sobre as fontes do conhecimento turístico, ou, mais especificamente, sobre as origens da formação do conhecimento turístico. Trata-se de um trabalho que envolve colaboradores da Alemanha, Áustria, Polônia, Portugal, Espanha, Hungria e Brasil. Estamos buscando os primeiros autores europeus que escreveram, tecnicamente ou cientificamente, sobre o turismo. A busca que fazemos retorna até fins do século XVIII, para um período em que a palavra “turismo” era totalmente desconhecida. Naquele momento, ainda se falava em “trânsito de forasteiros”, quando queria se referir ao turismo. O estudo avança por autores de todo o século XIX e vai até meados da Segunda Guerra Mundial, momento em que surgem novos paradigmas nos estudos turísticos e uma nova etapa de investigação nasce.

Esta pesquisa reflete também minhas preocupações imediatas com o tema do turismo, ou seja: a história da produção do conhecimento turístico, a origem das teorias em turismo e a validade de todo esse conhecimento produzido já existente em nossa área. Fico triste quando percebo que muitos investigadores atuais acreditam que o conhecimento turístico surgiu somente depois da Segunda Grande Guerra, ou que o turismo se massificou somente depois desta mesma data. Na verdade – e está documentado pela história com fontes incontestáveis – a massificação do turismo já estava ocorrendo na virada do século XIX para o XX, e os primeiros estudos turísticos estão completando, ou já completaram, dois séculos de existência. Então, minha preocupação é com o fato da perda da historicidade da produção desse conhecimento tão precioso. Apenas um exemplo: alguns autores insistem em dizer que o turismo rural foi criado na década de 1960 na Europa. Eles se esquecem de que, já por volta de 1920, fazendas nos Estados Unidos recebiam visitantes que desejavam passar um final de semana

junto à natureza. Isso também era turismo rural, com quase as mesmas características do atual turismo rural.

Portanto, creio que se pode dizer, professor Napoleón, que continuo com a mesma linha investigativa já apresentada no livro que organizamos com o colega Dr. Marcelino Castillo. Buscar a origem do conhecimento em um campo científico é, de certa forma, também fazer ciência, fazer epistemologia. Infelizmente, há pesquisadores que não concordam com essa abordagem e estão somente preocupados com as investigações econômicas e estatísticas. Tais abordagens, naturalmente, também são essenciais, mas não são as únicas. É o que também queremos mostrar.

2. Professor, sabemos que seu livro “Filosofía del turismo: teoría y epistemología” (Trillas, 2008) tornou-se rapidamente um clássico no tema das teorias do turismo e da própria filosofia do turismo. Seu capítulo intitulado “What is tourism? Definitions, theoretical phases and principles” publicado no livro “Philosophical issues in tourism”, de John Tribe, que além de já ter sido traduzido para o espanhol e português, agora ganhou uma tradução para o japonês, reflete sua clara preocupação com uma abordagem e análise mais profunda do turismo. Minha pergunta é: como você percebe que está, mundialmente, o tema da filosofia do turismo?

Trata-se de uma ótima pergunta, e um tanto complexa para ser respondida em uma conversa. Sobre isso, o próprio livro “Filosofía do turismo: teoría e epistemología” (Aleph, 2011, 2.ed.) traz novos desdobramentos. Vejo que o tema da filosofia aplicada ao turismo nada mais é do que buscar um estudo mais completo, humano, social, do turismo, com uma visão holística sobre seu desenvolvimento. Não é apenas uma contraposição do certo e errado, moral e imoral, ético e não ético, ricos e pobres. Uma abordagem com embasamento filosófico sobre o turismo deve ser uma abordagem que permita compreender o que de fato o turismo significa e o que pode significar para todos os seres humanos. Turismo significa muito mais do que apenas viagens; muito mais do que apenas praia, museu, ou gastronomia. O turismo deve significar, para a humanidade, a possibilidade da realização

humana, da eudaimonia, da ascese (no sentido de exercício espiritual), da experiência profunda e realizadora.

É bem verdade que esse tema poderia ser mais bem estudado mundialmente, mas já é possível identificar, nos congressos internacionais de turismo e nas melhores revistas científicas, pessoas que estão buscando desenvolver esse tema com maior precisão, maior atenção. Porém, vejo que a literatura internacional está muito focada – e fechada – no que é publicado em língua inglesa. Importante também seria se os investigadores se preocupassem com o que está sendo publicado em italiano, francês, alemão, português, espanhol, polonês, grego, mandarim, entre outros idiomas. O conhecimento deveria ser universal, mas o viés linguístico é muito forte, e parece que está se acentuando. Autores como Grahann Dann já expuseram esse problema, inclusive publicando em inglês, mas parece que ainda são poucos os ouvintes.

3. Nesse sentido, sei que você está muito envolvido com os temas internacionais do turismo, inclusive com incursões por Portugal, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Áustria, México, Brasil, entre outros países. Então, quais são os paradigmas na investigação turística na atualidade que você consegue identificar?

Primeiro vejo que há uma crise das teorias do turismo. Em todos os países, os professores universitários de turismo estão preocupados com a validade do conhecimento, e com o reconhecimento de seu campo de investigação como algo científico e de valor acadêmico, social, econômico, ético e moral. Essa preocupação não é recente. Ela nasce na década de 1920, ainda com os estudos de Angelo Mariotti, na Itália, e com Robert Glücksmann, na Alemanha. Eles eram profissionais do turismo e trabalhavam em instituições de ensino. Então, para serem reconhecidos como investigadores, seu objeto de estudos, que era o turismo, também teria de ser reconhecido. Isso se passa ainda nos dias atuais e prejudica, de certa forma, a investigação como um todo. Mas essa crise não é só do turismo,

mas também da universidade, da filosofia, dos valores culturais, humanos, morais, éticos e históricos. Como ela será superada? Uma boa pergunta.

Os principais paradigmas filosóficos e de investigação em turismo que tenho percebido são o positivismo, a visão sistêmica, a visão crítica marxista, a visão estruturalista, a fenomenologia e a visão hermenêutica, da qual você, Napoleón, é o grande expoente internacional. Mas há também a visão anarquista, que advoga não serem necessárias correntes ou crenças para se fazer pesquisa em turismo. Trata-se de uma perspectiva ousada, que ainda merece melhores estudos.

Outros paradigmas, que não são filosóficos e ainda estão emergindo ou se sedimentando, vejo que são o turismo responsável, a discussão de gênero no turismo, o turismo voluntário e a filantropia, o turismo como vetor contra a pobreza humana, o turismo com vetor de desenvolvimento humanístico, o turismo como elemento de transgressão do arcaico, velho, preconceituoso, o turismo como elemento para a realização pessoal e, sem dúvidas, o turismo de experiência.

4. Você acredita que existe uma interpretação diferente do tema “epistemologia do turismo” por parte do mundo europeu e do mundo latino?

Não podemos generalizar nessa resposta, mas está claro que principalmente os ingleses percebem a epistemologia com forte visão positivista. Já nós, latinos, inclusive representados por Napoleón Gaxiola, Marcelino Castillo Nechar, Luiz Gonzaga Godoi Trigo, Félix Tomillo Noguero, Salvador Gómez Nieves, entre outros, percebemos a epistemologia como crítica de si mesma e advogamos a produção de conhecimentos críticos em turismo, não somente a crítica do conhecimento turístico. Creio que a confusão vai além da perspectiva linguística, da dificuldade de entendimento, e tem um forte cunho filosófico. Enquanto os primeiros têm formação utilitarista positivista, os segundos têm formação humanística crítica. Para a compreensão do mundo e estabelecimento de uma visão de mundo, isso diz muito e a diferença é enorme.

5. Estaríamos num círculo crítico? Como superar esse problema?

Não creio que estejamos num círculo crítico. Há uma saída, ou talvez várias saídas. Creio que a resposta está naquilo que já há anos estamos desenvolvendo, publicando e divulgando em nossas conferências: ter capacidade de discernir; cultivar o pensamento reflexivo interpretativo e abrangente; buscar a postura intelectual que tenta analisar e avaliar a estrutura e a coerência do raciocínio. É isso o que Marcelino Castillo propõe. É necessário também, conforme já discutimos no recente artigo que está para ser publicado “Por uma visão crítica nos estudos turísticos” (*Revista Turismo em Análise*, v 22, n.3, 2011), evitar a visão positivista da ciência que tem somente interesse pragmático e utilitarista. Temos que reconhecer a visão científica e a epistemologia que existem sobre o conhecimento produzido e perceber a ciência como conhecimento, prática, doutrina e erudição.

6. Sobre a sua perspectiva fenomenológica em turismo, quais são os principais alicerces de sua proposta e como aplicá-la na prática?

Para responder essa questão, primeiro temos que ter a mínima noção do que vem a ser a fenomenologia como método científico e filosófico. Trata-se de um método que busca evitar os reducionismos das propostas e para isso busca a essência das coisas. Assim, como licenciando em filosofia e turismo, minha proposta surge do momento em que busquei compreender o que era o turismo, como trabalhar esse turismo, qual era o elemento definidor de turismo. Isso me levou à compreensão clássica de essência, que me levou à filosofia e então aportei em Edmund Husserl. Esse filósofo dizia “vamos às coisas”. Isso significava dizer: vamos ao âmago da questão. Vamos à interpretação última dos fatos e assim chegar aos fenômenos, elementos da fenomenologia. Pela fenomenologia, busco compreender a essência do turismo, e esse estudo me levou a algumas conclusões, que já expus em meu livro “Filosofia do turismo”, tais como: 1. A construção de conhecimento em turismo encontra-se num patamar de perspectiva cientificista, que leva apenas à construção de conhecimentos unívocos revestidos de modelos e

títulos de impacto, como neopositivista, neoestruturalista, neofuncionalista, para fazer valer a sua essência tecnológica. Para avançar, é necessário o desenvolvimento de pesquisa causal-explicativa no sentido de uma pesquisa crítica, reflexiva e interpretativa, que poderá ser alcançada com a ajuda da fenomenologia, dentre outras novas metodologias; 2. O conhecimento em turismo deve ser entendido em sua relação dialética/hermenêutica com as ciências existentes. Essa abordagem permite compreender por que existem várias teorias sobre o turismo, sua evolução, seus problemas, seus benefícios e sua atual diversidade. Nessa dialética/hermenêutica, entende-se que o desenvolvimento dos estudos foi desigual em suas vertentes social, cultural, econômica, histórica, filosófica, ambiental, política, regional, antropológica etc., e que isso leva à existência de visões parciais sobre o fenômeno turístico por parte dos pesquisadores; 3. A construção do conhecimento em turismo não tem como desafio principal o desenvolvimento de categorias, termos e processos que possam ser medidos e delimitados pelos cânones tradicionais da ciência positivista, se não refletir, reinterpretar, meditar os fenômenos e a ação humana com toda a sua manifestação objetiva e subjetiva. Essa é a condição imprescindível para que possa valorizar e desenvolver o diálogo, a ruptura e a descontinuidade de conhecimentos sedimentados, de forma a elevar a compreensão do fato e do fenômeno turístico.

7. Você propõe, então, a criação de uma ciência turística?

(*Risos...*) Essa é uma pergunta que sempre me fazem nas conferências. Se me chamam para falar de educação em turismo, me fazem essa pergunta. Se me chamam para falar sobre economia e turismo, me fazem essa pergunta da mesma forma. Então, acho que já até tenho uma resposta pré-elaborada para ela e que já publiquei em algum texto meu. Falar de investigação, ou tratar de ensiná-la por parte dos professores aos alunos, é algo muito delicado. É necessário reconhecer que existem diferentes níveis de investigação, escolas, correntes e até concepções filosóficas no ato de investigar e construir conhecimentos em todas as áreas, inclusive no turismo. Assim, o turismo não é uma ciência no sentido estrito do termo.

Não adianta os entusiastas da cientificação do turismo escreverem e proferirem palestras dizendo que o turismo já constitui uma ciência se não conseguirem provar tal afirmação. Até o presente momento, não foi encontrada nenhuma comprovação do fato de o turismo já ser uma ciência no sentido estrito do termo, ou seja, na visão tradicional de ciência (pois são os pesquisadores adeptos da visão tradicional de ciência que aspiram à cientificação do turismo). Ou seja, para ser ciência, o turismo tem que ser analisado fora da visão tradicional de ciência, mas é somente a visão tradicional da ciência que busca delimitar o conhecimento humano, as disciplinas que estudam as coisas, os seres vivos e os homens, em forma de ciência. Mas o turismo deve ser contra essa visão tradicional de ciência e, sendo assim, não pode ser elevado ao mesmo patamar pela mesma classificação que critica.

8. A partir de seu conhecimento e experiência como investigador em turismo, por favor, deixe os seus comentários finais para os acadêmicos e jovens pesquisadores que agora estão ingressando no campo do turismo.

O mais importante para quem agora está ingressando no campo da investigação em turismo é ter a certeza de que gosta do que vai fazer. Depois dessa certeza, o melhor é se preparar teoricamente com leituras clássicas e acompanhar o desenvolvimento da pesquisa internacional nos sites das revistas científicas. Importante também seria fazer parte de grupos de pesquisadores já mais experientes, atuando sempre com a perspectiva de humildade e pronto para aprender. O turismo é um campo vasto e qualquer que seja a abordagem que você pretenda fazer, sempre haverá espaço. Se gosta de biologia, pode trabalhar com a questão ecológica; se gosta de educação, pode atuar na formação de profissionais; se gosta de estatística, matemática ou economia, pode trabalhar em institutos de pesquisa ou consultoria turísticas; se seu tema é administração, então pode atuar na gestão turística etc. O campo é vasto, o caminho é longo, mas com persistência, ética, estudo e trabalho é possível – e seguro – ser feliz em qualquer área profissional. Com o turismo não é diferente. Muito obrigado.

SOBRE OS EDITORES E COAUTORES

EDITORES

Alexandre Panosso Netto

Possui graduação em Turismo pela Universidade Católica Dom Bosco (1998), graduação em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco (1994), pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), pós-graduação em Turismo: planejamento, gestão e Marketing pela Universidade Católica de Brasília (2002), mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2001), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2005), pós-doutorado em turismo pela Universidad Europea Miguel de Cervantes, em Valladolid, Espanha (BOLSA CNPQ-2011) e Livre-Docência em Teorias do Turismo (2012) pela EACH-USP. Desde 2006 é professor, com dedicação exclusiva, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Turismo (2014-2017) e preside a Comissão de Pós-Graduação (2015-2017). Desde setembro de 2015, é vice presidente-diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Teoria do Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo de experiência, educação em turismo, teorias de turismo, planejamento turístico e epistemologia do turismo. Blog: www.panosso.pro.br

Marcelino Castillo Nechar

Es Licenciado en Turismo y Maestro en Investigación Turística por la U.A.E.M. Igualmente, Doctor en Ciencias Políticas y Sociales por el CIDHEM de Morelos. Ha sido Director de Relaciones Públicas de la Empresa Mercadológica Editur; Coordinador de Investigación de la Facultad

de Turismo; Presidente del Colegio de Licenciados en Turismo del Estado de México; Asesor de la Dirección de Turismo del Estado de México; Secretario de Investigación del Foro de Profesionistas del Estado de México; Consejero Profesor Universitario de la Facultad de Turismo; Director de Investigación Cultural de la U.A.E.M., Premio Nacional a la Excelencia en Investigación Turística por la Fundación Miguel Alemán. Ha recibido el reconocimiento estatal al desempeño profesional Lic. Enríquez Molina. Igualmente tiene vigente el Reconocimiento a Perfil deseable Promep/Prodec por parte de la Subsecretaría de Educación e Investigación Científica de la SEP desde el 2002. Ha sido conferencista en diversos espacios académicos nacionales e internacionales. Ha escrito diversos libros y artículos relacionados con la investigación, cultura, educación, política, metodología, epistemología y crítica del turismo. Es miembro del Sistema Nacional de Investigadores de México. Pertenece a diversas redes y grupos de investigadores, entre ellos: RICIT, AECIT, ESCRITUR, RIITDEL, RCEA-CO-NACyT etc. Actualmente es profesor investigador de tiempo completo de la Facultad de Turismo de la U.A.E.M.

COAUTORES

Adolfo Esteban Arias Castañeda

Licenciado en Turismo por la Facultad de Turismo y Gastronomía de la Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México. Doctor en Estudios Turísticos por la Facultad de Turismo y Gastronomía de la Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México. Rector de la Universidad de Especialidades Turísticas, Quito, Ecuador.

Félix Tomillo Noguero

(*In memoriam* - Valladolid, 28 de junio de 1943 – Valladolid, 2 de julio de 2014). Fue profesor, investigador, consultor y empresario. Licenciado en Derecho, Licenciado en Ciencias Políticas y Doctor of Philosophy

in Business & Management, desde el comienzo de su actividad profesional fue orientando su trabajo y vocación personal en los ámbitos del turismo y la enseñanza. En 1967 fundó, junto a otros compañeros de viaje, la Escuela Superior de Turismo de Valladolid, de la que fue su director en la práctica totalidad de sus 37 años hasta que en 2004 quedó extinguida al integrar la Universidad Europea Miguel de Cervantes, de Valladolid, la diplomatura oficial de turismo que impartía hasta entonces. Durante este tiempo impulsó la creación de diversos centros de formación para el empleo, formación continua, formación profesional, idiomas, etc. en Valladolid, en el resto de España y en el extranjero. (Fonte: www.hospitalidad.info).

Margret Jaeger

Antropóloga austríaca, doutorada pela Universidade de Graz (Áustria), professora colaboradora da Escola Multicampi de Medicina da UFRN de Caíco, Rio Grande do Norte (Brasil) e professora e pesquisadora na Áustria. Faz parte do Laboratório de Pesquisas Antropológicas em medicina e saúde da UFRN e do GEPEN da UFPA de Belém do Pará (Brasil). Foca suas pesquisas em história da ciência de turismo, turismo de saúde, câncer e reabilitação, políticas de saúde de câncer. É teaching officer do Medical Anthropology Network da European Association of Social Anthropologists e lidera um grupo de trabalho permanente sobre ensino de antropologia de saúde para profissionais de saúde.

Napoleón Conde Gaxiola

Licenciado en Sociología por la UNAM (México-DF), y también Licenciado en Derecho por el Instituto de Prevención del Delito e Investigación Penitenciaria. Con Maestrías en Urbanismo, Filosofía de la Cultura y Prevención del Delito y Sistemas Penitenciarios. También tiene doctorados en Filosofía, Derecho por la UNAM y Antropología Social. Profesor y investigador del Instituto Politecnico Nacional (México-DF), Escuela

Superior de Turismo. Criador y editor de la revista Homo Viator. E-mail: napoleon_conde@yahoo.com.mx

Rubén Mendonza Valdes

Licenciatura en Filosofía por la Universidad Autónoma del Estado de México (UAEM), Doctorado en Humanidades: Ética. Facultad de Humanidades. UAEM. Investigador de tiempo completo en el Instituto de Estudios Sobre la Universidad (IESU) Universidad Autónoma del Estado de México. E-mail: mevr68@hotmail.com

Revisão, Diagramação, Impressão e Acabamento:



Assis - SP
Fone: (18) 3322-5775
Fone/Fax: (18) 3324-3614
vendas@graficatriunfal.com.br
www.graficatriunfal.com.br

La producción de conocimiento en turismo está al servicio de grupos de empresarios, de universidades, de gobiernos, de planificadores, de investigadores, entre otros. Pero, se enfrenta a una ideología e intereses de académicos que direccionan las investigaciones de acuerdo con sus necesidades, que a menudo tienen poca importancia para el mundo real y teórico del turismo. Es aquí donde emerge el papel del investigador crítico al desvelar, revelar, denunciar y mostrar esa realidad, al volver accesible y visible el telón de fondo en el cual se desarrolla el hacer ciencia en turismo. Por lo tanto, la ciencia no es neutral.

La ciencia moderna, con sus laureadas conquistas en torno del progreso, desarrollo y bienestar de la sociedad, aún está lejos de cumplir sus promesas. Varios destinos denominados turísticos viven desigualdades, no solamente económicas, sino también de tiempo libre, de recreación y de educación, de seguridad, así como de acceso a las nuevas tecnologías. De cualquier manera, al lado de esos problemas, en el turismo se fortalece un discurso de bonanza, acentuado por un optimismo sin reflexión, que no mide con precisión los impactos que está ocasionando un turismo llamado “alternativo”, con tintes convencionales en relación a su comercialización, costos y promoción.

La crítica (del griego *kritikē*, κριτική) implica discernir, ejercitar un papel relativo al de un juez; en ella, la cuestión ética es vital, ya que involucra imparcialidad y equidad. Por lo tanto, crítica y ética deben estar presentes en el momento de valorar y proponer algo. Es sobre esa perspectiva que creemos importante trabajar. Es sobre eso que tratamos en los capítulos de este libro.

ISBN 978-85-61175-53-5

